

FRANCINE GRAMACHO SAKATA

O projeto paisagístico como instrumento de requalificação urbana



DISSERTAÇÃO DE Mestrado
ORIENTADOR: PROF. SÍLVIO SOARES MACEDO

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FRANCINE GRAMACHO SAKATA

O projeto paisagístico

como instrumento de requalificação urbana

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
ORIENTADOR: PROF. SILVIO SOARES MACEDO

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

2004





412
Sa 29 p

Resumo

Este trabalho destina-se a estudar a produção paisagística brasileira recente (1990-2004) a partir de estudos de caso em cinco capitais, Rio de Janeiro, São Luís, São Paulo, Salvador e Curitiba. São apresentados programas que resultaram na requalificação de espaços livres em vários pontos da cidade (em oposição a ações pontuais), nos quais foi utilizada uma nova e liberal linguagem que dispõe de elementos como espelhos d'água, esculturas, pórticos, obeliscos e desenhos de pisos, freqüentemente muito coloridos. Também são caracterizados por um cuidado adicional com os espaços dos pedestres, a iluminação e o mobiliário urbano. O fato das intervenções serem feitas em várias áreas de grande visibilidade com as mesmas características dá peso à ação política e os projetos criam imagens de eficiência e modernidade a serem utilizadas na propaganda política.

São apresentadas as ações – da concepção do programa ao uso pela população – dos programas Rio Cidade (Rio de Janeiro), Viva Bairro (São Luís), Centros de Bairro (São Paulo) e os parques em Curitiba e na orla marítima de Salvador. Também são feitas considerações sobre programas conduzidos simultaneamente como o Favela-Bairro (Rio de Janeiro) e as requalificações dos centros históricos de São Luís e de Salvador. Estas ações são avaliadas por seu papel no atendimento às necessidades da sociedade.

O texto é fruto de pesquisa desenvolvida no âmbito do Projeto Quapá – Quadro do Paisagismo no Brasil, que documentou projetos implantados de parques, praças e calçadões em mais de trinta importantes cidades do país.



Abstract

This thesis' main goal is to study the recent Brazilian landscaping production (1990-2004) based upon study cases in five state capitals, Rio de Janeiro, São Luís, São Paulo, Salvador, and Curitiba. It is presented programs that resulted in revitalization of open spaces in those cities' several areas (opposed to isolated interventions), where a new and liberal language was employed with water pools, sculptures, portals, obelisks, paving patterns, often very bright. They are also characterized by additional care with pedestrian spaces, lighting, and urban equipment. The fact that those interventions were made in areas of great visibility with similar characteristics gives more weight to political action, and the projects grant images of efficiency and modernity to be utilized for political propaganda.

It is presented actions – from their conception to actual use by population – from programs Rio Cidade (*Rio City* - Rio de Janeiro), Viva Bairro (*Hill Neighborhood* - São Luís), Centros de Bairro (*Neighborhood Centers* - São Paulo), parks in Curitiba, and along the seashore in Salvador. Also considerations are made on programs that were carried on concomitantly such as, Favela-Bairro (*Slum-Neighborhood* - Rio de Janeiro), and revitalization of São Luís and Salvador's historical downtowns. These actions are evaluated considering their roles of fulfillment of society's needs.

The text is a result of a research conducted by Quapá Project – Brazilian Landscaping, which documented implemented projects in parks, plazas, and promenades in over thirty major Brazilian cities.

Trabalho dedicado aos familiares queridos; ao orientador que me deu a família Quapá; ao meu companheiro amigo; aos amigos companheiros e a todos os arquitetos com quem conversei ao longo desta jornada que, a despeito das adversidades, trabalham com dedicação na esperança de construir espaços melhores para as pessoas.

Sumário

07 APRESENTAÇÃO

13 1. INSTRUMENTO PARA A CRIAÇÃO DE IMAGENS

39 2. PRÁTICAS URBANÍSTICAS

Escalas: a prática cotidiana, os grandes projetos pontuais e os programas para toda cidade

49 3. AÇÕES E PROGRAMAS URBANÍSTICOS

53 RIO DE JANEIRO

Ações dos anos 1990
Gestões municipais
Planejamento
Centro do Rio
Porto do Rio
Plano Estratégico
Favela-Bairro
Piscina de Ramos

78 SÃO LUÍS

Conjunto dos espaços públicos de São Luís e seu papel
Festas
Estado x Prefeitura
Plano Maior de Turismo
Os programas Vivas e os movimentos populares
Grifes, arquitetos locais e o caso de São José de Ribamar
Reviver
Lagoa da Jansen
Plano da Paisagem Urbana

102 SÃO PAULO

Distribuição espacial
Espaços públicos geridos pela Prefeitura e pelo Estado
Gestões municipais, as obras e a construção de imagens
Espaços públicos excepcionais
Ações na área central
A Operação Urbana Faria Lima e o tratamento paisagístico da avenida
Projeto Pomar

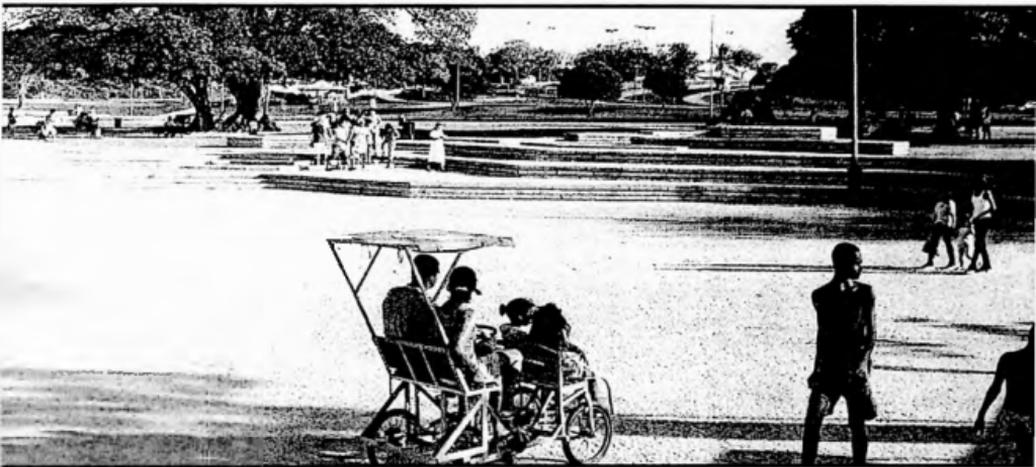
122 SALVADOR

Estruturação do espaço
A produção cultural, o carnaval e o turismo
Gestões públicas: disputas partidárias
O Estado e a Conder
Ações da Prefeitura nos anos 2000
Pelourinho
Dique do Tororo

- 144 **CURITIBA**
Forma urbana
Institucionalização do Planejamento Urbano – o Ippuc
Gestões municipais
Discursos, cidade ecológica, cidade social
Parques: questões habitacionais e ambientais
Cenografias de modo geral
- 165 **4. ESTUDOS DE CASO**
- 167 **RIO CIDADE**
Localização
O concurso
Fase I: Imagens, símbolos e autores
Mobiliário urbano
O processo de revisão
Repercussão
- 188 **VIVA BAIRRO**
Distribuição pela cidade (MAPA)
Os espaços nos bairros
Etapas e autores
Os projetos
Manutenção
Repercussão
- 203 **PROGRAMA CENTROS DE BAIRRO**
Conceito e antecedentes
Organização dos trabalhos
Distribuição pela cidade
As áreas selecionadas e os usos propostos
Características dos projetos
Antecedente
Preocupações ambientais e paisagísticas
Características funcionais e estéticas dos projetos
Guanazes: um centro de um bairro
As obras
Repercussão política
Apropriação e manutenção
- 227 **ORLA MARÍTIMA DE SALVADOR**
Caracterização da paisagem
Planos para a orla
As intervenções
Parques Jardim dos Namorados e Costa Azul
Parque Metropolitano do Abaeté
Parque Metropolitano de Pituacu
Parque do Aeroclube
Apropriação e uso
Turismo, discurso e imagem
- 243 **PARQUES DE CURITIBA**
Localização
Processo de produção
Linha do Turismo
Características gerais
Primeira geração: parques modernos (anos 1970 e 1980)
Segunda geração (1990 em diante): atrações turísticas
Projeto e Manutenção
Apropriação e validade

255 **5. DISCURSOS E PRÁTICAS**

279 **BIBLIOGRAFIA**



Apresentação

Para formar o acervo do projeto de pesquisa Quapá – Quadro do Paisagismo no Brasil, um grupo de pesquisadores, do qual faço parte, esteve nas mais importantes cidades do país documentando projetos implantados de parques, praças e calçadas. O material reunido foi em parte exposto nos livros *Quadro do Paisagismo no Brasil*, *Parques Urbanos no Brasil* e *Praças Brasileiras* nos quais foi feita também uma primeira leitura do conjunto dos projetos paisagísticos nacionais, de seus elementos comuns e da evolução das linhas de projeto.

Em algumas cidades, além dos projetos paisagísticos gerados por ações rotineiras dentro das prefeituras para proporcionar à população áreas de lazer – como a reforma das praças centrais, a criação de um parque nos moldes de dezenas de outros pelo país ou a inclusão de uma quadra esportiva na praça do bairro –, encontramos projetos diferentes, inovadores, que se destacam do conjunto por seu porte, por suas características e por seu alcance. São sempre frutos de programas específicos, municipais ou estaduais, e, por trás deles, há intenções outras que não a simples montagem de mais um espaço de lazer.

Em geral, nestes projetos é utilizada uma nova e liberal linguagem que dispõe de outros elementos além dos tradicionalmente implantados. São equipamentos como espelhos d'água, esculturas, pórticos,



obeliscos e desenhos de pisos, freqüentemente muito coloridos. Há um cuidado adicional com os espaços dos pedestres como calçadas, passarelas, conexões e pontos de travessia das ruas, com a iluminação e com o mobiliário urbano. Foram justamente estes novos cuidados e a roupagem contemporânea, referenciada nas obras pós-modernas da Europa, Estados Unidos e Japão, que primeiro chamaram nossa atenção.

Além de propor novos usos, muitos dos projetos recentes buscam ainda, através de alegorias, valorizar um tema, uma característica do bairro, uma festa popular, os artistas da região ou mesmo a natureza local. Esforçam-se para criar identificações, para enfatizar especificidades locais e, desta maneira, seus autores os diferenciam dos outros espaços urbanos. Buscam surpreender o visitante e alimentar o orgulho do cidadão por sua cidade.

São implantados em áreas centrais históricas, nas adjacências da área central, em bairros tradicionais, em trechos beira-água ou na periferia – neste último caso, simultaneamente em diversos pontos, o que dá unidade e peso à intervenção. Em comum, os espaços onde são implantados estes projetos têm alta visibilidade por serem, invariavelmente, lugares de grande concentração de pessoas.

Tão logo a obra é concluída, são divulgados pela administração pública e vão aparecer fotos em destaque nos folhetos, jornais e sites do município. Pode-se dizer que se tornam "as meninas dos olhos" da propaganda política. Estes espaços são utilizados para reforçar uma imagem de modernização, de inovação, são metáforas de um nova realidade. São, em geral, as ações mais visíveis e fotogênicas de uma determinada gestão.

—
Nosso interesse recai sobre estas ações. Como são feitos, afinal, os projetos urbano-paisagísticos de porte nas cidades brasileiras – da idealização à execução? A partir desta questão principal, outras se desdobram: Quais são os objetivos que pretendem alcançar? A quem ou a que de fato se destinam? Como se organiza a administração pública para levá-los a cabo? Por que são eleitas determinadas formas, texturas e cores para os elementos construídos em detrimento de outras?

Assim, este trabalho apresenta as posturas, programas e formas de criação de espaço/ projeto paisagístico de programas realizados ou poder público, especialmente a partir de 1990, que qualificaram ou recategorizaram áreas urbanas para novas demandas sociais.

Buscamos apresentar as funções e os tipos de projetos paisagístico-urbanísticos nos espaços públicos e as intenções de arquitetos e políticos, que compõem seus discursos e suas práticas. Desta forma, relacionamos as respostas que nos foram dadas através dos projetos à cultura urbanística e à ideologia vigente.

Para podermos analisar os programas de modo comparado foram selecionados como estudos de caso cinco programas em que foram feitos investimentos públicos em projetos paisagísticos diferenciados para a requalificação de espaços urbanos de intenso uso. Estes programas foram realizados em importantes centros urbanos do país: Rio de Janeiro, São Luís, São Paulo, Salvador e Curitiba, cujo conjunto de ações urbanísticas, além dos programas específicos dos estudos de caso, procuraremos apresentar.

No Rio de Janeiro, o Projeto *Rio Cidade* levou à transformação de espaços na área central e em bairros consolidados, geralmente junto a corredores comerciais, incorporando sempre novos elementos formais. Em seu percurso, o programa mudou de órgão executor, modificou algumas de suas características mas continuou a ter o respaldo da comunidade. Outros programas merecem atenção como o *Favela-Bairro* e o *Porto do Rio*. O *Favela-Bairro* buscou fórmulas que de fato não existiam para intervenções urbanísticas em favelas, áreas que passam a ser assumidas como bairros (pobres) da cidade. O *Porto do Rio*, em 2004 ainda em fase de detalhamento, visa à revitalização da área portuária e é um desdobramento de ações de requalificação da área central.

Em São Luís do Maranhão, cidade que tem o status de Patrimônio da Humanidade, título conferido pela Unesco em 1997, além do projeto de revitalização do Centro Histórico, responsável por sua recomposição cenográfica, foi implantado pelo Governo do Estado o Programa *Viva Bairros* que reformou espaços em diferentes pontos da cidade para equipá-los para as festividades populares neles tradicionalmente realizadas. O *Viva Bairros*, que oferece novas possibilidades programáticas e de desenho para a população local, se contrapõe ao vistoso calçadão executado pelo poder público no entorno da Lagoa da Jansen, que é rodeada pelos mais exclusivos empreendimentos imobiliários da cidade.

São Paulo, a grande metrópole brasileira, é um caso *sui generis*. É a cidade onde o poder público, quando comparado à iniciativa privada, marca menos a sua presença através de projetos urbanístico-paisagísticos. Durante gestões municipais seguidas, as verbas públicas foram maciçamente aplicadas em obras viárias. O Vale do Anhangabaú, um de seus espaços significativos, é uma exceção de ação do poder público em São Paulo onde foi valorizada a circulação de pedestres e reconstituído o tecido urbano. O outro projeto urbanístico-paisagístico significativo implantado na década de 1990 em espaços públicos foi o Centro Empresarial Itaú Conceição, através da parceria de uma instituição bancária com a prefeitura. As ações do poder público demonstravam que o espaço do pedestre não era sua prioridade, como as operações urbanas, ações de porte para a canalização de investimentos do mercado imobiliário.

A *Operação Urbana Faria Lima*, em curso em 2004, têm obtido sucesso em seus objetivos. O Programa *Centros de Bairro*, contrariando a regra, seria o responsável, entre 2002 e 2003, pela implantação em cerca de 50 áreas de projetos sofisticados que incluem equipamentos de lazer, jardins e cuidados com a iluminação.

Em Salvador, duas ações apresentaram novas imagens e incrementaram a cidade para o turismo. Primeiro, a transformação do Pelourinho, pioneira no país, que seguia a tendência de valorização dos centros históricos que estabelece na Europa na segunda metade do século XX. Radical, a intervenção significou a expulsão da população local e o estabelecimento de novos usos, voltados ao turismo. Em seguida, surge um conjunto de parques, altamente elaborados, repletos de esculturas multicoloridas, ao longo da orla marítima da cidade de Salvador. As inovações não se estendem aos mecanismos de criação dos espaços que mantiveram o caráter centralizado e autoritário consagrado pelas diversas instâncias administrativas na Bahia.

Curitiba, caso único da homogeneidade da ação pública desde 1970, foi dotada de uma rede de parques, frutos de um processo contínuo de implementação de espaços públicos. Os parques produzidos depois de 1990, seguem a postura de preservar recursos naturais importantes como cursos d'água no meio urbano – terrenos muitas vezes sujeitos a ocupação por favelas. Entre outras inovações, os parques são conectados por ciclovias, exploram temas como a imigração polonesa, ucraniana ou alemã e serviram como suporte para a divulgação da imagem de cidade ecológica.

Os estudos de caso são, portanto, o *Rio Cidade*, o *Viva Bairros*, o *Centros de Bairro*, os parques da orla marítima de Salvador e os parques de Curitiba. Eles podem ser agrupados em dois grupos, os três primeiros são programas para os subcentros das cidades e foram de fato denominados programas. Os dois últimos são sistemas de parques – e não foram denominados por seus responsáveis como programas mas como intervenções pontuais, no caso de Salvador, ou de montagem do sistema de áreas verdes, no caso de Curitiba. Entretanto, estes conjuntos têm a coerência típica dos programas, como se fossem 'programas implícitos', e é, desta forma, que procuraremos analisá-los.

10

Existe uma limitação para estudar a fundo cidades que não a sua, algo que constatamos ao longo dos trabalhos do Quapá. As formas de produção e gestão dos espaços estão em constante mudança e o material disponível sobre a arquitetura da paisagem é muito escasso. Mas se essa lacuna torna o trabalho mais difícil, por outro lado, incentiva a trilhar novos caminhos e a relatar as experiências. Para minimizar a distância, foram importantes a consulta aos trabalhos produzidos nas universidades que têm alguma relação com



Luiz Mouton

Luiz Mouton

Luiz Mouton

Luiz Mouton

Luiz Mouton

Imagens dos Estudos de casos

Largo do Campo Limpo (Programa Centros de Bairro, São Paulo), Jardim dos Namorados (parques da orla marítima de Salvador), Viva Vila Embratel (Programa Viva Bairro, São Luís), Parque Tingui (parques de Curitiba) e Rio Cidade Irajá (Projeto Rio Cidade III, Rio de Janeiro)

o tema e o contato com arquitetos e outros profissionais envolvidos na produção do espaço público.

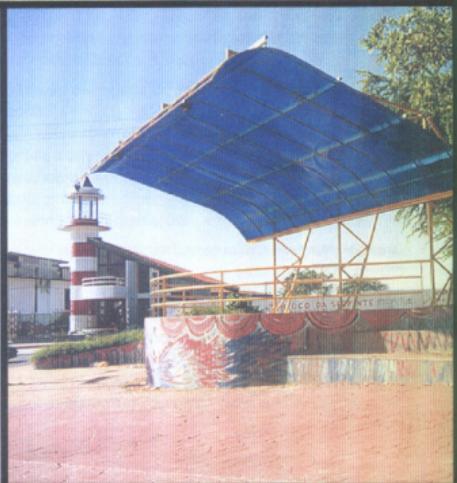
Os projetos que serão apresentados além de resolver questões funcionais – como a criação de espaços adequados para o lazer, para o comércio ou para a circulação – criam novos referenciais urbanos. Dada a escassez latente de espaços públicos tratados e a falta de cuidado com os espaços existentes, os programas são necessários como novas opções para o uso da população mas há avaliações importantes a fazer.

Quais ações são de fato instrumentos formais para requalificações sociais contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população? Quais funcionaram apenas como mais um instrumento político de propaganda? As reais motivações e as justificativas utilizadas pelo poder público para estes projetos coincidem?

Esperamos, ao estabelecer parâmetros para a avaliação dos programas, dos discursos que os envolvem e das formas assumidas pelos espaços, contribuir para o desenvolvimento do pensamento crítico acerca do papel dos projetos paisagísticos, de seus novos paradigmas formais e de seus autores no atendimento das necessidades da sociedade.

01

Instrumento para criação de imagens





Área livre no Conjunto Bororé

FOTO FRANCINE SARAIA

Jardim dos Namorados, Salvador

FOTO DENISE MICHALES

Praça das Artes, São Luís

FOTO FRANCINE SARAIA

No Brasil, os projetos paisagísticos nos espaços das cidades têm tido papel de destaque entre as ações das administrações públicas. Mesmo nos anos 2000, quando a ordem é "criação de empregos", os espaços públicos recém-tratados têm espaço garantido em folhetos, revistas, sites, vídeos, outdoors e discursos de modo geral.

Algumas vezes, as intervenções paisagísticas emolduram elementos da paisagem como lagos, rios, praias e pedreiras, que por si só, atraem a atenção, excepcionais que são no meio urbano. Outras vezes, valorizam espaços significativos da cidade, como centros (principais e históricos) e subcentros, por onde circulam todos os dias milhares de pessoas. Podem ainda estruturar espaços que, em dias de festas populares, abrigam aglomerações fantásticas. São pontos da cidade de alta visibilidade onde qualquer tipo de obra terá lugar garantido no noticiário e acabará comentada nas rodas de conversa.

É como se os projetos nos espaços de alta visibilidade pudessem representar, através de suas estruturas físicas, tudo que o Estado, em tese, busca fazer pelo cidadão. Remodelados, os espaços públicos têm o papel de construir, junto a sociedade, a imagem de um poder público presente, eficiente e moderno.

As obras de organização do espaço urbano e de infra-estrutura (construção e manutenção de vias, redes de água e esgoto, drenagem, aterros sanitários, construção de hospitais, escolas, áreas de lazer, etc) disputam verbas com todos os outros serviços que o Estado presta. No entanto, obras aparecem fisicamente, causam impacto junto a comunidade e dão projeção política a curto prazo. Por isso se tornam, de inúmeras administrações, a grande bandeira.

O projeto paisagístico pode acompanhar e valorizar outros tipos de obras, caso das praças ao longo de estações de metrô, potencializando as imagens almeçadas de um Estado moderno e atencioso. Mas, em grande número de casos, a obra a ser apresentada com pompa e circunstância ao final dos mandatos é o próprio projeto paisagístico. Por organizar um espaço urbano, ele é também tratado por urbanização, projeto de desenho urbano ou urbanístico e é tratado como um presente para a população.

A imagem do poder público é construída juntamente com outra, a imagem da cidade. A representação da cidade no plano do imaginário é complexa, ela é construída pela forma como os espaços são apreendidos, usados e fixados na memória; como a população se comporta neles e em relação a eles e como isso tudo é mostrado e visto pelos forasteiros. Misturam-se a capacidade de apropriação (que é real), a percepção de segurança e de conforto (que pode ser real) e o olhar do outro (que é uma miragem).

Em Salvador, há uma lagoa de água escura (talvez sejam duas), que nem seria atraente não fosse pelo contraste da água com as dunas muito brancas de areia fina. Próxima ao mar mas em posição mais alta em relação a este, a Lagoa do Abaeté tem um significado mítico. O candomblé, que utiliza florestas e cachoeiras como templos para seus cultos, tem ali um desses templos. Um dia, através de uma canção de Dorival Caymi, o Abaeté entrou para a cultura brasileira.

Uma série de eventos veio a ameaçar este patrimônio do candomblé e da poesia. Tirava-se areia para as construções e trazia-se terra para fazer uma estrada, o que havia deixado as dunas amareladas. A região vinha sendo ocupada por loteamentos e por barracos mal amanhados que deixavam o visitante, em busca do paraíso, frustrado e triste. No lugar da visão de Caymi, se deparava com a perda do valioso recurso paisagístico. O grande mote da reversão desta situação foi o orgulho ferido do baiano, associado a uma ação de cunho político. Foi dado impulso à preservação do Parque Metropolitan do Abaeté executando-se, entre outras ações, um sofisticado projeto de paisagismo, inaugurado em 1992.

Orgulho e vaidade para com as suas cidades são sentimentos inerentes às pessoas – até mesmo aos paulistanos. As características do suporte físico, as passagens históricas, as canções, as festas, as qualidades reais ou imaginárias dos lugares estimulam os sentidos. Quantas vezes não ouvimos falar que tal cidade é a melhor ou a única do mundo em alguma coisa como, por exemplo, a maior metragem de área verde por habitante do mundo? Ou a maior concentração de palmeiras imperiais do mundo? Ou ainda, o segundo melhor ar do mundo?! Através destas fantasias, as pessoas buscam a admiração e o encantamento do visitante.

O orgulho pode ser fruto de qualidades que possam de fato ser usufruídas pelas pessoas. E estas qualidades tanto podem estar claras como podem ser latentes e, por algum motivo, se tornarem claras para todos. Este motivo, que suscitará esta percepção diferente, pode ser uma campanha de marketing como pode ser um bom projeto de paisagismo, ou os dois.

1 Em João Pessoa, o guarda-parque do Parque Arruda Câmara afirmou que lá estava a maior concentração de palmeiras imperiais e, em Atibaia, Dona Zinha foi categórica que a cidade possui o segundo melhor ar do mundo, atrás apenas de uma cidade na Suíça.

Hospitalidade, alegria e devoção são qualidades de uma cidade que podem ser valorizadas por obras e pela propaganda. Em Parintins, no norte do Brasil, as festividades folclóricas tornaram famosa a cidade. A apresentação dos bois bumbás Caprichoso e Garantido, que era apenas divulgada para o público local, foi se tornando conhecida em outras cidades, outros estados e passou a ser transmitida pela TV aberta. O bumbódromo construído em 1988, que abriga a arena da disputa, além de arquibancadas e telões deu maior projeção à festa.

Como em muitos municípios periféricos de uma região metropolitana, em Santo André, no ABC paulista, diz-se que a vizinhança com a capital faz mal à auto-estima da população. Como se São Paulo fosse muito melhor. Para mudar esta impressão e valorizar a cidade, entre 1997 e 2002, uma série de praças e canteiros de avenidas foi objeto de um programa de embelezamento. Através da criação de coloridos jardins, segundo de pesquisas de opinião promovidas pela administração municipal, os espaços públicos passaram a ser positivamente percebidos pelo cidadão. Ainda que os espaços embelezados em Santo André tivessem uso limitado (eram destinados à contemplação não ao uso efetivo como espaços de lazer), as pessoas mudaram sua percepção sobre a cidade e o programa serviu como modelo para pelo menos outro programa político.

Em Santo André haviam sido escolhidas espécies nativas ou bem adaptadas, perenes, de manutenção relativamente fácil. Outras cidades Brasil afora, em especial no Centro Oeste, seguindo o exemplo de Goiânia, não se pautaram por custos ou pela adequação à natureza local e escolheram, para embelezar seus espaços públicos, espécies de flores delicadas, petúnias, onze-horas e bocas-de-leão, que exigem cuidados constantes. As regas são feitas normalmente por caminhões-pipa e o replantio é freqüente pois muitas plantas não duram mais que uma estação.

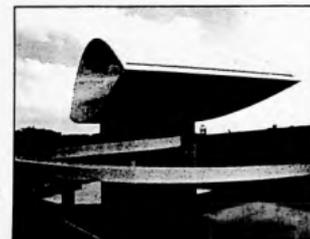
Os projetos paisagísticos podem assumir formas muito distintas – de reorganizações de usos e fluxos a ajardinamentos. Há aqueles que melhoram a condição de vida da comunidade; aqueles que mudam a maneira como os lugares são percebidos e podem levar a outras transformações e há aqueles com fins unicamente eleitoreiros que não se sustentam a longo prazo.

Podem ser utilizados elementos vegetais e elementos construídos compostos de infinitas maneiras. Alguns elementos e composições são mais consagrados, outros são inéditos. Eleger uma novidade em termos formais, diferente do que até então foi feito, é uma oportunidade para uma determinada gestão administrativa deixar sua marca no espaço da cidade. De desenhos de piso a palmeiras, de cristos-redentores a obeliscos, de muretas coloridas a ciclovias, não

são poucas as administrações que fogem da tentação de, através das formas, gravar a sua imagem.

Por participarem como poucas obras na construção da imagem da cidade e pela oportunidade de deixarem as marcas de uma determinada gestão, espaços tratados paisagisticamente tornaram-se as "meninas dos olhos" de muitas administrações municipais.

Avenida Prestes Maia e
Parque Prefeito Celso Daniel,
Santo André



Não nos colocaremos na inútil tarefa de analisar se os projetos e programas são realizados com fins eleitoreiros ou não pois tudo que um político faz tem a finalidade de se reverter em novos votos², seja uma obra de saneamento, seja a compra de merenda escolar. O que nos interessa é diferenciar se a obra ou o programa, que envolveu projetos paisagísticos, requalificou o espaço para o cidadão e mudou sua condição ou se teve a única função de criar imagens atraentes, por votos. O espaço público é muito caro, em todos os aspectos, para ser transformado em mercadoria para o consumo rápido e ser, em seguida, descartado.

Museu Oscar Niemeyer, Curitiba, e
Parque do Abaeté, Salvador

Todas estas intervenções tiveram como justificativa alimentar a auto-estima do morador destas cidades.

² Chamou-me a atenção sobre este fato João Sette Whitaker Ferreira.

Representações de poder na era da informação

O Estado historicamente investe nos espaços da cidade para marcar seu poder e sua presença. Nas cidades imperiais, os monumentos das cidades seriam formas de representação da autoridade, assim como os símbolos e tradições, para o controle e a coesão das massas.

Na era em que vivemos, de governos democráticos sob o regime capitalista de acumulação, a construção de monumentos nas cidades é feita pelo grande capital. Os novos monumentos são os arranha-céus, os conglomerados de comércio e de serviços sofisticados, como os hotéis e os shoppings centers, representantes todos do novo poder. O Estado se põe a serviço da reprodução do capital (ou do 'desenvolvimento econômico') quando valoriza estes novos monumentos através das obras no espaço urbano, em especial aquelas de embelezamento.

Os governos também constroem seus símbolos no espaço público. Entretanto, não mais para somente representar o poder e exercer controle ideológico, mas para divulgar a imagem de uma administração eficiente e empreendedora de ações sociais. A preferência é dada a obras de grande visibilidade, que gerem grande repercussão, como as que se relacionam com meios de transporte e com usos culturais ou de lazer.

Rio Office Center e Centro Empresarial da Barra, Rio de Janeiro

Ambos conjuntos, na Barra da Tijuca, utilizaram os projetos de paisagismo para causar impacto. O primeiro foi desenvolvido por Fernando Chacel, o segundo, pelo escritório Burle Marx & Cia. A passarela liga o Centro Empresarial ao Barra Shopping.



O grande palco, hoje, tanto para o poder econômico como para o poder político, está além do espaço da cidade. Na era da imagem e da informação, fundamental é o domínio dos meios de comunicação. Através dos jornais, da televisão e de outras mídias são divulgadas fotografias do tipo cartão-postal, índices de qualidade de vida, estatísticas, prêmios, notícias de investimentos internacionais promovidos pelos governos, discursos de toda ordem.

Por estes meios o Estado buscará passar uma imagem de modernização e de eficiência no atendimento das demandas sociais e na geração de renda. Acaba sendo mais importante *parecer* que ser. Uma vez que as imagens veiculadas pela mídia não são necessariamente reais. Elas são uma parte do todo, formatadas para soarem atraentes e estimulantes à audiência que, alheia ao processo de produção das notícias, aceita como verdadeiro aquilo que assiste³.

Os meios de comunicação têm grande poder de penetração e atingem uma extensão muito grande da população. Para garantir presença contínua nestes meios é que se usa o espaço urbano. Representar-se através de novas obras, em especial, nos pontos visíveis da cidade, poderá garantir espaço na mídia. A divulgação acertada das ações pode canalizar novos recursos e o apoio da opinião pública, aumentando a capacidade de intervir no espaço urbano. As novas intervenções gerarão mais espaço nos meios de comunicação. Por conta deste ciclo a ação em ambos os palcos – os espaços visíveis da cidade e a mídia – é tão associada.

Os meios de comunicação são eficientes para a divulgação de ações tanto da esfera federal, quanto da estadual e mesmo para os governos municipais nas capitais. Os governos estaduais frequentemente executam obras nas cidades, em geral competindo com as administrações municipais. Para os Estados, as capitais são as jóias da coroa, prontas para servir como símbolos de sua riqueza.

Embelezamento dos espaços da elite

Os governos do II Império e da Velha República, na cidade do Rio de Janeiro, valeram-se de renomados paisagistas como Auguste François Marie Glaziou e Paul Villon para suas grandes obras, como o Campo de Santana, em 1873, a Avenida Beira-Mar, em 1904, e a Avenida Central, em 1905.

Na passagem para o século XX, a elite urbana que surgia por todo país, preocupada em estabelecer seu status na cidade, importou modelos urbanísticos e deu suporte às transformações do espaço urbano. A cidade europeia foi eleita como ideal e se buscou transportá-la para os trópicos. Idéias como higienização, embelezamento e modernização passaram então a fazer parte do discurso das administrações municipais.

O voto, até 1889, era direito exclusivo das pessoas de maior poder aquisitivo (entre outras prerrogativas)⁴. Com a proclamação da República, foi eliminado o voto censitário e, na década de 1950, foram criados mecanismos que aboliram as fraudes, então comuns, e garantiram a liberdade e o sigilo do voto. Mesmo tendo o voto se

3 "A construção do imaginário enquanto representação, mais do que uma simples linguagem, constitui-se em condição de conquista de uma relação de dominação. A fixação de novos valores está diretamente relacionada com a ideologia dominante sendo, portanto, instrumento necessário à legitimação e reforço do poder."

GARCIA, Fernanda Ester Sánchez. *Cidade esperçucito: política, planejamento e city marketing*. Curitiba: Palaw, 1997. p.36.

4 Menores de 25 anos, escravos, mulheres, índios e assalariados não podiam escolher representantes nem governantes. Foi a Proclamação da República (1889) que inaugurou um novo período da legislação eleitoral e a primeira inovação trazida foi a eliminação do "censo pecuniário" ou "voto censitário". Curiosamente, as eleições para os governos municipais até 1828 obedeceram às chamadas Ordenações do Reino, determinações emanadas do rei de Portugal, e o voto era livre, todo o povo votava.

Tribunal Superior Eleitoral. *Eleições no Brasil*. www.tse.gov.br

tornado universal, a relação entre o Estado e a elite permanece profunda. Existe um componente ideológico que faz, por exemplo, com que o aparelhamento e o embelezamento do espaço das elites seja considerado como benfeitoria para a cidade como um todo.

Avenida Beira-Mar,
Rio de Janeiro



Avenida Higienópolis, São Paulo

O embelezamento dos espaços da elite é considerado o embelezamento da cidade



Avenida Beira-Mar, Rio de Janeiro

Flávio Villaça⁵ nos dá um exemplo que demonstra o quanto a ideologia da elite é a ideologia da imprensa. Ele conta que um repórter de um grande jornal perguntou ao curador de uma exposição internacional que estava em São Paulo se a Pinacoteca do Estado não teria sido um lugar infeliz para o evento, distante e de difícil acesso. Ora, a Pinacoteca do Estado fica junto à área central da cidade, num ponto que pode ser considerado equidistante das zonas Norte, Leste, Oeste e Sul. Pode ser acessada facilmente por ônibus, metrô e trem. Mas a Pinacoteca não está no quadrante sudoeste, que concentra a maior parte das famílias de alta renda e, desta forma, seria distante da "cidade". Assim, o embelezamento da Avenida Faria Lima, no quadrante sudoeste, é considerado o embelezamento da cidade. Já as melhorias na Avenida Aricanduva são melhorias na Zona Leste da cidade. A Avenida Aricanduva fica na Zona Leste da cidade, não na cidade.

Se referir às áreas privilegiadas como "a cidade" serve para justificar os investimentos públicos feitos nestas áreas. As pessoas, mesmo que não usufruam das melhorias nos setores privilegiados da cidade, alimentadas por esta ideologia, tendem a se sentir beneficiadas. O embelezamento da cidade visível, se for suficientemente comen-

5 VILLAÇA, Flávio. *Espaço Intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

tado a ponto de envaidecer toda a população, será aprovado também pelo morador de uma área distante, que visitará esta área uma vez ou que talvez nem tenha acesso a tal patrimônio. É como se os bairros da elite estivessem para o meio urbano como as celebridades estão para os anônimos.

Demandas

O Estado, quando se trata do espaço urbano é pressionado, de um lado, pelo capital para o embelezamento e o aparelhamento dos espaços da elite: requalificar e ampliar avenidas, instalar e manter equipamentos públicos como parques, praças, áreas verdes e mobiliário urbano e constantemente melhorar as redes de infra-estrutura nestas áreas. Estas ações de organização do espaço urbano criam condições para o bom desenvolvimento das atividades sociais e produtivas cotidianas e também criam condições para que novos empreendimentos imobiliários sejam lançados e consumidos.

Por outro lado, o Estado é pressionado pela população, mais e mais organizada, que demanda obras de cunho social. Obras na periferia que gerem melhores condições de vida e, se possível, novos empregos. A atenção ao espaço público se divide, portanto, entre o embelezamento dos espaços da cidade (onde está a elite) e a requalificação de espaços para a população como um todo. Passam a receber investimentos tanto os bairros das camadas de alta renda quanto os bairros populares.

As melhorias de infra-estrutura, as grandes obras viárias, as redes de água e esgoto, luz e telefonia, em geral, estão mais presentes e são melhores nos bairros mais ricos. Famílias de maior poder aquisitivo mudam-se, quando o fazem, para áreas já providas de infra-estrutura e fazem pressão para que haja a manutenção e melhoria destas de modo que estas áreas não percam, por isto, o seu valor. Pessoas de menor renda se instalam em áreas ainda desprovidas de serviços onde cabe ao poder público prover a infra-estrutura que falta.

A provisão desta infra-estrutura é objeto da reivindicação de movimentos sociais urbanos desde 1970⁶, e é abordada de diferentes formas pelas gestões que se alternam no poder público. Nos anos 1980 foram executadas em muitas cidades brasileiras. Governantes são influenciados por necessidades das camadas de baixa renda especialmente quando existe grande apelo popular e alta visibilidade. Em muitas cidades, asfaltar as ruas da periferia e distribuir lotes, por exemplo, continua sendo o orgulho de um sem-número de prefeitos interessados em manter-se no poder.

6 "Se a cidade, naquele momento [anos 1970], era um aspecto fundamental do crescimento econômico, era nela também que as carências sociais, fundadas no consumo coletivo, agudizaram-se. A mediação do Estado tornava-se então paradoxal: Ele precisava atender às exigências da elite econômica, que lhe dava legitimidade, e ao mesmo tempo garantir as demandas da classe trabalhadora, asseguradora da reprodução do capital. Foi nesse período que começaram a surgir, embrionariamente, novas formas de organizações populares em nível local.

Essas organizações ocorriam sob a forma de movimentos reivindicatórios (transporte coletivo, habitação, saúde) e de movimentos de contestação ao modelo desenvolvimentista predatório vigente (poluição urbana, preservação dos recursos naturais, direitos humanos)".
MENEZES, Claudino Luiz. *Desenvolvimento urbano e meio ambiente: A experiência de Curitiba*. Campinas, SP: Papirus, 1996 p. 35.

Obras de tratamento de espaços públicos em bairros populares tornam-se mais comuns (o que não significa que sejam frequentes) a partir dos anos 1990. A introdução de equipamentos de lazer nas áreas mais pobres da cidade (ou a promessa de fazê-lo) revelou ser, para o poder público, um instrumento poderoso para atuar no imaginário da população. Ciclovias, jardins e até piscinas são utilizados nos discursos e adquirem novos significados, tornam-se símbolos de qualidade de vida.

Entretanto, nas áreas periféricas, ainda que seja feita a implantação de equipamentos públicos, vem à tona o problema da manutenção. No início do século XXI, é muito mais provável que surjam verbas para executar os projetos paisagísticos em bairros da periferia do que para mantê-los, ainda mais se forem obras de embelezamento.

Além da imagem

A manutenção é uma ação sobre os espaços públicos que é tão importante quanto o projeto e a execução. O poder público e, especialmente, os arquitetos que projetam os espaços livres tendem a dar muita importância ao projeto e à execução. Depois de pronta e inaugurada a obra, sua missão estaria cumprida. Do ponto de vista do usuário, o fim do projeto não existe, o espaço nasce no momento em que é entregue para o uso e a manutenção tem tanto significado quanto o ato de ter construído.⁷

O projeto, execução e manutenção relacionam-se através da apropriação da população, o que torna interessante avaliá-los conjuntamente. A manutenção é, de modo geral, derivada da adequação do projeto ao uso. Quanto mais o espaço for utilizado e apropriado pela população, maiores serão suas chances de ser conservado por seus próprios usuários e de receber a devida manutenção do poder público.

O sentimento positivo das pessoas em relação aos lugares, a apropriação⁸, passa pela sua utilidade. Um espaço apropriado e que recebe a atenção do poder público induz todo o grupo à conservação. O oposto, a depredação por vândalos é um sentimento negativo, uma reação agressiva, a algo que não permite ser apropriado, como um equipamento ou mobiliário urbano (bancos, lixeiras, telefones públicos, etc) que não tem utilidade ou que esteja deteriorado. Segundo Antonio Colchete Filho⁹, em uma obra de espaço público recém executada, a depredação é geralmente sentida no primeiro lote de equipamentos instalados. À medida que é feita a manutenção e a substituição dos mobiliários, há uma percepção que este pode ser mais durável que o anterior e que os órgãos responsáveis

7 NAMIKI, Fábio. *Manutenção de praças públicas*. Dissertação (mestrado) – Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo. (texto preliminar)

8 A apropriação ocorre quando há comunidade das pessoas com os espaços, quando elas se orientam nele e se identificam. Desta forma, o espaço se torna significativo. Apropriar-se tem o sentido de estabelecer-se.

NORBERG-SCHULZ, Christian. *Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture*. New York, Rizzoli, 1980. In: OBA, Leonardo Iossiak. *Curitiba e seus marcos referenciais urbanos*. São Paulo: 1998. Tese (doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

9 COLCHETE FILHO, Antonio Ferreira. *Estudo sobre mobiliário urbano no Rio de Janeiro: A experiência do Rio Cidade Leblon e Vila Isabel*. Rio de Janeiro: 1997. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

pela manutenção se preocupam com eles, o que ajuda na adesão dos usuários.

Em alguns casos, o vandalismo se confunde com a má execução da obra. Tampões e revestimentos soltos, partes que ficaram por fazer e falta de capricho na execução são percebidos pela população. Mães com crianças são um tipo de usuário particularmente sensível à má execução, à falta de manutenção e também à presença de grupos com comportamentos anti-sociais. Outro serviço importante, ao lado da manutenção, é a vigilância em espaços que não sejam totalmente acessíveis visualmente, como em geral os parques. Em espaços que não sejam vigiados, a sensação de segurança será dada pela possibilidade de controlar visualmente o que acontece no espaço. Ver o que fazem as demais pessoas, quem chega ou se vai, dá a sensação de previsibilidade que, por sua vez, conforta. À noite, uma iluminação bem distribuída é o que permite o controle visual. Em lugares onde há trânsito de veículos, os frades, as guias e a sinalização dão sensação de segurança ao pedestre. A sensação de segurança e conforto são importantes para o pleno uso.

Mesmo garantindo a acessibilidade visual, é possível compor espaços que proporcionem sensações espaciais diferentes. Espaços mais fechados, como uma área de estar entre bancos ou um bosque, ou mais abertos, como uma clareira, espaços maiores ou menores, alternando-se, podem ser surpreendentes e estimulantes para as pessoas. É interessante que o projeto forneça pistas sutis de como o espaço pode ser utilizado: um grande espaço vazio só se justifica se for destinado a grandes espetáculos; ao contrário, um espaço com bancos, com elementos verticais (colunas, árvores, palmeiras, etc), marcos referenciais, eventuais desníveis sugerem às pessoas possibilidades de uso.

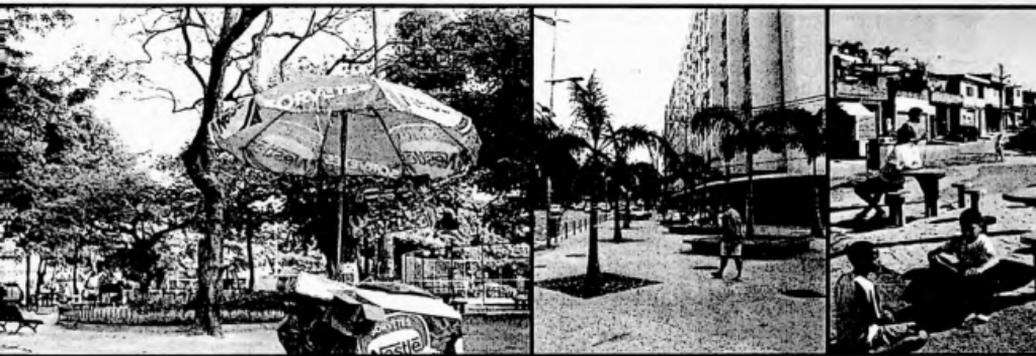
24

As dimensões e a disposição dos equipamentos devem ser favoráveis ao uso e compatíveis com a demanda. As condições ambientais e climáticas deverão ser amenizadas sempre que possível. Onde o sol for inclemente pode haver alguma sombra e eventualmente a vegetação, que umedece o ar e refresca; onde as pessoas são obrigadas a esperar, como nos pontos de ônibus, deverão existir coberturas e anteparos que protejam da chuva, do sol e do vento; onde a brisa for preciosa, não se deve impedir que passe. Entre os atributos que os espaços construídos devem ter está também a integração à paisagem e o respeito ao sítio natural (a topografia, os cursos d'água, etc). São qualidades que minimizam o dano que costumemente a ocupação representa para o meio ambiente.

A utilização de equipamentos e figuras conhecidas pode provocar empatia, reconhecimento. Por outro lado, elementos novos, cenários e fantasias podem servir à realidade, criando novos usos e novas

formas de apropriação. No entanto, podem também ser descartáveis e tornar os espaços rapidamente obsoletos.

A manutenção não deve ter um custo alto demais para o poder público, que freqüentemente atravessa crises financeiras. Para tal é necessário que a execução seja precisa, os materiais utilizados nos revestimentos sejam seguros e duráveis, a vegetação o mais rústica possível e, principalmente, que o espaço sirva à sociedade, como palco da vida cotidiana.



Praça Edmundo Bittencourt (Perxoto) e Rua Haddock Lobo (Tijuca), Rio de Janeiro, e Praça na Avenida dos Metalúrgicos (Guaiunazes), São Paulo

Espaços públicos quando são intencionalmente utilizados estão servindo a requalificações sociais.

Para que um projeto de espaço livre público possa ser considerado adequado, ele deve estar acessível pela população (o que depende de sua distribuição pela malha urbana), deve possibilitar usos distintos para o maior número de pessoas, deve, enfim, convidar à convivência com o outro. Os espaços públicos, como ruas, praias, parques e praças, são dos últimos redutos, no início do século XXI, onde é possível pessoas de diferentes estratos sociais coexistirem. Condomínios residenciais das classes médias e altas, favelas, shopping centers, parques de diversão, são todos ambientes restritivos, com entradas controladas.

Os signos da propaganda incentivam à distinção, à exclusão, ao descarte rápido, o que induz ao consumo. O espaço público deve ter um efeito compensatório aos convites feitos pela propaganda. Isto quer dizer comportar toda a classe de pessoas. Mesmo que pareça singelo – pessoas convivendo em um mesmo espaço – é o princípio para o reconhecimento do outro, do diferente. Esta interação silenciosa não leva a transformações das estruturas sociais mas ensina a viver em sociedade.

Qualificação, requalificação e sobrequalificação

Os projetos feitos pela primeira vez para uma determinada área para estruturar os espaços livres, caracterizando-os esteticamente e funcionalmente, são projetos de qualificação urbana. É o caso, por exemplo, nos loteamentos e condomínios de médio e alto padrão, do projeto de calçadas e áreas de lazer comuns. As incorporadoras compreenderam que estas melhorias valorizam a vizinhança, incorporam-se no valor dos imóveis e aumentam sua liquidez.

Nas favelas a construção das residências se dá antes de qualquer tipo de qualificação urbana e as precárias vias de acesso vão sendo desenhadas conforme são construídas as precárias habitações. Como forma de integrar os moradores das favelas à cidade (que é uma forma de legalidade) e de melhorar a vida nestes aglomerados – atendendo estes eleitores – algumas favelas vêm sendo urbanizadas. O primeiro esforço do poder público geralmente é a regularização fundiária que também dá endereços para as moradias. Segue-se o cuidado com ruas onde os carros conseguem circular, passagens de pedestres, escadarias, tratamento de córregos poluídos. Este é um trabalho de qualificação paisagística urbana que incorpora preocupações de tratamento da paisagem à melhoria das condições sociais.

Espaços morfologicamente estruturados da cidade mas cuja imagem, por motivos diversos, se deseja alterar recebem projetos de requalificação. Há casos, como as reformas do Programa Rio Cidade, nos quais se busca incrementar a imagem dos logradouros através de um projeto de modernização, e casos como os dos centros históricos, nos quais se busca recuperar uma imagem de grande significado, buscando frear o processo de degradação e evasão de investimentos. Reverter o processo de perda de algum tipo de qualidade e adequar uma área a novas funções são formas de valorizar tais espaços.

A intervenção requalificadora pode ainda ter uma outra natureza: a sobrequalificação. Alguns espaços urbanos, mesmo que não haja sinal algum de inadequação ou decadência, são reprojitados, reconstruídos. Este tipo de reforma, quando conduzido pelo poder público, pode ser considerado incoerente com a situação econômica brasileira mas é, ainda assim, executado, sempre em locais de imensa visibilidade e considerado de grande importância para a imagem da administração vigente. Em muitos municípios, as praças centrais passam por reformas sucessivas, antes mesmo dos projetos anteriores terem envelhecido, simplesmente por se tratar de espaço livre público mais visível da cidade.

Obras de embelezamento, em trechos da cidade estruturados e altamente valorizados, para valorizá-los ainda mais, podem também ser consideradas sobrequalificações. A Barra da Tijuca, no Rio de

Janeiro, teve sua urbanização iniciada nos anos 1970 e ainda hoje possui enormes glebas por ocupar. Muitos dos parques e praças que estão sendo implantados, não existiam. Entretanto, um bom número de áreas públicas sequer tem público para frequentá-las. O papel destes projetos paisagísticos acaba sendo de criar um cenário para a valorização do bairro.

As obras públicas de organização do espaço urbano podem, portanto, ser consideradas como obras de qualificação, requalificação ou sobrequalificação paisagística, dependendo do local que é objeto da transformação. Mesmo que seja difícil medir as formas como estas obras mudaram a condição de vida das pessoas – transformações indiretas e subjetivas – os processos devem ser descritos e analisados.

Praças públicas na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro



Foto: Paulo de Lencastre



Praça São Perpétuo



Praça Pimentinha

A Praça Pimentinha tem paredes de escalada e a São Perpétuo, que fica junto ao calçadão da praia, tem quadras, playground e piso para patinação e eventos. Todas foram feitas com projetos bem elaborados e acabamento de qualidade. Sobram opções de lazer a seus moradores; sua maior função é *sobrequalificar* a Barra da Tijuca.



Pérgulas na Praça das Rosas e na Praça São Perpétuo

Projetos de visibilidade

Os projetos paisagísticos estão tradicionalmente incorporados a alguns tipos de intervenções do Estado, ora como o centro desta intervenção (caso das áreas de lazer ou da organização do espaço urbano), ora como complemento a alguma outra obra (caso das obras do sistema viário). Além da questão do embelezamento e da criação de imagens, os projetos solucionam efetivamente questões funcionais, de circulação, de usos e mesmo de infra-estrutura.

Estas intervenções freqüentemente são feitas em lugares da cidade de grande visibilidade. Os espaços urbanos são visíveis quando são relacionados a recursos paisagísticos naturais, quando são funcionalmente vitais para as cidades ou abrigam usos de maior prestígio (como as festas tradicionais) ou criados.

Os usos que recebem maior atenção são aqueles relacionados à circulação, ao lazer, à cultura ou ao turismo. Os calçadões, vias expressas, parques urbanos e espaços culturais são considerados espaços-símbolos das cidades. O lazer – lazer esportivo e recreação infantil – tem sido o uso preferido dado aos espaços públicos pelas municipalidades. As pessoas, como hábito de comportamento, passaram a se preocupar mais com o corpo e com a saúde a partir dos anos 1980 de forma a dar crescente visibilidade para os espaços que se prestam ao lazer. Se estiver associado à possibilidade de fruir a natureza, como em parques, praças e calçadões, tanto mais visível.

A vinculação dos espaços com usos culturais (museus, teatros, espaços para eventos musicais, festas populares, etc), 'gastronômicos' (bares, lanchonetes e restaurantes) e de consumo de modo geral (lojas diversas) tem sido uma forma eficiente de dar prestígio às intervenções e promover o turismo que, por sua vez, pode influenciar investidores a estabelecerem seus negócios na cidade. Além da propaganda que fazem, são usos de fato, sociais e divertidos, que incentivam a apropriação pela população local.

Temos como principais intervenções relacionadas a projetos paisagísticos:

- Valorização de bairros da elite
- Valorização de edifícios
- Revitalização dos centros principais e dos centros históricos
- Revitalização dos subcentros
- Criação ou reforma de áreas de lazer ou sistemas de áreas de lazer
- Criação ou reforma de espaços à beira-água
- Urbanização de favelas
- Valorização de sistemas viários ou de transporte público

Revitalização dos centros principais e históricos

O centro tradicional das cidades é o espaço de maior significado, de maior volume de circulação de pedestres e de maior visibilidade. Seu significado tem relação com a história, a identidade do povo, a arte e a técnica. A prosperidade de uma comunidade e sua riqueza estão simbolizadas no centro. A renovação contemporânea destas valiosas áreas tende a começar pela renovação dos espaços públicos, o que torna as intervenções paisagísticas o ponto de partida.



Calçada da Rua XV de Novembro, Curitiba

Nos anos 1970, face ao trânsito que se apresentava nessas vias, impedir a circulação de automóveis foi uma forma de aumentar o conforto dos pedestres e reforçar o comércio local, que sofria com o impacto da concorrência do comércio dos bairros e dos novíssimos shopping centers.

Até a metade do século XX, todos os centros das cidades brasileiras abrigavam as sedes do poder político e econômico. No processo, comum a muitas cidades, de transferência das camadas de alta renda para outros bairros, atividades a elas estreitamente vinculadas mudam-se do centro. A transferência do comércio e serviços sofisticados transformou as áreas centrais que se popularizaram.

Em muitas cidades, seguindo uma postura política generalizada nacionalmente, as funções administrativas foram deslocadas para um centro administrativo ou "centro cívico" como se convencionou chamar. Cada vez que as administrações públicas tiram seu aparato ou parte dele do centro, um grande número de funcionários públicos deixa de ser usuários daquele espaço, que perde um tanto de sua vitalidade e diversidade.

Em São Paulo e Salvador, o processo de abandono do centro pelas camadas de alta renda é mais marcante. Em São Paulo, por exemplo, a burguesia não havia se instalado no centro propriamente dito mas próximo a ele em bairros que não criaram relações com o centro. Dado o novo poder de mobilidade das burguesias pelo território e a produção de novos pontos pelo capital imobiliário, as camadas de alta renda se transferem do centro principal. O novo centro de comércio e serviços que passa a atendê-las tem características muito diferentes do centro principal: não concentra o número maior de empregos nem atrai o maior número de viagens intra-urbanas; é fragmentado por todo um setor.¹⁰

O centro principal permanece dinâmico, porém popular. Abandonado pelo capital imobiliário, praticamente não são construídos edifícios novos e os existentes, mal conservados, degradam-se. A partir do final da década de 1970, as administrações municipais, então, adotam medidas para a manutenção ou revitalização dos centros. Contraditoriamente, o Estado e as burguesias, assim que se retiram da área central, passam a ter que investir ainda mais nele para manter o bom aspecto dos espaços que sua própria ação desvalorizou. O centro permanece dinâmico com a popularização do comércio e dos serviços, mas suas edificações não se renovam e muitas se deterioram.





Praça da Sé, Salvador

A Praça da Sé, acima, em 1994, logo após as primeiras etapas do Projeto de Recuperação Física e Econômica do Centro Histórico de Salvador e, ao lado, em 2004, após sua reforma, projeto do arquiteto Assis Reis. O Pelourinho é utilizado pelo Governo do Estado da Bahia como um espaço de representação de poder e presença

Como coração simbólico dos centros principais, há em muitas importantes cidades os centros históricos, constituídos quando os automóveis não eram os meios de transporte predominantes. Os centros possuem, por esta razão, características muito peculiares que tornam prazeroso percorrê-los à pé. As edificações chegam ao alinhamento dos lotes e definem as vias, na justa escala do pedestre.

Estes centros têm sido alvo de ações políticas que tiram proveito da qualidade paisagística intrínseca a eles. Os cenários são recriados e novos usos são estabelecidos. As fachadas são restauradas, ganham novas cores e uma iluminação que as valorize; o comércio, os restaurantes e os eventos culturais são incentivados e a população local, dependendo do tipo de intervenção, acaba sendo retirada.

Atuar sobre eles é um grande atrativo para os administradores e é, de fato, realmente uma necessidade social. As obras, em geral, não visam apenas a comunidade local mas também a projeção da cidade frente às outras e aos seus visitantes. É a construção da imagem contemporânea da cidade.

Revitalização dos subcentros

Os subcentros são as aglomerações de comércio e serviços diversificados nos bairros que representam papel complementar de centro de atividades¹¹. Sua área de influência é uma parte da cidade, não a cidade inteira. Nestes subcentros são feitas muitas das transferências de transporte (entre trem/ metrô e ônibus ou entre linhas de ônibus). Assim como os centros principais, os subcentros também exigem e atraem projetos públicos pela demanda de uso e, conseqüente, visibilidade.

Alguns subcentros no Rio de Janeiro e São Paulo, especialmente, se verticalizaram mas a maioria permanece predominantemente horizontal. As suas principais características morfológicas são prédios

11 VILLAÇA, Flávio. Espaço Intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

de dois andares, grande diversidade de comércio e serviços oferecidos, calçadas invariavelmente insuficientes para o volume de passantes, congestionamentos. Podem ser encontrados consultórios médicos e dentários, igrejas de diversos credos, lojas de móveis e de eletrodomésticos, magazines, cursinhos, bares, restaurantes, casas noturnas, etc. coexistindo com o uso habitacional.

O público que predomina pertence às camadas médias e baixas, usuários do transporte público que ali se concentra. As camadas altas, em sua opção pelo automóvel, procuram evitar, sempre que possível, estas aglomerações congestionadas e, no imaginário de muitos, perigosas. Os ambulantes ou camelôs, atraídos pelo grande fluxo de pessoas, reforçam o congestionamento das calçadas (espaço público por excelência).



Projeto do arquiteto Tito Livio Frascino para o Concurso Público de Reconversão Urbana do Largo da Batata, São Paulo

Em 2002, o Largo da Batata, no bairro de Pinheiros é um subcentro e foi objeto de um concurso mas não teve obras executadas. O fato de estar em uma das pontas da Avenida Faria Lima lhe dá maior visibilidade.



Cruzamento no Largo da Taquara, Rio Cidade Taquara



FOTO: TITTO LIVIO FRASCINO



Salda do Terminal Ferroviário, Rio Cidade Bangu

O Programa Rio Cidade, iniciado em 1993, requalificou subcentros, espaços de grande movimento e, portanto, de visibilidade. Foram, entre outras medidas, disciplinados os estacionamentos, instalado novo mobiliário urbano e removido ou transferido o comércio ambulante.

Espaço de estar na Travessa Almerinda Freitas, Rio Cidade Madureira

Áreas de lazer ou sistemas de áreas de lazer

Só a partir da segunda metade do século XX, pelo aumento da demanda decorrente da urbanização, praças e parques passaram a ser feitos pelo país em larga escala, com sucesso tanto político como social. Para Silvío Macedo¹², o crescimento populacional e o desenvolvimento de novos hábitos e paradigmas culturais foram os responsáveis pelos modernos parques e praças. Entre os novos hábitos estão o banho de mar ou piscina e as práticas esportivas, trazidas pela elite. O crescimento populacional, que se tornou latente nos anos 1950, levou à progressiva ocupação de espaços (ruas com pouco movimento, várzeas e terrenos baldios) que antes podiam ser utilizados para as atividades recreativas.

Parque dos Cambaras e o Bosque dos Italianos, Campinas | SP

O primeiro, junto a conjuntos habitacionais, tem funções de lazer esportivo e intensamente utilizado. O segundo, mais contemplativo, preserva o bosque junto ao um barro de alto padrão.



Nos parques conservou-se o hábito do passeio contemplativo (que também havia sido introduzido pela elite) por caminhos sinuosos em meio ao arvoredo e em torno de lagos. Os parques antigos foram apenas remodelados, com as pontes e os quiosques mantidos, e em muitos casos houve a introdução de quadras esportivas, playgrounds, churrasqueiras, pistas de cooper e ciclovias. Novos parques foram criados em todas as grandes e médias cidades, oferecendo inúmeras possibilidades para o lazer ativo.

A partir dos anos 1980, os parques ganharam uma dimensão que antes não era tão percebida pelo grande público: a preservação da natureza. Ainda que muitos não guardem de fato ecossistemas originais, são, no imaginário coletivo, associados ao verde, ao ar puro e à natureza distantes. Deste fato resulta que muitos parques criados na década de 1990 possuem um núcleo processado e equipado para o lazer e, no restante da área, bosques com, no máximo, trilhas. Ecossistemas delicados, como charcos, manguezais, dunas e matas de restinga, no passado, não eram dignos de conservação,

12 MACEDO, Silvío. *Quadro do Paisagismo no Brasil*. São Paulo, 1999.

mas ganharam popularidade (por vezes) e muitos novos projetos de parques são feitos com base em tais ecossistemas.

As praças adquirem funções variadas¹³. Nos centros e subcentros, além de serem um contraponto ameno à densa ocupação, articulam a circulação de pedestres. Nas áreas residenciais, as praças se consolidam como espaços de lazer e de convivência para os moradores do entorno próximo – o lazer esportivo e a recreação infantil foram definitivamente incorporados.

Menores, dispersas pela cidade e mais numerosas que os parques, as praças, mesmo quando equipadas e intensamente utilizadas, são mais sujeitas a problemas de manutenção pela inexistência, de modo geral, de estruturas de gestão que garantam a continuidade desse serviço.

Espaços à beira-água

A orla, nas cidades litorâneas, atrai grande número de usuários, tanto do entorno próximo como de bairros distantes, e de visitantes em busca da vista para o mar e das atividades de lazer que o espaço oferece. A grande vocação das praias urbanas a partir do século XX, no Brasil, é serem grandes parques.

O projeto paisagístico de orla que se tornou modelo para todo o país foi o implementado em Copacabana nos anos 1970, concebido pelo paisagista Roberto Burle Marx. Abrange os quatro quilômetros da beira de praia e possui calçadas generosas, área para mesinhas, vagas para automóveis, vegetação cuidadosamente selecionada e vistosos pisos de mosaico português coloridos desenhados por Burle Marx.

³⁴ O projeto pioneiro, no entanto, não foi o calçadão de Copacabana mas o parque implantado no final dos anos 1930 na orla de Santos. Os jardins de Santos, que formam um conjunto de mais de cinco quilômetros de extensão ao longo das areias de José Menino, Gonzaga, Boqueirão e Ponta da Praia, possuem uma largura média de 50 metros e têm desenho eclético. Muitos consideram ultrapassado o estilo adotado no desenho dos pisos e na composição dos jardins, não inspirado na arquitetura e na natureza brasileira (tão interessantes para compor ambientes tropicais à beira-mar). Mas a população de Santos ofende-se com as críticas mostrando que se apropriou do projeto.

O turismo no Nordeste foi incrementado pela implantação de calçadões à beira-mar. Além de emoldurarem a vista da praia, possuem equipamentos dispostos ao longo dos calçadões como ciclovias,

¹³ ROBBA, Fábio e MACEDO, Sívio Soares. *Praças Brasileiras*. São Paulo: Edusp, 2001.

quadras esportivas, playgrounds, chuveiros e quiosques, além da vegetação, coqueiros e árvores como o chapéu-de-sol, sombreando agradavelmente o visitante do forte sol da região. Nos calçadões das capitais do Nordeste o movimento é muito intenso, tanto de dia quanto à noite. O horário de maior afluxo é o do final da tarde, início da noite, quando muitos moradores terminam seus afazeres e vão para o calçadão fazer exercícios ou encontrar os amigos. As avenidas à beira-mar concentram grande número de hotéis e muitas festas e eventos importantes são realizados nelas, como as micaretas (ou carnavais fora-de-hora), que têm atraído grande número de turistas de todo país e, em especial, dos outros estados da região nordeste.

Calçadão de Copacabana, Rio de Janeiro

O Projeto Orla, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, em 1992, acrescentou quiosques padronizados e uma ciclovia mas não alterou o projeto que permanece como paradigma de calçadão de praia.



Calçadão da praia de Pajuçara, em Maceió | AL e da praia de Atalaia em Aracaju | SE

O poder público incrementa o uso através do projeto, implantação e manutenção de calçadão e de equipamentos de lazer. Em Maceió, o contraste do cuidado entre a orla e o restante da cidade (inclusive o seu centro principal) foi latente, ao longo dos anos 1990. Nesta década, em Aracaju foi construído o calçadão para impulsionar o uso deste espaço. Aracaju teve sua urbanização voltada para o Rio Sergipe e conta com uma orla menos privilegiada.



Calçadões em torno de rios ou lagos em cidades interiores e mesmo nas litorâneas, também gozam de grande prestígio. O Parque Cultural Esporte e Lazer da Ponta Negra, em Manaus; a Lagoa da Jansen, em São Luís; o Dique do Tororó, em Salvador, e o Parque da Orla Lago Sul, em Brasília, são exemplos. Nos anos 2000, surgem novos paradigmas de projetos à beira d'água no país: a requalificação da área portuária em Belém – a Estação das Docas com os galpões restaurados para usos culturais, eventos, restaurantes, e lojas; e os piscinões – com características de parque, clube e calçadão, como o de Ramos, na zona norte do Rio de Janeiro.

Urbanização de favelas

Reurbanizar favelas é outra medida popular e necessária que se impõe de forma urgente às administrações municipais, como uma forma de minimizar problemas sociais e de o Estado se mostrar presente nestas comunidades. A incapacidade do Estado em organizar o crescimento habitacional permitiu que, em 2004, cerca de 20% da área urbanizada das grandes cidades brasileiras, tenham sido ocupadas pelas favelas e loteamentos clandestinos. O entorno da represa de Guarapiranga, em São Paulo, por exemplo, previsto por lei como área de preservação de manancial, foi em grande parte ocupado por moradias precárias. A reversão da situação não é mais possível.

A cidade informal, cuja existência era antes negada pelos governos, vem pouco a pouco sendo reconhecida. Os códigos e mesmo os urbanistas (que afirmam que terrenos com declividades superiores a 30% não poderiam ser ocupados) têm que mudar seus discursos face à realidade e indicar as possibilidades. Teríamos menos problemas ambientais, sociais e de segurança geotécnica a curto, médio e longo prazos se o Estado se antecipsasse à improvisação, promovendo critérios adequados (e realistas) de ocupação.

No Rio de Janeiro, as primeiras intervenções em favelas foram feitas durante a gestão de Leonel Brizola (1983-1987). Até então a idéia que se tinha é que as favelas deveriam ser, um dia, removidas. Eram obras pequenas, de infra-estrutura, que deram segurança aos moradores das favelas de que não seriam expulsos. Com isso, as famílias promoveram melhorias em suas casas e revelaram uma enorme poupança, um investimento que não poderia ser desprezado¹⁴.

Quando se reconhece o esforço do morador da favela na produção de sua habitação e se leva a eles a infra-estrutura oferecida na cidade oficial, desloca-se a noção de *deficit habitacional* para a de *deficit urbano* que, de acordo com Sérgio Magalhães¹⁵, leva à construção de cidade e não de casas. Em São Paulo, a gestão de Luísa Erundina tendeu à urbanização ao invés da remoção. Como no Rio de Janeiro, a ação se justificava como uma forma de melhor aproveitar os escassos recursos públicos pois o custo de instalação de infra-estrutura é menor do que o de construir unidades habitacionais. Estima-se em 1,3 mil dólares os custos de urbanização, por família, e 14 mil a remoção do núcleo e a construção de uma unidade habitacional.¹⁶

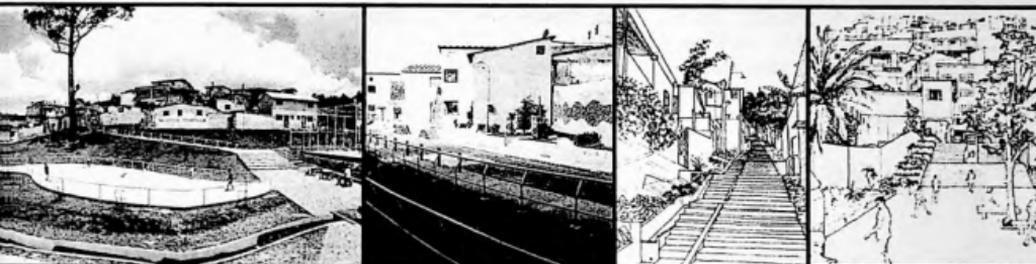
O Programa Favela-Bairro da prefeitura do Rio de Janeiro foi um programa piloto para intervenções urbanísticas nas favelas, iniciado em 1994, inovador porque não havia formas consagradas para se intervir em favelas. Sua maior novidade estava em não oferecer

14 Uma enorme poupança foi revelada. O urbanista Manoel Ribeiro calcula que se cada casa tiver sido reformada a um custo de R\$ 10 mil e sendo 10 mil habitações o número médio de uma favela de porte médio no Rio de Janeiro, por favela tem-se pelo menos R\$ 10 milhões investidos na melhoria das condições de vida nestes lugares pela própria população.

15 MAGALHÃES, Sérgio. *Sobre a cidade: habitação e democracia no Rio de Janeiro*. São Paulo: Pro Editores, 2002.

16 Estimativa da GEU Favelas, de São Paulo. SILVA, Ana Amelia (org). *Urbanização de favelas: duas experiências em construção*. São Paulo: PÓLIS, 1994. A prefeitura do Rio de Janeiro, de acordo com entrevistados, calcula em mil dólares e 5 mil dólares para a construção de uma nova moradia.

apenas infra-estrutura (abastecimento de água, instalações de esgoto, drenagem pluvial, coleta de lixo, contenção de encostas, etc) mas espaços e edificações destinados a atividades educativas, culturais, esportivas e de lazer, como centros comunitários, campos de futebol, quadras, arquibancadas, vestiários, ciclovias, praças e parques.



Espaços para uso coletivo em favelas no Jardim Esmeralda e no Parque Amélia, junto à Guarapiranga, São Paulo

FONTE: FRANÇA, E. *Guarapiranga - Recuperação urbana e ambiental no município de São Paulo*. São Paulo: M. Carniolo arquitetos, 2000.

Propostas do Programa Favela-Bairro, Rio de Janeiro

Desenhos das equipes 102 e 108 no concurso que selecionou os profissionais que desenvolveriam os projetos. Ao contrário das obras de infra-estrutura, a implantação de espaços de lazer nas favelas é uma inovação deste programa mas é uma ação que ainda tem mais peso no discurso que na prática.

FONTE: DUARTE, Cristiane; SILVA, Osvaldo; BRASILEIRO, Alice (orgs). *Favela, um bairro: propostas metodológicas para intervenção pública em favelas do Rio de Janeiro*. São Paulo: Proeditores, 1996.

Estes equipamentos compõem o programa no imaginário da população, eles representam a cidade oficial. Para o desenho destes espaços e equipamentos, os arquitetos e urbanistas precisam escolher entre a ação de apenas identificar os espaços significativos para que a população depois construa seus símbolos, ou a de criar estes símbolos, figuras que representem a cidade oficial e tornem a ação percebida, reconhecida.

Valorização de sistemas viários ou de transporte público

Nas obras de sistema viário, o desenho de calçadas, de pontos de travessia, de canteiros centrais, de monumentos, da iluminação pública, todos os elementos que definem e dão qualidade ao espaço do pedestre deveriam receber um projeto paisagístico, o que não é frequente. As calçadas resolvem questões de drenagem (organizando as bocas-de-lobo) e disciplinam os usos, estabelecendo o espaço do automóvel e o do pedestre. Para os urbanistas, são a síntese da vida urbana.

Em São Paulo, a urbanização do Vale do Anhangabau, concluída em 1991, era a obra de sistema viário mas o que deu sentido a ela foi a obra de paisagismo, que resolveria a travessia de pedestres. A Avenida Paulista, em São Paulo, recebeu nos anos 1970 um projeto que incluiu a criação de canteiros, a implantação de um sistema de sinalização inovador e a padronização de mobiliário urbano como pontos de ônibus. Este conjunto de ações conferiu clareza formal à

avenida, valorizou seu espaço para os novos usos então em implantação e possibilitou a identificação de que, aquele, se tratava de um espaço diferenciado da cidade.

As novas obras viárias, por vezes, criam espaços residuais (muitos recebem a denominação praça ainda que não permitam uso algum) que podem receber tratamento paisagístico mas a realidade de muitos complexos viários construídos neste período (1980-2000) é a total exclusão do pedestre. Em São Paulo, obras caras, como complexos viários, túneis, viadutos e um bom número de avenidas, raramente são utilizadas pelos meios de transporte público e não têm estrutura alguma para o pedestre. Muitas vezes não possuem sequer calçadas.



Centro central da Avenida Bady Bassit, São José do Rio Preto | SP e Praça do Metrô Paraisópolis, São Paulo

O tratamento paisagístico de avenidas está mais relacionado ao embelezamento dos espaços valorizados da cidade. Praças como as da Companhia do Metrô, em grande parte executadas nos anos 1970, organizam espaços onde circulam diariamente grande número de pessoas.

As obras do metrô em São Paulo e no Rio de Janeiro possibilitaram a criação de inúmeros logradouros com projetos paisagísticos de importância ao longo das linhas. Segundo Vladimir Bartalini¹⁷, os recursos para o Metrô e para os projetos de renovação urbanística foram relativamente fartos e permitiram não só a transformação da Praça da Sé e do Largo de São Bento como a reformulação das praças de bairro (com exceção da Praça da Árvore e do Largo Ana Rosa) e a criação de praças no Brás, em Santa Cecília, em Santana e na Estação Conceição.

A Companhia do Metrô aliou à sua imagem de meio de transporte eficiente a de agente modernizador de espaços urbanos. Ainda que os projetos não se diferenciem da linha projetual adotada em outros projetos da prefeitura na época, o padrão construtivo, os materiais especificados e a manutenção eram (e são) invariavelmente melhores e isso os destacava dos demais.

17 BARTALINI, Vladimir. *Praças do Metrô: erro, produção, cenário, atores*. São Paulo: 1998. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

02

Práticas urbanísticas



Porto do Rio: planta do Potencial de Renovação

Rio Cidade Ilha do Governador

Projeto para Praça Mauá

IMAGENS FORNECIDAS PELO I.P.P. - INSTITUTO PEREIRA PASSOS;
PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO

No plano político, uma grande alteração na forma de se fazer o planejamento das ações governamentais se deu ao longo dos últimos vinte anos do século XX. Com a redemocratização ocorrida nos anos 1980, o planejamento, tanto das atividades econômicas como do meio físico, em todos os seus níveis, deixou de ser feito de forma centralizada e grandiosa, com vistas ao desenvolvimento da indústria de base e à integração nacional, como foi durante os governos militares, e passou cada vez mais a ser feito localmente, em função das demandas existentes. Intensificou-se a discussão sobre o papel do município e foi como se tivessem descoberto que o nível local é onde há maiores condições para prevenir e resolver os problemas.

A partir de 1964, os governos militares impõem às áreas metropolitanas o desenvolvimento dos Planos Diretores de Desenvolvimento Integrados – os PDDIs, para estabelecerem diretrizes para o controle da produção e do desenvolvimento do espaço urbano. Os municípios então elaboraram planos diretores que, apesar de terem evoluído ao longo das décadas, obedeceram apenas a um ritual burocrático, com poucas exceções. Os planos diretores eram apresentados no final de uma gestão e submetidos à revisão no início da gestão seguinte. Ou então, eram utilizados para captação de recursos e financiamento de obras de infra-estrutura que beneficiaram grandes grupos econômicos.

Ainda que os planos a longo prazo de objetivos definidos em gabinete não tenham resolvido as questões urbanas, o planejamento centralizado institucionalizou uma série de controles numéricos que passaram a desenhar a cidade, juntamente com as redes de sistemas viários. Este urbanismo normativo só valeu (e vale) para a cidade oficial, não para aquela que se faz à margem da lei, a das favelas e dos loteamentos clandestinos. Mesmo na cidade oficial, há interesses econômicos e políticos envolvidos e um certo grau de corrupção que permitem que a lei seja flexibilizada.

O planejamento moderno com suas preocupações apenas no plano bidimensional (traçado das vias, uso do solo e controles numéricos genéricos como taxas de ocupação, coeficientes de aproveitamento e recuos obrigatórios) aniquilou a tradição do urbanismo como o

desenho da cidade. Na Europa e nos Estados Unidos, surgem movimentos contra o funcionalismo, o planejamento moderno e a excessiva preocupação com os automóveis. A falta de uma disciplina que cuide das relações tridimensionais dos volumes construídos, o *urbanismo*, compromete os monumentos das cidades, ou seja, a existência de referenciais, de pontos excepcionais, históricos ou não. Para os críticos, compromete também a cidade como um todo. A periferia ficaria condenada a desproporções, a erros de escala, à feiúra.

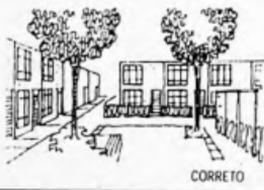
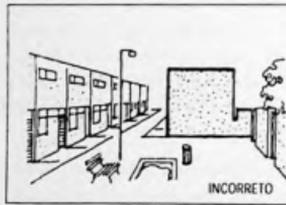
Os urbanistas resgatam, portanto, conteúdos e regras urbanísticas anteriores ao modernismo e vinculadas aos interesses clássicos – da cidade barroca do século XVIII aos tratadistas do renascimento. Passam a ser defendida a percepção dos espaços urbanos pelo pedestre – a visualidade das formas, escalas e relações espaciais. O sentido das cidades estaria em sua fisionomia.



Desenho urbano, por Dieter Prinz

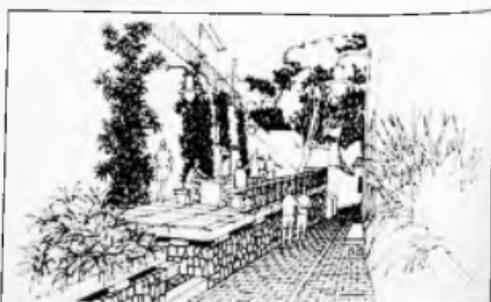
O urbanista alemão prefere as cidades antigas, quando as vias eram adaptadas às particularidades da paisagem (e não a paisagem ao plano de trânsito). Mas seria uma questão de cuidar dos pormenores: os renques de sobrados, por exemplo, não devem terminar em empenas cegas, devem ter janelas e outras expressões individualizadas.

FONTE: PRINZ, Dieter. *Urbanismo II* – Configuração urbana. Lisboa: Presença, 1980.



Área central, Rio de Janeiro

Desenhos do projeto para o Morro da Conceição, de 2002, com cuidados com a configuração urbana.





Avenida 23 de Maio, São Paulo

As grandes cidades brasileiras são híbridas. O urbanismo moderno resultou em grandes avenidas, shopping centers e condomínios fechados.

Estas teorias urbanísticas, que valorizam as formas urbanas, as ruas tradicionais, das identidades locais e da participação da população vão tomando forma no Brasil nas últimas décadas no século XX. Juntam-se a estas as discussões sobre a preservação do meio ambiente e a valorização dos recursos naturais. Como veremos, estes princípios estarão na base de muitas das novas intervenções feitas nas cidades brasileiras – intervenções de desenho urbano ou projeto paisagístico.

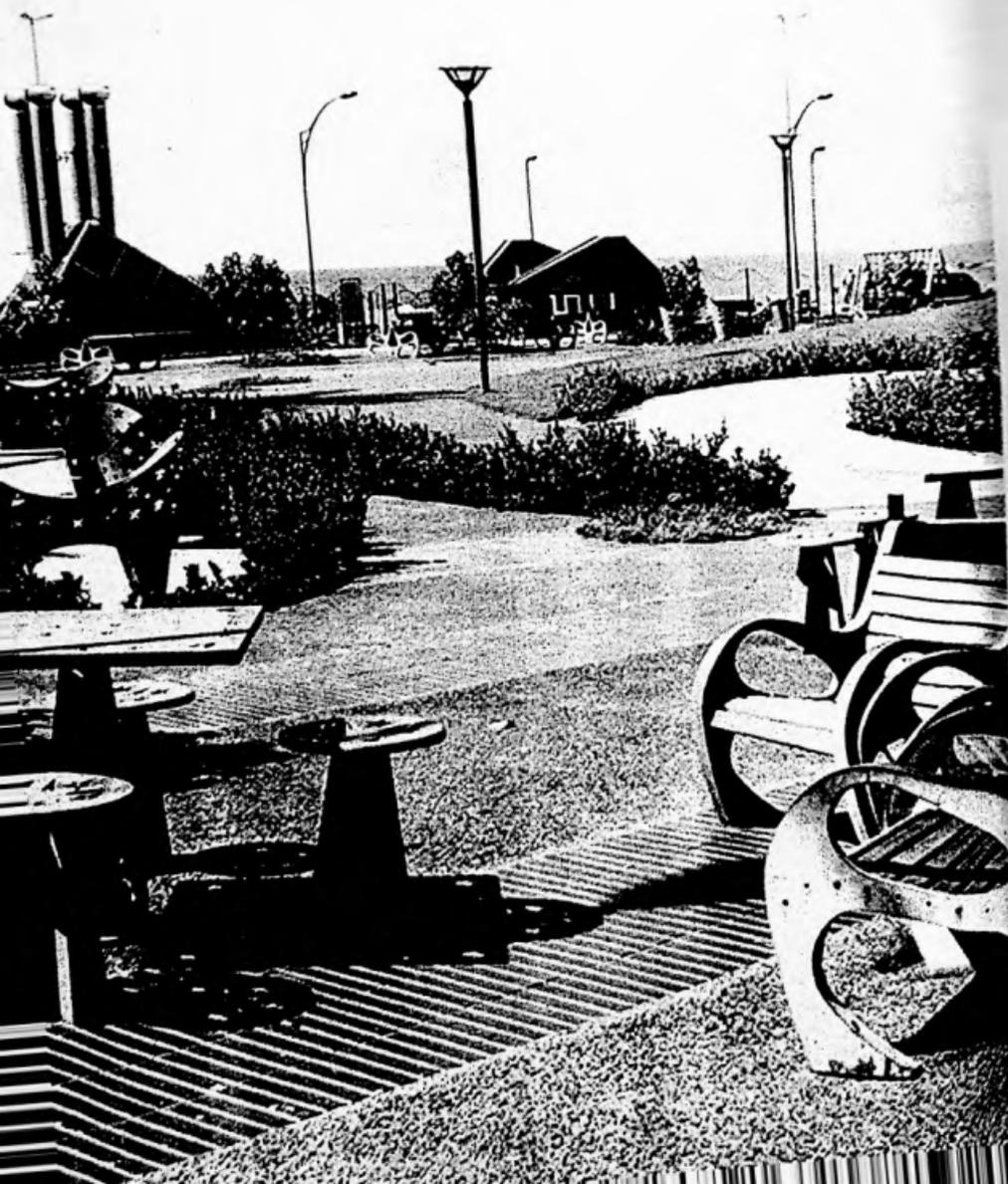
Pode ser denominado *projeto paisagístico* desde o desenho da paisagem urbana até a qualificação de pequenos espaços livres. O *desenho urbano* envolve ações de natureza semelhante ao projeto paisagístico: ora um ora outro nome é assumido em função da conveniência para o entendimento. São projetos que dão valor à coerência do panorama da cidade, às relações entre edifícios antigos e novos, às formas do espaço. Suas preocupações são as calçadas, o mobiliário, a vegetação (quando cabe no lugar), os detalhes, a escala de cada elemento no conjunto e, principalmente os usos que as pessoas farão dos espaços.

A representação destes projetos, ao contrário das normas e controles numéricos, é feita através de perspectivas ou maquetes cujo entendimento é acessível a todos, não apenas aos técnicos. Estas representações são ferramentas poderosas para a avaliação de como o que é proposto, o novo, se conjuga com as construções existentes e, avaliadas, as propostas podem ser recusadas ou corrigidas.

Desprestigiados, os planos diretores abriram caminho para novos paradigmas de urbanismo. Da incapacidade dos planos diretores de cuidar tridimensionalmente da composição dos espaços da cidade ganharam impulso as intervenções de requalificação urbana – projetos paisagísticos ou de desenho urbano. Da incapacidade dos planos diretores de reger as forças econômicas e sociais que atuam no espaço urbano surgem os planos estratégicos e as operações urbanas.

Os planos estratégicos têm sido descritos como planos de ações econômico-político-territoriais visando a solução de problemas atuais. Baseados na limitação de recursos do Estado para a promoção de obras, estes planos buscam articular os agentes que constroem as cidades, ou seja, a iniciativa privada. Como plano, teria surgido para substituir os desacreditados planos diretores mas o termo plano estratégico tem sido também usado genericamente como sinônimo de programa de governo. Termo novo, tem ainda credibilidade e soa moderno nos discursos políticos.

Um dos objetivos mais propalados dos planos estratégicos é o de estimular o desenvolvimento para tornar as cidades adaptadas e competitivas ao contexto da globalização. A cidade deve mostrar



**Praça Nossa Senhora da Luz,
na Pituba, Salvador**

Inaugurada em 2000, esta praça foi executada nos mínimos requintes de projeto e faz parte de um conjunto de espaços tratados, porém não articulados, ao longo da orla-vitrine.

credibilidade (através de gestões urbanas de formatos empresariais) e um rol de qualidades para atrair potenciais investidores e empregos. Estas qualidades são serviços e infra-estrutura para o atendimento dos setores ligados às novas atividades "globais" ~ como aquelas relacionadas ao mercado financeiro, às grandes corporações, à tecnologia de ponta, ao turismo.

As operações urbanas são os convênios com a iniciativa privada propriamente ditos, para canalizar investimentos em um setor da cidade. São de fato operações imobiliárias de grande porte que nada têm a ver com a melhoria das condições de vida da população. Em São Paulo, as operações urbanas ficaram caracterizadas pela delimitação de um perímetro que é favorecido por leis que preveem flexibilidade aos limites estabelecidos pela lei, mediante o pagamento de uma contrapartida financeira à prefeitura. Por esta lei, podem haver concessões não onerosas, entendidas como estímulos aos investimentos, e os recursos só podem ser usados em melhorias urbanas na própria região.

Há alguns autores alertando para o perigo que os discursos dos planos estratégicos ocultam. As discussões sobre produtividade e competitividade para inserir as cidades na nova economia global podem suplantam de temas como o crescimento desordenado, a reprodução da força de trabalho, a distribuição dos equipamentos de uso coletivo e os movimentos sociais urbanos¹. A necessidade (inventada) de mostrar as cidades como lugares ideais para o capital leva o poder público a tratar fragmentos da cidade, a ocultar os conflitos existentes e as partes *feias* das cidades².

No planejamento estratégico, os projetos paisagísticos ou de desenho urbano não têm nenhuma relação hierárquica com o plano, são paralelos. Os projetos podem assumir duas funções: uma delas, a de fixar imagens, como logomarcas, valorizando lugares valorizados, sugerindo que aquela cidade é moderna e diferente das demais e que sua administração é dinâmica e eficiente. Outra função é a de desencadear transformações físicas e econômicas nas áreas circundantes para valorizar pontos da cidade que se encontram desvalorizados. A requalificação física funcionaria como um reagente químico, gerando a requalificação econômica daquela área.

Os projetos de visibilidade – os grandes projetos pontuais e os programas para toda cidade – cumprem desígnios dos discursos do planejamento estratégico.

1 VAINER, Carlos B. *Patria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico*. Rio de Janeiro, 1999. In: LEITE, Maria Ângela Faggin Pereira. *Uso do território e investimento público*. Texto de aula - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

2 Otília Arantes alerta para o perigo de se trocar simplesmente uma ideologia pela outra. A ideologia do fragmento poderia significar o ocultamento dos conflitos existentes e um estreitamento das possibilidades de mudança do real. O ocultamento dos conflitos se daria pela falsa valorização das heterogeneidades, das identidades, sem o enfrentamento das práticas segregacionistas, e o estreitamento de possibilidades se daria pela falta do ônus de encerrar o todo - os novos planos estariam livres para valorizar setores delimitados para grupos específicos.

ARANDES, Otília. *O lugar da arquitetura depois dos modernos*. São Paulo: Nobel/Fapesp, 1993.

Escalas: a prática cotidiana, os grandes projetos pontuais e os programas para toda cidade

Muitas das intervenções que os governos municipais e estaduais fazem no espaço urbano são ações rotineiras, frutos da necessidade de proporcionar áreas tratadas para o lazer e de demonstrar consideração por um espaço público. São ações que fazem parte do escopo de trabalho de órgãos públicos, como as secretarias de obras, de urbanismo ou de meio ambiente³, que vão desde a manutenção de canteiros de avenidas à construção de uma quadra esportiva em uma praça de bairro e mesmo a implantação de um parque segundo os moldes de dezenas de outros pelo país.

No Rio de Janeiro, por exemplo, a Fundação Parques e Jardins - FPJ concentra as atividades rotineiras da prefeitura relativas a implantação e conservação de parques e praças, monumentos, chafarizes e coretos, playgrounds, do reflorestamento, da arborização (poda, remoção e plantio) e da produção de espécies vegetais destinadas aos logradouros públicos. São mais de 1839 praças e parques sob sua responsabilidade. Para se ter uma idéia do porte de suas atribuições é a FPJ que o carioca deve procurar para: o licenciamento de jardineiras e frades (obstáculos nas calçadas); licenciamento de quiosques de plantas; licenciamento de exploração de brinquedos elétricos em parques, praças e jardins; licenciamento para remoção de árvores em terrenos particulares; colocação de alambrados e equipamentos de lazer; autorização para realização de eventos em parques, praças, jardins e áreas verdes; contratos para adoção de áreas verdes e informações históricas sobre monumentos entre outros.

46 Não obstante a grande quantidade de trabalhos a cargo da Fundação Parques e Jardins, os arquitetos responsáveis por desenvolver os novos projetos procuram fazê-los com bastante critério, normalmente a partir de solicitações das comunidades e de vereadores que têm nelas seus 'redutos eleitorais'. Os novos projetos de praças, sem exceção, envolvem a implantação de equipamentos esportivos e, nos desenhos, predominam as linhas modernas e os materiais mais simples. As verbas e o próprio método de trabalho da FPJ para a implantação de praças, por exemplo, na zona norte da cidade não permitem as extravagâncias que foram feitas no Projeto Rio Cidade, um programa para a requalificação de espaços de grande visibilidade em bairros tradicionais. No Rio Cidade se fez uso, entre outras soluções, de granitos, fontes, pérgulas e mobiliário urbano de modo geral desenhados com exclusividade para cada espaço. Os próprios profissionais da FPJ que projetam novas praças, envolvidos com o dia-a-dia da manutenção de espaços públicos, optam

3 "Com exceção do Rio de Janeiro, que em 1893 fundou a Inspetoria de Matas, Florestas, Jardins Públicos e Arborização (hoje Fundação Parques e Jardins), e de São Paulo, que criou na década de 1970 o Departamento de Parques e Áreas Verdes (Depave), outras cidades instituíram departamentos de áreas verdes muito recentemente."
ROBBA, Fábio e MACEDO, Sílvio Soares. *Praças Brasileiras*. São Paulo: Edusp, 2001.

pelas soluções de execução e manutenção mais simples adotando esta postura como um compromisso com o contribuinte.



Cidade das Crianças, Rio de Janeiro

Parque público dotado de atrações para o entretenimento de crianças e adolescentes, em construção (em 2004), no distante bairro de Santa Cruz, projeto do arquiteto Paulo Casé, que tem feito vários projetos para paisagem urbana como o Rio Cidade Ipanema, o Rio Cidade Bangue e Praias da Vizinhança de Deodoro.

Ações excepcionais, que envolvem projetos sofisticados e se sobressaem do conjunto podem ser consideradas como ações pontuais. Via de regra, passam pelo gabinete do prefeito ou do governador que as inaugura pessoalmente. São exemplos de ações pontuais a Lagoa da Jansen, em São Luís, o Parque da Juventude, em São Paulo, a Cidade da Criança, no Rio de Janeiro, as reformas das praças principais das cidades entre outras.

Quando o projeto é cotidiano, ele é encomendado a equipes próprias e a administração pública enfatiza necessidade de austeridade e de viabilidade na proposta. O projeto deve ter custos razoáveis, fácil execução e fácil manutenção. Já os projetos pontuais são desenvolvidos, em geral, por profissionais externos aos órgãos públicos, de reconhecida reputação ou selecionados através de concursos públicos de arquitetura. Ao contrário do que acontece quando são desenvolvidos internamente, nos projetos terceirizados, os quesitos economia e exequibilidade passam para o segundo plano e se exige inovação e sofisticação, tanto nos materiais quanto nos equipamentos.



Parque da Juventude, São Paulo

Projetado pelo escritório de Rosa Kriass, o parque ocupa parte do terreno do Complexo Penitenciário do Carandiru. A área recebeu equipamentos esportivos, gramados, caminhos e um elegante mirante.

Outra escala para as ações que envolvem projetos de espaços livres são os programas políticos. Estes programas, a exemplo do Rio Cidade, podem destinar-se a espaços menores ou maiores, a diferença é que visarão simultaneamente a diversos pontos, o que dá peso e visibilidade à ação. No Rio Cidade foram implantados projetos no centro e nas zonas sul, norte e oeste, em áreas sempre de grande afluxo de pessoas. Apesar de cada espaço ter sido projetado por

uma equipe diferente, o programa preservou uma linha de objetivos, ações e elementos visuais comuns.

O alvo deste trabalho são os programas políticos mas há ainda uma outra categoria deles que, de fato, não recebem a denominação de programas. Eles são como estratégias ou programas implícitos, que se tornam consensuais entre o poder público, a sociedade e a mídia e são continuados ao longo de diferentes gestões. O que não quer dizer que sejam rotineiros. Os parques de Curitiba têm este caráter de um programa implícito. Ao longo de três décadas, o sistema de parques foi tendo acrescentados novos integrantes.

03

Rio de Janeiro • São Luís • São Paulo • Salvador • Curitiba

Ações e programas



Maquete da Praça do Reviver, Centro Histórico de São Luís

FOTO FRANCIS SAKATA

Programa habitacional Vila de Ofícios, Curitiba

FOTO FRANCIS SAKATA

Vale do Anhangabau

FOTO IPRADIA EDINUMA

No plano econômico, o país terminou a década de 1980 em meio a consecutivos e frustrados planos de ajustes econômicos e com o agravamento dos níveis de concentração de renda. No início dos anos 1990, a inflação foi finalmente controlada e, seguindo postulados neoliberais, um conjunto de empresas públicas foi privatizado. As empresas privadas reestruturaram-se para racionalizar os custos de produção através da introdução de novas tecnologias e de novas relações de prestação de serviços – terceirizações, franquias, contratos de fornecimento, concessões de uso da marca, etc.

Para o mercado de trabalho, a reestruturação significou a concentração de atividades terciárias, o enfraquecimento de direitos e garantias dos trabalhadores, o surgimento do subemprego e o aumento do desemprego. O crescimento da economia informal, isto é, dos negócios sem controles fiscais e livres dos encargos trabalhistas, prejudica o sistema previdenciário e as empresas, especialmente as pequenas, que ficam sobrecarregadas de taxas.

Toda a organização social e produtiva do país tem reflexos na questão urbana. Nas cidades os problemas se acumulam. A concentração do capital acontece de um modo transparente. Aponta-se, nas metrópoles, a coexistência de duas cidades: uma global, estruturada através das lógicas de mercado, e uma local, marginalizada. As regiões metropolitanas apresentam, de modo geral, déficit habitacional, assentamentos ilegais com saneamento básico precário, problemas ambientais, violência, insegurança, dificuldades para manter seus sistemas de saúde, educação e transporte. A queda nos níveis de emprego e o agravamento das distorções na distribuição de renda se fizeram acompanhar do aumento do comércio ambulante, *pedintes*, contraventores e da violência urbana, mazelas que afetam a todos.

A sociedade espera que o Estado, em todas as esferas – federal, estadual ou municipal – genericamente, além do atendimento às necessidades da população, promovam o desenvolvimento econômico, a criação de empregos, a distribuição de renda e a melhoria da vida da população. São atribuídos ao Estado: garantir educação, saúde, segurança e justiça aos cidadãos; regular os serviços de trans-

porte, telecomunicações, abastecimento de energia, água; incrementar a produção agrícola, as atividades econômicas de modo geral e o comércio exterior; cuidar para que seja conservado o meio ambiente entre outras responsabilidades.

As atribuições do Estado e os desperdícios consomem verbas e o montante arrecadado torna-se insuficiente. Mas a falta de verbas das quais as administrações muitas vezes se queixam pode ser tanto o resultado de arrecadações insuficientes como de más administrações. Desvios na arrecadação, pagamento de juros de empréstimos cujos investimentos não deram retorno, a corrupção, os altos custos com extensas folhas de pagamento do funcionalismo público, desperdícios de modo geral têm sido apontados pela sociedade, incompatíveis que são com as necessidades do país.

A disputa pelas verbas públicas é constante. Ainda que seja regulada por lei, a distribuição das verbas, no que diz respeito à destinação final, é suscetível às prioridades políticas. Estas são estabelecidas em função de forças sociais ou econômicas que se organizam, de necessidades latentes e de prestígio junto à opinião pública.

Neste contexto o poder público conduziu programas que estão apresentados a seguir.



Estudos de caso
Programas em São Luís, Salvador,
no Rio de Janeiro, em São Paulo e
em Curitiba

RIO DE JANEIRO



Praça Saens Peña, Tijuca

Numa comparação entre as duas grandes metrópoles brasileiras, os espaços públicos do Rio de Janeiro têm uma importância muito maior que os de São Paulo. Por sua condição de capital do país durante o Império e a República, até 1960, o Rio de Janeiro, em especial na área central e em seu entorno, possui avenidas, praças e parques bem desenhados, emoldurando palácios e monumentos imponentes. Mas não é por isso que os espaços públicos cariocas são mais importantes que os equivalentes paulistanos; o valor dos espaços livres decorre do uso intenso que têm, por toda a cidade.

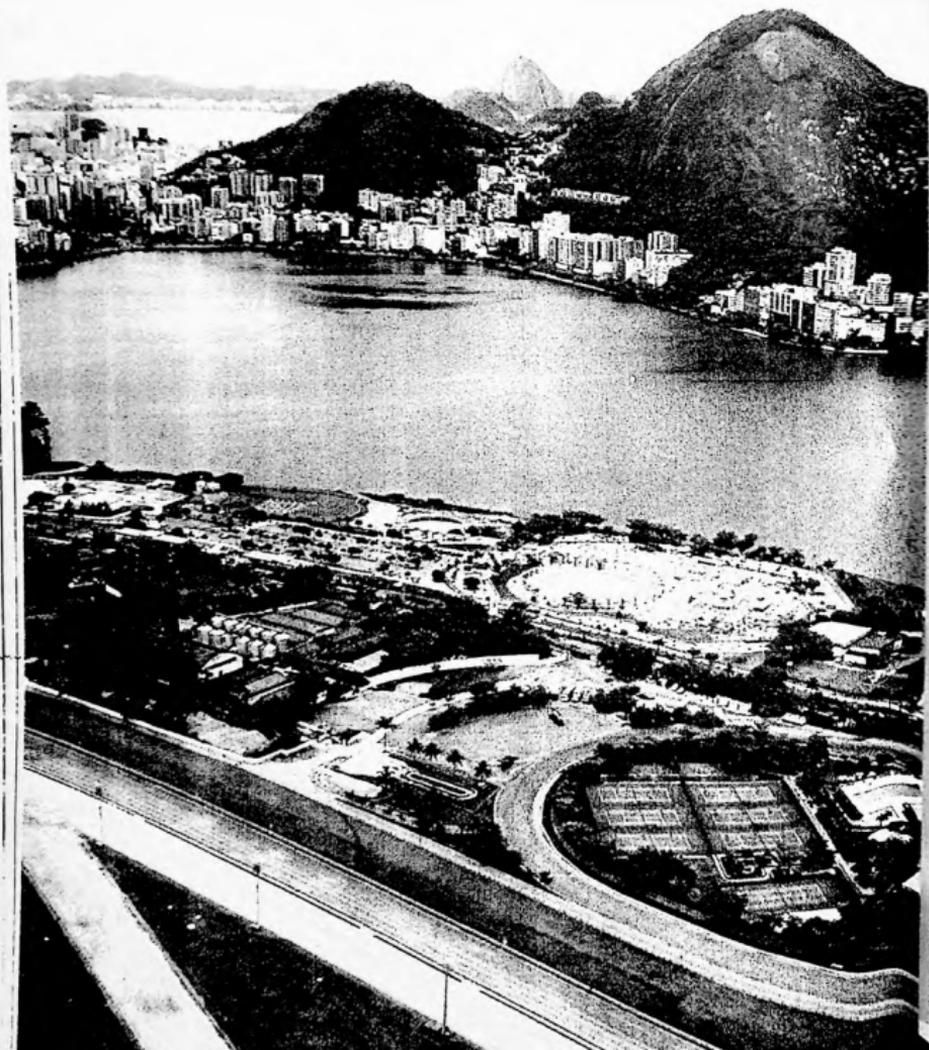
Não há praça vazia e, nelas, muitas vezes não há bancos disponíveis para os visitantes se sentarem, estão todos ocupados por senhores, senhoras, moços e moças a contemplar o movimento. As altas densidades, a exigüidade dos espaços privados, o clima e os costumes locais são as causas da frequência no uso dos espaços livres.

Uma prova desta importância dos espaços públicos é o montante da verba destinada para a sua manutenção, o maior entre as cidades brasileiras (não em relação ao número de habitantes ou à área do município). A Fundação Parques e Jardins, responsável pela implantação e manutenção de parques, praças e arborização urbana, tem o orçamento anual em torno dos 20 milhões de reais que, em 2001, ano que antecedia as eleições estaduais, passaram para 40 milhões de reais¹.

Entretanto, a tradição de implantar e manter projetos paisagísticos, o uso intenso (inclusive turístico) e a visibilidade decorrente do uso não significaram que os espaços públicos tenham recebido cuidados especiais e contínuos. Nas décadas de 1970 e 1980, poucas foram as intervenções de porte para requalificação urbana, com exceção do Calçadão de Copacabana, projeto de Burle Marx, inaugurado em 1971. Nos anos 1980, as poucas obras se devem à estagnação econômica, à crise financeira que atingiu a prefeitura (a gestão de Saturnino Braga chegou a decretar a falência da Prefeitura) e também à postura de administrações municipais que não consideravam os espaços urbanos tradicionais como suas prioridades.

¹ Média anual daquela gestão. Dados fornecidos por Jeanne Trindade, diretora da área de planejamento da Fundação Parques e Jardins, em entrevista a Fábio Robba.

© 1964 by The Associated Press



Neste período, movimentos comunitários e em prol da preservação histórica e ambiental ganham força. Estas novas posturas serão incorporadas nos discursos políticos e em projetos urbanísticos executados nas décadas seguintes. Estas posturas convergirão em um movimento de valorização afetiva da cidade.

Em 1992, a realização no Rio de Janeiro de uma conferência promovida pela ONU sobre o meio ambiente alcança grande repercussão internacional e apresenta o Rio como "capital do mundo". Este fato agrega ânimos difusos e desperta no carioca a necessidade de fortalecer sua auto-estima e de valorizar os seus espaços urbanos. A ECO 92 é apontada por políticos e urbanistas como o marco de inflexão para a construção da imagem da cidade por seu morador e para a adoção de políticas que dão suporte a esta imagem.

Lagoa Rodrigo de Freitas

Contornada pelo Parque Tom Jobim, projeto do escritório Burle Marx & Cia. Além de clubes e equipamentos públicos de esporte e recreação, há quiosques-restaurantes que dão suporte ao uso noturno do parque – quando as luzes da cidade estão refletidas no espelho d'água.

Foto: JOÃO MALLET

Ações dos anos 1990

Quando os anos 1990 começaram, o Rio de Janeiro atravessava uma crise de identidade. A "cidade maravilhosa" estava empobrecida, com favelas por todos os bairros. Nas ruas e avenidas de comércio era hábito estacionar sobre as calçadas, mares de barracas de camelôs se amontoavam e a desordem criava a impressão de ausência da administração pública, em tese, ordenadora do espaço da cidade.

Neste contexto, surgem programas para a valorização do espaço público, como o Rio-Orla e o Rio Cidade, em pontos de grande visibilidade. O Rio-Orla implantou ciclovias junto ao calçadão e padronizou os quiosques entre Copacabana e Barra da Tijuca. Para César Maia, o então prefeito Marcelo Alencar teve um mérito extra – o de intervir em áreas praticamente proibidas segundo a lógica dos governos populistas: "Era mesmo como se a Zona Sul não merecesse nenhum tipo de investimento, por ser área de moradia da classe média ou de pessoas de maior renda".² Mesmo que o Rio Orla não tenha sido uma intervenção de grande dimensão, retomou este tipo de prática depois de um lapso de muitos anos.

Obras de requalificação feitas no Largo da Lapa, na Avenida Chile e na Rua Uruguaiana foram modelos para o lançamento de um programa de requalificação de pontos em toda a cidade. Em 1995, teve início o Projeto Rio Cidade, com o objetivo principal de valorizar a ambiência urbana. Esta valorização serviria para alimentar a auto-estima dos cariocas, dinamizar a economia e incrementar a atratividade da cidade e de seus bairros.

O Rio Cidade foi criado para combater a desordem urbana nos principais corredores comerciais da cidade, o mar de camelôs, o abuso

2 MAIA, César. *César Maia*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2004

no uso dos espaços públicos. Dentro da Prefeitura, depois se viu a oportunidade de fazer a reconstrução da infra-estrutura (rede de água, esgoto, drenagem, embutimento da fiação, etc) mas a dimensão principal era reconstituir a dimensão pública do espaço urbano³. A verba despendida com a infra-estrutura correspondeu a cerca de 60 a 70% dos gastos e contribuiu para rebater a crítica que se fazia ao Rio Cidade de ser um programa de maquiagem urbana. O Rio Cidade era de fato uma intervenção de reordenamento e embelezamento, nem por isso desnecessária mas, convenientemente justificado pelas melhorias de infra-estrutura.

O desenvolvimento do Rio Cidade mobilizou a Secretaria de Urbanismo e o Instituto Pereira Passos: o programa era prioridade da administração. O plano diretor, recém promulgado, foi deixado de lado, como se, afinal de contas, fosse *mais um* plano diretor. Desprestigiados, os planos não viram notícia e não rendem resultados imediatos, como o Rio Cidade.

Buscou-se a inovação nos projetos e na forma de produzi-los. Os projetos foram desenvolvidos por escritórios de arquitetura selecionados através de um concurso de metodologias. Diferentes entre si e de tudo que havia sido produzido para a cidade, os projetos causaram um grande impacto. Estas inovações contribuíram para criar a imagem de uma administração pública moderna, eficiente, dinâmica.

Simultaneamente ao andamento do Rio Cidade, a prefeitura (através da Secretaria de Habitação) lançou o Programa Favela-Bairro, para urbanização de favelas. O objetivo do Favela-Bairro era integrar as favelas à cidade, como bairros, a partir da regularização fundiária e da instalação da infraestrutura que caracteriza a cidade oficial – serviço de água e esgoto, coleta de lixo, acessos hierarquizados (na medida do possível), etc. Este programa foi bem recebido pelas agências internacionais de financiamento que assumiram o programa como um grande laboratório-modelo. O Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, na primeira fase do programa, concedeu um financiamento de US\$ 180 milhões com a contrapartida de US\$ 120 milhões da prefeitura. Na segunda fase aprovou um orçamento de US\$ 300 milhões⁴.

No Rio de Janeiro muitas ações para o tratamento de espaços públicos estão todo o tempo, simultaneamente em andamento. Em 2004, o Programa Cicloviária Cariocas, coordenado pelo IPP – Instituto Pereira Passos, dá prosseguimento à implantação da malha cicloviária carioca, com cerca de 200 km de pistas. A RioUrbe executa as Villas Olímpicas, um programa de implantação de conjuntos esportivos e de lazer. A Fundação Parques e Jardins, ligada à Secretaria de Meio Ambiente, implanta continuamente praças e parques, tanto na Barra da Tijuca quanto na pobre Zona Norte.

3 MAIA, Cesar. *Cesar Maia Rio de Janeiro*. Rio: Editora Rio, 2004.

4 MAGALHÃES, Sergio. *Sobre a cidade: habitação e democracia no Rio de Janeiro*. São Paulo: Pro Editores, 2002.



Rio Cidade Leblon. A Praça Cazusa, mantida pelo Mr. Donald's vizinho, recebeu espelho d'água, com mobile e caixa de música. Postes para múltiplas funções (iluminação, semáforo e sinalização), telefones públicos, bancos e outros mobiliários urbanos foram exclusivamente desenhados.



Rio Cidade Vila Isabel

Permaneceram as pautas musicais nas calçadas e foi projetada uma escultura, na Praça Maracanã, para evocar a característica boemia do bairro, retratando Noel Rosa sentado à mesa de um boteco. Acima, a Praça Barão de Drumond.



Rio Cidade Madureira

Piso aplicado na Av. Ministro Edgar Romero e área de descanso na Travessa Almerinda Freitas

Rio Cidade Haddock Lobo

O projeto e a execução: a altura das palmeiras, e apenas isto, difere. A fase III é mais discreta mas ainda sofisticada.



A visibilidade do Rio Cidade foi muito grande nos anos 1990. Para ganhar visibilidade, o governo do Estado, no início dos anos 2000, implanta um projeto de espaço livre para o lazer que rende notícias: o Piscinão de Ramos, uma piscina com jeito de praia entre duas favelas do subúrbio, entre oásis e miragem. Foi um caso excepcional de ação desta esfera em espaço de lazer não associado à escola.

Gestões municipais

De 1990 a 2004, as gestões da prefeitura e do governo do Estado estiveram sob o comando de partidos diferentes mas, no Rio de Janeiro, é a prefeitura quem conduz as ações de planejamento e tratamento dos espaços urbanos. O prefeito César Maia é um daqueles casos únicos de permanência num cargo eletivo. Em 1992 foi eleito mais por descrença da população na capacidade administrativa da concorrente⁵, que por mérito próprio. Para o mandato seguinte, já tinha prestígio suficiente para eleger seu sucessor, Luiz Paulo Conde. Concorrendo com seu afilhado político, em 2000, César Maia é novamente eleito e, em 2004, é reeleito para mais um novo mandato.

Estas vitórias que se seguiram a seu primeiro mandato são atribuídas aos projetos urbanísticos Rio Cidade e Favela-Bairro. Nas campanhas, tanto de César Maia como de Luiz Paulo Conde, as intervenções urbanísticas realizadas são apresentadas como peças de destaque o que indica que, sendo as campanhas desenvolvidas a partir de pesquisas com a população, as intervenções urbanísticas têm um apelo junto aos cariocas que não tem paralelo com São Paulo, onde uma das principais intervenções em espaços públicos sequer foi citada na campanha da prefeita pela reeleição.

58

César Maia, que é economista e havia trabalhado como Secretário de Finanças no governo de Leonel Brizola, construiu para si uma imagem de administrador competente, capaz de fazer caixa e de realizar obras. Luiz Paulo Conde, arquiteto, havia sido secretário de urbanismo e coordenador da área de desenvolvimento urbano da primeira gestão César Maia e assume uma das imagens que se fazia do governo César Maia, a de realizador. O advento do Plano Real em 1992 e as alterações no câmbio em 2002 criaram oportunidade para operar as finanças da prefeitura e gerar recursos adicionais com receitas de juros, aplicados, no primeiro caso, no projeto Rio Cidade e na construção da Linha Amarela e, no segundo, no Favela-Bairro e novamente no Rio Cidade⁶.

Governos anteriores de base populista não haviam feito investimentos significativos na cidade consolidada. César Maia, conservador, tomou a reforma urbana como prioridade de seu go-

5 César Maia concorria com a candidata Benedita da Silva, do Partido dos Trabalhadores – PT. Na eleição seguinte, César Maia não pôde concorrer pois não havia sido ainda aprovada a permissão para a reeleição de prefeitos.

6 Segundo César Maia, entre julho 1994 e dezembro de 1995, a prefeitura teve uma receita limpa de US\$ 500 milhões de juros. A dívida passou a funcionar como elemento de receita e não de despesa. MAIA, César. *César Maia*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2004.

verno. O combate à desordem urbana – simbolizada pela proliferação de camelôs por todos os subcentros da cidade – representava a reconstituição da dimensão pública do espaço urbano.

Ao contrário do que muitos afirmam, o Rio Cidade não foi um projeto para a Zona Sul. A imprensa colabora para dar esta impressão pois os bairros deste setor são sempre mais noticiados e neles estão os formadores de opinião. Foi, sim, um programa para a cidade consolidada que interveio inclusive na Zona Sul. "Estarei satisfeito quando verificar que a classe média está mais estabelecida em bairros que vinham se desintegrando e que foram recuperados com intervenções cujo objetivo consistia em amenizar um afunilamento em direção à Zona Sul e à Barra da Tijuca."⁷

Na criação de uma imagem para si e para seu governo, César Maia ficou famoso pelo uso dos factóides. A expressão passou a ser utilizada para caracterizar notícias falsas mas, segundo César Maia, factóide é um fato carregado de imagem o que torna a notícia muito mais provável de ser divulgada pela mídia. O contrário também é verdadeiro, um fato que não tem imagens, não se torna notícia. César Maia valeu-se da parceria com um fotógrafo do Jornal O Globo: "Ele ia comigo para a rua, eu fazendo a presença do prefeito numa obra ou comunidade. O fotógrafo olhava, avaliava e dizia: 'Essa foto dá primeira página, prefeito.' Perguntava: 'Qual? Aquele cara ali tomando banho? Fazer o quê?' E era instruído: 'Pega o balde de água e joga na cabeça dele, que vai bem.' Se via um cara com um papagaio em pleno Largo do Machado não dava outra: 'Pega o papagaio e coloca no ombro, que isso vai para a primeira página.'"⁸

César Maia fazia esse papel porque lhe permitia ganhar visibilidade e ser reconhecido, fisicamente, porque muitos não o conheciam. Ele desejava também uma imagem que acompanhasse suas realizações e, para que fossem percebidas ainda no primeiro mandato, estas ações precisariam ser de grande volume e intensidade. Dispondo de recursos suficientes, a estratégia política foi realizar todas as obras do Rio Cidade simultaneamente.

Para as intervenções foram escolhidos nomes fáceis de memorizar e apropriados para campanhas publicitárias, diria até brilhantes como Rio Cidade, Favela Bairro, Rio Orla, Porto do Rio, Rio Comunidade, este um programa de urbanização de áreas carentes, Rio Rua, para obras de circulação viária, e Veneza Carioca, um projeto de normas para a ocupação e implantação de infra-estrutura na região da sub-bacia dos canais de Jacarepaguá.

No Rio de Janeiro encontramos exemplos perfeitos do *citymarketing*. A atratividade da metrópole é outra preocupação presente no discurso de seus prefeitos. A instalação de um museu Guggenheim e da Cidade do Samba, na área portuária, do Centro de Tradições Nordestinas, no Pavilhão de São Cristóvão, junto a área central, e

7 MAIA, César. *César Maia. Rio de Janeiro*: Editora Rio, 2004

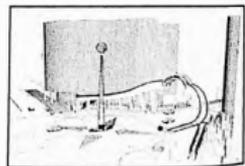
8 Idem

LINHA DO TEMPO • RIO DE JANEIRO

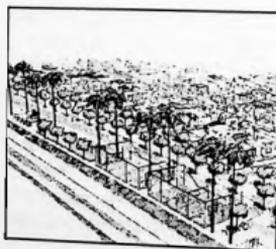
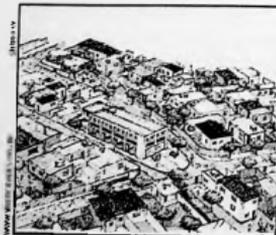
	Gov. Moreira Franco	Gov. Leonel Brizola	Gov. Marcelo Alencar		
	Prof. Marcelo Alencar		Prof. César Maia		
anos 1980	anos 1990				
	1992	1993	1994	1995	1996
<p>O espaço público da cidade consolidada não era considerado prioridade</p> <p>Vai se formando um consenso sobre a importância de manter vivo o Centro da cidade</p> <p>Ambulantes se multiplicavam</p> <p>1979 Criado o Corredor Cultural</p>	<p>Rio sedia a ECO-92</p> <p>Rio-orta, realizado na orla entre Copacabana e Barra da Tijuca que implantou quiosques e ciclovias</p> <p>reformas do Largo da Lapa, da Av. Chile e a R. Uruguaiana lançaram as bases para o Rio Cidade</p>	<p>Publicado o Plano Diretor Decenal</p> <p>Criada a Subprefeitura Centro</p> <p>Criado o Programa Rio Cidade</p>	<p>Lei do Centro libera o uso residencial</p> <p>Valorização de monumentos no Centro</p> <p>Criado o Favela-Bairro Concurso</p>	<p>Iniciado Projeto Frente Maritima - que construiu uma passagem subterrânea para veículos junto à Praça XV e no lugar da via, uma esplanada até o mar</p> <p>PROJAP RIO I - Redefinição formal e institucional da Secretaria da Habitação e início das obras do Favela-Bairro 1a. Fase: 104 comunidades</p>	

da Cidade da Música, na Barra da Tijuca, foram lançadas e atraem a atenção.

As intervenções urbanísticas, a despeito do transtorno que as obras fizeram, criaram uma imagem positiva para a cidade. A aprovação do Rio Cidade, em 1996, foi de 70%, surpreendendo jornalistas e críticos que consideravam o programa impopular. O caso do Favela-Bairro é diferente, apesar de sempre melhorar as condições das favelas onde é implantado, o discurso de integração à cidade consolidada não se concretiza e decepciona tanto moradores da cidade legal como das favelas.



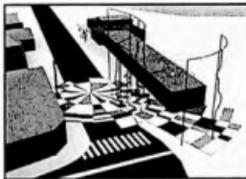
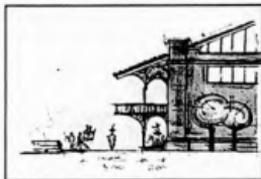
Rio Cidade (panema)



Projeto do Favela-Bairro Vila Mangueiral, no Campo Grande

		Gov. Anthony Garotinho			Gov. Rosinha Matheus			
		Prof. Luiz Paulo Conde		Prof. César Maia		Reeleito César Maia		
1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
<p>Iniciado os programas Grandes Favelas e Bairrinho</p> <p>Feito o Rio Cidade II Taquara e Laranjeiras</p> <p>Feitas obras de infra-estrutura projeto do Teleporto, no bairro da Cidade Nova, mas falta de impulso pelo empresariado</p> <p>Tiveram continuidade o Programa Rio-mar e os parques em torno da Lagoa Rodrigo de Freitas</p>	<p>Iniciado ProRio (Programa de Recuperação Orientada) sendo o piloto o ProRio Morro da Conceição</p> <p>Favela-Bairro não teve descontinuidade por conta de investimentos do BID</p>	<p>Início Rio Cidade III</p>		<p>Obras do Rio Cidade III Programa passa para a RioUrbe</p> <p>Em desenvolvimento pelo IPP.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Porto do Rio (que contem a Cidade do Samba) • Projeto Veneza Carioca (parâmetros para a ocupação do Recreio dos Banderantes - sub-bacia de Jacarepagua) • Projeto Botafogo (requalificação do bairro) • Projeto de revitalização da área central de Madureira 	<p>Dez/2001 Inaugurado o Piscinão de Ramos</p>		<p>Inaugurado novo Circo Voador na Lapa</p> <p>Em execução pela RioUrbe:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Iluminação da Av. Atlântica • Cidade das Crianças • Vilas Olímpicas (Vila Kennedy, Alemão, Acari) e • acesso mecanizado ao Cristo Redentor 	

Projeto da Cidade do Samba



Rio Cidade Madureira
Projeto da fase III (segundo a prefeitura, fase II)

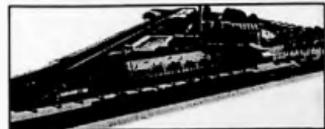


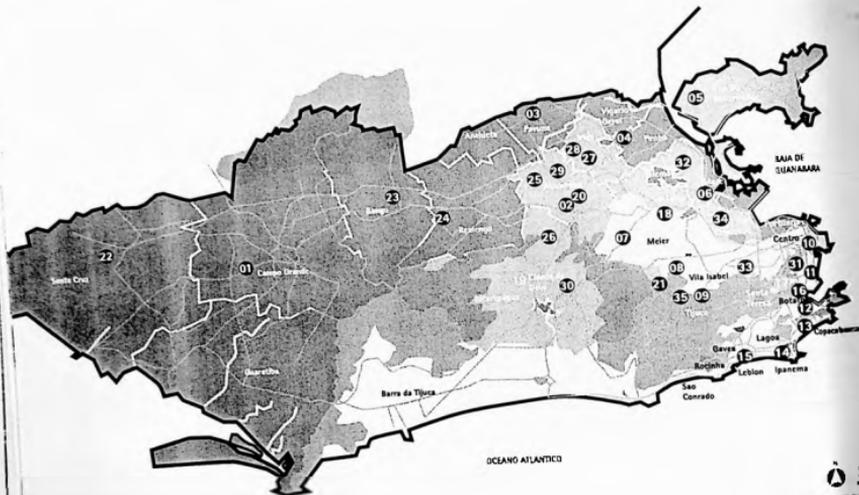
Vilas Olímpicas do Alemão e de Acari



Rio Cidade Pavilhão

Tratou o entorno do Pavilhão de São Cristóvão, na área central, onde há tradicionalmente uma feira com produtos nordestinos

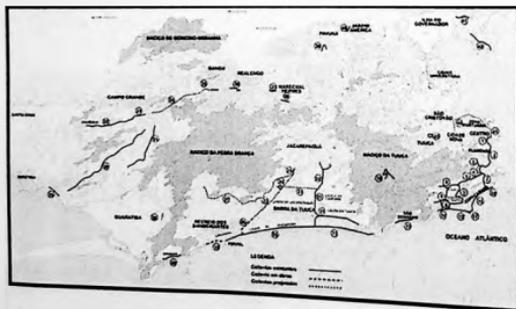




01 Campo Grande	07 Meier	13 Copacabana	19 Tequara	25. Mai. Hermes	31. Santa Teresa
02 Madureira	08 Vila Isabel	14 Ipanema	20. Madureira	26. Praça Seca	32. Ramos
03 Pavauna	09 Tijuca	15 Leblon	21. Grajaú	27. Largo do Bicaldo	33. Haddock Lobo
04 Inhama	10 Centro	16 São Clemente	22. Santa Cruz	28. Inhaú	34. Benfica
05 Ilha do Governador	11 Catete	17 Laranjeiras	23. Bangu	29. Rocha Miranda	35. Uruguaí
06 Bonsucesso	12 Voluntários	18 Av. Suburbana	24. Realengo	30. Freguesia	

Rio de Janeiro Programa Rio Cidade

62



Programa Cicloviária cariocas

No conjunto de ações do programa, nos anos 2000, destacam-se os projetos da ciclovia da Avenida Santa Cruz, ligando Bangu a Campo Grande (local de maior uso de bicicleta como meio de transporte), e a Ciclo PAN, anel cicloviário ligando os complexos esportivos dos Jogos Panamericanos da Barra da Tijuca.

Planejamento

O Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos – IPP⁹ é responsável pelas funções de planejamento urbano, projetos estratégicos, estudos socioeconômicos e produção de informações gerenciais e cartográficas do município. O IPP, como outras autarquias ligadas ao planejamento, pode atuar em questões variadas e subsidiar ou coordenar ações prioritárias para os prefeitos. Seu corpo técnico tem concebido planos de revitalização e reestruturação urbanas onde se busca integrar objetivos sociais, econômicos e culturais. O Programa Rio Cidade reforçou um sentimento de esperança e fé no urbanismo entre os técnicos da instituição porque eles viram ser realizadas ações que nunca imaginaram serem possíveis a partir da esfera pública.

O IPP é uma autarquia vinculada à Secretaria Municipal de Urbanismo – SMU. Criado em 1998, teve sua origem na Empresa Municipal de Planejamento e Informática – IplanRio, criada em 1979.



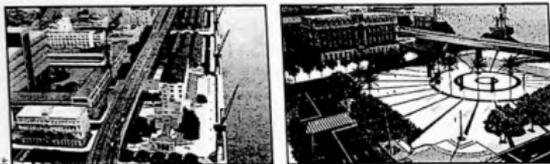
Publicações e folhetos informativos publicados pelo IPP

Um deles convida os moradores do bairro a conhecerem o projeto do Rio Cidade, exposto no supermercado local. Nas linhas em branco, os moradores podem escrever sua opinião.

O IPP tem duas diretorias: a de Urbanismo que tem se dedicado ao desenvolvimento de projetos de revitalização urbana para a área central e suas vizinhanças e a de Projetos Especiais que tem maior atuação em outras regiões da cidade. Em 2004, a Diretoria de Urbanismo vinha conduzindo projetos para a área central como:

- o Projeto Frente Marítima, iniciado em 1995, que, entre outras ações, construiu uma passagem subterrânea para veículos junto à Praça XV e, no lugar da via, uma esplanada unindo novamente a praça ao mar;

- o projeto do Teleporto, no bairro da Cidade Nova que, através de investimentos municipais em infra-estrutura de telecomunicações e na provisão de estacionamentos, visou atrair investimentos privados em edifícios corporativos para a área;
- o Porto do Rio (que contém a Cidade do Samba);
- a reinstalação do Circo Voador na Lapa.



Cais e Praça Mauá,
Projetos do Programa
Porto do Rio

A diretoria de Projetos Especiais concebe e atua nas outras regiões da cidade, em questões de revitalização urbana, de legislação e em projetos pontuais que vão desde as estruturas esportivas para que o Rio fosse sede (improvável) dos Jogos Olímpicos até o controle de favelas e loteamentos clandestinos, em especial na zona oeste da cidade¹⁰.

As praças da cidade são em geral desenhadas pela Fundação Parques e Jardins - FPJ, que também faz a manutenção de todos os espaços. Nos anos 2000, uma referência importante dos projetos da FPJ, principalmente no quesito pisos e mobiliário urbano, são os projetos feitos para o Rio Cidade. Mas, por ser um órgão de ação 'rotineira', os projetos desenvolvidos pela FPJ, ao contrário daqueles feitos no âmbito do Rio Cidade, tendem a ser menos inventivos, visando implantação e manutenção fáceis.

Cerca de 70% da produção da FPJ é voltada para as áreas carentes de espaços de lazer, em especial na zona norte da cidade¹¹. A distribuição deste trabalho, e portanto deste investimento, não segue critérios técnicos. Não há o cadastro das áreas que são servidas por equipamentos de lazer, nem a quantas famílias aqueles espaços serviriam. Uma vez solicitado um espaço de lazer, sua necessidade é avaliada no local, por ocasião do levantamento, pelo técnico da FPJ. As áreas carentes são preferidas principalmente por se tratarem de populações mais fáceis de agradar.

Outras instituições também desenham e implantam espaços públicos. A Secretaria de Habitação, por exemplo, concebeu e implantou o Programa Favela-Bairro, que, no trabalho de urbanização de favelas, tratou e equipou acessos e espaços de uso coletivo em favelas. A ênfase do programa foi a infra-estrutura mas os espaços livres eram parte, visível, da legitimação deste.

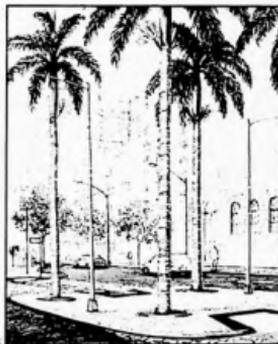
¹⁰ Entrevista a Sérgio Belto, Diretor de Projetos Especiais do IPP, em julho de 2003.

¹¹ Segundo arquiteta Jeanne Trindade, gerente administrativa da FPJ.

Centro do Rio

Uma nova postura preservacionista, que valoriza não apenas os monumentos históricos mas as residências triviais que configuram os conjuntos urbanos, muda a forma de lidar com os centros históricos e embasa a criação, pela Prefeitura, do projeto Corredor Cultural, em 1979. Este projeto enfatizou a criação de condições para o uso das edificações da área central, em especial por atividades culturais e recreativas. As vertentes do programa eram a cultura, o turismo, o comércio e a boêmia. O incentivo à moradia na área central surgiu mais tarde, em 1994, com a Lei do Centro, que reverteu a proibição ao uso habitacional que vigorava em grande parte da área.¹²

Projetos do final dos anos 1990 para a Rua do Riachuelo na área central



¹² MAGALHÃES, Roberto Anderson de Miranda. *A requalificação do centro do Rio de Janeiro na década de 1990*. Rio de Janeiro: 2001. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

¹³ Sobre este assunto, ver textos de Augusto Ivan Pinheiro, primeiro diretor do escritório técnico do Corredor Cultural (1979-1992) e subprefeito do Centro (1993-2000). Segundo ele, a requalificação do Centro do Rio de Janeiro foi fruto de uma “estratégia implícita” que criou a convergência de ações públicas e privadas.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. *Corredor cultural: a reabilitação urbana em processo*. Rio de Janeiro: 2002. Paper apresentado a South America Conference organizada pela World Monuments Fund (WMF), de 12 a 14 de abril de 2002, na Pinacoteca do Estado de São Paulo.

O Corredor Cultural valeu-se inicialmente da aplicação de legislação fiscal e de uso do solo com incentivos e isenções para as ações de preservação e de animação do Centro. Progressivamente, o programa recebeu atenção da mídia, forte participação de comunidades e de empresas e um extenso programa de obras públicas que originaram uma sinergia responsável por aprofundar ainda mais a questão da proteção do patrimônio cultural. Prova disto é o perímetro delimitado inicialmente que foi extrapolado e estendeu-se por quase toda a área central da cidade.¹³

O processo de revitalização do Rio de Janeiro não foi deflagrado por um programa de governo mas por ações diversas, frutos do consenso que existia entre o poder público, a imprensa e a sociedade. Todos concordavam que deviam ser preservadas e valorizadas as edificações e os espaços da área central e serem contidas as perdas acarretadas pela saída de importantes setores econômicos do centro da cidade. Estas ações alimentavam um processo gradual e aberto e o expandiam.

O Corredor Cultural é parte do movimento de valorização e requalificação do Centro do Rio e acaba se confundindo com ele. Hoje, Corredor Cultural é uma designação tanto do projeto criado em 1979 e ações de requalificação posteriores, quanto de uma área do Centro. Corredor Cultural é também um endereço: Centro Cultural dos Correios, Rua Visconde de Itaboraí, 20, Centro/ Corredor Cultural, Rio de Janeiro.

As primeiras ações focavam as edificações: incentivar nelas usos, como o pequeno comércio e os centros culturais, capazes de atrair as pessoas, dentro e fora do horário comercial. Obras nos espaços públicos e ações de manutenção foram somadas.

A requalificação da área central teve como primeira ação o incentivo ao uso das edificações. As intenções iniciais se expandem e, sobretudo na década de 1990, incluem a ação nos espaços livres: a execução de obras como a recuperação de logradouros e da ornamentação e a iluminação, e a gerência de questões relacionadas à sensação de segurança e conforto. No desenrolar deste processo, nos anos 2000, a Cidade Nova, o Morro da Conceição, a Praça Tiradentes e a região portuária, áreas vizinhas ao Centro, tornam-se objeto de ações para sua requalificação.

Porto do Rio

O Programa de Revitalização da Área Portuária prevê a qualificação de uma área que vai da praça Mauá à Rodoviária, tanto na parte baixa quanto nos morros. O porto, principal estrutura, está obsoleto; os armazéns e os galpões vazios, há linhas ferroviárias desativadas, ruas quase sem calçadas, moradias precárias, iluminação pública deficiente e patrimônio histórico em degradação. Para completar, o acesso à área é péssimo. O cenário é de abandono, de filme de ficção científica que trata do fim da civilização.

A revitalização desta área vem sendo discutida desde 1978 e, desde 2001, o IPP desenvolve este projeto que, em 2004, encontra-se em fase avançada de detalhamento, aguardando um impulso que o ponha em prática. Até então, o IPP constituiu um banco de projetos. O impulso seria dado caso a revitalização da área portuária fosse incluída como programa de governo.

Para que esta ação seja colocada como prioridade, é preciso que o programa tenha visibilidade, que conte com o apoio de diversos segmentos da população. "Daí que o primeiro passo para a revitalização do porto do Rio de Janeiro é botar a boca no trombone, captar o desejo de um número avassalador de cariocas, formadores de opinião, moradores, trabalhadores e investidores



IMAGEM: MAIA

Puerto Madero, Buenos Aires

Os primeiros edifícios, nas docas, ficaram prontos em 1992 e tornaram-se referência para intervenções em cais de porto em linha (que haviam se tornaram obsoletos nos anos 1960).

potenciais.¹⁴ O apoio da opinião pública seria valiosa para pressionar uma ação conjunta das três esferas do Poder Público uma vez que há grandes obstáculos ligados à titularidade dos terrenos (propriedades da Cia. Docas, da extinta Rede Ferroviária Federal e de outras autarquias e órgãos) – verdadeiro “entulho cartorial”./

Para a requalificação da área, o programa propõe:

- a melhoria da acessibilidade;
- a requalificação dos espaços urbanos através de intervenções em praças, largos e ruas;
- a revisão da legislação urbanística e o incentivo a novos usos;
- o incentivo aos usos residenciais pois a área já é dotada de infraestrutura;
- incentivo aos escritórios e usos ligados ao turismo e ao lazer, para a reativação econômica da região e para o incremento da renda da cidade;
- o estímulo às parcerias, públicas e privadas, nacionais e internacionais;
- a valorização do patrimônio histórico-cultural.

Nos projetos urbanísticos vislumbra-se a criação de um novo sistema de circulação e a criação de sete núcleos temáticos de desenvolvimento nos 3,5 km do cais, de usos múltiplos. Pelo projeto, os seis primeiros armazéns do cais, reabilitados, serão destinados a galerias, restaurantes, cinemas e escritórios. Eixos, como as ruas Barão de Tefé, Sacadura Cabral e Livramento, receberão intervenções do tipo Rio-Cidade.

As referências foram as revitalizações de áreas portuárias de Barcelona, Lisboa, Londres, Buenos Aires e Belém do Pará. Nestas cidades, programas de requalificação criaram sofisticados e vistosos centros de lazer, comércio e moradia. O impacto da transformação de espaço degradado em imagem de cartão-postal é muito forte, tanto para a própria população quanto para o turista.

Para dar maior projeção à intervenção, edificações-marcos foram acrescentadas ao programa urbanístico. Estas edificações ou equipamentos estariam ligadas às atividades culturais-turísticas e de lazer. No Pavilhão de São Cristóvão seria criado o Centro de Tradições Nordestinas. No pátio da Companhia Marítima, na Gamboa, a Cidade do Samba concentraria os galpões das escolas de samba, uma atração para o turista que vai ao Rio fora da época do Carnaval.

O Museu Guggenheim, a ser projetado pelo francês Jean Nouvel, seria âncora da atividade turística nesse processo de revitalização. O prefeito César Maia em sua segunda gestão fez grandes esforços para construí-lo porque o considerava equivalente ao Cristo Redentor e ao Maracanã, uma nova imagem para a cidade.¹⁵ Mas a obra, por seu custo, foi embargada.

14 PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Urbanismo. *Porto do Rio*. Rio de Janeiro: 2001. Catálogo da exposição.

15 César Maia segue o seguinte raciocínio: “Ora, os últimos dois grandes equipamentos de lazer urbano da cidade do Rio de Janeiro foram o Cristo Redentor e Maracanã. O primeiro há mais de setenta anos e o segundo, com mais de meio século. (...) Depois, a cidade recupe-rara a centralidade cultural que perdeu para São Paulo, depois do Masp. Combinado com a preferência turística que já detém, sinalizará para o país que sua centralidade é nacional.”

MAIA, Cesar. *César Maia*. Rio de Janeiro: Editora Rio. 2004



Cais da Gamboa

Foram concebidas linhas de bondes modernos, os Veículos Leves sobre Trilhos, fazendo ligação com o Centro e Santa Teresa. Foram desenhados generosos espaços para passeio e ciclovia. Para o Cais da Gamboa foram propostos:

- criação de ciclovia ligando o Museu de Arte Moderna à rodoviária;
- estímulo à instalação de atividades comerciais e educativas;
- criação de um passeio ao longo do cais;
- restauração para uso comercial e cultural dos seis primeiros armazéns;
- construção de um novo pier para navios turísticos.

A algumas obras, tímidas face às dimensões do programa, foram iniciadas. Menores ou maiores, as intervenções na área são necessárias. A Prefeitura avalia que, para a adesão do setor privado, seria preciso, antes, uma ampla intervenção oficial que, por sua vez, precisa do suporte da opinião pública.

Ainda assim, não há garantias que empreendimentos como hotéis, edifícios de escritórios, centros comerciais e áreas para eventos se instalem na área portuária, da mesma forma como não aproveitam o Teleporto, na Cidade Nova, onde a Prefeitura havia feito grandes investimentos em infra-estrutura e estacionamentos subterrâneos. Nos parece ser um empecilho para o sucesso do programa o fato de a Barra da Tijuca ser tão vasta e pródiga na provisão de áreas para os complexos empresariais e comerciais contemporâneos, segregados, como os que o mercado imobiliário tem preferido. O destino desse capital não tem sido outro senão a Barra da Tijuca.

Plano Estratégico

O Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – Rio Sempre Rio, iniciado em 1993 e publicado em 1996, não foi elaborado por uma parceria público-privada que contou com a consultoria da firma Tecnologias Urbanas Barcelona S/A. Patrocinado pelo empresariado, o plano estratégico do Rio foi, essencialmente, uma reflexão sobre a cidade na qual se buscou criar um pacto entre setores econômicos e sociais influentes e a administração municipal. Ele enfatizou as relações de intercâmbio, negociação e colaboração entre segmentos da sociedade “no resgate de nossos valores, no redirecionamento de nossos investimentos, no estabelecimento de

prioridades corretas e nas sementes que plantarmos hoje estará a qualidade dos frutos que colheremos no futuro.”¹⁶

O objetivo central era determinar metas estratégicas para que:

- o Rio ganhe competitividade, como uma metrópole empreendedora, com capacidade de gerar negócios;
- haja melhora da qualidade de vida a médio prazo – qualidade de vida entendida como a combinação de características da cidade como segurança, meio ambiente, mobilidade, oportunidades de lazer e serviços públicos de bom desempenho.

Em seu texto há diagnósticos da qualidade de vida na cidade – pontos fortes e fracos da cidade e tendências de desenvolvimento nos quesitos cultura, lazer, moradia, educação, cidadania etc. Para atingir os objetivos foram propostas estratégias, ações e projetos, muitos dos quais já em andamento, e incorporados ao plano, como o Rio Cidade e o Favela-Bairro. O Rio Cidade foi incluído na estratégia “Rio Acolhedor”, pois, melhorando a qualidade dos espaços públicos em geral, atende ao fortalecimento da qualidade de vida nos bairros.

A imagem do Rio foi considerada um ativo valioso e elemento decisivo para o seu desenvolvimento. No diagnóstico do Plano, o Rio de Janeiro é apontado como a única-metrópole resort do mundo, com qualidade e diversidade de hospedagem, comércio variado, população hospitaleira. Entretanto, predomina o subaproveitamento dos pontos turísticos e a falta de articulação, de informação e de investimentos.

A versão 2001/2004 é apresentada como um desdobramento da anterior com a novidade de apresentar um modelo para cada região. Há, no texto, o destaque para a necessidade de envolver em sua concepção “não apenas a sociedade civil organizada, mas também seus cidadãos comuns, representantes da sua diversidade”. A inclusão de outras regiões da cidade, não apenas das visíveis, e de outros segmentos da sociedade, não apenas os ‘organizados’, parece ter sido feita como um rebatimento a críticas anteriores.

A primeira edição foi criticada por atender aos interesses das elites-investidoras, o que era, de fato, seu objetivo. Por encarar a cidade como um produto, os planos estratégicos enfatizam as áreas preferenciais, aquelas a serem mostradas, e deixam de incluir como objeto para intervenções, áreas distantes e carentes. Na prática, o plano estratégico não tem uma estrutura para implementar ações e ganha ou perde importância conforme a direção da Prefeitura. Seu papel principal está na reflexão propriamente dita, que demandou relações de intercâmbio, negociação e colaboração entre segmentos da elite formadores de opinião. Estas relações montam estruturas político-privadas que vão partilhar as questões urbanas.

Favela-Bairro

Projetar os espaços das favelas não é urbanismo tradicional. Os seus espaços livres são configurados de forma muito diferente e a relação entre o espaço privado e o público é muito tênue. Os espaços livres das favelas são cruzados por teias invisíveis que sustentam o seu uso social e impedem a invasão por usos privados, segundo Pablo Benetti¹⁷. Não reconhecer estas relações e usos no projeto de intervenção nos espaços livres, pode resultar em espaços condenados à deterioração ou à invasão ou ainda ao controle pelo crime organizado. Há uma complexidade muito grande que o projeto urbanístico, por si só, não resolve. Para que a ocupação social seja efetiva e duradoura é necessário, além do projeto e obra de qualidade, um processo participativo e obras, a posterior ocupação efetiva dos espaços pelo Estado, pela comunidade e pela sociedade civil. O projeto urbanístico é um começo e pode alavancar transformações.

Para a opinião pública de modo geral, um dos maiores valores do trabalho era abrir a favela à cidade, eliminando o caráter de território fechado através da dotação dos serviços e das instituições presentes na cidade oficial, quebrando a lógica do tráfico de drogas cujo poder se amplia e contamina as representações sociais.

O programa Favela-Bairro foi conduzido pela Secretaria de Habitação, então dirigida pelo arquiteto Sérgio Magalhães, segundo princípios que vinham se tornando consensuais entre aqueles que lidavam com a questão da moradia popular, em sua maioria técnicos, ligados à esquerda, que trabalhavam em órgãos do Estado ou da Prefeitura. Foi implantado em uma gestão de direita, a de César Maia, a partir de 1994. O prefeito entendia que custaria menos à cidade – em muitos aspectos – integrar as favelas e que isto deveria ser feito de uma nova forma, tanto quanto possível menos perversa e mais produtiva. A primeira etapa seria a regularização do ponto de vista fundiário e administrativo, que permite ao morador de uma favela dar seu endereço: rua e número, ao invés do nome da favela – há um forte sentimento forte de orgulho envolvido neste ato.

O Favela-Bairro foi iniciado em 16 favelas de porte médio¹⁸. Uma ampliação na escala e grandes alterações na forma de conduzir os trabalhos ocorreram em 1995 por conta de financiamentos concedidos pelo BID. A primeira fase do Favela-Bairro alcançaria 104 comunidades, sendo 73 de porte médio; 28 de pequeno porte (Programa Bairrinho) e 3 de grande porte (Programa Grandes Favelas).

As primeiras equipes que desenvolveram os projetos foram selecionadas através de um concurso de procedimentos e metodologias¹⁹. O edital desafiava a transformar as favelas em bairros populares, buscando formas para promover a integração da

17 BENETTI, Pablo "Propostas metodológicas para o Concurso Favela-Bairro. Equipe 112" in: DUARTE, Cristiane Rose; SILVA, Osvaldo Luis; BRASILEIRO, Alice (orgs). *Favela: um bairro*. Rio de Janeiro: Pro Editores, 1996.

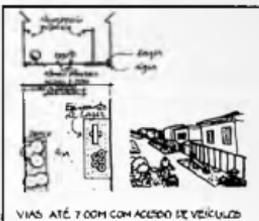
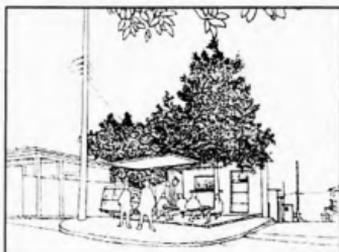
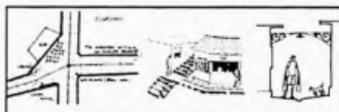
18 As favelas médias têm de 500 a 2500 domicílios. As pequenas têm até 500 domicílios, e as de grande porte acima de 2 500 domicílios. Na escolha das pequenas favelas deu-se prioridade àquelas que exigiram um menor esforço e que tinham uma estabilidade de mais de 3 décadas, o que sugere a existência de coesão social. O programa Grandes Favelas lidou com contingentes equivalentes aos de cidades inteiras, com populações entre 12.000 e 60.000 moradores. Nestas áreas se, por um lado os problemas são maiores, por outro existe um bom número de núcleos de organização comunitária (associações de moradores, mulheres, comerciantes, igrejas, jornais, clubes, rádios e escolas de samba) que facilitam a divulgação e a discussão das propostas do programa e a promoção de projetos sociais após sua conclusão.

DUARTE, Cristiane; SILVA, Osvaldo; BRASILEIRO, Alice (orgs). *Favela: um bairro*: propostas metodológicas para intervenção pública em favelas do Rio de Janeiro. São Paulo: Pro editores, 1996.

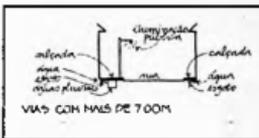
19 O concurso público foi promovido em parceria com o Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB/RJ.

cidade oficial e da cidade informal, preservando identidades culturais, valores e significados dos espaços.

A primeira etapa valorizou a criatividade, a experimentação, a busca por novas idéias para atender a estes objetivos. Os arquitetos, na grande maioria, propuseram a estruturação dos espaços livres públicos, das vias de acesso e dos pontos de encontro, também chamados centros de bairro, locais de integração ou pontos de referência. Estes espaços seriam os locais privilegiados, irradiadores da vida e das transformações. Além das soluções espaciais, foram propostas ações sócio-culturais.



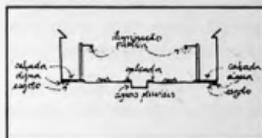
VIAS ATÉ 7,00M COM ACESSO DE VEÍCULOS



VIAS COM MAIS DE 7,00M



VIAS DE PEDESTRE: COM RECLIVIDADE SUAVE



Propostas das equipes selecionadas

Ilustrações das equipes 119 (acima, à esquerda), 102 (abaixo, à esquerda) e 121 (às demais).

FONTE: DUARTE, Cristiane; SILVA, Osvaldo; BRASILEIRO, Alice (orgs). *Favela um bairro* propostas metodológicas para intervenção pública em favelas do Rio de Janeiro. São Paulo: Proeditores, 1996.

Os projetos com enfoque social tiveram boa repercussão. A partir de 1996, o BID estabeleceu que 20% da verba destinada ao programa deveria ser utilizada nestas ações mas, na prática, o sucesso delas dependia do urbanista responsável e do empenho de outros profissionais envolvidos. Com a ampliação do número de favelas, o programa progressivamente se burocratiza e distancia os projetistas das obras. Isto significou ênfase às obras de infra-estrutura e projetos mais técnicos desenvolvidos por escritórios maiores – a chamada “engenheirização”.

Alguns arquitetos optaram por desenhos mais sofisticados e por mobiliário urbano exclusivo. Havia a Prefeitura, que esperava que melhorias fossem percebidas através de imagens da cidade formal e usava como palavras de ordem *transformação*, *reconhecimento* e *percepção*.²⁰ Havia, por outro lado, críticas do Banco Mundial que relacionavam a preocupação estética com o desperdício orçamentário e que comparavam o programa Favela-Bairro ao Rio Cidade, este sim um programa de embelezamento.

20 ANDRADE, Sandra Neves. Três momentos cariocas de atuação em projeto para favelas. Rio de Janeiro, 2000. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Processo de trabalho

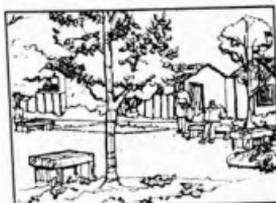
A primeira fase foi experimental, inédita para todos os envolvidos. Inaugurou uma rede de relacionamentos profissionais e a definição de escopos de serviço. Os escritórios participaram com entusiasmo de reuniões e seminários organizados pela Secretaria de Habitação. Nas obras, a falta de experiência dos escritórios e da Prefeitura na adequação dos projetos de infra-estrutura era compensada pela presença do escritório projetista na assistência técnica da obra.

A partir de 1995, a prefeitura e a financiadora optaram por um maior detalhamento dos projetos executivos, com ênfase para os levantamentos físicos e os projetos de engenharia. Este maior detalhamento supostamente dispensaria o acompanhamento da obra pela equipe. A aprovação dos projetos com ênfase na infra-estrutura passou a ser realizada por empresas contratadas, as gerenciadoras, que substituíram os técnicos da prefeitura.

Os escritórios de arquitetura passaram a ser contratados por licitações públicas, que privilegiam empresas mais formais (e menos experimentais). Na obra, as empreiteiras procuraram simplificar. Os autores, distantes, substituídos por fiscais que acabavam simplificando partes importantes do projeto. Os arquitetos tiveram a sensação de que, com o tempo, houve uma limitação abrupta do processo de participação e de construção de novas práticas.

Houve casos de projetos intensamente discutidos com as comunidades e outros de pouquíssima mobilização e de assembleias esvaziadas, onde a apresentação do projeto correspondeu à sua aprovação. Os arquitetos precisaram interpretar e envolver a coletividade, tarefas tão importantes quanto complexas. A representatividade não existe, fruto talvez do esvaziamento dos movimentos sociais e do tráfego. Mas as favelas têm redes, têm grupos que se formam por religião, por grupo étnico, por tempo de chegada na favela, dos moradores do mesmo beco, etc e o grupo ligado ao tráfego. Encontrar canais de comunicação nestas redes é um trabalho para profissionais articulados, com talento para tal. Aos arquitetos foi, muitas vezes, atribuídas as funções de comunicadores, assistentes sociais, geógrafos, sociólogos, entre outras.

Os arquitetos foram obrigados a aprender, entre muitas outras coisas, como integrar os desenhos dos espaços com o das redes de infra-estrutura; como lidar com o cliente-múltiplo – prefeitura, comunidade, concessionárias, construtoras, gerenciadoras e traduzir todos estes desejos, junto com o seu próprio. O arquiteto foi protagonista na concepção, elaboração e na implementação do programa. Sua linguagem foi muito menos importante para a consistência do trabalho do que a sua capacidade de interpretação.



Para a equipe III, árvores nas favelas podem cumprir papéis de marcos referenciais de orientação, de pontos de encontro agradavelmente sombreados, playgrounds, eventos religiosos, de suporte de sinalização e anúncios informais que contam o dia-a-dia dos moradores, de varais de roupas e de memória da origem rural de muitos moradores. A ausência de arborização simboliza a ausência do poder público.

arte e às festas – “O rapaz é músico!” e o esporte. Existe, de um lado, um sentimento de urgência do jovem e, de outro, a necessidade de resgatar e valorizar a cultura popular, o conhecimento dos mais velhos – artesãos, costureiras, aderecistas e serralheiros. O grande desejo do arquiteto urbanista foi o desenvolvimento de uma indústria de bens culturais: a conversão da Serrinha em “point” turístico, parte do calendário de eventos da cidade.

Repercussão e resultados

De modo geral, as críticas²² ao programa se referem às limitações que o programa encontrou em sua operação e no descompasso entre o que é prometido para a sociedade como um todo, o que gera grandes expectativas, e o que se consegue realizar. Algumas dificuldades apontadas foram:

- Falta de articulação entre órgãos de competência municipal: a prefeitura ofereceu serviços, como fornecimento de água e tratamento de esgotos que são feitos por concessionárias ligadas ao governo do Estado, sem consultá-las, o que gerou entraves e prejuízos ao programa;
- Falta de articulação entre órgãos da prefeitura;
- Ampliação das favelas: enquanto se trabalhava na urbanização das favelas, aproveitadores se apressavam em formar núcleos novos para também serem beneficiados. O programa tentou delimitar fisicamente as favelas com muros de cerca de 70 centímetros de altura – no Vidigal, por exemplo – mas a fiscalização da Prefeitura é inoperante e acabam sendo invadidos morros, canais, praças, propriedades particulares, sítios tombados;
- Adiantamento do programa sócio-cultural: a partir do momento em que o número de favelas cresceu, este foi relegado a uma etapa posterior, restando apenas a obra;
- Simplificações dos projetos urbanísticos: muitos itens foram cortados, em especial os espaços de uso comunitário, o que aproximou o programa dos antigos projetos de urbanização, limitados à dotação de infra-estrutura básica.

Nas favelas menos densas, em áreas mais planas e mais distantes dos bairros valorizados da cidade, as transformações foram mais significativas e, a partir destas transformações, elas poderão se consolidar como lugares melhores. Mesmo que os equipamentos de uso comunitário não tenham sido integralmente instalados, houve melhoria das condições da população. Já nas favelas mais densas as transformações foram menores, restringindo-se à provisão da infraestrutura e do tratamento de pequenos espaços de uso coletivo. Favelas em encostas, junto a bairros como Copacabana e Ipanema mal tiveram espaço para relocalar as famílias que se situavam em áreas de risco.

²² Alguns trabalhos acadêmicos fizeram análises importantes do programa. As críticas foram sistematizadas a partir principalmente do trabalho de Alice Brasileiro.

BRASILEIRO, Alice de Barros Horizonte. Espaços de uso comunitário em programas habitacionais no Rio de Janeiro: Entre o discurso e a prática. Rio de Janeiro: 2000. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ANDRADE, Sandra Neves. Três momentos críticos de atuação em projeto para favelas. Rio de Janeiro: 2000. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Propostas para favelas

Em bairros planos e menos consolidados as intervenções são mais transformadoras



Favela-Bairro na Estrada da Cacuia, Ilha do Governador

O programa buscou tratar paisagisticamente as entradas do morro criando locais próprios para lixo, materiais de construção e espaços de estar.

Houve um descompasso entre o que foi prometido e o que foi realizado. Foram anunciadas facilidades urbanísticas e a integração das favelas à cidade e, isto não tendo se concretizado frustrou certas expectativas em relação ao programa. O discurso apresentado valorizou equipamentos como ciclovia, mini anfiteatro, concha acústica, caramanchões, churrasqueiras, pomar, largos à beira rio e parques; e outros sofisticados como ginásio comunitário, cinema, pavilhão de espetáculos e piscina. Estes equipamentos de lazer serviram para diferenciar o programa e dar a ele o apoio da população.

Os moradores dos bairros vizinhos às favelas se frustraram muitas vezes por não terem visto as favelas serem transformadas em sua relação com a cidade. Estas pessoas tinham, muitas vezes, o sentimento de que o programa premiava invasores do espaço alheio e incentivava à favelização. Era recorrente a expressão bairro-favela. A forma da favela nos morros, sem alinhamentos e sem distância entre as construções, é um fator determinante para que elas sejam percebidas como favelas e não como bairros e não foi alterada. O tratamento urbanístico não é suficiente para alterar estas relações; o engajamento da sociedade seria necessário. Entretanto, esta tem se mostrado – de muitos lados – mais propensa à segregação do que à integração.

Mas o programa significou um aumento da renda patrimonial dos moradores das favelas na medida em que valorizou os imóveis. O perfil de doenças nas favelas foi alterado, deixaram de predominar as de veiculação hídrica. Famílias em área de risco foram relocadas. Houve a dinamização da atividade comercial em muitos casos. Os benefícios são apropriados pela população e não pelo tráfico. A intervenção sempre melhorou os lugares, jamais o contrário. A população foi mantida, nunca expulsa, e abriram-se possibilidades para requalificações sociais, se a sociedade assim desejar.

Piscinão de Ramos

O Piscinão de Ramos é um parque que tem como principal atração uma lagoa para o banho. Fruto de uma ação pontual do governo do Estado, foi implantado junto à praia de Ramos, de frente para a Baía da Guanabara. A ampla e imediata adesão de usuários deixou latente as carências da zona suburbana, por espaços de lazer e por espaços bem estruturados, similares aos da cidade consolidada.

Sua criação teve como objetivos recuperar o local através de infraestrutura de lazer, esporte e cultura, e devolver a Praia de Ramos à população, melhorando sua qualidade de vida. Para esta recriação da praia, foi desenvolvido um projeto paisagístico que organiza o conjunto das atrações oferecidas. Do projeto aos materiais, todos têm qualidade, sem serem extravagantes. Um detalhe para completar o quadro de oásis urbano em meio às favelas foram os coqueiros vindos da Bahia. A obra obedeceu integralmente ao projeto, como é o costume para as prioridades políticas, ao custo total de R\$ 18,4 milhões.²³

Difícilmente seria esperado tamanho sucesso. O público aluiu em massa. O piscinão chegou a ser cenário de novela da Globo onde o bordão "Cada mergulho é um flash" designava as incursões de uma personagem ao local. Havia um certo tom de depreciação, de associação com o brega, por se tratar de uma atração do subúrbio que poderia bem estar na Zona Sul. A repercussão impulsionou a candidatura à Presidência da República do então governador, Anthony Garotinho. Apesar de não ter logrado o intento, deixou como sucessora no cargo a esposa, Rosinha Matheus, e acabou retornando ao governo no cargo de Secretário de Segurança. Promessas de novos piscinões não faltaram. Um candidato à prefeitura divulgava: "Gostaria muito de fazer uma grande piscina pública na área central da Rocinha, onde há uma garagem de ônibus. Terminaria o piscinão de Deodoro, faria no Alemão, na Maré e, na Zona Oeste, no Complexo de Antares, em Santa Cruz. Na Quinta da Boa Vista, fazer consulta para tornar balneáveis os lagos. Além de passear na Quinta, as pessoas poderiam mergulhar também."²⁴

Parte das notícias na imprensa se referia à violência e ao crime organizado. Como está localizado junto a uma favela onde o tráfico de drogas é controlado pelo Terceiro Comando, este controlaria a presença de integrantes da facção rival, o Comando Vermelho. Era também uma forma de produzir notícias a partir de um referencial de visibilidade: segundo um funcionário do local, se fosse assassinado em um bairro distante dali um rapaz que houvesse estado muito antes no piscinão, a manchete estamparia "Morto ao sair do Piscinão". No parque propriamente dito, além do policiamento os-



Piscinão de Ramos

Sua denominação foi alterada para o pomposo (e já sem graça) "Parque Ambiental da Praia de Ramos".

23 Segundo o artigo do jornalista Mario Hugo Monken, Folha de São Paulo, no artigo "Público elogia Reveillon do piscinão de Ramos, no Rio", 02/01/2002: "A obra, orçada em R\$ 18,4 milhões, está sendo investigada pelo Ministério Público que apura se o governo estadual utilizou recursos do Fecam (Fundo Estadual de Controle Ambiental), o que é proibido por lei."

24 Felizmente, seu oportunismo rendeu apenas um 8º lugar. André Correa, que à época era o Secretário de Meio Ambiente, imbuído da epigrafe de "idealizador do Piscinão de Ramos", se lançou candidato a prefeito do Rio, pelo PPS, em 2004. Entrevista ao Jornal O Dia, no ar em www.odia.com.br em 27 de julho de 2004.

tensivo, havia o uso muito grande pela população que não abria espaço para outras apropriações.

Entretanto, a frequência, que já havia chegado a 80 mil pessoas, foi decaindo em função do mau-cheiro da água entre outros problemas. Há um limite de usuários para que a qualidade da água seja



Vista geral, favela junto ao parque e posto salva-vidas

As águas da Baía de Guanabara, poluídas, servem ao piscinão depois de passar pelos filtros de uma estação de tratamento instalada no local. Os 24 milhões de litros são, depois, devolvidos à baía.

mantida e para que possam ser prevenidos acidentes mas, mesmo dentro destes limites, a manutenção tem um custo elevado. Uma empresa estatal, a Petrobrás, como uma forma de compensar os prejuízos causados pelo derramamento de 1,3 milhão de litros de óleo na Baía de Guanabara, em 2000, vai arcar com a manutenção do piscinão nos anos de 2005 e 2006, a um custo de R\$ 3,9 milhões.

O "presente" de uma administração caracterizada por ações populistas e assistencialistas, aparentemente genial porque unia preservação ambiental com lazer para o morador do subúrbio através de um projeto paisagístico de qualidade, torna-se um grande peso para as gestões posteriores em função do alto custo de manutenção, não considerado por seus responsáveis. Caso se converta em mais um parque sem recursos, será uma frustração da mesma população que o recebeu. Terá sido apenas uma novidade.



SÃO LUÍS

Em São Luís do Maranhão, dois programas públicos para os espaços urbanos destacam-se por suas características: a revitalização do centro histórico e o programa Viva Bairro. Ainda que tenham sido obras de forte papel político, têm qualidades importantes: incrementaram espaços urbanos de grande significado para a população e melhoraram suas condições de uso.

A revitalização do Centro Histórico não é um programa mas um conjunto deles que vêm sendo implementados desde 1980. As ações incluem desde revitalizações pontuais de edifícios a reforma de quarteirões inteiros. O nome Reviver foi empregado em uma destas ações e foi incorporado pela população ao conjunto dos trabalhos e à própria área no entorno da Feira da Praia Grande. Por mais que os técnicos do Patrimônio Histórico prefiram a denominação Praia Grande, que data do século XVI, para a população é "Rua do Giz, nº 50 - Reviver - Centro - São Luís".

O programa Viva Bairro, cujo nome foi também incorporado às áreas da intervenção - "Moro perto do Viva" -, equipou para o lazer uma série de espaços públicos em diversos bairros da cidade, centrais e periféricos, elegantes e populares. O mote da intervenção era adequar ou incrementar espaços livres (praças, largos, calçadas) para os festejos populares de forma que também se prestassem para o lazer cotidiano e para a valorização da identidade dos bairros.

Por estar relacionado aos grupos folclóricos, que configuram uma força social bem organizada e distribuída pelos bairros, um verdadeiro patrimônio urbano, este programa atingiu espaços públicos por toda a cidade, principalmente na periferia, mesmo vizinhanças distantes e pobres, sem distinção. Uma vez que o pré-requisito era a presença da festa popular, quanto mais popular melhor. O uso para o festejo, cuja existência precedia o tratamento urbanístico, foi valorizado e, por sua vez, deu pleno sentido à obra.

Tanto o Reviver quanto o Viva Bairro foram projetados por técnicos locais - arquitetos e engenheiros - apoiados pelos políticos responsáveis e em permanente contato com os usuários destes espaços, com a comunidade. Estes profissionais mostraram capacidade (e mesmo humildade) para compreender, dialogar e satisfazer tanto a população quanto os seus dirigentes.

O Parque Ecológico da Lagoa da Jansen, implementado no mesmo período, é um contraponto exemplar ao programa Viva Bairro. É em tudo contrário, mesmo que visualmente também seja colorido e que tenha sido levado a cabo pela mesma administração. Foi uma ação pontual, no setor da cidade onde há mais moradias da classe de alta renda, foi projetado por um arquiteto "de fora" e implicou alto custo de implantação e de manutenção²⁵. O projeto para a Lagoa possibilita novos usos, contemplativos e, principalmente, esportivos, mas não tem relação com tradições e usos populares preexistentes. Sua função principal é tornar a paisagem do mangue adequada para o uso e para o consumo dos novos empreendimentos imobiliários da região.

Conjunto dos espaços públicos de São Luís e seu papel

O município de São Luís, com população próxima dos 900.000 habitantes²⁶, é o mais importante da Ilha de mesmo nome. O fato de ser uma ilha, situada em um dos mais importantes estuários do país, com recursos paisagísticos de inestimável valor como manguezais, igarapés, encostas, praias, dunas, falésias e matas, alguns bastante delicados, não foi empecilho para a ocupação e para o crescimento da malha urbana. O próprio desenvolvimento da cidade está relacionado a um recurso natural: um privilegiado porto.

A consciência da condição insular é muito tênue ao observador comum e as transformações urbanísticas pouco se ativeram ao contexto ambiental pré-existente. Na Ponta d'Areia, junto à Lagoa da Jansen, a transformação da paisagem foi tão drástica que quem lá chega não imagina que havia um igarapé rodeado por mangue, dunas e falésias. Além da urbanização não ter preservado estes recursos, neste bairro de alta classe, assim como no restante da ilha, a infraestrutura é precária, os esgotos são lançados nos cursos d'água e estes se encontram poluídos²⁷.

São Luís foi fundada em 1612 na confluência dos rios Anil e Bacanga. O casario foi construído nas partes mais altas e secas e as partes mais baixas, sujeitas às marés, foram relegadas àqueles socialmente excluídos, em moradias precárias sobre palafitas, – padrão que se mantém até os dias de hoje. A urbanização da cidade teve um apogeu entre 1775 e o início do século XIX, com a riqueza proveniente das exportações de algodão e açúcar. A cidade era sofisticada e comparada, em termos de importância, ao Rio de Janeiro, ao Recife e a Salvador.

25 "Inaugurado em 30 de dezembro passado, com festa, discurso e foguetório, o Parque Ambiental da Lagoa da Jansen, em São Luís, não resistiu à primeira chuva, duas semanas depois. Tendo custado 70 milhões de reais, enviados pelo mano Zequinha, ministro do Meio Ambiente, o lago artificial de pouco mais de 1 metro de profundidade transbordou, invadindo condomínios de classe média alta e casebres paupérrimos que o rodeiam. Dejetos, matéria vegetal não retirada e sujeira desmoralizaram o que Roseana havia chamado dias antes de "a nossa lagoa Rodrigo de Freitas". A despoluição, item mais caro do dinheiro gasto, simplesmente não foi feita."

Do artigo "O nome dela é Roseana, mas pode chamar de Sarney", de Palmerio Dória, publicado na Revista Caros Amigos nº 45, no Jornal Pequeno, 07/02/2002 e em www.maranhao.sul.com

26 Segundo o CENSO 2000 do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística são 867.690 habitantes no município de São Luís (831,7 km²) e 1.067.974 em toda a ilha de São Luís (1.453,1 km²). Além de São Luís, a ilha abriga os municípios de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.

27 O fato da ocupação preceder a infraestrutura não é exatamente uma exclusividade de São Luís. Mas quando ocorre sobre paisagens muito singulares é que vemos o absurdo urbanístico e ambiental que é. A informação de que a maioria dos rios classificada com o grau máximo de poluição é do CREA-MA, março de 2002, e consta de: PRADO, Barbara Irene Wasinski. A Ponta d'Areia na São Luís do Maranhão: as formas e os arranjos da paisagem em transformação. Recife: 2002. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Segundo este trabalho em 2002, a rede de esgoto construída não funcionava.

Em 2004, existem duas estações de tratamento de esgoto: a do Bacanga, atendendo ao Centro Histórico e adjacências, e a do Jacarati, atendendo à Lagoa da Jansen. Não se sabe como andam suas operações. De qualquer forma, o fato de terem sido projetadas para estas áreas ilustra para nós como são elas tidas como as mais importantes da cidade.

28 SÃO LUÍS, Prefeitura de. Plano da Paisagem Urbana do Município de São Luís. São Luís: 2003.

A estagnação econômica que se abateu sobre o Meio Norte brasileiro após este ciclo de riqueza, paradoxalmente, manteve o casario íntegro. Se, por um lado, os imóveis são abandonados ao tempo, por outro, não há recursos para demolí-los e se construir novas avenidas e novas edificações. Além disso, a porção junto ao mar, a Praia Grande, outrora a frente elegante da cidade, torna-se o fundo. A dinâmica que a área central manteve foi deslocada para a porção mais interior desta, mais próxima do acesso pelo continente. O fundo se conservou economicamente esvaziado.

Quando o crescimento da população passou a demandar mais moradias, a partir dos anos 1950, considerou-se a expansão da cidade para periferias especializadas conectadas por avenidas modernas. Duas pontes foram construídas e ligaram o centro às outras margens do Anil e do Bacanga. A expansão de São Luís passou a se dar na direção sul/sudoeste, a caminho do Porto do Itaqui, e na direção norte/nordeste, a caminho das praias (Ponta d'Areia, São Marcos, Calhau, Olho d'Água).

As residências e o comércio da classe mais alta seguiram a direção das praias. Os grandes grupos empresariais ligados à mineração, que se instalam neste delicado ambiente insular a partir dos anos 1980, concentraram-se na porção sul/sudoeste. A Alumar e a Companhia do Vale do Rio Doce, ligadas à exploração do minério de ferro e à produção de alumínio para a exportação, trouxeram com elas superestruturas - energética, ferroviária, portuária e de abastecimento de água.

As empresas de mineração se localizaram na margem direita do rio Bacanga, no extremo oeste e no sul da ilha. Os bairros das residências e comércios mais sofisticados - a cidade nova - se desenvolveram junto à Lagoa da Jansen e às praias na orla do Atlântico, à margem direita do Rio Anil, a partir dos anos 1970, com a construção da Ponte Governador José Sarney.

Festas

De seu passado, São Luís guarda festas e tradições religiosas, enriquecidas por coloridos costumes, danças e músicas herdados de negros, índios e europeus. As mais importantes são o carnaval e as festas juninas, com suas representações de bumba-meu-boi em diversos pontos da cidade. Há ainda os festejos natalinos, a quaresma, a festa do padroeiro (em São José de Ribamar), a festa da juçara (a palmeira que dá o açai), entre outras celebrações.

O clima quente dos meses do verão maranhense (entre maio e outubro), é amenizado pelo vento. Nesses meses não chove. A estação

Centro Histórico



SANTO ANJO

Grupo Barrica

As festas folclóricas receberam o apoio do governo nos anos 1990 que estruturou os espaços das festas (Programa Viva Bairro) e concedeu incentivos aos grupos tradicionais. O Barrica, um dos mais importantes, em 2004 passou a se apresentar todas as semanas em Madre Deus

nas varandas das casas, assistem televisão na garagem, celebram nos espaços abertos.

O calendário de festejos passou a ser entendido pelo poder público na década de 1990 como um valor turístico, além de cultural e social. Deu-se impulso ao esforço pela manutenção das tradições. O "Vale Festejar", recentemente instituído, é um São João em julho, quando o volume de turistas é maior. A morte dos bois, que tradicionalmente ocorre em junho, passa a ser também representada no mês de julho. Ludovicenses em geral têm levantado a questão se a exploração turística dessas manifestações culturais não prejudicaria a preservação dos seus elementos tradicionais²⁹.



SANTO ANJO

FOTOS: FRANCIS SARAIA

Os Feras

A apresentação do grupo de carnaval Os Feras foi realizada no "Viva Anjo da Guarda" para um comício de campanha política. A festa é parte do cotidiano da cidade

Estado x Prefeitura

Uma peculiaridade dos programas apresentados para os espaços públicos de São Luís foi a sua condução pelo governo do Estado, sem qualquer participação da administração municipal. O grau de intervenção da instância estadual na criação de espaços paisagisticamente tratados não tem paralelo com as outras cidades estudadas, nem com Salvador, onde também aconteceu à larga.

A assimetria entre os recursos do Estado e os da prefeitura é uma das razões para tal mas talvez a principal delas seja mesmo o arranjo da estrutura político-institucional local e nacional. O governo estadual implantou na capital um grande número de praças, par-

²⁹ Uma vez morto o boi, a promessa feita esta paga e aquele grupo só volta a se apresentar no ano seguinte. Diz-se que em "Festa de boi morto ninguém vai". Para que o boi esteja vivo em julho é preciso adiar sua morte. Com os festejos se repetindo ao longo do ano, anda-se dizendo que, desse jeito, "o boi não morre mais".

ques de porte, um aterro junto ao centro, calçadões à beira-água, várias avenidas, construiu as pontes e conduziu o processo de renovação do centro histórico. A prefeitura teve o papel secundário de reformar praças antigas, implantar novas com projetos sempre mais simples e manter o que conseguia ou o que lhe convinha manter.

O projeto de recuperação da área central, que ficou sob a alçada do Estado, tem sua origem nos anos 1970 quando os municípios eram enfraquecidos, governadores e prefeitos eram nomeados e havia, por conta disso, uma espécie de harmonia entre os poderes estadual e municipal. Também por envolver questões de patrimônio histórico, sobre as quais incidem leis federais, os recursos e os esforços partiram da estrutura do Estado.

Farol do Saber, ao lado da Praça das Artes, do Viva Vinhais

Um programa de criação de bibliotecas nos bairros nos mesmos moldes de Curitiba foi implantado no final dos anos 1990 em São Luís, através da Secretaria Estadual da Educação.

Vista para as novas avenidas da Ponta d'Areia e a Lagoa da Jansen



Calçadão das praias de São Marcos e Calhau.

As praias e equipamentos esportivos são bastante procurados mas a Avenida Litorânea foi construída sobre as dunas, sem qualquer atenção à condição deste bem paisagístico. O vento traz a areia para a pista que precisa ser constantemente varrida.



Dos anos 1970 aos 1990, todas as grandes obras da cidade – as pontes, o Aterro do Bacanga, a Lagoa da Jansen, a urbanização da orla marítima e as grandes avenidas – foram obras do Estado. A governadora Roseana Sarney inaugurou em São Luís, além dos Vivas, avenidas como a Litorânea e a de Jaracati, o terminal de barcos da Praia Grande, o Parque da Lagoa da Jansen, o Parque do Maracanã (onde se faz a festa da Juçara), o Parque do Folclore e o calçadão da orla no Calhau. Sua gestão conduzia também um programa de urbanização – melhoria de acessos de pedestres, execução de infra-estrutura, etc – denominado Bairro Legal.

A Gerência Metropolitana, órgão que cuidou destas obras, funcionava como uma prefeitura paralela. As ações de requalificar as praças nos bairros e calçamentos feita no âmbito dos programas Bairro Legal e Viva Bairro, dos anos 1990, são típicas da esfera dos municípios. A intervenção nas praças teria sido justificada (se alguém tivesse cobrado) por não ser uma mera requalificação dos espaços mas uma ação para valorizar tradições culturais que se dava através do espaço. Na última fase do programa Viva Bairro, a valorização das tradições deixa de ser o mote da intervenção e passam a ser feitas pelo Estado reformas cotidianas de praças usando o nome Viva.

A partir de 2000, a administração municipal faz um esforço para apresentar-se através de intervenções paisagísticas de maior visibilidade e tem também procurado se envolver (e partilhar créditos) na preservação do centro histórico.

Para investir no embelezamento da cidade, a gestão municipal 2000-2004 da prefeitura de São Luís contratou a arquiteta paisagista Rosa Kliass que, demonstrando a importância da ampliação do escopo do trabalho, desenvolveu um plano para a paisagem, entregue em 2003. Sua orientação resultou na criação de um órgão específico para tratar dos assuntos relativos ao plano e, portanto, à paisagem urbana, o IMPUR – Instituto da Paisagem Urbana.

A Prefeitura também investiu em um produto de grife, a Praça Maria Aragão, que abriga um memorial de mesmo nome, homenagem a uma famosa comunista, inaugurada em 2004 com projeto de Oscar Niemeyer. Para a população significa “ter um Niemeyer na cidade”, da mesma forma que o selo de museus Guggenheim havia sido considerado no Rio de Janeiro.³⁰

A ação de maior destaque da administração municipal de 2000-2004 foi o incremento da limpeza pública. Até então o serviço era precário, realizado por poucos e desmotivados funcionários públicos. A limpeza pública foi licitada, terceirizada e tornada eficiente. Passou a ser percebida pela população – “A cidade agora é limpa” – e foi utilizada como uma das plataformas da campanha, juntamente com a construção de terminais integrados para o transporte coletivo, e reeleger o prefeito em 2004.

30 Comenta-se que o projeto apenas teria custado entre 300 a 400 mil reais e que Niemeyer nem esteve em São Luís, mas, sendo o produto apresentado como uma marca, fica a dúvida se a intenção do povo é criticar ou vangloriar a intervenção.

LINHA DO TEMPO • SÃO LUÍS

João Castelo (1979-1983)	Luiz Rocha (1983-1987)	Epitácio Cafeteira (1987-1991)	Edison Lobão
------------------------------------	----------------------------------	--	---------------------

anos 1980

anos 1990

1979

1972-1985

Construção dos aterros para
construção do anel viário em
torno do Centro Histórico

1986-1989

Construção do
Aterro do
Bacanga
junto ao Centro
Histórico

I Encontro
Nacional da
Praia Grande:
grupo de
trabalho para
o Centro
Histórico

1980

Texto do Programa
de Preservação e
Revitalização do
Centro Histórico de
São Luís
(Programa Praia
Grande/ Reviver)

1985

Instituída a Zona
Tombada Estadual
(160 na e 2500
imóveis) em torno
da Zona Tombada
Federal

1987

Lançado o
Programa Reviver:
Centro Histórico
vira 'moda'

Plano Diretor Municipal
Instituído a Zona de Proteção
Histórica (ZPH)

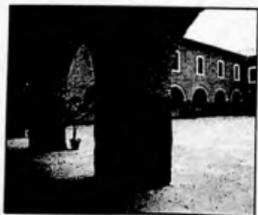
1977-79
Projeto
arq. Jonh
Granger

1a. etapa
(1980/82)
Praça do
Comércio
e adjacências

2a. etapa
(1983/87)
Interrupção
das obras;
estudos

3a. etapa
(1987/89)
Retomada:
Recuperação da
Praia Grande
(15 quadras, 200 imóveis)

4a. etapa
(1990/94)
Restauração de imóveis
Teatro Arthur de Azevedo;
Fábrica do Rio Amil (uso profissionalizante)
Projeto piloto de habitação



Centro Histórico

Acima, a Praça Poeta Nairu Machado (Praça do Reviver) em 2000 e novamente reformada em 2004. Abaixo, o Convento do Carmo, a Igreja do Desterro e a Casa das Tulhas, que abriga a Feira da Praia Grande.

Plano Maior de Turismo

Os catalães aparecem sempre na vanguarda quando o assunto é criação de imagens das cidades. Roseana Sarney encomendou, no início de seu segundo mandato, a realização de um plano de marketing turístico internacional para o desenvolvimento turístico do Maranhão, que foi chamado Plano Maior de Turismo e elaborado com a consultoria do catalão Josep Chias. Tendo trabalhado na promoção de Barcelona, a Chias Marketing foi contratada pelos governos do Rio de Janeiro (município) e do Maranhão. Depois fez contatos e negócios com governos do país inteiro, da Paraíba à Paranaíacaba (SP), inclusive com o governo federal³².

A cidade de São Luís e o Estado do Maranhão concorrem com as outras capitais do nordeste tanto pela instalação de indústrias em seu território como destino turístico. O desenvolvimento dos planos é a saída encontrada pelo poder público para atrair investimentos, gerar empregos e renda. Através de pesquisas e análises dos mercados concorrentes, lançam-se as bases para ações de marketing.

O Plano Maior de Turismo delimitou pólos turísticos por todo o Estado, pólos que seriam aproveitados no lançamento do produto Maranhão. O primeiro pólo turístico seria o conjunto formado por São Luís e Alcântara mas foram os Lençóis Maranhenses, que formam uma paisagem única, considerados o grande atrativo para o estado, uma vez que há, no país, outros centros históricos como Olinda e as cidades mineiras.

Provavelmente, o estudo acabou avaliando várias das ações que se seguiram ao longo da gestão da governadora não apenas de marketing mas urbanísticas de fato. O pedido de inclusão do centro histórico de São Luís na lista dos patrimônios da humanidade da UNESCO impulsionou investimentos nesta área. Fez-se uma campanha de marketing para todo o país mas incrementou-se a infra-estrutura para o turismo nos Lençóis Maranhenses e buscou-se a valorização das tradições populares.

Estas ações tiveram o mérito de tornar São Luís mais conhecida pelos brasileiros pois, ao contrário do Rio de Janeiro que é sempre visível, a cidade não era de fato referenciada como destino turístico e de investimentos. A campanha foi marcante a ponto de o público associar os trabalhos de restauro no centro histórico a esta gestão. Foi a imagem do centro histórico requalificado que colocou São Luís de volta no mapa do Brasil visível/ turístico.

32 Não tivemos acesso ao Plano Maior de Turismo. O "Plano Maravilha" desenvolvido para o Rio de Janeiro lançou no lugar da já abusada "Cidade maravilhosa" a frase "Rio. Incomparável". Apesar do altíssimo custo que teve "de milhões de reais pagos pelos contribuintes e de material de propaganda de conteúdo e apresentação excelentes" mudanças nas chefias da Secretarias Especial de Turismo e da Riotur levaram o "Plano Maravilha" a ser praticamente arquivado. "Foi um verdadeiro desperdício", segundo a consultoria Aeroconsult. O plano desenvolvido pelo Ministério do Turismo e EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo sob coordenação de Chias, que visa criar as condições para alcançar metas estabelecidas no Plano Nacional de Turismo, será lançado em 2005.

O Programa Viva e os movimentos populares

A Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão sempre foi uma pasta administrada por escritores e intelectuais refinados. Na terra de Gonçalves Dias, Graça Aranha e Aluísio de Azevedo, cultura era sinônimo de literatura. No governo de Roseana Sarney, a pasta foi entregue a Luiz Henrique Bulcão, poeta popular, que compõe músicas para os grupos tradicionais maranhenses.

Bulcão, como Secretário da Cultura, trabalhou junto com o então Gerente de Planejamento, Jorge Murad, que selecionava as áreas para as intervenções requalificadoras, e com os arquitetos autores de quase a totalidade dos projetos do programa Viva Bairro, Geraldo Magela e Frederico Burnet, ambos também funcionários do Estado. Deste grupo saíram as decisões políticas e as soluções técnicas para os Vivas.

O projeto que serviu como protótipo para o programa foi o Viva Madre Deus. A requalificação da área no eixo das ruas São Pantaleão e do Norte, em Madre Deus, foi solicitada pelos representantes culturais do bairro, encabeçados por José Pereira Godão, ou Godão, compositor, líder do boi Barrica e do Bicho Terra, que atuou depois como consultor cultural do governo. O carnaval tradicional das escolas de samba, que não contavam com apoio oficial, estava declinando e sendo prejudicado pela concorrência com o "axé" da Bahia e com o reggae. A solicitação da comunidade veio de encontro à proposta do governo de revitalizar a cultura popular.

Ao Viva Madre Deus seguiram-se outros, em outros bairros que serão apresentados nos estudos de caso. O programa chamou-se Viva Bairro³³ ou Cidade Viva. O nome Viva era acrescentado ao nome do bairro e assim formava-se Viva Angelim, Viva Vinhais, Viva Vila Embratel, etc. Os Vivas, espaços, fizeram muito sucesso e o nome Viva, como prefixo, foi incorporado a outras ações.

Em 2000 foram feitas intervenções de requalificação de espaços públicos em outros municípios do Estado através do programa que foi chamado de Viva Minha Cidade. Foram implantados o Viva Caxias, Viva Axixá, Viva Santa Inês, entre outros. Em Imperatriz, o espaço requalificado, que é sempre um espaço de visibilidade, estava junto ao Rio Tocantins e foi chamado Viva Beira-Rio.

No auge da popularidade do programa, qualquer reforma de praça passou a ser chamada pelo Estado de Viva. Foram também lançados programas de outro caráter com o nome Viva, como o Viva Cidadão, para simplificar a prestação de serviços públicos, e o Viva Maranhão que, por extenso, significava "Introdução de Inovações Tecnológicas para o Desenvolvimento Integrado das áreas de Assentamento e Agricultura Familiar no Maranhão". Um festival de denominações, onde o nome Viva deixa de ser sinônimo de festa.

³³ Utilizamos a denominação Viva Bairro, utilizada em um vídeo de divulgação das obras da governadora Roseana Sarney.



ARQUIV. URBANÍSTICA

Viva Anjo da Guarda

Conjunto de quatro espaços onde o Grupo Grita representa a Paixão de Cristo. No Anjo da Guarda I, abaixo, o palco elevado representa o Monte das Oliveiras. Ao lado, o terreno antes da intervenção.



ARQUIV. URBANÍSTICA



ARQUIV. URBANÍSTICA



ARQUIV. URBANÍSTICA



ARQUIV. URBANÍSTICA



ARQUIV. URBANÍSTICA

Anjo da Guarda II, uma colonata no Largo do Teatro faz as vezes de templo dos fariseus. O Anjo da Guarda III é um espaço sem formato de praça, em "L", e os palcos são montados no trecho mais interno.

No Anjo da Guarda IV, a Praça da Ressurreição, o palco elevado é o Morro do Gólgota, onde termina o espetáculo. Nesse caso o arquiteto definiu os desníveis em função da visualização pelo direcionamento do cortejo. A topografia original era quase plana e foi criado um corte central que permite que da Avenida dos Portugueses se veja a praça.



ARQUIV. URBANÍSTICA



ARQUIV. URBANÍSTICA

Grifes, arquitetos locais e o caso de São José de Ribamar

Em 2002, ao mesmo tempo em que a arquiteta paisagista Rosa Kliass desenvolvia o Plano para a Paisagem Urbana de São Luís, o governo do Estado sondou contratar o urbanista Jorge Wilhem (sócio em diversos trabalhos e amigo de Rosa Kliass), para a revisão do Plano Diretor da cidade, mais um exemplo didático da interferência do Estado em questões tradicionalmente tratadas pelas municipalidades.

O fato de o governo do Estado pensar em Wilhem, contratar João Filgueiras de Lima (Lelé) ou o arquiteto Carlos Campello (Lagoa da Jansen), com escritório em Salvador, e da prefeitura encomendar projetos a Niemeyer e a Rosa Kliass demonstram não apenas o desejo de oferecer à cidade produtos consagrados mas também a necessidade de dar visibilidade às ações.

No entanto, os projetos que neste trabalho consideramos exemplares – o Viva Bairro e o Reviver – foram conduzidos por profissionais locais, funcionários públicos, pessoas conscientes e determinadas, com canais de diálogo tanto com os políticos responsáveis pelas aprovações e pelas verbas quanto com a população.

O caso de São José de Ribamar exemplifica uma série de questões acerca das práticas de produção dos projetos paisagísticos. Durante dois anos, a arquiteta Bárbara Prado, professora de paisagismo da UEMA – Universidade Estadual do Maranhão, desenvolveu um projeto para a praça em frente à igreja em conjunto com a comunidade, atendendo ao bispo da diocese.

O bispo teve a idéia de criar um circuito na praça para o culto dos fiéis, os passos. A igreja é pequena e o número de fiéis chega a 80.000 por dia durante as festividades. Os passos eram uma forma de trazer o culto para fora do espaço limitado da igreja. O projeto desenvolvido foi levado ao governo do Estado para que fosse custeado.

O governo do Estado apresenta então um novo projeto para a praça que havia sido encomendado a João Filgueiras de Lima (Lelé), arquiteto com obras de grande porte no currículo. Tendo acompanhado o processo de projeto com a comunidade, o bispo pede que seja implantada a praça projetada por Bárbara Prado, o que seria feito. Mas construções de porte no entorno da praça – o Museu dos Exvotos e a concha acústica – são implantados segundo o projeto do Lelé.

Na praça os passos desafogam a igreja. As cercas em torno das imagens não estavam previstas pelo projeto da arquiteta Bárbara Prado. Foi utilizado o piso de concreto estampado, técnica que então estava sendo introduzida no país, tanto que as formas utilizadas eram todas americanas. Mais tarde, o governo do Estado pediu que



Igreja em São José de Ribamar

A praça, desenvolvida pela arquiteta Barbara Prado, pode ser considerada um antecedente do Programa Viva Bairro pelo uso do concreto estampado e pelo contato do arquiteto com a comunidade



o concreto estampado fosse usado nas praças do programa Viva Bairro.

Na praça projetada estão distribuídas imagens que os fiéis devem percorrer. O programa inclui equipamentos diferentes: foi preciso prever área para as velas (que eram acesas junto a uma das paredes da igreja e representavam um risco de incêndio), para um pátio de estacionamento onde se batizavam veículos. A Casa do Romeiro, um galpão com banheiros e ganchos para redes, foi o único equipamento não construído. Foram feitas galerias de águas pluviais nas dimensões apropriadas. Carrinhos de cachorro quente e de côco verde foram padronizados. No entorno, as casas foram pintadas por seus proprietários, toda a área melhorou. Para a comunidade, a igreja e a praça formam um conjunto único que eles chamam de *basílica*. A praça é considerada *basílica* também e fez com que a pequenina Igreja ganhasse esse status entre os fiéis.

É possível relacionar a repercussão da implantação deste projeto para a praça em São José de Ribamar, de altíssima visibilidade, com decisões que levaram o programa Viva Bairro a ser formatado como o foi. Esta praça pode ser considerada um antecedente do programa.

O arquiteto Geraldo Magela, autor de vários projetos de Vivas, relata que o concreto estampado colorido foi largamente utilizado nos Vivas por solicitação do contratante, o governo, satisfeito com



Concha acústica

Implantada na outra extremidade da praça defronte à igreja interrompe uma vista para o mar.

o emprego da técnica na praça de São José de Ribamar. Neste aspecto, a praça é uma referência direta.

Outras influências poderiam ser apontadas. A obra foi um sucesso popular e político porque aquele espaço já era local de reunião da população e, portanto de visibilidade. Havia um sentido agregador que a própria comunidade desejava valorizar. O projeto foi desenvolvido localmente, por arquiteto, atendendo aos anseios da população, tanto em termos funcionais quanto estéticos.

Reviver

Até o final da década de 1980, o centro histórico da cidade, especialmente a parte mais antiga, passava por um processo de decadência, com suas construções caindo em ruína. Nos anos 1970 passam a ser feitos estudos sobre o conjunto e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, consciente da importância do conjunto e da ameaça que existia caso nenhuma providência fosse tomada, determina o tombamento federal de uma porção deste conjunto que abrange cerca de 1.000 dos mais de 3.500 imóveis de valor histórico e arquitetônico.³⁴

Aos poucos, a imprensa em geral e vários segmentos da sociedade começam a chamar a atenção para o estado de arruinamento do centro histórico, em especial do bairro da Praia Grande.

Segundo Luiz Felipe Andrés, coordenador do DPH – Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico, o processo em andamento em 2004 remonta de um projeto desenvolvido entre 1977 e 1979 pelo arquiteto John Gisiger, com o qual Andrés colaborou, e que havia contado com uma estrutura muito pequena e que foi desenvolvido sem que se tivesse contato com as experiências e práticas de restauro vigentes na época.

O projeto chamou a atenção do IPHAN pelo nome: "A Renovação da Praia Grande". Em função do termo empregado, chegara aos dirigentes do instituto a notícia de que estava sendo elaborada uma proposta para a demolição do centro histórico e a construção de novos edifícios. O governador, alertado pelo IPHAN, toma conhecimento do projeto cuja proposta era justamente o contrário daquilo que se pensou. Conhecendo o projeto, dispõe-se a apoiar o seu desenvolvimento.

Apesar de desenvolvido de maneira isolada, o projeto já trazia a idéia de se dar importância à infra-estrutura, à abordagem social e às atividades geradoras de emprego e renda. Pouco difundidas na época, estes princípios passarão a fazer parte das propostas de requalificação urbana e de preservação ambiental nas décadas se-

34 Para o Centro Histórico foram referências:

MARANHÃO. Estado do. Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís. São Luís, 1997.

MARANHÃO. Estado do. Proposta do Governo do Estado do Maranhão para Inclusão do Centro Histórico de São Luís na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. 2a. versão. São Luís, 1997.

ANDRÉS. Luiz Felipe de Carvalho Castro (org.). Centro Histórico de São Luís – Maranhão: patrimônio mundial. São Paulo: Audichromo Editora, 1998.

Entrevista com Luiz Felipe Andrés, em setembro de 2004

guintes por todo o país. A equipe valia-se de maquetes, um instrumento excelente tanto para o projeto como para a apresentação das propostas (recurso ainda utilizado por eles).

O projeto foi discutido e foram feitas recomendações por especialistas em patrimônio da Bahia, de Pernambuco e de Minas Gerais durante o I Encontro Nacional da Praia Grande, organizado em 1979. As recomendações de manter o uso residencial nas áreas do centro e de serem tomados cuidados para que cadeias econômicas frágeis não fossem quebradas acabaram sendo seguidas em São Luís mas não em Salvador, cujo conjunto histórico, o Pelourinho, foi restaurado segundo posturas radicalmente opostas no início dos anos 1990.

Durante o evento, o governador comprometeu-se a criar uma comissão de coordenação e um grupo de trabalho³⁵ responsável por sistematizar e elaborar pesquisas e projetos; promover a divulgação dos trabalhos e a articulação junto à comunidade e aos diversos níveis de governo; preparar propostas de financiamento e captação de recursos financeiros e supervisionar a execução de obras. Em 1980, o grupo entrega o texto básico do "Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís" que acabou sendo conhecido também por "Programa Praia Grande" e por "Reviver".

O programa previa uma série de subprogramas a serem desenvolvidos em conjunto e destinados a:

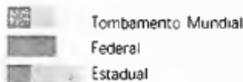
- promoção social e habitação;
- restauração do patrimônio artístico e arquitetônico;
- recuperação da infra-estrutura e serviços públicos como pavimentação, transporte, sinalização, saneamento básico e limpeza pública;
- projetos e recursos para atender às demandas dos prédios públicos (repartições federais, estaduais e municipais) lá localizadas;
- incentivo às atividades de turismo cultural e comércio varejista, importante gerador de emprego e renda;
- revitalização das atividades portuárias;
- editoração e divulgação para envolver a comunidade e incrementar o turismo.

Sem recursos de vulto, o governo estadual precisou novamente ser sensibilizado para a questão, tanto pelos técnicos envolvidos quanto pela opinião pública, para que fossem feitos os primeiros investimentos. Cada gestão estadual que se seguiu executou uma ação diferente. Ainda há muitas ações a implementar mas o processo foi consolidado.

35 Em 1980 instala-se o Grupo de Trabalho do Projeto Praia Grande- GI/PPG, com a atribuição de coordenar os trabalhos de projetos, obras, pesquisas e a articulação institucional com os órgãos públicos e com a comunidade. Teve como 1º Coordenador Geral o arquiteto Ronald de Almeida Silva e Coordenadores setoriais o eng. Luiz Philippe Andress e o arq. John Gisiger, contando, ainda, com representantes da Prefeitura, do Estado e da Universidade Federal.

Tombamento

O acervo arquitetônico e urbanístico do Centro Histórico de São Luís encontra-se dividido em duas grandes zonas urbanas tombadas (sob proteção jurídica, de competência e atribuição legal quanto a preservação, manutenção e fiscalização): uma federal e outra estadual. No plano diretor de 1992 do município foi criada a ZPH – Zona de Proteção Histórica que abrange ambas.



Aterro do Bacanga

Aterros em torno do Centro Histórico permitiram a construção do Anel Viário. O Aterro do Bacanga, no entanto, permanece no início do século XIX sem um uso que o justifique. Seria um parque que não se concretizou.

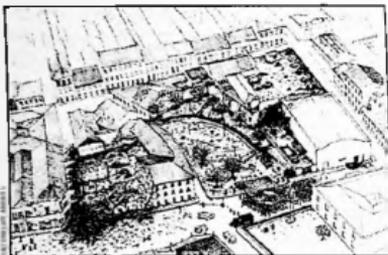
Etapas

A primeira ação foi a requalificação da área da Praça do Comércio e adjacências. É uma área de importância histórica e cultural, nela são comercializados produtos típicos, do camarão seco à castanha. O projeto teve a participação efetiva dos comerciantes e da comunidade local, tanto na elaboração dos projetos quanto na aprovação final.

Na gestão estadual seguinte (1983-1987), as ações no centro histórico foram interrompidas. O grupo segue desenvolvendo estudos e projetos e, possivelmente graças à boa repercussão do tema na imprensa e no meio acadêmico (setores que vinham protestando contra a construção de um aterro junto ao centro histórico, o Aterro do Bacanga), os investimentos na área central são retomados pelo governo.

Os técnicos do grupo de trabalho haviam se empenhado para mostrar ao governador o amplo significado da ação no centro histórico e o garantido retorno, em votos. Uma ilustração de Luiz Felipe André chamou a atenção do governador para as consequências (desastrosas) do abandono das ações no centro: eram desabamentos matando pedestres, matéria na televisão, uma imagem de falta de zelo e de competência. Outro desenho, de Fogazza, do mesmo ângulo, mostra o centro requalificado, plenamente utilizado pela população e vivo, refletindo a cidade inteira.

São então recuperadas 15 quadras da Praia Grande, renovam-se as redes de água, esgoto e drenagem, retiram-se postes de concreto e constroem-se redes subterrâneas de energia elétrica, restauram-se bancos, escadarias e a pavimentação, criam-se vias exclusivas de pedestres e constroem-se praças e jardins segundo a documentação fotográfica do século XIX. Restauram-se também edificações como o Convento das Mercês, a Fábrica Cânhamo e o Centro de Criatividade Odylo Costa Filho.



A população descobre o Centro Histórico que vira assunto, vira moda. A frequência da população aos bares locais cresce, chegando até a ter ficado barulhenta. A população em geral deixa de associar o centro histórico à decadência.

É, entretanto, em sua quinta etapa, entre 1995 e 1999, que o centro histórico de São Luís ganha visibilidade nacional. A UNESCO aprova a inclusão de São Luís na lista do patrimônio mundial e são feitos investimentos de vulto para a complementação e manutenção da área piloto do projeto Reviver e para a requalificação da zona tombada estadual. Além das obras de infraestrutura de modo geral e do restauro das calçadas e ruas, foram refeitas diversas praças no Programa Reviver e alguns outros pequenos espaços abertos.

Em relação à manutenção do uso habitacional, os responsáveis pelo programa concluíram que não deveriam ser despendidos esforços adicionais na manutenção dos moradores que lá estavam pois, se houvesse valorização nos imóveis, a substituição dos moradores seria inevitável e que não se deve priorizar os moradores de baixa renda nas unidades habitacionais reformadas pelo Estado. A experiência que fizeram não foi considerada bem sucedida porque, para zelar pela manutenção do imóvel, era preciso que o Estado interviesse continuamente junto às famílias. Houve casos como o do morador que, não pagando pelas despesas de água e luz, as tinha seguidamente cortadas e, para resolver a situação, puxou clandestinamente uma nova tubulação por fora do edifício histórico restaurado³⁶.

Desenhos de duas possibilidades para o Centro Histórico.

Estas apresentações, do final dos anos 1980, impulsionaram as obras e a requalificação do conjunto tombado nos anos seguintes. Ao longo dos 25 anos de intervenções foram gastos US\$ 100 milhões, de recursos do Governo do Estado.

³⁶ Foram 10 apartamentos, inaugurados em 1993.

Espaços livres no Centro Histórico requalificados pelo Programa Reviver

Abaixo, uma das ruas refeitas e a Fonte do Ribeirão. À direita, a Praça da Seresta, no cruzamento da rua do Giz com o beco da Alfândega; a Praça Poeta Nairó Machado (também conhecida como Praça do Reviver) que foi integrada por uma escadaria a um outro pequeno espaço na rua de cima; a Praça dos Catraieiros e a Praça da Fé (em ambos os lados da Casa do Maranhão). As três últimas tiveram os pisos reformados no início dos anos 2000 pela arquiteta Graci Perez. O desenho de piso, principal elemento, alterna o granito rosa polido (brilhante) com pedras não polidas (foscas).



Praças mantidas pela prefeitura

Algumas praças, que nunca perderam a vitalidade, não fizeram parte das obras do programa Reviver como a Praça Benedito Leite, de projeto eclético, e as praças João Lisboa e Carmo, que formam um único conjunto



A partir de então, nos edifícios do Estado restaurados para o uso residencial, os moradores deveriam ser funcionários públicos que trabalham no centro e seria descontada na folha de pagamento uma taxa de aluguel. Há, em 2004, 35 unidades com fila de espera. Um grande número de imóveis pertence ao Estado que, em uma reforma administrativa, transferiu muitas secretarias para um edifício moderno, no Calhau, na contra-mão das ações de revitalização.

No início do século XXI, o centro histórico abriga diversidade, sem que isto signifique um movimento muito grande. Os investimentos da iniciativa privada se processam de forma mais tímida e lenta do que gostaria o poder público mas o fato da área ter vida justifica as ações feitas. Há moradores de classe média, como os funcionários públicos, e de baixa renda, encortçada em imóveis abandonados pelos proprietários. Há hotéis, pousadas, bares, lojas e teatro. Há órgãos públicos e a Faculdade de Arquitetura da Universidade Estadual do Maranhão³⁷.

Lagoa da Jansen

Do represamento das águas do igarapé, na década de 1970, foi formada uma laguna artificial conhecida por Lagoa da Jansen. O Parque Ecológico da Lagoa da Jansen foi instituído em 1988 e em 2000 tiveram início as obras de urbanização e qualificação paisagística do entorno da lagoa com o aterramento de suas bordas.

Verbas do Ministério do Meio Ambiente (pasta na época ocupada pelo irmão da governadora, José Sarney Filho) foram destinadas ao Estado para a despoluição da lagoa. A população das palafitas é parcialmente remanejada e é construído o projeto do arquiteto Carlos Campello para um moderno calçadão, pontuado por equipamentos esportivos e de lazer.

Tanto a paisagem para a lagoa não era valorizada que os empreendimentos construídos antes da obra de urbanização voltam suas janelas nobres (dormitórios, sala e varanda) para o mar e empenas cegas ou janelas de serviço (banheiros, lavanderia e cozinha) para a lagoa, como demonstra o trabalho de Bárbara Prado³⁸. Após a implantação do projeto da Lagoa da Jansen, as vistas para a lagoa e, portanto, para o mangue passam a ser consideradas vistas privilegiadas.

Nesta área, há um processo de intensa construção de edifícios de apartamentos para as classes de renda mais alta. As vantagens pré-existentes desfrutadas pelos moradores dos primeiros edifícios (poucos e isolados), como a ampla visão do entorno e a ventilação farta, começam a diminuir com o adensamento da verticalização

37 A implantação da Faculdade de Arquitetura da Universidade Estadual do Maranhão na Rua da Estrela, no centro histórico, e não no campus da UEMA, deve ser destacada. Foi concretizada por insistência de seu corpo docente e é um exemplo de ação que dá vida à área.

38 As transformações da paisagem e os padrões de ocupação foram estudados em PRADO, Bárbara Irene Wasinski. A Ponta d'Areia na São Luís do Maranhão: as formas e os arranjos da paisagem em transformação Recife: 2002. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco.

Lagoa do Jansen

O projeto é bastante sofisticado visualmente. A linguagem é contemporânea. São utilizados pisos coloridos e revestimentos de mosaico de cerâmica. Há ciclovia, pista de cooper, playground, quadras esportivas, restaurantes, quiosques e estacionamentos. O caráter é reforçado por lonas tensionadas brancas, pela sinalização arrojada e por pontes de madeira e decks.



Quadra de beach soccer e ponte de madeira

Com arquibancada coberta por lona tensionada, a quadra de beach soccer e um equipamento pouco comum de um esporte novo. Como intervenção, a urbanização da Lagoa do Jansen é similar ao calçadão da orla marítima.



que não tem um controle estrito do poder municipal (instância de competência) e é totalmente comandado pelo mercado imobiliário. É uma situação oposta à da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, onde o Plano Piloto disciplinou esta ocupação, garantindo vista e vento permanentes para os apartamentos.

O uso para o lazer é frequente, especialmente para o lazer esportivo dos moradores do entorno. A poluição das águas da lagoa, que permanece grave em 2004, tem incomodado os usuários. A população, de modo geral, considera a Lagoa do Jansen como um cartão postal. O Governo do Estado, ao contrário do que ocorreu com os espaços do programa Viva Bairro, manteve-se responsável pela conservação da área arcando com todos os custos envolvidos.

Plano da Paisagem Urbana

Incumbida do embelezamento da cidade, a primeira-dama ficou convencida, ao participar de evento da ABAP – Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas, de que o tradicional plantio de floríferas da estação é uma maquiagem e que não faz sentido. Ouvia dos profissionais, e adotou como princípio, que o planejamento paisagístico perpassa o planejamento urbano.

Passa a ser desenvolvido, pelo escritório de Rosa Kliass, em São Paulo, o Plano da Paisagem Urbana do Município de São Luís, entregue em 2003. Este plano se coloca como insumo para o planejamento urbano e foi dividido em quadro geral, diagnóstico e proposta.

No quadro da situação são apresentados relevo, drenagem natural, cobertura vegetal, equipamentos urbanos e a legislação de uso e ocupação da cidade. No diagnóstico são apontados os conflitos e problemas e é estabelecido um zoneamento paisagístico, isto é, uma divisão da cidade em zonas semelhantes em termos de sensibilidade ambiental. É enfatizada a presença da água e o patrimônio paisagístico peculiar da ilha de São Luís representado pelas áreas adjacentes aos corpos d'água (áreas de mangue, bordas dos rios e córregos e vales afogados, em muitos casos ainda com cobertura vegetal significativa), capoeiras e matas de terra firme esparsamente distribuídas por todo sítio urbano.³⁹

Situações urbanas desastrosas com pontos de erosão, assoreamento e enchentes foram produzidas por intervenções como desmatamentos, intervenções no relevo (mineração, cortes e aterros) e assentamentos inadequados em sítios de preservação, principalmente nos mangues, dunas, margens dos cursos d'água e áreas de alta declividade.

Assim, o plano faz recomendações para o desenvolvimento de:

- planos setoriais que estabeleçam diretrizes para a ocupação de cada zona paisagística (revendo-se os padrões vigentes);
- a elaboração de um plano específico para um sistema de áreas verdes do município, a ser constituído pelas áreas de proteção, vias-parque, largos, praças e parques para garantir a preservação do potencial paisagístico e ambiental ainda disponível;
- projetos de requalificação para determinados sítios de patrimônio natural ou cultural;
- projetos paisagísticos do sistema viário.



Avenida dos Holandeses

As primeiras ações que vêm sendo projetadas e implantadas são o tratamento paisagístico de algumas avenidas importantes como a Avenida dos Holandeses, próxima às praias, que possui amplos canteiros e recuos frontais.

³⁹ Como categorias de áreas de preservação são propostas: cordão protetor de encosta, veredas (espaços úmidos ou encharcados), área complementar de proteção de duna e faixa marginal de proteção de cursos d'água.

prosseguiu desenvolvendo projetos urbanísticos para a cidade. Foi então criado o Impur – Instituto Municipal da Paisagem Urbana, presidido pela primeira-dama.

O plano cumpre o importante papel de mostrar que o patrimônio paisagístico deve ser considerado no processo de ocupação, o que não tem acontecido. A arquiteta paisagista e sua equipe ampliaram os horizontes do embelezamento urbano convertendo-o em planejamento da paisagem com considerações ao meio ambiente.

O sistema de áreas verdes proposto, ao determinar as áreas livres, determina também os limites das áreas a serem ocupadas pelas edificações. Mostrando o que não deve ser ocupado (os vazios), determina-se onde se pode construir (os cheios) e se desenha a paisagem.

Seria interessante que, na revisão do padrão de ocupação, ao invés de trabalhar apenas com taxas de ocupação e coeficientes de aproveitamento, fossem desenhados de fato os volumes construídos. Estes planos de massa são mais fáceis de compreender e discutir e permitem maior controle da paisagem resultante. Talvez esta fosse a solução completa e ideal para o desenho da paisagem urbana: a partir dos vazios e dos cheios.

De todas as propostas, a que vem sendo implementada é o tratamento paisagístico de avenidas. A qualificação e o embelezamento das vias importantes é um tipo de ação que costuma agradar a todos e não depende da criação de consenso entre aqueles que constroem (ou destroem) a paisagem.



SÃO PAULO

Como contraponto à produção paisagística nacional, um paradoxo devido aos recursos disponíveis, temos a cidade de São Paulo, principal centro financeiro do país, em que pouco foi feito pelo poder público em termos de desenho urbano e paisagismo nas décadas de 1980 e 1990. As intervenções urbanas foram pontuais e pouco privilegiaram o espaço público. As ações não articularam sistemas de transportes, não qualificaram o espaço do pedestre com o desenho de calçadas e mobiliário urbano, não inovaram em termos de linguagem do projeto paisagístico. Por exemplo, qual intervenção se preocupou com a iluminação compondo a paisagem noturna da cidade?

As duas únicas exceções são a urbanização do Vale do Anhangabaú e o Centro Empresarial Itaú Conceição, custeado pela iniciativa privada. Em São Paulo os automóveis são os grandes beneficiários das obras públicas. Frequentemente as ações apenas resolviam questões do sistema viário. Durante as gestões de Jânio Quadros, Paulo Maluf e de seu sucessor e afilhado político Celso Pitta, foi dada ênfase na construção dos complexos viários que reforçaram o quadrante sudoeste como o espaço hegemônico da cidade. As obras não eram acompanhadas de projetos paisagísticos e de qualificação do espaço dos pedestres.

Marginal do Rio Pinheiros, entre as pontes da Cidade Universitária e Bernardo Goldfarb, com as laterais plantadas pelo Projeto Pomar

FOTO: FÁBIO NAMIKI

Para muitos estudiosos, em São Paulo, a tônica da produção da cidade é a criação de espaços para usos exclusivos e excludentes, como condomínios fechados, shopping centers e complexos empresariais. As elites paulistanas têm forte preocupação em limpar a cidade de sua sujeira e controlar as pessoas de comportamento duvidoso por isso tenderiam a se apartar da cidade comum.⁴⁰ Este fato, que de certo modo se aplica às elites de todo o país, não explica a (falta da) produção de espaços livres públicos em São Paulo porque seria compensado pela diversidade da população e por seus números, sempre superlativos (basta ver o afluxo de público nos parques aos domingos ou em eventos como a Bienal do Livro ou a Feira de Utilidades Domésticas). Assim, como nas outras cidades, em São Paulo haveria espaços excludentes e espaços comuns. Na Barra da Tijuca, há as áreas de lazer dos condomínios (excludentes) e a praia (comum). Pode-se imaginar as obras de requalificação de espaços públicos de porte, que participam da construção da ima-

40FRUGOLI Jr., Heitor. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Edusp/ Cortez, 2000.

gem da cidade, pouco tenham sido feitas em decorrência da lógica do automóvel (que é uma lógica das elites) ter sido adotada por todos.

Estas mesmas administrações conduziram as operações urbanas, grandes negociações público/ privadas que envolvem a comercialização de potencial construtivo (ou seja, da permissão de se construir além do permitido pelo zoneamento) o que representa, para a iniciativa privada, novas possibilidades para o aproveitamento de terrenos valiosos e, para o poder público, a arrecadação de recursos a serem aplicados nas áreas da operação. Segundo a escala de prioridades das gestões, os recursos seriam aplicados não na construção da ambiência urbana mas em obras do sistema viário.

Em 2000, a gestão Marta Suplicy volta a investir na implantação de equipamentos e o tratamento de espaços para o uso público. Buscou fazer melhorias no centro da cidade, a começar pela limpeza pública; instalar equipamentos para educação e lazer na periferia; reurbanizar favelas; organizar corredores e pontos de ônibus; e embelezar avenidas do quadrante sudoeste.

O programa Centros de Bairro implantou projetos paisagísticos sofisticados, em praças principalmente, e fez parte da política de instalação de equipamentos para a educação e o lazer na periferia. Para as intervenções a prefeitura selecionou pontos de visibilidade dos bairros, áreas na proximidade de escolas, de posto médico, em torno de terminais de ônibus – pontos de convergência de pessoas.

Os projetos do programa têm muitas semelhanças entre si, sempre incluíam vários equipamentos de lazer. As áreas selecionadas, no entanto, acabaram sendo bastante diferentes umas das outras, em termos de dimensões, de características do entorno – ora residencial, ora comercial e ora vias de trânsito rápido. Em cada ponto o programa apresentou um resultado diferente e não chegou a ser reconhecido, tanto pela população quanto pela propaganda oficial, como um programa para toda a cidade.

Os espaços, conforme iam sendo entregues, davam provas de que existe uma grande carência na cidade por espaços de estar e de lazer amenos e seguros. Hordas de crianças não esperavam o fim das obras para usar os brinquedos. São dez milhões de habitantes⁴¹, boa parte com um cotidiano congestionado pelo trabalho, pela falta dele, pelo trânsito, por provações, muitos se questionando sobre o que é qualidade de vida. O uso dos espaços mostrava que novas áreas de lazer eram necessárias. Mas os equipamentos e o plantio sofisticados também demonstraram como é falha a estrutura para manutenção de espaços públicos pelo município. Os projetos, em vários pontos, correm o risco de desaparecer uma vez que a manutenção que exigem está muito aquém daquela que recebem.

41 Segundo o Censo 2000 do IBGE, no município de São Paulo são 10.405.867 habitantes.

São Paulo: intervenções paisagísticas da prefeitura nos anos 1990 e 2000

No setor sudoeste, a Operação Urbana Faria Lima (e o tratamento da avenida) e o Projeto Pomar, ao longo da Marginal do Rio Pinheiros. A partir dos anos 2000, tratamento de praças, vias e do Vale do Anhangabau na área central e as áreas do Programa Centros de Bairro

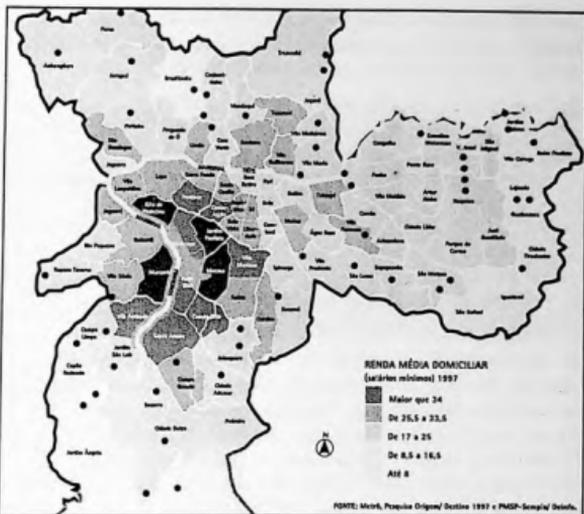


FOTOGRAFIA: J. JAVES



FOTOGRAFIA: J. JAVES

Praças do Programa Centros de Bairro na Vila Prudente e na Penha



Distribuição espacial

O processo de metropolização na cidade de São Paulo foi intenso em velocidade e proporção e a municipalidade não se antecipou às demandas da sociedade cumprindo um papel de equilibrar as forças e organizar o espaço urbano todo. Havia planos que não eram implantados e um certo sentimento de abstração em relação às invasões e aos loteamentos clandestinos que se multiplicavam. A cidade cresceu, pois, com um planejamento parcial.

Ao longo do século XX, as camadas de renda mais alta escolheram para residência novos bairros que iam surgindo na direção sudoeste como Higienópolis, Pacaembu, Jardim América, Jardim Europa e Alto de Pinheiros, loteamentos da Cia. City segundo o modelo dos bairros-jardins. Seguiram-se outros como Morumbi, Vila Nova Conceição e, já em outro município, Alphaville. Com as residências, deslocam-se também o comércio e os serviços ligados às elites. O setor de limites imprecisos, compreendido entre a Marginal Pinheiros e a avenida Paulista, configura o que chamamos, no início do século XIX, de cidade visível.

O centro da cidade teve o processo de esvaziamento de funções de comércio e serviços para as classes médias e altas agudizado a partir dos anos 1970. Foi parcial e progressivamente ocupado por miseráveis e camelôs e desvalorizado como área de moradia. O mo-

vimento mantém-se alto, durante o dia, em função do comércio popular, das ruas especializadas de comércio, das atividades ligadas ao Poder Judiciário e às bolsas de valores.

A Zona Leste foi ficando mais e mais distante da nova centralidade das burguesias. Por outro lado, extensos setores, tanto na Zona Leste como Norte, foram incorporados definitivamente no que se considera como a cidade (em oposição à periferia), como trechos da Vila Maria, Casa Verde e Santana, na Zona Norte, e o trecho entre a Moóca e a Penha, na Zona Leste, especialmente aqueles locais diretamente servidos pela linha do metrô. E alguns pontos destes setores, a exemplo do Tatuapé e do Jardim Anália Franco, mantiveram camadas da população com bom poder aquisitivo, que foram visadas pelo mercado imobiliário de alto padrão.

Os setores ligados às classes de renda mais alta tendem a se concentrar do setor sudoeste e por ele se fragmentarem porque o automóvel assim permite. Este setor é servido pelo melhor conjunto de vias da cidade que inclui as avenidas Angélica, Rebouças, Brasil, Nove de Julho/ Santo Amaro, Brigadeiro Luiz Antonio, República do Líbano, Hélio Pellegrino, Faria Lima e Pedroso de Moraes. Com o automóvel é possível acessar estes diversos pontos mas, como apenas uma parcela da população dispõe deste meio, nem todos podem fazê-lo. Alguns serviços valem-se disso para selecionar os usuários. O shopping Villa Lobos está há mais de 1 km (pela Inóspita Marginal Pinheiros) do ponto de ônibus mais próximo, percurso que apenas os funcionários das lojas percorrem.

Na calha do rio Pinheiros consolida-se um pólo de concentração de sedes de grandes empresas: instituições financeiras de peso, multinacionais, empresas de consultoria e auditoria, hotéis, áreas para convenções e congressos, shopping centers como o D&D, de decoração e design, e o Villa Lobos. Esta é a imagem que está sendo divulgada da pretensa São Paulo "mundial". A presença destas atividades provoca demanda por investimentos públicos nestas áreas em sistemas viários, facilidades de estacionamento, transportes públicos, redes de comunicações instaladas, segurança pública, espaços paisagisticamente tratados e outros.

Há pela cidade vários subcentros, todos populares, como Pinheiros, Santana, Lapa, Penha e Santo Amaro. Os subcentros são caracterizados por ruas de comércio popular muito semelhantes entre si – mesmos letreiros, faixas, tipos de lojas, trânsito lento de ônibus e automóveis. Pode-se dizer que existem dois tipos básicos de avenidas marcando a paisagem na periferia da cidade: as de comércio popular e as de tráfego rápido, modernas e inóspitas, frequentemente construídas sobre uma linha de drenagem. Estas avenidas rápidas, com seis pistas, atraem empreendimentos estruturados para servir ao automóvel como shopping centers de

diversos portes, postos de gasolina com redes de fast food, etc. Muitas das intervenções do Programa Centros de Bairro se deram junto a estes tipos de avenidas.



FOTOS: MONTAUDO

Jardins e arredores do Rio Pinheiros junto a Ponte da Cidade Universitária

Além do centro, dos bairros elegantes e das numerosas invasões, São Paulo é caracterizada por uma sucessão de bairros muito parecidos. Há as tais avenidas genéricas, quarteirões e ruas volumetricamente semelhantes. Os quarteirões são ocupados por casas (em especial, renques de sobrados geminados) e alguns edifícios que vão sendo construídos em meio às casas. Os bairros são mais ou menos verticalizados mas, independente no número de edifícios, o padrão das torres também é bastante parecido pela cidade. Esta pasteurização na paisagem⁴² é decorrência da legislação de uso do solo – a maior parte da área urbanizada do município foi enquadrada como Z2, zonas predominantemente residenciais com possibilidade de verticalização. A não ser por uma maior ou menor movimentação do relevo, um visitante não verá diferenças significativas entre, por exemplo, Santana (ao norte) ou o Butantã (à oeste).

Vistas aéreas do Cebolaço, unindo as marginais Tietê e Pinheiros, e de bairros genéricos da cidade clandestina e da cidade oficial



FOTOS: SILVEIRO

FOTOS: MONTAUDO

42 MACEDO, Silvio. *Paisagem e habitação verticalizada* – os espaços livres como elementos de desenho urbano. São Paulo, 1987. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

A iniciativa privada, ao contrário do poder público, se antecipa e cria demandas por pontos valorizados a serem consumidos. Só que o mercado imobiliário não tem compromisso com a cidade toda. O Panambi, um bairro na Zona Sul, junto ao Morumbi, projetado para

abrigar edifícios de apartamentos de alto padrão, não tem uma malha urbana que se conecte com a malha da cidade, suas ruas são fechadas e controladas e, vazias de significados sócio-culturais. Seus espaços foram projetados visando à ostentação e à segregação social.

A Vila Olímpia, que faz parte da Operação Urbana Faria Lima, se verticalizou rapidamente com a construção de edifícios de escritórios mas não fez parte da operação o desenvolvimento de um plano de massas para as novas torres ou de desenho urbano. A iniciativa privada também não o fez. O conjunto edificado carece de proporções e de qualidade. Edifícios sofisticados, envidraçados, semelhantes àqueles das outras "metrópoles mundiais", não podem sequer ser admirados por quem os constrói porque as ruas são tão estreitas que não há distância para contemplá-los.



Vila Olímpia

As calçadas da Vila Olímpia são estreitas para edifícios tão altos. Há projetos para a melhoria da infraestrutura de ambiência das vias mas, uma vez que os edifícios já estão construídos, a obra tem maiores limitações e custos mais altos.

Espaços públicos geridos pela Prefeitura e pelo Estado

As obras em espaços públicos são em geral realizadas pela Prefeitura. Os parques contam com um órgão específico e que tem sido relativamente eficiente tanto em projetá-los quanto em mantê-los, o Depave – Departamento de Parques e Áreas Verdes, que teve ação intensa nos anos 1970, em gestões que tiveram a clara intenção de valorizar o espaço público e criaram parques e praças em grande número.⁴³ A maior parte dos parques criados era para o uso dos bairros, configurando novas opções de lazer. Estes parques aproveitavam recursos existentes como um bosque, caso do Parque Conceição, ou uma antiga casa de fazenda, como no Parque Raul Seixas. O Parque da Providência era o terreno de um reservatório d'água e o Parque Raposo Tavares, um lixão aterrado.

43 Sobre o trabalho do Depave ver STESCHENKO, Wolfgang Sergio. *Contribuição ao estudo e ao processo de produção da praça pública paulistana* – o Departamento de Parques e Áreas Verdes de São Paulo de 1967 a 1979. São Paulo, 2002. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Já a execução de praças é descentralizada e feita pelas subprefeituras, pela Empresa Municipal de Urbanização – Emurb e mesmo por diferentes secretarias municipais⁴⁴. As subprefeituras, via de regra, não têm equipes para desenvolver projetos mas contam com equipes de manutenção. Já a Emurb e até o Depave desenvolvem e implantam projetos de praças pois contam com equipes de arquitetos e paisagistas mas não têm estrutura para a manutenção. Assim, há uma distância entre os profissionais mais qualificados e as equipes de manutenção que resulta por vezes no completo abandono e na destruição dos logradouros implantados.

A Emurb é uma autarquia e presta serviços às secretarias. Além de desenvolver projetos, também faz a captação de recursos via financiamentos e, na prática, acaba funcionando como um braço ágil e próximo do poder executivo. Suas prioridades, portanto, variam de acordo com a orientação de cada prefeito, ora volta-se para projetos viários, ora para melhorias na periferia, ora para a área central. A partir dos anos 2000, a prefeitura tem apoiado iniciativas de associações interessadas em custear e implementar obras de requalificação como a dos comerciantes do Bom Retiro e da Rua João Cachoeira, no Itaim.

O Estado também implanta projetos paisagísticos, em geral associados a grandes obras. Sua ação é mais pontual. As praças ao longo do Metrô, são uma exceção e pode-se dizer que configuram um programa de qualificação de áreas públicas, com projetos de alta qualidade, associadas a estações. Quase a totalidade delas foi, de fato, implantada na época em que o Metrô era uma empresa mista, do Estado e da prefeitura⁴⁵, mas, foi dada continuidade a este trabalho (de forma mais modesta, sem grandes intervenções) e à manutenção dos espaços (impecável) e estações novas como Vila Madalena e Jardim São Paulo por exemplo tiveram seus espaços livres tratados.

O Estado também fez o ajardinamento das margens do Rio Pinheiros, ação que ficou conhecida por Projeto Pomar. Através da Secretaria de Estado da Cultura, enquanto era reformada a Estação Júlio Prestes e equipada a Sala São Paulo para a realização de concertos sinfônicos, o Estado requalificou a praça em frente da estação, de mesmo nome. O Estado também administra alguns parques da capital: o Jardim Botânico, o Horto Florestal, o Parque Ecológico do Tietê, o Parque Villa Lobos e parque recentes como o que foi feito na área ocupada pela extinta Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – Febem, na Água Funda, e o Parque da Juventude, no local onde havia o Complexo Penitenciário do Carandiru, parcialmente desativado. Inaugurado em 2004, o Parque da Juventude foi executado com um projeto contemporâneo elegante e diferente de toda produção paisagística, concebido por um escritório de paisagismo especialmente contratado.

44 Entre os órgãos da prefeitura que desenvolvem ou executam projetos de espaços públicos estão: as subprefeituras; a Emurb – Empresa Municipal de Urbanização; a SVP – Secretaria de Vias Públicas; a Secretaria de Obras e Serviços; a SEMPLA, originária do Grupo Executivo do Metrô; a SVMMA – Secretaria de Meio Ambiente, que abriga o Depave – Departamento de Parques e Áreas Verdes, responsável pelos parques mas que, em certa época, implantou muitas praças.

Sobre as praças em São Paulo ver ROBBA, Fabio. *A Praça Contemporânea nas Grandes Capitais Brasileiras: do Programa a Forma Projetual*. São Paulo: 2004. Tese (doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

45 Sobre as praças do Metrô ver: BARTALINI, Vladimir. *Praças do Metrô: enredo, produção, cenário, atores*. São Paulo: 1998. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.



Rua João Cachoeira, Itaim.

A associação de comerciantes, como no Bom Retiro, requalificou as calçadas de vias comerciais. Um tipo de intervenção que guarda sementes com o Programa Rio Cidade.

Gestões municipais, as obras e a construção de imagens

Desde 1980 há uma alternância de partidos de direita e de esquerda no poder e, portanto, de prioridades para as administrações municipais. As duas gestões da esquerda buscaram implementar melhorias para o transporte coletivo mas, mesmo nelas, as obras de sistemas viários prosseguiram. É uma demanda das camadas de renda mais alta. Como se diz, em São Paulo, os automóveis são sacralizados.

A construção de imagens através de projetos paisagísticos tomou forma na gestão de Marta Suplicy, a segunda gestão da esquerda. Na primeira, a de Luisa Erundina, foram feitos investimentos significativos em equipamentos sociais, habitações populares e urbanização de favelas mas, pela falta de projetos paisagísticos que incluíssem mobiliário urbano diferenciado ou outros recursos que causassem um impacto visual, os projetos ficaram invisíveis para a população. A exceção, pela visibilidade, foi a urbanização do Vale do Anhangabaú.

110

No governo de Jânio Quadros (1985-1989) foram iniciadas obras viárias de grande porte como os túneis sob o Rio Pinheiros e sob o Parque do Ibirapuera e três viadutos nas zonas oeste e sul. Todas as obras beneficiaram o quadrante sudoeste da cidade, confirmando e consolidando esta área como o espaço urbano hegemônico. Além de serem intervenções urbanísticas polêmicas, o montante de recursos que precisou ser arrecadado foi de tal vulto e o endividamento resultante tão severo que a gestão seguinte teve de optar entre interromper as obras ou ter recursos para quaisquer outras ações.

A gestão de Luiza Erundina (1989-1992), do PT, havia adotado inicialmente um posição isolacionista, negando-se a coalizões e a qualquer tipo de barganha com vereadores. Este confronto com o Poder Legislativo criou muitas dificuldades para a aprovação das ações do executivo. Com o tempo, a necessidade de governabilidade levou a uma nova postura, a negociações pontuais com os vereadores.

dores e ao diálogo com setores do empresariado. No final de sua gestão as obras *janistas* foram retomadas e concluídas.

Esta administração ficou desacreditada pela mídia por conta de impasses como o dos camelôs e teve divulgada uma imagem de paralisia e despreparo. No entanto, foram executadas muitas obras na periferia, em especial, em pavimentação, iluminação, transporte, escolas, saúde. Nas favelas, as obras de urbanização realizadas através do sistema de mutirão (em que o Estado funciona mais como um repassador de recursos) mostraram uma série de vantagens e economias em relação ao trabalho com as empreiteiras⁴⁶. A arquiteta Raquel Rolnik, que colaborou com esta gestão, inclusive na elaboração do Plano Diretor que não veio a ser aprovado, avalia que faltou a preocupação em valorizar as ações na periferia através da "monumentalização" com novas formas e figuras. A urbanista acredita que deveriam ter sido criados *espaços irradiadores de charme*⁴⁷, imagens que marcassem as intervenções. Os investimentos na periferia, não chegaram ao conhecimento da opinião pública pela falta desta divulgação.

A administração Paulo Maluf (1993-1996), ao contrário, valeu-se de campanhas de marketing agressivas. Para a eleição, Maluf buscou mostrar na periferia que não era mais o líder autoritário, derrotado seguidas vezes para a Presidência da República, "Eu mudei". Na televisão, usou a imagem do construtor, "Maluf faz", para contrapor-se à imagem de despreparo de Erundina. Maluf iniciou sua administração com um enorme conjunto de obras viárias com as quais esperava elevar sua popularidade e lançar-se novamente à Presidência⁴⁸. Mais da metade de todo o dinheiro investido na cidade foi gasto em 15 obras viárias para o transporte individual, custeadas pela enorme elevação da dívida da Prefeitura.

Outra obra publicitária da gestão *malufista* foi o Projeto Cingapura, que se destinava à construção de conjuntos habitacionais em favelas. Foram gastos, em valores da época, R\$ 256 milhões, contra R\$ 3 bilhões dos 15 principais projetos viários, em cerca de 12 mil apartamentos, quantidade inferior à construída pela gestão de Erundina⁴⁹. Os Cingapuras foram construídos em locais selecionados segundo a mesma lógica de visibilidade que se usa para outdoors. Geralmente situados ao lado de grandes avenidas, dos 44 conjuntos construídos em 1996, 16 se situam ao longo das marginais. O projeto de implantação dos conjuntos não integra suas vias ao tecido urbano circundante; as ruas internas são estreitas e insalubres; e não são dispostas áreas comuns ou locais para o lazer. Mas os edifícios têm um certo tratamento estético – um detalhe colorido, um telhadoinho – e acabaram se configurando de fato como outdoors, como enormes cartazes publicitários do prefeito-construtor.

46 SILVA, Ana Amélia (org.). Urbanização de favelas: duas experiências em construção. São Paulo: POLIS, 1994.

47 COUTO, Edgar Tadeu Dias do. *Estratégias urbanísticas aplicadas à cidade de São Paulo em um quadro de gestão urbana redemocratizada*. São Paulo: 1999. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

48 As obras não ficaram prontas em 1994 e Antonio Carlos Magalhães que coordenava as forças conservadoras no nordeste decidiu apoiar Fernando Henrique Cardoso, que também era o candidato dos empresários, o que excluiu as chances de Maluf. Maurício Puls diz que Maluf expressa a visão de mundo de pequenos e médios empresários e nunca chegou a empolgar o grande capital nacional e estrangeiro. Ficou sempre alinhado à extrema direita, marginalizado em relação ao núcleo do poder.

PULS, Maurício. *O Malufismo*. São Paulo: Publifolha, 2000.

49 Idem

LINHA DO TEMPO - SÃO PAULO

Francisco Montoro (1983-87)	Orestes Quercia (1987-91)	Luiz Antonio Fleury Filho
Mário Covas (1983-85)	Jânio Quadros (1986-88)	Prof. Luiza Erundina
		Prof. Paulo Maluf

anos 1980

anos 1990

		1989	1990	1991	1992	1993	1994
Esforço para estabelecer canais de comunicação com a população	Projetos de intervenções urbanísticas polemicas, muitas comprometidas com setores do capital urbano - complexo de obras várias de grande porte fidejuciação externo do município)		Confronto com o Legislativo	Criada a Associação Viva o Centro			
Obras de pavimentação, transporte, educação, lazer, habitação			Paralisação das obras (depois retomadas)	Estado abre o Parque Villa Lobos (irregularidades na desapropriação)			Criado o desaparelhado Procentro
Avanços nos conceitos urbanísticos (como solo criado, imposto progressivo etc)	Operações interligadas - modificação de índices em troca de habitações de interesse social			Inauguração obra do Vale do Anhangabau			Grandioso parade de obras várias
Plano Diretor feito com os mesmos vícios dos precedentes	Constituição equipe de arquitetos liderados por Oscar Niemeyer para Plano Geral de Urbanização do Rio Tietê e estudos para a reurbanização de Sta. Efigênia, Campos Elzeos e Bexiga		Criação das 20 Administrações Regionais	Apresentada a Operação Urbana Anhangabau (Iniciativa privada não se interessou)		PAS	
	Novo Plano Diretor, inspirado em planos estratégicos europeus			Retomada dos investimentos na área central			Projeto Cingapura (edifícios nas favelas)
				Apresentação de Plano Diretor, não aprovado			
				Execução significativa de equipamentos sociais, habitações populares e urbanização de favelas			

Esta gestão deu especial atenção para a obra do prolongamento da Avenida Faria Lima. A Operação Urbana Centro, que visava a retomada de investimentos imobiliários na área central, encaminhada à Câmara em 1993, foi postergada em detrimento aos esforços de aprovação das Operações Urbanas Faria Lima e Águas Espraiadas, que representavam grandes empreendimentos viários no quadrante sudoeste.

A grave situação financeira decorrente das dívidas contraídas na gestão Maluf comprometeram a gestão de Celso Pitta, candidato de Maluf para a sucessão, eleito com base em um programa continuísta. A falta de recursos e os escândalos criaram uma imagem de inexperiência e suspeição moral que tornariam impossíveis o cumprimento de quaisquer metas estabelecidas. Na gestão Pitta, as únicas novidades para urbanistas seriam dois concursos, o Concurso Nacional de Idéias para um Novo Centro de São Paulo e o Concurso São Paulo Eu Te Amo (para requalificação de 20 áreas selecionadas em cada Regional), que não chegaram a ser detalhados nem executados. Algumas das áreas selecionadas para o

Mário Covas		Mário Covas		Geraldo Alckmin		Geraldo Alckmin						
		Prof. Celso Pitta				Prof. Marta Suplicy						
										Eleito Jose Serra		
1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005		
<p>Aprovada a Operação Urbana Faria Lima. Obras do prolongamento da Faria Lima.</p> <p>Criada a Associação Paulista Viva.</p> <p>Criado o Parque Burle Marx.</p> <p>manutenção será feita pela Fundação Birmann.</p> <p>Feito Concurso de Ideias para a Paulista, não executado.</p> <p>As 15 maiores obras viárias consumiram 53% dos investimentos da prefeitura.</p>			<p>Escândalo do frango e denúncias a contratos ilícitos da prefeitura.</p> <p>Grave situação financeira.</p> <p>Aprovada a Operação Urbana Centro.</p>			<p>Estado cria o Projeto Pomar.</p>		<p>2002-2003 Obras do Programa Centros de Bairro.</p> <p>Tratamento paisagístico da Avenida Faria Lima.</p> <p>EMURB volta-se para o Centro da Cidade.</p>		<p>Estado inaugura o Parque da Juventude (no Carandiru).</p> <p>Inaugurados túneis sob a Faria Lima.</p> <p>Associações de Comerciantes requalificam a R. João Cachoeira (Itaim) e o Bom Retiro.</p>		
				Paratisia			Centros de Bairro, intervenções no centro, Bônus Único, investimentos em educação e lazer (CEUs - Centro Educacional Integrado, Telecentros, escolas)					

Concurso São Paulo Eu Te Amo foram requalificadas pelo Programa Centros de Bairro, da administração seguinte, mas os projetos vencedores não foram lembrados.

A esta altura, arquitetos, urbanistas e paisagistas não têm material para discutir os rumos da produção urbanística e paisagística nos espaços urbanos em São Paulo porque o poder público há muitos anos não implanta projetos desta natureza. A gestão de Marta Suplicy, quando implanta projetos paisagísticos, o faz nos moldes do município de Santo André. Os paisagistas receberam as intervenções com críticas, em geral pouco consistentes e relacionadas ao aspecto estético. Na realidade, o único projeto a que os paisagistas se referem é o da Avenida Faria Lima, o único no setor visível da cidade; os projetos executados na Zona Leste, por exemplo, não chegaram a ser conhecidos.

A construção de imagens através de vultosos gastos com propaganda e projetos arquitetônicos e paisagísticos acompanhando as intervenções físicas tomou forma na administração de Marta Suplicy

(2000-2004), a segunda gestão do PT. A propaganda política destacou os investimentos nas áreas da educação, do transporte público e na área central – todas estas ações foram acompanhadas de projetos paisagísticos. Os 21 CEUs – Centro Educacional Unificado construídos pela cidade foram a obra mais utilizada pela propaganda pois sintetizavam a imagem de eficiência que a gestão pretendia fixar: obras sociais. Os CEUs são escolas abertas para uso da população, dotadas de bons equipamentos, como bibliotecas, teatros, quadras esportivas e pistas de skate. São bem construídas e bem coloridas, possuem projeto arquitetônico e paisagístico corretos, sem extravagâncias, sempre semelhantes uns aos outros. Mesmo sem arroubos estéticos se destacam na paisagem da monótona periferia paulistana. Graças ao projeto, ao porte, à variedade dos equipamentos e ao fato de estarem homogeneamente distribuídos por toda a cidade e à publicidade, a ação teve grande visibilidade.

Apesar das realizações inéditas como o Bilhete Único e das ações de visibilidade, a prefeita não venceu a campanha pela reeleição. Foi mais votada em bairros da periferia das zonas sul e leste mas não nos bairros mais tradicionais. As obras viárias finalizadas não tiveram a repercussão desejada entre os setores motorizados da sociedade e a imagem da prefeita eficiente não conseguiu se sobrepor à da prefeita arrogante, consolidada ao longo da gestão. Além disso, Marta Suplicy enfrentou a concorrência de um candidato à eleição presidencial ocorrida dois anos antes e que havia sido bem votado em São Paulo.

Espaços públicos excepcionais

Do conjunto de espaços públicos ordinários emergem dois projetos para espaços públicos muito especiais – o Vale do Anhangabaú e o Centro Itaú Conceição. Ao mesmo tempo em que são adequados para o uso da população como espaços de estar ou de passagem, resolveram questões do sistema viário e articularam sistemas de transporte público.

O projeto para o Anhangabaú foi desenvolvido a partir de um concurso lançado na administração Reynaldo de Barros (1979-1982). A Prefeitura havia construído passarelas sobre o vale que vinham sendo muito criticadas pela imprensa. O concurso foi a forma encontrada para resolver o imbróglio. O projeto vencedor só viria a ser finalizado e definitivamente implantado na administração de Luiza Erundina (1989-1992). A avenida de fundo de vale foi encerrada em um túnel e, sobre a avenida, há um piso de mosaico português branco e rosa, canteiros e fontes d'água que têm grande apelo estético e podem ser usufruídos tanto do chão como do alto

Vale do Anhangabaú

O projeto, de altíssima qualidade, feito por Rosa Kliass, Jamil Kfourri e Jorge Wilhem demoraria dez anos para ser entregue à população.



dos edifícios que margeiam o vale. O espaço se presta à passagem de pedestres, ao estar e também à reunião de multidões (com algum prejuízo para os pequenos gramados). A Avenida São João, transversal, tornou-se um calçadão neste trecho. Cotidianamente o espaço é intensamente utilizado.

Na época, a obra foi criticada por seu custo (R\$ 250 milhões) mas se consideramos que foi a única obra do poder público para a valorização de um espaço urbano central em quase vinte anos, e que teve grande repercussão e permanência, prova-se que a crítica não procede.

O Centro Empresarial Itaú Conceição é fruto de uma operação urbana da década de 1970. A Emurb havia sido designada para adensar as áreas ao longo da linha do metrô para reverter parte do investimento feito pelo poder público. Naquela área foram comprados os terrenos em torno da estação, lembrados e vendidos para o Banco Itaú, que desenvolveu um projeto para seus escritórios em conjunto com a Emurb. O conjunto, inaugurado em 1988, rompe os limites entre os espaços privados e os públicos. A saída do metrô, o ponto de ônibus, as escadarias e demais espaços públicos estão integrados visualmente aos espaços privados do banco, separadas apenas por jardins e espelhos d'água.

Centro Empresarial Itaú Conceição

O projeto de paisagismo é de Maria de Lourdes Oliveira. O projeto de implantação das torres e da equipe da Itauplan que, através do plano de massas, percebeu que, se os edifícios ficassem alinhados, formariam uma barreira visual e optou então, por girar as torres a 45° e criar patamares para vencerem o desnível existente.



FOTOS: MARCELO SAMPAIO

Ações na área central

A gestão Erundina, apesar de ter como prioridade os investimentos na periferia, retomou investimentos públicos na área central. Este interesse pode ser atribuído em grande parte a uma campanha publicitária promovida pela Associação Viva o Centro, que angaria o apoio de outros segmentos sociais. A obra de vulto que resultou desta retomada da área central foi o Vale do Anhangabaú. Esperava-se custeá-la através da Operação Urbana Anhangabaú mas não houve interesse por parte da iniciativa privada para investimentos na área no formato proposto. Ainda assim, para a Prefeitura foi uma

ação bem sucedida, de grande impacto que, por ser na área central, foi considerada como uma obra para a cidade toda.

A Associação Viva o Centro, criada em 1991 sob o patrocínio do Bank Boston, reunia empresários e proprietários com interesses na revalorização da área central e de seus imóveis, com a finalidade de colaborar com o poder público para reversão do processo de "degradação física, econômica, social, ambiental e simbólica da área". Seu objetivo principal era a manutenção da competitividade do centro como um espaço para as empresas manterem seus escritórios. Havia o risco das bolsas de valores saírem da região.⁵⁰ Visava-se também à expulsão dos contingentes populares de baixa renda ou dos que utilizam a área central apenas como passagem. Com o tempo, a Associação absorve o apoio de outras categorias, abarca uma certa heterogeneidade e modifica o seu discurso que acaba convergindo para o discurso consensual que direciona as ações públicas no início dos anos 2000. Passa a defender como princípios que: "a diversidade funcional e humana é fator decisivo de desenvolvimento e vitalidade da metrópole e de seu Centro; só a metrópole socialmente justa e politicamente democrática pode ser funcional e competitiva; que a qualidade do espaço público é um requisito básico para o pleno exercício da cidadania"⁵¹.

Reivindicações dos representantes das associações Viva o Centro e Paulista Viva sobre a presença indiscriminada de ambulantes, a precariedade dos serviços de limpeza pública e a falta de atividades de assistência social não foram suficientes para sensibilizar a administração de Paulo Maluf. Para manter o diálogo com as associações, a Prefeitura criou um órgão mediador, o ProCentro, mas ele foi mantido desprestigiado e desaparelhado. Definitivamente, o centro não era prioridade daquela gestão.

No governo de Celso Pitta, a Operação Urbana Centro foi finalmente aprovada mas, ao longo de seu funcionamento, muito pouco dos incentivos propostos pela lei seriam utilizados. Em 2002, a transferência de potencial construtivo, a ferramenta considerada de maior valor, foi considerada inconstitucional. A Operação Urbana Centro fracassaria como instrumento de revitalização⁵².

Em 2000, na gestão de Marta Suplicy, a Prefeitura volta suas atenções para o centro da cidade, empenhada em reverter o processo de degradação e abandono que as gestões anteriores só contribuíram para acentuar. Duas ações concentraram maiores esforços: a requalificação de espaços públicos (através de melhorias nos serviços públicos de limpeza e segurança e de intervenções funcionais e estéticas) e o repovoamento residencial. Coordenado pela Emurb, o Programa Ação Centro⁵³ regu estas iniciativas. O discurso do programa se assemelha ao dos vários planos diretores elaborados ao longo das décadas de 1980 e 1990. Os planos não haviam sido implementados mas amadureceram um consenso sobre as medidas a tomar.

50 FRUGOLI Jr., Heitor. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Edusp/Contexte, 2000.

51 www.vivaocentro.org.br em novembro de 2004.

52 CANOVA, Kátia. *Turismo e Hotéis: Centro de São Paulo a partir dos anos 80*. São Paulo: 2004. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Praça Patriarca

A praça teve o terminal de ônibus removido e o piso de mosaico português refeito. O espaço foi valorizado pela instalação de um pórtico metálico do arquiteto Paulo Mendes da Rocha. O nome do arquiteto garante (ainda mais) visibilidade para a obra.



Praça Ramos de Azevedo

A praça teve seu projeto de ajardinamento refeito em 2000 por iniciativa da prefeitura (através do Pro-centro) e bancado pela iniciativa privada. Foram utilizados pinheiros, tuias e outras espécies que condizem com o formalismo dos caminhos da época em que a praça foi desenhada.



Praça Júlio Prestes

A requalificação deste espaço, junto a Estação Júlio Prestes, foi projetada pelo escritório da arquiteta Rosa Klüss e executada em conjunto com a reforma da edificação que foi equipada com uma moderna sala para apresentações de orquestras, a Sala São Paulo.

O Programa Morar no Centro é fruto de um destes consensos: de que deve ser incentivada a função residencial desta área uma vez que há infra-estrutura instalada e que é a mais bem servida pelo transporte público. Foram adquiridos pelo poder público edifícios antigos de escritórios para conversão em moradia de população de baixa renda. A Prefeitura resolve com esta medida de uma vez só dois graves problemas urbanos: o abandono dos imóveis no centro e o déficit habitacional. Certos setores da sociedade vêem com desconfiança as moradias populares no centro da cidade uma vez que morar em um condomínio implica em uma série de custos e de entendimentos que nem sempre as populações de baixa renda equacionam, mas a solução é boa e até alivia os proprietários. Novas soluções para estes problemas devem ser experimentadas sempre.

53 Principal proposta do Programa de Reabilitação do Centro de São Paulo, a Agência de Desenvolvimento do Centro é apresentada como instrumento de gestão da Sub-Prefeitura Sé, e deverá se constituir em entidade pública de direito privado. Um dos programas de ação integrantes da proposta da Agência de Desenvolvimento é o Ação Centro, coordenado pela Emurb.
CANOVA, Katia. *Turismo e Hotéis: Centro de São Paulo a partir dos anos 80*. São Paulo: 2004. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Ouro alvo do Programa Ação Centro é a recuperação da área que foi chamada de Corredor Cultural, compreendida entre a Rua Xavier de Toledo, a Praça Dom José Gaspar e a Praça Ramos, que é considerada a porta de entrada do Centro. A recuperação inclui novos pisos, iluminação e paisagismo. Foi feita ainda a restauração e a modernização de prédios históricos como o Mercado Municipal, a

Biblioteca Mário de Andrade, a Casa da Marquesa de Santos, o Beco do Pinto e o Edifício Martinelli. Projetos para intervenções nas praça da República, Sé e Dom José Gaspar (ao lado da Biblioteca Mário de Andrade) e no Largo do Arouche foram desenvolvidos pela equipe da Emurb, coordenada por Sérgio Marin, mas um projeto de maior visibilidade, o Parque Dom Pedro II, foi encomendado a Fernando Chacel, nome de prestígio, com projetos de paisagismo de grande porte na Barra da Tijuca.

São obras que há tempos não eram vistas, que qualificam espaços para pedestres e que têm requintes como o de cuidar da iluminação tanto pela segurança como para valorizar a paisagem noturna.

Avenida Faria Lima

A justificativa técnica da Operação Urbana Faria Lima, aprovada em 1995, foi o prolongamento da Avenida Faria Lima, conectando-a de um lado com a região da Berrini (o que não chegou a ser feito) e Avenida Hélio Pellegrino (que foi prolongada até as imediações do Parque do Ibirapuera), na Vila Olímpia, e de outro, ao Alto de Pinheiros. A obra visava a criação de uma via paralela à Marginal Pinheiros para aliviar a saturação da rede viária da região sudoeste – um dos trechos mais preciosos do setor mais valorizado da cidade.

Era previsto que a Operação Urbana acarretaria grandes investimentos imobiliários na região, o que de fato ocorreu. As 85 propostas aprovadas nos cinco primeiros anos de funcionamento da lei corresponderam a 563 mil m² de área construída adicional e pagaram como contrapartida à Prefeitura cerca de R\$ 168 milhões, uma média de 2 milhões por empreendimento⁵⁴. Os valores negociados na área são sempre altos: terrenos, contrapartidas e obras caras resultando em apartamentos e escritórios elitizados, que induzem novos investimentos públicos.

No final da gestão de Marta Suplicy, em 2004, a Emurb executa obras em dois cruzamentos importantes da Avenida Faria Lima. São dois túneis⁵⁵ que visavam desafogar o trânsito na região. As obras, simultâneas também em outras vias importantes do quadrante sudoeste, transtornaram a cidade por alguns meses, anteriores às eleições de 2004. Este trecho ficou particularmente congestionado e os comerciantes da região, principalmente aqueles das ruas que foram temporariamente fechadas, reclamam que não foram informados sobre a realização de obras senão três semanas antes do início destas. Não apenas não houve participação da comunidade local no projeto como não houve espaço para qualquer tipo de contestação. Esperava-se que estas obras resolvessem congestionamentos mas os problemas de trânsito são crônicos em São Paulo:

54 SÃO PAULO (Cidade), Secretaria Municipal do Planejamento. *Operação Urbana Faria Lima*. São Paulo: PMSPI/SEMPLA, 2000.

Operação Urbana Faria Lima

Localização das propostas aprovadas

FONTE: SÃO PAULO (Cidade). *Operação Urbana Faria Lima*. São Paulo: PMSF/ SEMPLA, 2000.



Tratamento paisagístico da Avenida Faria Lima

No percurso de 5 800 metros, ligando bairros elegantes da região do Ibirapuera ao não menos elegante Alto de Pinheiros, os canteiros centrais receberam bancos, passeio, forrações, arbustos e cerca de 1 600 árvores entre trinta espécies diferentes – ipês, roxos e amarelos, paus-ferro, jacarandás-mimosos, sibipirunas, árvores frutíferas e muitas palmeiras. Os bancos foram feitos com o mármore que é descartado nas lavras. A manutenção e a limpeza não são compatíveis com o efeito buscado.



pode-se melhorar um cruzamento mas o número de veículos só faz aumentar – em 2004, chegam a mais de cinco milhões.

Cerca de R\$ 1,3 milhão foi aplicado, em 2003, no tratamento do canteiro central da Avenida Faria Lima. As calçadas laterais não foram mexidas. No canteiro, o piso que existia nas bordas foi quebrado e feito um único caminho central, de contorno sinuoso. Este caminho foi concebido para caminhadas em meio às árvores; como ciclovia não é muito apropriado. José Carlos Perdigão, agrônomo da equipe que desenvolveu o projeto, justifica que as calçadas distantes das guias, com canteiros entre elas, são mais seguras. Mas há um problema: para acessar as calçadas é preciso pisar nos canteiros (a menos que a rua seja atravessada no lugar “certo”, pelas faixas, o que nem sempre acontece). O problema do pisoteio é particularmente mais grave junto aos semáforos onde pedintes e vendedores fazem plantão.

55 Os túneis Max Feffer e Fernando Vieira de Mello são passagens subterrâneas, nos cruzamentos com as avenidas Cidade Jardim e Rebouças sob a Avenida Brigadeiro Faria Lima

No projeto de plantio foram utilizadas espécies ornamentais, muitas floríferas rústicas, isto é, bem adaptadas, que não exigem tanta manutenção quanto as sazonais. Mas, para o efeito desejado, seria

preciso que não houvesse pisoteio e fosse feito o controle das ervas daninhas, regas nos períodos de estiagem, limpeza dos canteiros. A manutenção se reduz em relação às árvores e palmeiras, plantadas em portes adultos, mais caras porém mais resistentes ao vandalismo que as pequenas mudas e percebidas, logo de início, como árvores que são. O plantio de árvores adultas é a única forma de garantir a permanência do investimento.

Na época a imprensa protestou pelo custo das palmeiras e alegou que estavam superfaturadas, uma vez que há no mercado palmeiras de custo muito inferior. Os jornalistas tiveram que se retratar porque desconheciam que o custo das palmeiras é proporcional ao porte especificado e que, portanto, as palmeiras altas estavam com preços justos. Mas a polêmica continuou e foi utilizada como bandeira da oposição para insinuar que a Prefeitura fazia gastos supérfluos. A polêmica só existiu porque se tratava da Avenida Faria Lima, avenida visível da cidade.

Projeto Pomar

O Projeto Pomar, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, que ajardinou 14 km nas margens do Rio Pinheiros, é passível de críticas mas tem consenso entre a população. Passível de críticas porque enfatiza em seu discurso conceitos em voga como a ecologia urbana, a educação ambiental e a qualidade de vida mas não tem o alcance para reverter a degradação da área e nem faz parte de um programa maior que inclui, por exemplo, a despoluição do rio. Trata-se tão-somente de ajardinamento embelezador. A área também não pode ser apropriada pelas pessoas porque a Marginal Pinheiros é uma via rápida e inóspita, que não tem calçadas, nem pontos de travessia. Turistas estrangeiros hospedados nos muitos hotéis de nível internacional ao longo do Pinheiros precisam ser dissuadidos pelas recepcionistas de fazerem aqueles passeios à pé, tão apreciados pelos viajantes, nas imediações da Marginal. Também não foram criados acessos para eventuais usuários motorizados.

O coordenador do programa, o arquiteto Arnaldo Rents, conta que ele se chama Pomar porque havia a idéia de serem plantadas árvores frutíferas. Quando se deram conta que, para pegar uma fruta, pessoas poderiam tentar atravessar a Marginal e, facilmente, serem atropeladas, abandonou-se as espécies frutíferas mas manteve-se o nome do programa. O plantio das espécies ornamentais encontrou uma série de dificuldades principalmente em decorrência de fiações e tubulações de todos os tipos na área, nenhuma devidamente cadastrada.

A população aprecia esta ação (que tem o patrocínio de grandes empresas) porque é uma obra de embelezamento no corredor viário que serve aos bairros do quadrante sudoeste, a imagem da São Paulo "mundial". Ajardinamentos em locais de grande visibilidade são obras de grande apelo popular. Revestidas como "ecológicas" justificam os gastos e ainda angariam patrocínios.

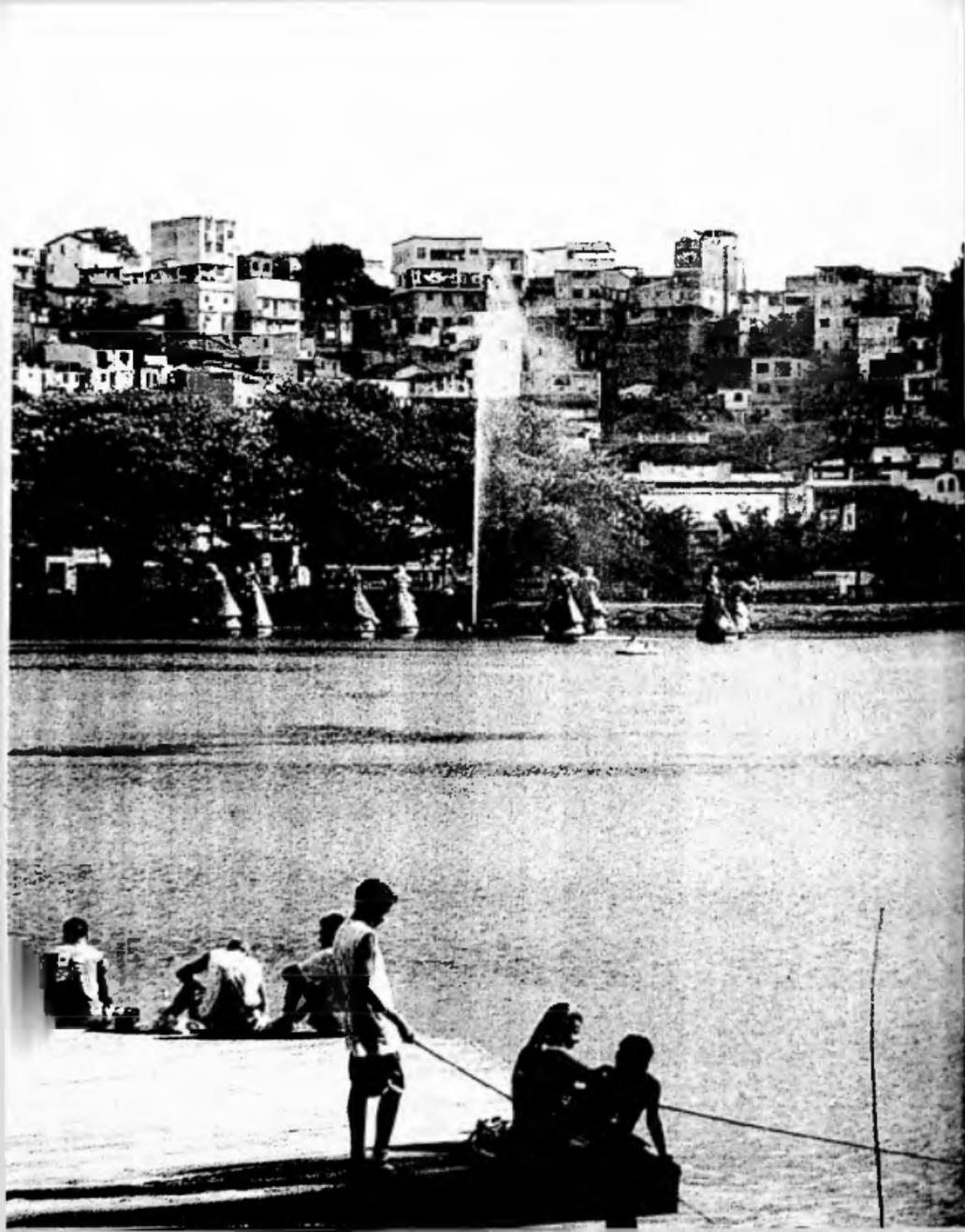


Projeto Pomar

Entre as dificuldades para o plantio estavam os níveis de poluição, por exemplo, a "terra preta", normalmente rica em material orgânico, no local, era terra saturada de óleo. Árvores de porte, por conta do risco oferecido às redes subterrâneas existentes, foram terminantemente proibidas.

Mesmo sendo uma ação de embelezamento para a elite – o que não a tornaria necessariamente incorreta – ela teve um papel de requalificação social. O programa foi concebido a partir da necessidade de ocupar uma população desempregada e desqualificada com um trabalho que alimentasse a auto-estima das pessoas. Em 1999, o então governador do Estado Mário Covas incumbiu o secretário de Meio Ambiente de coordenar uma frente de trabalho do Programa Emergencial de Auxílio Desemprego. Um grande jardim na Marginal Pinheiros foi a solução encontrada para ocupar esta mão-de-obra de forma digna. As pessoas selecionadas para atuar nessas frentes de trabalho recebem um auxílio mensal (R\$ 160, vale-transporte e cesta básica) e são treinadas na execução das tarefas rotineiras de cuidados com as plantas. O Projeto Pomar funciona como um curso profissionalizante para jardineiros.

Em duas frases, a propaganda menciona várias expressões da moda: "A *ecologia urbana* e a *educação ambiental* são as grandes metas para oferecer ao cidadão *qualidade de vida*. Este é um *compromisso humano* do governo do Estado de São Paulo." A propaganda exagera quanto sugere que o ajardinamento tenha tido algum papel ambiental maior mas o programa tem o mérito de ser fundamental sobre uma ação para inclusão social.



SALVADOR

A década de 1990 é marcada na cidade por intervenções urbanas para o consumo turístico, em especial, a requalificação do Pelourinho e de praças tradicionais da área central e a criação de praças e parques multicoloridos ao longo da orla marítima. São intervenções pontuais de embelezamento das quais se extraem imagens novas e pitorescas. Com o propósito de atrair turistas e investimentos através destas imagens, recortes fotogênicos apropriados para a veiculação nos meios de comunicação de massa, o poder público acaba privilegiando a cidade das classes de renda mais alta. Os arquitetos e paisagistas, para atender esta demanda, acabam concebendo soluções visuais de grande apelo nem sempre apropriadas em detrimento ao uso pleno e universal pela população local – que se aproxima dos 2,5 milhões de habitantes⁵⁶.

As atenções do turista que chega a Salvador se voltam ao Pelourinho e aos parques da orla. Não que os turistas freqüentem ambos, eles vão apenas ao Pelourinho. Os parques e as praias que ficam junto à área mais urbanizada da cidade eles vêem de longe, da janela dos hotéis ou dos veículos, no caminho do aeroporto⁵⁷. Estes parques desviam os olhos daquilo que os próprios soteropolitanos consideram como a orla *mais feia* de todo nordeste – não por culpa da natureza mas por conta da urbanização, que espelha as mazelas sociais da cidade, com seus contrastes.

O sítio onde está Salvador é privilegiado cenicamente – além do mar e das praias ensolaradas há dunas, recifes que formam piscinas naturais, mata atlântica, relevo rico em morros, encostas e vales. Apesar disto, o principal produto turístico de Salvador é cultural: sua história, sua produção cultural e sua ambiência festiva.

Para moradores da cidade, o quadro é oposto daquele dos turistas. O Pelourinho era intensamente freqüentado enquanto 'novidade' e, com o tempo, passou a ser visitado apenas esporadicamente, em momentos como a Bênção do Senhor (ou Bênção do Olodum, segundo a programação turística) às terças-feiras. De resto, este trecho requalificado do centro histórico é gueto de turistas e o local de trabalho daqueles que têm no turismo a sua renda – garçons, vendedores, meninos-pedintes, etc.

Dique do Tororó
FOTO FRANCINE SAMARA

56 Segundo o Censo 2000 do IBGE são 2.440.828 habitantes no município de Salvador.

O entorno do “Pelô”, também histórico, também central, é completamente diferente deste. Há ruas onde os imóveis, envelhecidos, conservam sua função residencial e partes características dos centros urbanos, concentrando comércio e serviços populares. A Baixa do Sapateiro, bem junto ao Pelourinho, é em tudo oposta a este: suas calçadas são congestionadas de pessoas, a via de ônibus e carros e as lojas servem ao consumo local.

As praias da orla marítima são bastante freqüentadas pela população residente. Mas não por toda ela, não por aquela que reside nos edifícios elegantes com vista para o mar. As de renda mais alta podem ir aos parques mas jamais às praias urbanas que, para estas pessoas, não se prestam ao banho. Preferem freqüentar as praias do extremo norte do município e de Lauro de Freitas, município vizinho, o que talvez explique o motivo pelo qual a orla é considerada a *mais feia* do nordeste. Liliâne Silva⁵⁸ coloca a seguinte pergunta: estas praias não são freqüentadas por toda população porque não prestam para o banho ou não prestam justamente porque não são freqüentadas?

Estruturação do espaço

A malha urbana contínua de Salvador só extrapola os limites da cidade colonial a partir dos anos 1940. Até então, as transformações se davam na área de ocupação antiga, que ia sendo adensada. A partir desta época a cidade expande-se em duas direções: na direção da orla da Baía de Todos os Santos e na direção do litoral atlântico (contornando o Porto da Barra).

A reestruturação urbana entre os anos 1940 e 1960 é consequência de transformações impulsionadas pela exploração de petróleo e produção de energia na região do Recôncavo. Expandem-se a classe média, os serviços, os bancos e as instituições. Tem início a expulsão radical dos mais pobres da área central e de parte dos morros e vales da cidade.⁵⁹

Os sobrados da Cidade Alta, outrora ocupados pelos senhores do Brasil colonial, vão sendo deixados para outros usos. No Pelourinho muitos serão subdivididos e alugados como cortiços e ocupados por uma população de excluídos – subempregados, desempregados, alguns ladrões e traficantes.

A Baía de Todos os Santos, que abriga o porto por onde se chegava à cidade, com a ocupação de suas bordas pela população mais pobre e com a expansão das camadas de alta renda em direção ao Porto da Barra, passará à orla marítima o papel de vitrine de Salvador.

57 Segundo pesquisa da EMURSA – Empresa de turismo de Salvador de 1994, somente 40% dos turistas que visitam a cidade frequentam suas praias enquanto 84% vão ao Pelourinho. In: SILVA, Liliâne de Araujo. *De paisagem a cenário: a construção da atual orla marítima de Salvador*. Salvador, 2002. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia.

58 Idem

59 Brandão, Maria de Azevedo. Salvador: da transformação do centro à elaboração das periferias diferenciadas. In: LUZ, Ana Maria de Carvalho (org.). *Quem fez Salvador?* Salvador: UFBA, 2002. p.151-161

O próprio porto, assinalando o limite da Cidade Baixa, faz a divisão entre o setor pobre e o rico. Ao norte dele estão instalações portuárias, construções precárias e predomina o descuido. Ao sul, na direção da av. Contorno, os usos vêm se transformando - estão o Parque das Esculturas, um shopping de decoração, um espetacular restaurante que avança sobre a água e, mais adiante, os atracadouros dos edifícios elegantes do Corredor da Vitória.

Salvador está em um cabo entre a Baía de Todos os Santos e o Oceano Atlântico. Uma falha geológica divide o núcleo urbano inicial. Na Cidade Alta se instalaram os mais ricos e na Cidade Baixa os mais pobres. A cidade se expandiu e os mais ricos tomaram a direção do Farol da Barra e da orla marítima. O setor mais pobre ficou na orla da Baía de Todos os Santos, junto à ferrovia, a Avenida Suburbana e a BR-324.



Elevador Lacerda



Vista para a Cidade Baixa: o Porto e o Comércio



A falha geológica



Vista para Baía de Todos os Santos: instalações portuárias

O setor norte, as invasões e o miolo

No vetor de expansão da Cidade Baixa são instaladas a ferrovia, as indústrias e um grande contingente populacional de baixa renda. Grandes invasões surgem inclusive avançando sobre a água, como Alagados do Porto dos Mastros e da Massaranduba. A população de Alagados nos anos 1960 não era de migrantes recém chegados do campo mas de pessoas que, sem condições de morar no centro, também não poderiam morar distantes pois não poderiam arcar com os custos de deslocamento. Houve uma aliança entre as classes populares e políticas que permitiu estas ocupações.⁶⁰

As invasões para a moradia da população de baixa renda cumprem o papel de abrir fronteiras. Segundo Ângela Gordilho Souza⁶¹, elas ampliam os limites da periferia e "desbloqueiam" os muitos terrenos de titulação fundiária arcaica – áreas públicas ou privadas com documentação patrimonial falha ou nas mãos de rendeiros não capitalizados. Depois de deixar que os locais sejam ocupados, o Estado promove a relocação da população para loteamentos e libera aquela área para o mercado imobiliário formal segundo interesses econômicos imobiliários e políticos de cada época.

Infer-se que as invasões em Salvador sejam não somente uma solução para a questão da moradia popular mas uma indústria de grande vitalidade. Há o Estado promovendo a transferência das populações, legalizando e tornando comercializáveis os terrenos; os moradores recebendo indenizações pelas chamadas melhorias e se transferindo para novas invasões e o mercado imobiliário clamando por novos terrenos para empreendimentos destinados às camadas de renda mais alta.

Em Salvador há uma profunda desigualdade sócio-econômica, como em outras capitais, mas esta desigualdade não usa disfarces, está presente em todo lugar, da paisagem aos costumes. O setor onde se concentram as classes de alta renda é entremeado por invasões. O desemprego é o mais alto entre as capitais brasileiras e boa parte da população não tem perspectivas de adesão ao mercado de trabalho. Calcula-se que dos cerca de 2,5 milhões de habitantes de Salvador⁶², 60% morem em invasões, que ocupam 1/3 do espaço habitado⁶³.

Entre os dois setores por onde se expandiu a cidade está o miolo de Salvador, distante do mar, pobre e feio. Contém conjuntos habitacionais, loteamentos e invasões das populações de menor renda. Apesar da falta de infra-estrutura – por exemplo, nunca foram feitas as articulações entre a Avenida Paralela, a BR-324 e a Avenida Suburbana – foi o setor que mais se expandiu nos anos 1970-1990⁶⁴. Nos mapas turísticos, o miolo de Salvador é um grande

60 Brandão, Maria de Azevedo. Salvador: da transformação do centro à elaboração das periferias diferenciadas. In: LUZ, Ana Maria de Carvalho (org). *Quem faz Salvador?* Salvador: UFBA 2002. p.151-161

61 SOUZA, Ângela Maria Gordilho. Invasões e intervenções públicas. Uma política de atribuição espacial em Salvador 1946-1989. Rio de Janeiro: 1990

62 Segundo o CENSO 2000 do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, são 2.440.886 habitantes em Salvador e 3.018.326 na Região Metropolitana

63 SOUZA, Ângela Maria Gordilho. Invasões e intervenções públicas. Uma política de atribuição espacial em Salvador 1946-1989. Rio de Janeiro: 1990.

nada, como se fosse uma grande mata ou um deserto de areia, completamente invisível, praticamente inexistente para os olhos do visitante.



FOTO: HENRIQUE SAKATA

A Avenida Suburbana e a Avenida Paralela

As avenidas e outras figuras modernas

As moradias das classes de renda mais alta tomam a direção do Farol da Barra. No final do século XIX, o Corredor da Vitória já abrigava ricos casarões. A partir dos anos 1930, com o advento do hábito do banho de mar, o Rio Vermelho se consolida como área de veraneio. Além do Rio Vermelho, havia nesta direção da orla, um outro núcleo que era Itapuã, uma colônia de pescadores. A construção de vias, em especial da Avenida Litorânea, unindo os núcleos existentes, impulsionou a ocupação dos espaços entre estes núcleos.

A partir dos anos 1940, as famílias mais ricas passam a habitar as novas ruas da Vitória, da Graça, do Canela, da Barra. Os mais jovens tomam ao longo das décadas seguintes o rumo dos novos loteamentos em Brotas, no Rio Vermelho. Conforme a malha urbana se expande, estes bairros sofrem novas transformações, incorporando comércio e serviços modernos. O Corredor da Vitória, por exemplo, tem os seus casarões transformados em arranha-céus de luxo e a Barra e o Rio Vermelho se apresentam como um pólo de serviços, com hotéis, restaurantes, bares, lojas e escritórios.

O complexo viário instalado entre os anos 1950-1970 articulou as áreas das classes de alta renda ao centro e aos núcleos industriais. São modernas avenidas construídas nos fundos de vale, voltadas para a circulação de automóveis. São velozes e hostis aos pedestres. Ao longo delas surgem shopping centers e um sem número de edifícios multicoloridos a ostentar arrojo e brilho.

Empreendimentos do governo do Estado, como o Centro de Convenções da Bahia e o Parque de Pituacu, e privados, como o novo terminal rodoviário, o Shopping Center Iguatemi e loteamentos em

torno da Pituba e entre Piatã e Itapuã, consolidam a expansão urbana no sentido da orla atlântica (mas não à beira-mar) no final dos anos 1970. Na década seguinte é duplicada a Avenida Octávio Mangabeira e são feitas ligações com a Avenida Paralela o que intensificou a ocupação da orla, entre Patamares, Itapuã e até o limite com o município de Lauro de Freitas, por condomínios fechados, implantados nos anos 1980 e 1990.

As residências ao longo do litoral norte do município eram, a princípio, somente utilizadas como casas de veraneio. Muitas seriam adotadas gradativamente como primeiras-residências. Como nas demais capitais, condomínios distantes do centro, mas bem servidos por vias rápidas, são oferecidos como um diferencial em termos de qualidade de vida e de segurança.

A produção cultural, o carnaval e o turismo

É consenso em Salvador que sua produção cultural é um patrimônio valioso e que a Bahia é, em tudo, diferente do resto do mundo. A exibição desta produção cumpre portanto dois papéis: validar a imagem que a Bahia tem sobre si própria e integrá-la ao mercado do turismo.

No esforço de integração à rede do turismo internacional são exaltados elementos atrativos: paisagens inebriantes, exotismo, historicidade, cultura local soberba. Salvador é descrita como a primeira capital do Brasil, conjunto urbano colonial, fusão secular de etnias, terra mística e exótica, colorida e radiante, abençoada, terra da felicidade.⁶⁵

A industrialização do Carnaval e as representações sociais do evento impressionam os estudiosos.⁶⁶ Dois elementos extra-festa contribuíram para tal no final dos anos 1980: as iniciativas tecnológico-empresarial na organização dos trios elétricos e a intervenção profissionalizada dos poderes públicos na organização da festa. O Estado promove maciçamente os bens simbólicos da Bahia: a BahiaTursa é um dos maiores anunciantes institucionais do Brasil.

Para os críticos do carnaval-negócio, a festa é um momento transitório que transforma a cidade e transfigura as pessoas e os costumes, tem um significado de ruptura do cotidiano. Com a sua transformação em mercadoria, o carnaval não é mais um momento transitório ele dura o ano todo. Os blocos, os trios e as músicas seriam "achatados" em sua variedade em nome de uma imagem típica generalizante.



Ponta do Humaitá

64 SAMPAIO, Antonio Heliodório Lima. *Formas Urbanas: Cidade Real & Cidade Ideal*. Contribuição ao estudo urbanístico de Salvador. Salvador: Quarteto, 1999.

65 FERNANDES, Ana. Caiu na rede: (des)compasso da produção recente de arquitetura em Salvador. In: LUZ, Ana Maria de Carvalho (org). *Quem faz Salvador?* Salvador, UFBA 2002, p.63-68

66 OLIVEIRA, Paulo Cesar Miguez. "Trans" & "Tchans" do carnaval baiano. In: 100-102 e CARVALHO, Manoel José de. *A construção ritual dos espaços de Salvador* p. 103-107

Igreja do N. S. do Bonfim



O Pelourinho

Chamado de cidadela-presépio reluzente desmontando-se através da perspectiva monumental por Roberto Albergaria⁶⁷ em uma crítica a cenarização e ao programa de usos voltado para o turismo.

67 ALBERGARIA, Roberto. O mundo humano-baiano como vontade e representação. In: LUZ, Ana Maria de Carvalho (org). *Quem faz Salvador?* Salvador: UFBA 2002. p. 111 - 145

68 CÂMARA, Marcos Paraguassu de Arruda. Os construtores do discurso sobre a cidade invisível. In: LUZ, Ana Maria de Carvalho (org). *Quem faz Salvador?* Salvador: UFBA 2002. . p. 17 - 20.

Mas, se de um lado, existe a pasteurização e se dá espaço para artistas sem grandes qualidades, por outro lado, a *comunidade negromestiça* participa do negócio como em nenhum outro setor. Não se pode criticar o Olodum por ter se tornado uma holding poderosa. Além disso, há uma diferença entre o efêmero e o permanente. O que não tem valor de fato será substituído pela próxima moda e o que tem sentido para a comunidade será perene. Não se acaba com o Ghandi, por exemplo.

A valorização daquilo que se quer mostrar e o esforço para ocultar problemas sociais e ambientais pelos promotores do turismo – públicos e privados, são tão evidentes e têm sido amparados pela sociedade em nome dos investimentos e dos empregos que os urbanistas se empenham em chamar a atenção para os perigos que aí residem.

Fala-se em visibilidade e em invisibilidade. Visibilidade é a cidade-vitrine, a cidade desejada: o centro temático do Pelourinho, o Campo Grande, a Vitória, a Graça, a orla no Rio Vermelho, na Barra, em Ondina e em Stella Maris, os shopping centers, o Bonfim, as festas e o carnaval. Invisibilidade é a cidade feia e pobre: as áreas de risco em encostas prestes a deslizar, as baixadas inundáveis do subúrbio, as favelas presentes da BR-324 à Avenida Paralela, os inumeráveis bairros pobres que se estendem nos limites do Iguatemi, na retaguarda do parque do Aeroclube ou nas proximidades do aeroporto.⁶⁸

As áreas invisíveis da cidade podem não existir para os turistas e para os executivos paulistas mas existem para os moradores da cidade. Na realidade, elas existem para qualquer um que se detenha com um pouco mais de atenção sobre a paisagem. Elas nunca deixam de existir.

Como a cidade visível é a cidade das classes dominantes, legitimar melhorias para estas em nome do desenvolvimento em detrimento aos setores mais pobres, significa perpetuar as discrepâncias.

Gestões públicas: disputas partidárias

As obras de requalificação de espaços públicos 'mais caras', no período que aqui consideramos, foram todas implantadas graças a recursos do governo do Estado. Tanto o Estado quando a Prefeitura implantam e fazem a manutenção de espaços públicos na capital buscando repercussão e aprovação junto à população local. Quando as gestões da Prefeitura e do Estado são do mesmo grupo político se estabelece uma certa divisão de tarefas mas quando isto não acontece, na capital baiana, são declaradas guerras institucionais onde, quem sai prejudicado, é sempre o cidadão.

Estes conflitos decorrentes de diferenças partidárias em Salvador extrapolaram a razão e não têm equivalente nas outras capitais enfocadas, nem mesmo no Maranhão, também dominado por uma oligarquia. O senador Antonio Carlos Magalhães, vulgo ACM, controla o grupo que está no poder no Estado da Bahia desde a década de 1960. Conhecido por sua ousadia e truculência, ACM tem braços em toda a administração pública, da polícia ao judiciário, e ultrapassou a esfera local de tal forma que o *carlismo* converteu-se em um dos mais poderosos lobbies políticos do país.

A oligarquia tem influência sobre um grande número de jornais, emissoras de rádio e de televisão, a ponto de controlar e de produzir notícias. ACM foi Ministro das Comunicações e a ele é atribuído o desenho de um dos mais concentrados sistemas de comunicações do mundo democrático, o brasileiro⁶⁹. Por tudo que representa e pela forma como age, ACM é associado a relações coronelistas arcaicas das quais muitos gostariam de se livrar mas seus antagonistas raras vezes têm força ou independência suficiente para se oporem de fato.

Além das disputas partidárias entre as esferas de poder, caracteristicamente na Bahia, as ações políticas são fortemente personalizadas. Com as pessoas prevalecendo sobre as instituições, acontecia de serem desprezados os trabalhos e os planos desenvolvidos anteriormente e de não ser feita a manutenção devida nas obras já implantadas, mesmo quando se tratavam de administrações seguidas do mesmo grupo político.

O Centro Histórico foi, particularmente, um campo de disputa institucional. As três esferas – federal, estadual e municipal – tinham jurisdição sobre a área e se pretendiam “donas” das intervenções. O Estado barrava o órgão federal que por sua vez não aprovava os projetos do Estado (que precisava então recorrer à administração central no Rio de Janeiro). A Prefeitura envolveu-se nesta guerra no início dos anos 1980. Um dos pilares da campanha do prefeito então eleito, Mario Kértész, era a promessa de recuperação e revitalização do centro histórico e a recondução dos órgãos da administração municipal para a área. É de sua iniciativa a montagem em tempo recorde de um prédio pré-moldado na praça Tomé de Souza, logo nos primeiros dias do mandato. Este prédio ainda gera polêmicas em 2004 e é símbolo de afronta ao poder da oligarquia hegemônica.

A prefeitura naquela gestão contraiu exorbitantes dívidas, mesmo não tendo efetivado a restauração do centro histórico, e foi levada a uma situação de insolvência que perdurará nas administrações seguintes. Houve um enorme esforço para a captação de recursos, em especial os US\$ 300 milhões necessários para a implantação do TMS – Transporte de Massa de Salvador. As duas administrações

69 Segundo Alberto Dines, Observatório da Imprensa, reportagem “ACM e o Megagrammo: o fim das oligarquias nas mãos da mídia?” 16/02/03

que se sucederam àquela, que terminou em 1988, travaram batalhas judiciais com empreiteiros com os quais disputavam as verbas comprometidas pelos contratos das obras⁷⁰.

A administração da prefeita Lídice da Mata, eleita pelo PSDB, além dos problemas de caixa, precisou enfrentar a retaliação aberta do Governo do Estado. Foi ameaçada, perseguida e impedida de executar ações que seriam próprias da prefeitura. Durante aquela gestão, vários serviços públicos foram severamente prejudicados como a limpeza pública e a manutenção das praças.

Seja por falta de recursos, seja por perseguição política, as gestões municipais de 1988 a 1996 tiveram poucas obras para entregar à população. Em 1997, a concordância entre as gestões estadual e municipal, ambas do PFL, garantiu uma certa normalidade. As duas gestões de Antonio Imbassahy, com o saneamento das folhas de pagamento do funcionalismo público e com o apoio do Estado, foram marcadas pelo retorno das inaugurações (ou reinaugurações) ao calendário da prefeitura.

Várias praças foram requalificadas pela prefeitura em conjunto com o Governo do Estado. A ação no Pelourinho atualmente tem a participação da prefeitura. Uma certa distribuição das tarefas se estabeleceu: a promoção da cidade para o turismo é feita pelo Estado e a manutenção dos espaços públicos fica a cargo da Prefeitura mas há casos, como o do Jardim dos Namorados e do Parque de Pituvaçu, em que tanto a promoção como os cuidados são realizados pelo Estado.

As equipes da prefeitura são reduzidas e a terceirização de projetos é frequente. O Estado tem uma estrutura maior e um orçamento que permitiu, até 2004, ações de maior porte como a implantação de novos parques e outros programas.

Entre os técnicos da prefeitura existe, no discurso, a tendência a valorizar a população local como usuária dos espaços, não o turismo. Na prática, como a prefeitura tem realizado muitas ações de embelezamento de bairros tradicionais e valorizados, sobretudo no chamado "Circuito do Carnaval", acaba contemplando a atividade turística. Entre os técnicos do Estado haveria a tendência em se falar sobre o turismo mas, também no discurso destes, o turismo não é mencionado e fica implícito nas ações de recuperação das áreas degradadas que também recuperam para o turismo uma paisagem perdida.

Entre todos, existe uma grande incerteza quanto à manutenção dos espaços públicos pelas gestões seguintes, mesmo quando são utilizados pela população. Este medo é reflexo da tradição da descontinuidade na política baiana.

70 Conforme divulgado na imprensa pela prefeitura. In: BONFIM, Juarez Duarte. Políticas públicas para o Centro Histórico de Salvador: o caso do Parque Histórico do Pelourinho – investigação de originalidade numa ação de governo local. Salvador, 1994. Dissertação (mestrado em administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia.

LINHA DO TEMPO • SALVADOR

Pref. Mário Kertész (1966/88)

Pref. Fernando José

Pref. Uldice da Mata

anos 1960	anos 1970	anos 1980	anos 1990					
	1971	1977	1989	1990	1991	1992	1993	1994
<p>Recomendações da UNESCO</p> <p>Estado cria a IPAC/3a - "Fundação do Pelourinho" (depois se torna o IPAC)</p> <p>1967 Criada a CONDER</p> <p>1950-1970 Implantação do complexo viário - as avenidas de fundo de vale</p> <p>Transfereência dos órgãos do Estado para o Centro Administrativo na Av. Paralela</p> <p>Parque de Pituçu (1973)</p> <p>Criado o Parque da Cidade (1974)</p>	<p>1a. etapa do Plano de Recuperação do Pelourinho - Restauração do Largo do Pelourinho</p>	<p>PLANDIP - Plano Diretor do Pelourinho</p> <p>1985 UNESCO aprova o Centro Histórico de Salvador na lista do Patrimônio Mundial</p>	<p>1986 Prefeitura constrói sede na Praça Tróme de Sá</p> <p>Prefeitura cria o Parque Histórico do Pelourinho (1986) e o Projeto Quarteirões da Humanidade</p> <p>Trabalhos de Lina Bo Bardi e João Filgueiras de Lima</p>	<p>Duplicação da Av. Otávio Mangabera e ligação desta com a Av. Paralela</p>	<p>1991 1a. etapa do Projeto de Recuperação Física e Econômica do Centro Histórico (IPAC/CONDER) - 4 quarteirões entre o Largo do Pelourinho e o Terreiro de Jesus</p>	<p>Março/1993 Inauguração da</p>	<p>Dezembro/1993 2a. etapa Centro Histórico (2 quarteirões)</p>	<p>Março/1994 3a. e 4a. etapas Centro Histórico (1 quarteirões)</p> <p>Prefeitura enfrenta dificuldades</p> <p>Parque do Abaeté (1992)</p>

O Estado e a Conder

O braço das grandes obras do Estado é a Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. A Conder de hoje é resultado da fusão da Conder - Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador, criada em 1974, responsável por ações de planejamento urbano e metropolitano, e a URBIS - Habitação e Urbanização da Bahia, criada em 1965, que tratava das atividades relativas à área habitacional.

A empresa promove, coordena e executa a política estadual (ou, neste caso, a vontade do governador) de desenvolvimento urbano, metropolitano e habitacional na Bahia. Formula planos, executa obras e ações ambientais o que abrange a criação de parques (alvo do Programa de Recuperação das Áreas Degradadas de Salvador), a urbanização de favelas (o Programa Viver Melhor é um exemplo), o enfrentamento das carências de esgotos sanitários da cidade (como o Programa Bahia Azul) e projetos de requalificação urbana e paisagística (como o Programa de Humanização de Cidades), etc.

Um dos focos do Programa de Humanização de Cidades, em andamento em 2004, é a imagem urbana. O programa propõe intervenções de requalificação urbana/paisagismo, mobiliário urbano e comunicação visual além de outras questões como infra-estrutura,

		Paulo Souto							ENRHO João Henrique	
		Prof. Antonio Imbassahy			Prof. Antonio Imbassahy					
1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
	1997 PRIMEIRA 5ª etapa Pelourinho - restauração da Catedral Basílica e a Catedral de São Francisco (5ª e 6ª etapa 144 imóveis)		1997-2000 Investimento no espaço público pela prefeitura para marcar presença: Grande investimento em praças (cerca de 80), parques e na iluminação de avenidas da cidade Parque das Esculturas Dique do Tororó (CONDER)	1999 Parque Jardim dos Namorados (CONDER) Parque do Aeroclube (Convênio Prefeitura e Iniciativa privada)					em andamento 7ª etapa Centro Histórico (10 quarteirões) Ocupação comercial e residencial. Famílias moradoras deslocadas para Coutos ou indenização	
		Iluminação da Barra Parque Costa Azul (CONDER)					Reinauguração do Parque da Cidade			

circulação, esporte e lazer para cidades do interior do Estado, tendo sido chamado de "Humanização de Bairros"⁷¹.

A gestão dos parques metropolitanos, de sítios históricos, de áreas de interesse cultural e de preservação ambiental foi assumida pela Conder. Seu objetivo é oferecer novas opções de lazer e criar condições para estimular o turismo local e internacional. A requalificação do Pelourinho, do Parque do Abaeté e do Dique do Tororó foram obras dos anos 1990. A partir de 2000, a Conder foi responsável pela reforma do aeroporto internacional e pelo Projeto Ribeira Azul, em andamento, em Novos Alagados, no Subúrbio Ferroviário. Com exceção do aeroporto, todas estas outras áreas tinham uma conotação de ferir o orgulho dos baianos.

O Programa responsável pela criação de parques é o de Recuperação das Áreas Degradadas, o que indica o pendor político de se recuperar áreas "que envergonham os baianos" - como foi divulgado na criação do Parque Costa Azul.

Novos Alagados são apresentados no material de divulgação da Conder como "aquela verdadeira chaga que se abria no coração da Cidade Baixa". São de fato uma favela sobre palafitas com 3.500 barracos ou aproximadamente 150.000 habitantes. Ao invés de intervenções pontuais o Estado preferiu a escala do programa, mais

71 Não conhecemos os resultados deste programa.

abrangente. Seus custos foram calculados em US\$ 60 milhões para os 11 trechos. As obras estão em 2004 em andamento. O objetivo é a erradicação das palafitas através de aterro, com o reassentamento das famílias e o desenvolvimento de ações para a promoção social.

Junto a Alagados está o Parque São Bartolomeu, de grande significado cultural-religioso e que conta com remanescentes de floresta tropical, rochas, riachos e cachoeiras distribuídos em 1.500 hectares. Encontra-se degradado e sem segurança. Sua recuperação é desejo de técnicos da Conder e da prefeitura mas depende de vontade política.

Se Alagados envergonhava o governo, seria preciso que o parque também provocasse este sentimento mas, distante dos destinos turísticos, talvez não haja visibilidade suficiente. Sua requalificação talvez dependa da melhoria do padrão de vida em toda a área. As "vergonhas" da cidade são muitas e acabam sendo selecionadas para tratamento apenas as mais visíveis e, portanto, mais incômodas.

Ações da Prefeitura nos anos 2000

O Parque Joventino Silva ou Parque da Cidade, o único da cidade gerido pela prefeitura (se não considerarmos o Parque do Aeroclube como tal), é um bom indicador do que se passou com a prefeitura ao longo dos anos 1980 e início dos 1990. O parque atravessou um período de total imobilidade por parte do poder municipal e, por falta de manutenção, perdeu parte de sua área para invasões. Serviu até como local de deposição de corpos de pessoas assassinadas – símbolo máximo da hostilidade de uma área verde urbana.

Para consolidá-lo como parque, a Prefeitura, já nos anos 2000, com o apoio do Estado, promoveu a sua reestruturação. Foram implantados novos equipamentos como anfiteatro, trenzinho e estacionamentos e foram restaurados outros, com destaque para as esculturas lúdicas que funcionam como brinquedos. O parque, recuperado, passou a ser intensamente freqüentado.

Nele, os elementos construídos têm pouco peso no conjunto, o grande destaque é a vegetação. O espaço é estruturado pela Mata Atlântica que envolve amplos gramados onde estão dispostos os equipamentos. A simplicidade da ação, neste caso, não é uma falta de projeto, pelo contrário, valoriza a mata, o verdadeiro patrimônio do lugar.

Mesmo sem grandes estruturas para tal, o parque comporta shows nos finais de semana que atraem grande público. A simplicidade, a presença da vegetação, os cuidados de manutenção e a promoção de atividades podem ser considerados os responsáveis pela apro-

priação em massa do parque por amplas camadas da população. Apesar de próximo à orla, este parque não é, no imaginário da população, um equipamento da orla.



Parque da Cidade

O prefeito Antônio Imbassahy iniciou sua gestão com uma série de obras de embelezamento que além de passarem a imagem de eficiência, celebraram a comunhão entre os poderes. A área central e a orla, sempre visíveis, foram campo mais fértil para as ações. Uma das primeiras ações foi o incremento da iluminação pública na Barra que combinava com a imagem do prefeito que, antes, era presidente da Companhia Nacional de Energia Elétrica. Seguiu-se a reforma e a recuperação de praças, tanto na área central quanto nos bairros. A prefeitura precisou estruturar a equipe responsável pela conservação de praças e, ao final de 2000, contabilizou 80 praças requalificadas. Algumas praças tradicionais foram reformadas e suas obras tiveram grande repercussão. Destacam-se: o Largo do Campo Grande, onde se comemoram eventos importantes como a festa do Dois de Julho, a da Independência da Bahia, o Largo da Piedade, a Praça Castro Alves, a Praça da Sé, entre outras.



A Praça da Sé

Projeto de Assis Reis, altamente formal, incorporando vertentes do paisagismo contemporâneo. São expostas ruínas antigas existentes.

Na orla, entre as obras de embelezamento merecem destaque:

- Iluminação da Barra;
- Praça Nossa Senhora da Luz;
- a reurbanização da Avenida Manoel Dias, com a execução de infra-estrutura, calçadões e arborização.

Em comum, estes projetos foram desenvolvidos por arquitetos conceituados da cidade ou por profissionais reconhecidos nacional-

mente (caso do Parque das Esculturas, do Abaeté e Costa Azul), são sofisticados, valeram-se de materiais caros e foram executados à risca. Contêm fontes, gradis escultóricos, pisos de granito, luminárias, bancos exclusivos e plantio esmerado.

Como nas outras capitais, os projetos para as áreas de maior visibilidade de Salvador (onde se espera que haja repercussão por conta do uso de formas e materiais inéditos) são projetados por arquitetos renomados, externos ao órgão público mas da cidade de Salvador. Os profissionais em geral são convidados a participar de licitação. O corpo técnico enxuto da prefeitura também utiliza o recurso da terceirização quando há urgência para a entrega dos projetos e fica com o papel de dar assessoria às obras.

A Gerência de Projetos da FMLF – Fundação Mário Leal Ferreira, desenvolve os projetos “do cotidiano”, que a população solicita na periferia mais pobre (ainda que seja mais frequente que a população mais pobre solicite a contenção de encostas) ou mais rica. Um trecho de ciclovia no canteiro central da Avenida Paralela consolidou usos existentes no local como caminhadas e corridas.

Ao final de sua segunda gestão, Imbassahy colocou como prioridade aos arquitetos da prefeitura, a restauração do chamado Polígono da Identidade, uma parte do centro histórico ao norte do Pelourinho, já na Cidade Baixa. Esta restauração se daria sem a reforma dos imóveis mas a partir da requalificação das áreas livres, em especial das praças, introduzindo-se novos equipamentos como palco, fontes, brinquedos infantis e tratamento paisagístico – um projeto menos comprometido, socialmente mais barato e cenograficamente menos apelativo.

Outro estudo que vinha sendo desenvolvido pelos arquitetos⁷² era a requalificação do Comércio, na Cidade Baixa. Não seria iniciada naquela gestão mas eventualmente em uma próxima. A área do Comércio tem edifícios de escritórios esvaziados uma vez que um grande número de empresas e de profissionais liberais há duas décadas vêm transferindo seus escritórios para a região do Centro Administrativo, na Avenida Paralela. Os arquitetos acreditam que a experiência anterior dos acordos e parcerias estabelecidos com os proprietários de imóveis no Pelourinho poderia ser aproveitada para a revitalização da Cidade Baixa mas sabem que este trabalho não envolve a área técnica, a eles cabe o desenho dos espaços públicos.

Através do redesenho do sistema viário, na entrada para a área junto à Praça Visconde de Cayru, em frente ao Mercado Modelo buscavam melhorar a acessibilidade do local. Para o desenho da praça propriamente dita houve um concurso nacional. No escopo do concurso estava: permanência da identidade. O vencedor do concurso desenhou o piso e propôs elemento escultórico que faz referência ao saveiro, elemento típico da pesca. Esta foi uma solu-

72 Foram feitas entrevistas com os arquitetos Telma Virgínia Pereira Brito e Antonio Marmor, da Gerência de Projetos da Fundação Mário Leal Ferreira (que é ligada a Secretaria Municipal do Planejamento, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico), em janeiro de 2003.

ção turisticamente interessante porém inócua, sem relação com o uso. Se, ao invés da requalificação puramente formal do espaço, houvesse o envolvimento de manifestações culturais, como a que acontece em frente da Igreja da Conceição da Praia, ali mesmo no Comércio, talvez se encontrasse o caminho da efetiva "permanência da identidade".

Pelourinho

A grande polêmica que envolveu as posturas públicas (e que continuou a ser discutida nos meios acadêmicos) foi a da conservação ou expulsão das pessoas que residiam no Pelourinho, uma população dita marginalizada, composta por desempregados ou subempregados, à beira da sobrevivência. As ocupações variavam entre porteiros, pedreiros, empregadas domésticas, lavadeiras, quituteiras, marinheiros, vendedores ambulantes, biscateiros, ladrões, traficantes e prostitutas.

Os programas dos anos 1970 e 1980 procuraram manter estes moradores através de políticas de promoção social. O principal órgão administrativo envolvido no restauro era contrário a idéia de se transformar o Pelourinho em um cartão postal para turistas e defendia que fosse mantida a população residente, segundo as recomendações internacionais para as revitalizações de centros históricos. Mesmo tendo voltado toda sua estrutura burocrática no atendimento da comunidade, não foi capaz de melhorar sua condição econômica e fixá-la.

De forma radicalmente oposta, em 1992, o programa implantado pelo Estado (através do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - IPAC e da Conder) retirou do Pelourinho as famílias que o habitavam. Era, ainda que radical, uma ação esperada por uma ampla parcela da sociedade.

Além de remover os então moradores, o programa vetou por completo o uso habitacional. Os novos usos instalados pelo Estado voltam-se ao lazer e ao turismo: hotéis, albergues, bares, restaurantes, lojas, associações culturais, ateliês. Mesmo aqueles que trabalhariam nestas novas atividades estavam proibidos de fazer uso dos imóveis para a moradia, inclusive artistas plásticos em seus novos ateliês.

Além de vetar as moradias, o programa de 1992, teve outras características que já vinham se delineando em planos anteriores:

- a intervenção maciça e veloz - com obras simultâneas de infraestrutura e de restauro por grupos de imóveis;
- a desmistificação da obra de restauro, isto é, as obras foram feitas com mão-de-obra, técnicas construtivas e materiais disponíveis,

atualmente, com eventual assistência de profissional especializado em restauro;

- a utilização dos imóveis com finalidades, além de institucionais, para cultura, lazer e apoio ao turismo;
- a ampla divulgação publicitária.

Histórico das ações

A preservação maior possível dos habitantes no centro histórico, a restauração de unidades adquiridas, a implantação de infra-estrutura urbana, a eliminação do tráfego e um plano para as encostas são recomendações feitas desde o final dos anos 1960, por especialistas da UNESCO, e que são retomadas pelos programas de revitalização ao longo das décadas seguintes. Restrições ao tráfego e a implantação de praças foram feitas mas há dúvidas se elas não teriam contribuído para reforçar a saída de serviços do centro, intensificada nos anos 1970.⁷³

Uma recomendação logo acatada pelo Governo do Estado foi a criação de uma fundação, a FPACBa – Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, que depois se torna o IPAC. A “Fundação”, como foi chamada, desde os trabalhos de restauração do Largo do Pelourinho, em 1971, defendeu a manutenção da população residente. Em 1977, o PLANDIP – Plano Diretor do Pelourinho trata da infra-estrutura, dos edifícios e da população residente, reafirmando esta posição, mas não chegou a ser concluído.

Em 1986, a prefeitura passa a concorrer pelo controle do centro histórico, tido como um enclave federal (e estadual) no município. O SPHAN – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tinha jurisdição sobre a área desde 1937 e o IPAC, desde 1967. O Pelourinho será palco de vaidades, ciúmes, ressentimentos e boicotes institucionais, especialmente entre os dirigentes e políticos.

O prefeito Mário Kertész havia prometido recuperar o centro histórico e reconduzir a prefeitura para a área. Naquele ano, a prefeitura cria então o PERSH – Programa Especial de Recuperação dos Sítios Históricos com os objetivos de:

- recuperar a vocação tradicional do centro como ponto de encontro, trabalho, moradia e lazer;
- preservar o patrimônio arquitetônico, urbanístico, paisagístico e cultural.

Através de agressivo marketing, com anúncios na televisão, nos principais jornais e revistas nacionais, a prefeitura lança a campanha para a revitalização do Parque Histórico do Pelourinho. O conceito de parque aplicado ao conjunto histórico-urbanístico é uma figura nova, oposta ao parque-área verde. O Parque Histórico do Pelourinho englobava 42 quarteirões e cerca de 1000 imóveis, dentro da área tombada pela SPHAN.

73 As informações sobre as intervenções foram obtidas em entrevistas e, principalmente, no trabalho de Juarez Bonfim que traz, além do histórico dos programas, depoimentos de técnicos envolvidos. BONFIM, Juarez Duarte. Políticas públicas para o Centro Histórico de Salvador: o caso do Parque Histórico do Pelourinho – investigação de originalidade numa ação de governo local. Salvador: 1994. Dissertação (mestrado em administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia.

Para captar verbas, a prefeitura lançou em 1987 um fundo municipal. Por falta de transparência no processo, não se sabe quanto foi arrecadado e como foram gastos os recursos mas há um consenso de que os investidores não aderiram como se esperava. A campanha não apresentou o Pelourinho como um plano de negócios, não garantiu retorno financeiro e, sem garantias, o empresariado se retraiu.

Este programa foi mais propaganda que realizações. Sequer existe um texto sobre ele mas, após uma sucessão de planos detalhados e sem resultados, o fato de não haver um documento não desmereceria a ação. Apesar de não ter se concretizado, o programa introduziu princípios que seriam aproveitados em 1992. A própria expectativa que se criou em torno do Pelourinho deu suporte para a intervenção radical que veio em seguida.

Entre as realizações – pontuais – estão a Fundação do Teatro Gregório de Mattos, a Casa do Benin e a Ladeira da Misericórdia, projetos da arquiteta Lina Bo Bardi, utilizando os elementos pré-moldados que João Filgueiras Lima, o Lelé, criava na FAEC – Fábrica de Equipamentos Comunitários da Prefeitura. Lajes de piso, paredes, contrafortes e escadas industrializados, entre outras peças de argamassa armada, poderiam ser usadas em grande escala no restauro.

Através da introdução desta tecnologia, os arquitetos desmistificaram a obra de restauro. Segundo preceitos da arquitetura moderna (que eles estavam de fato desenvolvendo), o que é novo seria caracterizado como novo em oposição ao antigo que estava sendo preservado. O restauro deixava assim de ser reservado apenas a iniciados e se tornava passível de ser realizado em grande escala.

Outro princípio lançado foi o da intervenção em grande escala, com velocidade para fazer face ao processo de deterioração. Até então, eram feitas intervenções pontuais, restaurando-se imóveis adquiridos pelo Estado, isoladamente. Acreditava-se que estes restauros seriam capazes de atrair novos usos e novos restauros. A partir do parque, concluiu-se que ou se recuperava em grande escala ou o trabalho se perderia. A unidade de intervenção deixou de ser o imóvel e passou a ser o quarteirão.

Lina Bo Bardi, em seus projetos, programava usos festivos e interativos – de comida, bebida e música – ao contrário dos tradicionais museus e repartições públicas, para que os espaços fossem plenamente utilizados pela população e integrados à vida da cidade. O centro histórico passava a ser encarado mais como um centro de lazer do que como objeto para o estudo e a contemplação e isto seria base para a obra maciça que foi feita em 1992.

A valorização da cultura, música, religião, estética e de tudo que dissesse respeito às raízes negras surgiu nos anos 1970 em Salvador como um fenômeno artístico e cultural. Ao erguimento do afoxé

Filhos de Ghandi e à criação do bloco afro Ilê-Aiyê seguiram vários outros e o Pelourinho é o epicentro deste fenômeno. Ao longo dos anos 1980, torna-se ponto de encontro da juventude *negromestiça*. Os ensaios carnavalescos e as festas da Benção do Senhor na Igreja de São Francisco passam a atrair multidões. Associações culturais, de esporte e sindicais disputam seu espaço. Havia um movimento cultural pela revitalização do Pelourinho, uma grande visibilidade, que foi captada pelo poder local.

A campanha de marketing deflagrada no lançamento do Parque Histórico do Pelourinho havia elevado a expectativa da população. Comenta-se que nem o programa de transporte público, que era a prioridade daquela administração, foi tão alardeado como a restauração do Pelourinho (que não veio). A declaração como Patrimônio da Humanidade em 1985, tal qual Ouro Preto e Olinda, tornou uma obrigação moral impedir que os edifícios continuassem se deteriorando e seus artefatos arquitetônicos se perdendo.

A Comunidade do Maciel

Da população que se amontoava nos prédios arruinados, cedidos ou invadidos, dois terços não possuíam vínculo empregatício. O estigma da violência, da prostituição e do tráfico de drogas isolava ainda mais o Pelourinho. As casas, uma vez restauradas, tinham alto valor e custo de manutenção. Feito o investimento no restaurar, aquelas pessoas, por uma questão de subsistência, vendiam bacias, grades, azulejos. Não foi encontrada forma de conciliar os investimentos para a preservação da memória em detalhes arquitetônicos requintados com uma população tão carente.

Tanto o Estado como a prefeitura não foram capazes de resolver os problemas da comunidade o que acabou sendo a maior barreira para os trabalhos de restauro. Criaram-se escolas, creches, postos de saúde e os técnicos dos órgãos envolveram-se em problemas particulares das famílias. Na época, estas políticas foram criticadas de assistencialistas e paternalistas. Até que no programa de 1992, o Estado ofereceu às famílias ou uma indenização ou uma realocação incerta. Foram relocadas, entre 1992 e 1994, 525 famílias para recuperação de 104 casarões ao custo de indenização de US\$ 500 mil.

O programa de 1992

Por vontade política (e por dispor de meios), o Estado toma a direção do Parque Histórico do Pelourinho e promove, a partir de 1992, de maneira avassaladora, a restauração do Pelourinho. Através do IPAC e da Conder, lança o Projeto de Recuperação Física e Econômica do Centro Histórico de Salvador.

A intrincada rede de propriedade dos imóveis era um obstáculo ao restauro mas, desta vez, não foi por conta do grande interesse e da força do poder político. Cada imóvel foi objeto de negociação com seus proprietários, sendo discutidas as futuras formas de propriedade e utilização. O repasse para o Estado foi feito através de aquisição, desapropriação, permuta, doação ou contrato de comodato o que selou o destino da área à vontade do Estado.



As inaugurações se sucederam, por etapas. Eram feitas a reforma dos sobrados, as redes de água e energia, os calçamentos das ruas e algumas praças internas. Os imóveis foram sendo ocupados por lojas, restaurantes, bares, livrarias.

Esteticamente, optou-se por uma pasteurização. Para aumentar o impacto visual e possivelmente para simplificar os trabalhos, escolheu-se o "estilo" Brasil Colônia como predominante. Desta forma, caixilhos e gradis *artnouveau*, por exemplo, chegaram a ser retirados porque fugiam à caracterização. O rigor não se aplicava aos novos elementos – caixilhos com grandes vidros (inexistentes no Brasil Colônia) eram liberados. Também em função do impacto visual, adotou-se uma paleta de cores pastel: azul, verde, amarelo e rosa que iam se alternando e se repetindo. As cores deram unidade à intervenção – o que é interessante para seu executor. Alguns críticos condenam esta generalização mas, ainda que fosse todo de uma mesma cor, não seria mais ou menos autêntico. O que de fato mudaria a impressão de parque de diversões seria a presença de moradores.

É possível que o uso habitacional tenha sido interdito por medo, do governo, que os cortiços e a população que frequentava o Pelourinho voltasse a se instalar. E foram convenientes para permitir que fossem feitas obras, festas e barulho de modo geral, de dia ou de noite.

As praças criadas, os largos e as ruas são o ponto principal do conjunto. Estes espaços livres são definidos pelas edificações, têm formatos irregulares, muito ricos. O fato de terem a escala do pedestre e de serem tão diferentes da cidade brasileira convencional,

torna o passeio por eles uma experiência sensorial urbanística. As praças são uma surpresa: surgem por entre o conjunto edificado, normalmente depois de passagens estreitas e têm árvores aqui e acolá. São o espaço dos shows que acontecem todas as noites.

Os intelectuais de modo geral lamentaram o processo com que o programa foi implantado, à moda de um rolo compressor, mais poderoso que as leis. Apressado, violento. Muitos gritaram contra a assepsia social e rejeitaram a intervenção: território da indiferença, pedaço amputado da Bahia⁷⁴. Mas todos concordam que alguma atitude o poder público haveria que tomar, o Pelourinho era um gueto onde os visitantes só entravam com proteção.

Em 2004, o Pelourinho é lugar mais para os turistas – especialmente os mais jovens e mais boêmios – e para os que trabalham nele. O movimento difere daquele no entorno: os de dentro curtem férias, os de fora vivem um cotidiano sempre no limite dos recursos. Os soteropolitanos dos bairros elegantes voltaram aos bares onde chegam em seus carros. Mas há os dias de festa, em que o Pelourinho atrai multidões e volta a ser de todos, como nos tempos do século XIX.

Dique do Tororó

Unanimidade entre técnicos, políticos e a população de modo geral, o Dique do Tororó é tido como o parque mais frequentado de Salvador, um verdadeiro sucesso. Sua abrangência é metropolitana e a visibilidade também. Apesar de ser uma ação pontual e não um programa, será aqui apresentado por suas semelhanças com os parques construídos na orla marítima – também é superequipado multicolorido, e por diferenças – a população se apropria plenamente.

O dique começou a ser poluído no final dos anos 1960. Até então era local calmo e agradável. Encerraram-se as regatas, desapareceram pescadores e lavadeiras. Em área central (vizinho ao centro histórico e ao Estádio Otávio Mangabeira), sua recuperação era uma obra de grande visibilidade.

A urbanização era uma reivindicação antiga das comunidades dos bairros vizinhos. Ainda assim, houve pelo menos oito projetos conhecidos que não saíram do papel.⁷⁵ Em 1994, a administração regional centro fez um apelo geral com a participação de grupos ecológicos, associações de moradores, grupos culturais e de samba e blocos carnavalescos. Outras manifestações ocorreram após o anúncio do programa de despoluição do dique através do Progra-

74 ESPINHEIRA, Gey. A cidade invisível e a cidade dissimulada. In: LUZ, Ana Maria de Carvalho (org). *Quem faz Salvador?* Salvador: UFBA 2002. p. 24-34

75 FREITAS, Nailde Carvalho Brito. *Dique do Tororó: evolução histórica e atual intervenção*. Salvador: 1998. Trabalho final do curso de Administração Pública da Escola de Serviço Público – FUNDESP, da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS.

ma Baía Azul, em 1996. O Estado assumiu a obra que foi inaugurada em 1999.

Ao redor da lagoa foi construída a pista de cooper e caminhada totalizando um percurso de 2.500 metros. O trânsito nas avenidas do entorno é intenso e a pista de caminhada é estreita em alguns trechos mas jardins plantados junto às margens e a própria presença da água amenizam esta condição. Há, ao longo do percurso, playgrounds de brinquedos e áreas de descanso mas os equipamentos são concentrados junto ao restaurante. O mais significativo e mais incomum equipamento é um palco flutuante que também funciona como deck para contemplação e para pescaria.

Sobre a água foram dispostas imagens de orixás, de 7 metros de altura, dispostos em torno de um jato d'água. A não ser por uma Igreja Evangélica que tentou impedir sua colocação, os orixás foram bem recebidos, destacaram a intervenção e, segundo arquitetos locais, como obra de arte, fazem com que as pessoas se identifiquem mais rápido e criem maiores vínculos com o lugar.

O Dique do Tororo

Os pisos nesta "praça" do parque são escalonados em torno de um deck, um equipamento não usual mas fundamental, neste caso, para relacionar os espaços do parque com a água. O deck e os piers construídos para pequenas embarcações convidam o usuário a se aproximar da água para contemplá-la.



As esculturas do Dique

As imagens flutuantes em fibra de polietileno exibem orixás. Exum é a única divindade feita em ferro e posta fora d'água por ser uma divindade que não gosta de água. Sua presença seria indispensável para garantir a harmonia entre os orixás.⁷⁶

A iluminação, desenvolvida com cuidados cenotécnicos, garante o uso do espaço também à noite. O parque, que já é aberto e rodeado pelo tecido urbano, integra-se através do uso pleno à cidade.

Como no caso do Pelourinho, a intervenção foi solicitada pela população, através de manifestações festivas promovidas com este intento. Sinal que existe uma relação entre a solicitação e a futura apropriação. Mesmo que a retirada efetiva dos esgotos para recuperação ambiental de fato não tenha se concretizado, a repercussão foi muito positiva. Surpreendeu tanto técnicos quanto políticos que não contavam com tamanho sucesso.



CURITIBA

Curitiba não foge ao padrão de estruturação territorial das metrópoles brasileiras, fruto de relações políticas, sociais e econômicas tais que resultam em grandes contrastes – do superelegante ao muito precário. Em Curitiba, como em todos os lugares, há áreas com problemas sócio-ambientais, a maioria não propriamente no município-sede mas em municípios vizinhos da região metropolitana que formam assim uma espécie de periferia da capital. Por que Curitiba então é considerada cidade modelo para o Brasil?

A diferença de Curitiba em relação ao restante do país está na implantação de planos urbanísticos. Elaborados por todo o país, os planos foram, via de regra, postos totalmente de lado e as cidades cresceram à margem deles. O poder público em Curitiba desenvolveu, implantou e divulgou intervenções urbanístico-paisagísticas sistemáticas, estruturadoras do espaço da cidade, perceptíveis. Mesmo que não tenham melhorado a condição econômica de seus habitantes, as ações urbanísticas criaram meios para o uso da cidade por seus habitantes, em especial relacionados à mobilidade.

Todas as ações foram propostas e desenvolvidas sobretudo por arquitetos, que tiveram cuidado com o detalhe arquitetônico, com a comunicação visual, com o design do mobiliário urbano e com a composição paisagística, o que garantiu a repercussão das ações. Valorizados pelo discurso oficial e pela propaganda, os projetos terminaram recebendo vários prêmios. Influenciam, assim, outras municipalidades a tomar Curitiba como referência de visibilidade.

O planejamento urbano em Curitiba foi institucionalizado a partir do final dos anos 1960. Havia sido desenvolvido um plano diretor e, para detalhá-lo e implementá-lo, foi criada uma estrutura institucional que nunca mais interrompeu este trabalho de atualizar e adequar o plano à dinâmica urbana. Este instituto contou com o apoio de prefeitos ao longo de sucessivas administrações e da opinião pública, que recebiam bem os projetos e criavam uma demanda por novas ações de planejamento, alimentando um ciclo constante. Com o tempo, a estrutura institucional se mostrou mais importante que o próprio plano.

O grande símbolo desse planejamento urbano é, sem dúvida, o transporte coletivo. Uma rede eficiente de transporte público significa

dignidade e qualidade de vida para toda a população. Mas, ao longo dos anos 1990, a imagem de Curitiba será promovida com ênfase sobre as ações de cunho ambiental e sobre os espaços de lazer. A materialização de ambas posturas é o conjunto de parques, bosques e ciclovias. Estes equipamentos apresentam a cidade perante o consumo turístico, os investimentos e os trabalhadores superqualificados.

Nos anos 2000, o corpo técnico do planejamento adotou como princípio para o seu trabalho que, para a cidade e o estado atraírem empresas, deve-se, primeiro, atrair as famílias dos trabalhadores superqualificados – dos empresários e dos diretores de empresas. São estas famílias que podem vir a escolher Curitiba e que trarão com elas os investimentos e os empregos. Nesta campanha, as espas são ainda mais visadas que os maridos e os veículos para a sensibilização são os equipamentos de lazer e as amenidades urbanas, ou seja, o conjunto de parques, bosques e ciclovias.

Já o transporte coletivo é, em essência, associado às massas trabalhadoras. O status, ideal máximo da sociedade de consumo, é todo do automóvel, justamente ele que gestiona nossas cidades e lhes tira suas melhores qualidades. Além disso, o transporte coletivo está presente, seja bom seja ruim, em todas as cidades, ao contrário do sistema de áreas verdes. Em Curitiba, a rede de transporte público é fruto de cuidados constantes, mas ela foi associada às ações de cunho social do que propriamente à imagem da cidade.

Com o esforço para atrair empresas, há o risco do poder público, em nome de todos, trabalhar apenas para as classes privilegiadas. É o risco dos planos estratégicos e dos planos turísticos que foram desenvolvidos por várias cidades brasileiras (onde o planejamento foi desacreditado). Entretanto, os parques, os bosques e ciclovias de Curitiba, ao contrário de equipamentos como centros de convenção e hotéis, são democráticos, convidativos, são populares. Se eles se prestam ao consumo turístico, eles também são apropriados cotidianamente pela população. A cenografia que se criou em muitos deles, têm tanto o apelo turístico como o popular.

Bem mantidos, conectados pela rede de ciclovias e bastante frequentados, os parques e bosques ao longo dos cursos d'água foram recomendados pelo Plano Diretor do Município, de 1966 como uma forma de reter água das chuvas que causavam enchentes (frequentes à época); de prevenir a ocupação desordenada dos mananciais e para servirem como espaços para o lazer da população. Com o tempo, os parques acarretaram valorização imobiliária para o setor da cidade onde mais se concentram e incorporaram discursos em voga como os da preservação ambiental, do contato com a natureza e da prática de atividades físicas pela saúde e pelo bem-estar. Desta forma, são criados novos parques, é incrementada a imagem da cidade e preserva-se, de fato, áreas verdes e cursos d'água.

Forma urbana

A expansão urbana segundo um modelo linear foi definida pelo Plano Diretor do Município, em 1966. Eixos estruturais foram desenhados sobre a malha viária que a cidade já dispunha. Nestas vias foram estabelecidas uma via exclusiva para o transporte coletivo (ônibus expresso), ladeada por duas vias para o acesso ao comércio e às habitações e duas vias rápidas para o tráfego de passagem nos sentidos centro-bairro e bairro-centro.



Eixos estruturais

A partir de 1975, o adensamento e a verticalização foram coordenados pela lei elaborada em função dos eixos estruturais.

Os parâmetros de zoneamento e de uso do solo foram estabelecidos em função dos eixos viários, que, por sua vez, estavam associados ao sistema de transporte coletivo. A legislação, desta forma, orientou as atividades e os investimentos, tanto privados quanto públicos, e condicionou a forma urbana de Curitiba: ao longo dos eixos há faixas onde a verticalização foi mais intensa.

A utilização do sistema de transporte de massa como indutor do desenvolvimento urbano justificou investimentos no transporte público. A implantação do sistema integrado de transporte teve início em 1974, com a conversão de linhas de ônibus convencionais em linhas expressas e alimentadoras, integradas através de terminais que permitem que o usuário faça o transbordo pagando apenas uma tarifa. Mais tarde, o sistema incorporou linhas interbairros, que ligam os bairros sem passar pelo centro. Em 1991, entrou em operação o ônibus Ligerinho, uma marca do sistema, que circula em percursos com poucas paradas intermediárias e, em 1992, os biarticulados, com capacidade para 270 pessoas.

O embarque e desembarque de passageiros nas linhas expressas é feito nas estações-tubo, estruturas transparentes elevadas, que são outra marca de Curitiba. A agilidade e o conforto são comparáveis as do metrô. A integração permite que distâncias grandes sejam percorridas com menor custo tanto para o passageiro, que paga sempre uma tarifa, quanto para o município, que converte os desperdícios do sistema convencional (congestionamento de linhas nas avenidas principais, percursos caros ou sobrepostos, etc) em melhor desempenho e maior economia.

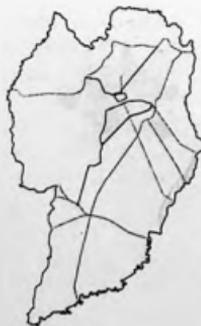


FOTO: EDUARDO SAKAKI

Próximo ao centro há bairros valorizados, como o Batel, que mantém com este uma relação – o que faz com que a área central não apresente os mesmos sinais de degradação de outras pelo país. Há também bairros ocupados por classes de renda mais alta na parte norte da cidade, de relevo mais movimentado, com mais nascentes e cursos d'água e que apresentou maior dificuldade de ocupação e de circulação. Havia o risco das áreas ao longo dos rios serem favelizadas o que não ocorreu graças a ações preventivas – entre as quais a criação do sistema de parques. A área sul é mais plana e, na expansão da malha urbana, aí se localizaram os loteamentos populares.

Estação tubo

Aparatos eletrônicos de custo equivalente ao da própria frota estavam sendo oferecidos à prefeitura para que as portas dos ônibus coincidisse exatamente com as plataformas da estação-tubo. O arquiteto responsável pediu, então, ao motorista-chefe que estacionasse o veículo. Ele o fez com precisão sugerindo ainda, para aperfeiçoamento do sistema, que fosse feito um pequeno risco no vidro do ônibus e outro na estação-tubo 78



Plano Preliminar de 1965

- Ligação Rodoviária
- Estrutural Norte Sul
- Área Central
- Colôrias
- Contorno Norte
- Ligação Entre Bairros
- Contorno Sul

78 LERNER, Jaime. *Acupuntura Urbana*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

Institucionalização do Planejamento Urbano – o Ippuc

A institucionalização do planejamento em Curitiba deriva da tradição urbanística de Curitiba e da verdadeira mística desenvolvida em torno do planejamento no Paraná. Curitiba reunia condições técnicas e culturais de controle urbanístico. Desde o início do século XX, a municipalidade punha em prática políticas de saneamento, de modernização dos espaços públicos, de controle do uso do solo urbano (em especial da área central) e, em 1943, havia implantado parcialmente o Plano Agache que introduziu o urbanismo como ponto de partida para as intervenções⁷⁹.

Um grupo de jovens da primeira turma de arquitetura da Universidade Federal do Paraná (uma ramificação do curso de Engenharia) levou ao prefeito a idéia de desenvolver um novo plano para o ordenamento urbano de Curitiba. O prefeito Ivo Arzua Pereira, eleito em 1962 com o compromisso de rever o planejamento da cidade, integrou este grupo ao quadro técnico da Prefeitura e, mais tarde, organizou uma concorrência pública para a elaboração de um plano preliminar de urbanismo.

O plano selecionado pela prefeitura foi o da Sociedade Serete de Estudos e Projetos Ltda, empresa associada ao arquiteto Jorge Wilhelm⁸⁰. Segundo Wilhelm, Curitiba em 1965 crescia a uma taxa de 7% ao ano, as linhas de ônibus se estendiam segundo os interesses dos loteadores, a baixada inundável do rio Iguazu corria o risco de ser ocupada e a vida urbana carecia de equipamentos recreativos e culturais.

No plano, Wilhelm também propôs a criação de um grupo local de acompanhamento. Naturalmente, este grupo foi constituído pelos jovens arquitetos e, muitos deles, ao longo dos anos 1980 e 1990, conduziram os projetos urbanísticos e arquitetônicos da prefeitura. Um deles, Jaime Lerner, passou a ter papel de liderança no planejamento local. O grupo formava a "agência do plano", que logo se tornaria instituto, o Ippuc – Instituto de Pesquisa e Planejamento de Curitiba, criado oficialmente em 1965.

O prefeito seguinte, que não havia participado do processo de elaboração do plano, não demonstrou interesse em sua implementação. O Ippuc foi mantido com a intenção de que se tornasse mais um órgão de pesquisa que de planejamento. Contudo, este período de ostracismo foi bastante produtivo, a equipe detalhava o plano, concebia os projetos e os ia acumulando, como uma incubadora de projetos. Em 1971, quando Jaime Lerner foi nomeado prefeito pelo governador (que preferiu um técnico a um político para não ter sua liderança ofuscada), os projetos começaram a sair do papel.

79 No Paraná, em decorrência da expansão da fronteira cafeeira paulista, foram fundadas cidades como Londrina, em 1934, Maringá, em 1947, e Umuarama, em 1955, no norte do estado, todas obedecendo a planos urbanísticos desenvolvidos por encomenda da Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná. Estas ações de planejamento criavam a idéia de que a planificação das ações governamentais seria capaz de garantir e impulsionar o desenvolvimento socioeconômico do estado e que estes benefícios poderiam ser estendidos à capital.

MENEZES, Claudino Luiz. *Desenvolvimento urbano e meio ambiente: A experiência de Curitiba*. Campinas, SP: Papirus, 1996.

80 O plano também contou com a participação de Paulo Zimbres e Rosa Kliass, na análise e nos projetos paisagísticos. WILHELM, Jorge. *A obra pública de Jorge Wilhelm*. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 2003.

O Ippuc além da pesquisa e do planejamento passou a cuidar da implantação dos programas da prefeitura. Os profissionais que conceberam os projetos foram considerados os mais indicados para executá-los, em seus menores detalhes. Todos os programas da Prefeitura – urbanísticos, educacionais, habitacionais, etc – passaram a ser planejados e geridos pelo Ippuc.

Pelas décadas seguintes, o Ippuc será o órgão mais forte da Prefeitura, braço direito dos prefeitos, responsável inclusive por distribuir o orçamento do município⁸¹. O Ippuc participa da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Plano Plurianual e do Orçamento Anual da Prefeitura de Curitiba, em conjunto com a Secretaria Municipal das Finanças e com o Instituto Municipal de Administração Pública. É, portanto, o Ippuc quem avalia as demandas para obras e estabelece as prioridades para investimentos e programas de saúde, educação, pavimentação, etc, além de fazer os projetos das escolas, postos de saúde, terminais de ônibus entre outros.

O Ippuc, como órgão de planejamento, distribui os equipamentos públicos pela cidade. A partir de seu banco de informações, o Ippuc guia a localização dos equipamentos segundo critérios técnicos por exemplo, um posto de saúde deve atender uma área com 17.000 habitantes e ser servido pelo transporte público; uma escola de ensino básico deve ter entre 500 e 1.000 alunos (o que corresponde a uma área com aproximadamente 2.000 habitantes); uma creche deve atender 120 crianças, que residam idealmente num raio de 500 metros. Se um vereador solicita um posto de saúde para uma vila que não chega a 17.000 pessoas, é possível, através do banco de informações, saber se a implantação de uma linha de transporte público, que ligue aquela vila ao posto de saúde mais próximo, resolve o problema daquela comunidade⁸².

Com esse tipo de coordenação, não há a sobreposição de serviços dos órgãos públicos. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, é comum um órgão fazer uma praça em um bairro sem saber que outro departamento tem uma melioração programada para aquele mesmo bairro e ambos atuarem simultaneamente. É também possível que uma das intervenções (viária, por exemplo) destrua parte da outra que acabou de ser feita.

Além do gerenciamento dos recursos orçamentários de toda a prefeitura e das obras, o Ippuc é responsável pela captação e pelo gerenciamento dos recursos oriundos de todos financiamentos externos através de negociação com organismos internacionais, como o BID e o BIRD, e nacionais, como o BNDES, o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, o Governo Federal, entre outros. É este papel que tem garantido, em grande parte, a continuidade da atuação do Ippuc. Além de nunca ter sido inadimplente, Curitiba tem

81 Em 2000, além da função básica de Pesquisa e Planejamento, o Ippuc é responsável por:

- coordenar as ações do Plano de Governo Municipal;
- coordenar a elaboração e acompanhar a implantação do Plano de Obras;
- produzir, agregar e analisar informações relativas a indicadores sociais;
- produzir e coordenar a execução de projetos de arquitetura, comunicação visual e mobiliário urbano;
- coordenar a integração das diretrizes locais de planejamento às diretrizes metropolitanas;
- disseminar as práticas desenvolvidas em Curitiba, através da participação em eventos nacionais e internacionais e através de visitas e cooperação técnica com instituições, cidades e países de todo o mundo.

CURITIBA, Prefeitura Municipal de. Curitiba na prática. Curitiba: Ippuc, 2002.

82 Segundo Luiz Hayakawa, presidente do Ippuc, em entrevista em 2004.

programas bem sucedidos, que ganharam prêmios e se tornaram referências para o Banco Mundial, que tem grande interesse nos indicadores sociais. Esta credibilidade garante o financiamento contínuo de novos programas e os financiamentos garantem a manutenção dos programas em andamento pois, quando há uma troca de prefeitos, os recursos de financiamentos garantidos pela gestão anterior jamais foram recusados.

Gestões municipais

Na primeira gestão de Jaime Lerner, a primeira e mais impactante obra, que criou um ambiente propício para o desenrolar do processo de planejamento, foi o Calçadão da Rua XV de Novembro, depois batizado de Rua das Flores. Era a primeira vez no Brasil que um grupo de arquitetos encontrava-se desta forma no poder executivo para atuar numa cidade. Práticas caras aos arquitetos foram institucionalizadas: plano urbanístico, projetos detalhados e incentivos para a população se apropriar dos espaços. Neste período, a palavra de ordem era *humanização*, entendida como a valorização da presença do homem no seu meio ambiente. Nos projetos urbanos, isto significava valorizar o pedestre e os seus espaços e o transporte coletivo.

Calçadão da Rua XV

As floreiras foram depois reproduzidas por toda a cidade e os mobiliários com cobertura em acrílico roxo se tornou testemunho de uma ação de vanguarda.



Teatro Paiol e Parque Barigui

Um antigo depósito de pólvora foi transformado em teatro (o Paiol), uma fábrica de cola num centro de criatividade e um quartel militar na sede da Fundação Cultural de Curitiba. Os parques criados tiveram programas de animação para incentivar o uso.



O poder público buscou envolver os habitantes através de um sentimento de identidade das pessoas com os espaços da cidade. A

LINHA DO TEMPO • CURITIBA

anos 1960		anos 1970		anos 1980			
1965	1970	1975	1980	1985	1989	1990	1991 1992
Escolhido o "Plano Serete" elaborado por Jorge Wilheim	1972 Calçada da Rua XV Criada a Fundação Cultural de Curitiba (FCC)	1976 Plano de Desfavelamento (COHAB)		"Curitiba Participativa" Criada a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMMA)	Programa Compra do Lixo		Entra em circulação o ônibus Ligerinho
Seminário "Curitiba de Amanhã"	Plano de Revitalização do Setor Histórico			Estruturação do Departamento de Parques, Praças e Preservação Ambiental			1991 Rua 24 Horas Ópera de Arame Universidade Livre do M. Ambiente Jardim Botânico
Criação do Ippuc	1974 Início da implantação da Rede Integrada de Transportes (RIT)		Bosque João Paulo II	1966 Implantação das Adm Regionais		"Cidade Ecológica"	
	1973 Implantação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC)		1978 Ciclovias		1988 Parque Bacacheri	Parque Municipal do Passaúna	Parques 2a geração

medida que as pessoas sentissem que pertencem a sua rua, a seu bairro e a sua cidade, zelariam por estes espaços. Para este envolvimento, seria preciso promover projetos de animação e resgatar a memória histórico-cultural da cidade. O calçadão da Rua XV, os parques que foram criados e os edifícios históricos que foram restaurados, todos receberam projetos de animação e foi feito o Plano de Revitalização do Setor Histórico como um instrumento para o resgate da memória urbana. A Fundação Cultural de Curitiba, recém-criada, foi encarregada de promover estes eventos dando função às obras físicas executadas, dando forma à transformação cultural. Três grandes parques foram implantados.

O prefeito seguinte, Saul Raiz, havia participado do processo de elaboração do plano Diretor e deu continuidade aos projetos. Havia a crítica na época de que as obras não beneficiavam toda a população. Quando Jaime Lerner retorna à prefeitura, em 1979, convidado pelo governador, ele reafirma a postura de planejamento mas busca apresentar melhor desempenho na área social. Um dos instrumentos para o atendimento das necessidades da população seria a implantação da Rede Integrada de Transporte.⁸³

Em 1982, nas eleições diretas para governador do Estado foi vencedor, no Paraná, o candidato do PMDB, que nomeou para prefeito Maurício Fruet, do mesmo partido. Foi o início de um período (de dois mandatos) de prefeitos do PMDB. Depois de Maurício Fruet, vence as eleições diretas para a prefeitura Roberto Requião, que

83 O trabalho de Luiz Menezes apresenta as gestões municipais e suas realizações até 1992. Visou mostrar como o desenvolvimento urbano e as políticas ambientais configuraram em Curitiba um caso único de preservação. MENEZES, Claudino Luiz. *Desenvolvimento urbano e meio ambiente: A experiência de Curitiba*. Campinas, SP: Papirus, 1996.

Roberto Requião		Jaime Lerner		Jaime Lerner		Roberto Requião						
Prof. Rafael Greca		Prof. Cassio Taniguchi		Prof. Cassio Taniguchi		Eleito Beto Richa						
1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
	Parque dos Tropeiros*		Bosque Alemão*		Nova bandeira "Cidade Social"							
	Bosque de Portugal*		Parque Tangus*		CONTINUIDADE							
	Parque Tingüí*				1997				Ippuc desenvolve projetos para requalificar o entorno da BR-116, entendida como uma ferida na cidade			
	Criados	Bosque da fazendinha			Criação do Projeto Linhão do Emprego (ao longo da avenida junto ao Linhão) e Linhão do Turismo (parques)						Parque Atuba*	
	Ruas da Cidadania				Linha Verde						Projetos para o Metro	
	Portas Étnicas											
	Vilas de Ofícios											
	Vila Tecnológica											

disputou com o Jaime Lerner, então do PDT, com a alegação de que as gestões anteriores eram tecnocráticas, autoritárias e elitistas pois se preocupavam unicamente com a área central da cidade. Estas gestões buscaram atender as reivindicações das populações carentes da periferia. Com o slogan "Curitiba participativa", enfatizaram a criação de programas habitacionais e de frentes de trabalho temporário e a descentralização administrativa. Ainda que o perfil político-administrativo das administrações do PMDB fossem diferentes, na prática, houve uma continuidade em todas as administrações no que diz respeito ao desenvolvimento de políticas ambientais, à criação de parques e ao controle dos espaços públicos.

Em 1989, com o desgaste do PMDB, Jaime Lerner assume o cargo de prefeito pela terceira vez, depois de uma campanha eleitoral que ficou conhecida como a "campanha dos 12 dias". Foi o retorno da escola de Lerner, que foi sucedido por Rafael Greca de Macedo e por Cássio Taniguchi (que teve dois mandatos), seus afilhados políticos. Taniguchi havia sido presidente do Ippuc na gestão de Lerner. Em 2004, a continuidade é sugerida pela vitória na eleição de Beto Richa, do PSDB, que havia sido vice-prefeito de Cássio Taniguchi e foi apontado por seu principal adversário como "representante de uma elite que há mais de 30 anos está à frente do poder público municipal"⁸⁴.

A terceira gestão Lerner valeu-se da propaganda e do city marketing como nenhuma outra havia feito até então. As ações urbanísticas,

84 Coluna de Roseli Abraão, www.horainews.com.br, 12/11/2004. O adversário era Ângelo Vanhoni, do PT. O candidato de Jaime Lerner, de fato, era o prefeito Cassio Taniguchi, que concorria ao terceiro mandato. Como governador, Jaime Lerner teve uma administração atribulada por escândalos de corrupção envolvendo o Banco do Estado do Paraná.

que já eram valorizadas pelo discurso oficial, ganharam a dimensão da mídia, nacional e internacional. A Revista Veja preparou matérias exclusivas, a Newsweek, o New York Times, os meios de comunicação deram visibilidade para as ações urbanísticas. Jaime Lerner, o arquiteto, o inovador, o visionário, ficou associado às estações-tubo, ao Ligeirinho, à Ópera de Arame, à Rua 24 Horas, entre outras obras. A mística em torno do urbanismo em Curitiba atinge o apogeu.⁸⁵

Mas a gestão que mais explorou a forma arquitetônica e cenarização urbanística foi a de Rafael Greca, economista e engenheiro civil com especialização em urbanismo. Conhecido por ser muito culto, Rafael Greca solicitava sempre à equipe de arquitetos que utilizasse uma escultura nos espaços públicos; ele quem selecionou as mensagens de Khalil Gibran para dar conforto às pessoas em luto na praça do cemitério municipal; e integra, como autor, a ficha técnica dos projetos das bibliotecas de bairro Faróis do Saber e das Vilas de Ofícios. Em sua gestão foram construídas as Ruas da Cidadania, espaços para a prestação de serviços públicos; o Parque Alemão, onde é contada a história de Hânsel e Gretel; o Memorial Árabe, entre outras obras bastante visuais.

Em 1997, na gestão de Cássio Taniguchi, a administração municipal estabelece como diretrizes a geração de empregos, que se tornara palavra de ordem por todo o país, e a integração metropolitana. Para concentrar as ações ligadas à geração de renda e dar uma materialidade à ação, a prefeitura criou o Linhão do Emprego. Linhão é uma referência à linha de alta tensão que formava um semi-anel na zona sul da cidade. A faixa contínua vazia ao longo desta linha de alta tensão estava sendo utilizada como depósito de lixo, degradada, e para reverter esta situação foi projetada uma avenida de 34 km unindo os bairros desta zona, mais pobre e menos infra-estruturada. A necessidade de qualificar esta faixa e estes bairros se uniu a de concentrar as ações relacionadas à criação de empregos, criando uma imagem para elas. A criação de empregos é um objetivo abstrato que, de fato, é mais econômico do que físico-urbanístico. Com a avenida, tornava-se também físico-urbanístico.

Nestes 18 bairros periféricos vivem 400 mil pessoas e, segundo dados do programa de 1998, 28 mil desempregados. Coordenado pelo Ippuc, o Linhão do Emprego representou a possibilidade de reunir as ações de vários órgãos da prefeitura neste eixo. Ao longo da via, foram construídos pólos com instalações para oficinas e cursos de capacitação, tanto de mão-de-obra como de empreendedores para a gestão de seus negócios. Ao longo dos bairros foram feitas obras de infra-estrutura como pavimentação, saneamento, escolas, creches, Liceu de Ofícios, espaços de lazer e terminal de ônibus.

⁸⁵ Outra cidade que ganha esta aura é Barcelona. Curitiba será referência para todo o país e Barcelona exportará, também para todo o Brasil, os profissionais responsáveis pela promoção da imagem da cidade, como vemos ao longo deste trabalho.



Linhão do emprego, do turismo e metrô
Programas da gestão de Taniguchi. O metrô seria aéreo, ao longo da Rodovia BR-116.

-  Linhão do Turismo
-  Linhão do Emprego
-  Metrô

A cidade visível

Nos mapas turísticos, sempre consta a cidade visível. No caso de Curitiba, é a cidade dos parques.



COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA

Segundo a agência de notícias da prefeitura, o Linhão "incrementou a economia nos bairros por onde passa, levando infra-estrutura básica e serviços públicos e, por consequência houve a valorização do mercado imobiliário, aumento do comércio local e a geração de empregos diretos e indiretos"⁸⁶. Isto quer dizer que uma ação de provisão de infra-estrutura e equipamentos urbanos foi incorporada ao discurso da geração de empregos e ganhou visibilidade. A realização destas obras já era prevista pelo órgão de planejamento; o banco de informações do Ippuc dispunha do dado de que esta área da cidade era a mais deficiente e que, portanto, deveria receber os próximos investimentos que a cidade dispusesse. A incorporação do discurso novo e de maior impacto para dar maior visibilidade à ação é conveniente e não tira o mérito da ação em si.

Discursos: cidade ecológica, cidade social

Nos anos 1970, cidade humana, cidade funcional, cidade laboratório. Nos anos 1990, capital ecológica, cidade modelo, cidade com melhor qualidade de vida do país, capital brasileira de Primeiro Mundo⁸⁷. A cada período foram construídas diferentes imagens sintéticas da cidade. Estas imagens (ou discursos) são parciais e escamoteiam a realidade. Entretanto, o discurso não foi usado para construir o que existe em Curitiba mas, o que existe, foi utilizado para compor o discurso oficial.⁸⁸ De forma semelhante, o que já estaria programado para ser feito em obras de infra-estrutura na zona sul da cidade foi incorporado ao discurso do emprego.

Os parques que já existiam em Curitiba e até o sistema de transporte ajudaram a projetar a imagem de capital ecológica nos anos 1990. Sem querer, a preservação dos cursos d'água para prevenir enchentes, preconizada no final dos anos 1960, veio de encontro aos mais novos preceitos na área de meio ambiente e de economia. Tornou-se consenso que se deve preservar os cursos d'água para a manutenção de um recurso tanto valioso quanto escasso.

As ciclovias se encaixaram perfeitamente no discurso. Estas de fato, foram criadas em 1981 objetivando, de saída, a preservação ambiental. As ciclovias partiam da idéia de inibir as pessoas que costumavam encostar o carro junto aos cursos d'água para descartar o lixo. A presença dos ciclistas nestas linhas constrangeria estas pessoas. Foram também feitos pequenos morrotes como mais um obstáculo para os automóveis. Na época, as ciclovias chegaram a ser contestadas por muitos que consideravam o tempo em Curitiba por demais frio e chuvoso, mas com o tempo as ciclovias ganharam prestígio.⁸⁹

Havia muito marketing sobre a imagem da capital ecológica. Foram (bem) divulgados e premiados programas de reciclagem de lixo como o "Lixo que não é lixo", o "Compra do lixo" e o "Câmbio Verde". A origem destes programas não era estritamente ecológica mas de viabilidade econômica. No programa "Câmbio Verde", iniciado em 1991, pagava-se às comunidades de áreas carentes de difícil acesso pela coleta do lixo em produtos hortifrutigranjeiros do Cinturão Verde de Curitiba (que precisavam ser escoados). O valor pago em produtos era o mesmo valor que seria gasto na coleta pelo sistema convencional.⁹⁰

A partir de 1996, o discurso oficial mudaria de enfoque paulatinamente. A idéia de uma 'capital ecológica' não se sustentava mais, sendo discutida mesmo no seio da Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Ações em prol do meio ambiente são uma coisa, outra é não poluir, é tratar todo o esgoto, é ter excelentes índices relativos às questões ambientais. Especialmente na área de saneamento, a

87 O trabalho de Fernanda Garcia faz críticas a todo o discurso oficial em Curitiba dos anos 1970 a 1990. O city marketing é condenado e nem a população e população da cidade o bastar-se a si própria. Algumas das críticas atingem valores caros aos arquitetos como a humanização, por exemplo, que alega ser uma justificativa para equipar a cidade para a classe média.

GARCIA, Fernanda Ester Sánchez. *Cidade espetáculo política, planejamento e city marketing*. Curitiba: Palavra, 1997.

88 O trabalho de Claudino Menezes, ao contrário do de Fernanda Garcia, considerava este o fato louvável e positivo. MENEZES, Claudino Luiz. *Desenvolvimento urbano e meio ambiente: A experiência de Curitiba*. Campinas, SP: Papirus, 1996.

89 Segundo Luiz Hayakawa, do Ippuc. Também a ocupação irregular seria inibida, em especial junto às linhas de ferrovias. A fiscalização que seria inviável de ser realizada por funcionários contratados.

90 OLIVEIRA, Marcio de. "A trajetória do discurso ambiental em Curitiba (1960-2000)". In: *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, nº 16: 97-106 jun. 2001.

cidade continuava a apresentar dados ambientais ruins. O título de capital ecológica estava começando a pesar quando se analisava a fundo a situação do município. O que se podia dizer era que Curitiba estava "a caminho de uma cidade ambientalmente correta".⁹¹

Além disso, surgem novas preocupações e novos discursos no plano nacional e Curitiba passa a se apresentar a partir de 2000, como 'capital social', um título também difícil de sustentar mas que tem sido endossado por pesquisas relacionando Curitiba a outras cidades brasileiras.⁹²

91 Segundo dados da prefeitura de 1996. A rede de esgoto abrangia 47% da cidade sendo 25% tratados.

OLIVEIRA, Marcio de. A trajetória do discurso ambiental em Curitiba (1960-2000). In: *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, nº 16, 97-106 jun. 2001.

92 Em março de 2001 uma pesquisa patrocinada pela ONU aponta Curitiba como a melhor capital do Brasil pelo índice de Condições de Vida - ICV.

93 Até esta época, além da discussão não ter sido incorporada pela sociedade e pelo poder público de modo geral, a União e os estados eram os responsáveis pelas políticas de conservação de recursos naturais, não os municípios. MENEZES, Claudino Luiz. *Desenvolvimento urbano e meio ambiente: A experiência de Curitiba*. Campinas, SP: Papius, 1996.

94 Para prevenção ou antecipação de invasões foram estabelecidas parcerias entre a iniciativa privada e a companhia de habitação. Em um tipo de operação consorciada, os proprietários de terrenos com interesse de implantar loteamentos para população de baixa renda contam com incentivos e legislação especial que lhes permite maior parcelamento e infraestrutura simplificada. A burocracia e a obrigatoriedade de instalar a infraestrutura de água, esgoto, vias e calçadas tradicionais na legislação dos municípios, são consideradas empecilhos à solução do problema habitacional uma vez que os invasores jamais têm estes custos. Segundo Luiz Hayakawa, presidente do Ippuc, em entrevista em 2004.

95 Reynaldo Piloto, Diretor do departamento de parques e praças da SMMA, em entrevista a Fabio Robba em 2003.

Parques: questões habitacionais e ambientais

As invasões e ocupações irregulares, cuja ocorrência se intensificava a partir dos anos 1970, ameaçavam, em Curitiba, principalmente as áreas públicas para preservação, como as faixas de drenagem e os fundos de vale, já desapropriados ou em litígio. Estas áreas foram garantidas como área de preservação por dois instrumentos legais municipais considerados inovadores⁹³: a Lei de Zoneamento e Uso do Solo (1975) e o Decreto Municipal de Preservação de Fundos de Vale (1976).

Para conter, na prática, a invasão destas áreas, foi estruturado o Departamento de Parques e Praças que ficou encarregado da fiscalização e da manutenção das mesmas. Para melhorar a eficiência do serviço, foi criado o "Telefone Verde" pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente que recebia reclamações e denúncias de infrações cometidas - na maioria das vezes, favelas em formação. Com o maior controle do uso do solo em Curitiba, muitas invasões se estabeleceram nos municípios vizinhos, menos rígidos neste controle, em áreas contíguas ao município-sede e sem infra-estrutura.

A opção da prefeitura era pela remoção das favelas. Isto trazia à tona o lado social da questão e revelava a necessidade de uma política habitacional. A prefeitura passou a buscar respostas para atender esta questão, entre elas a implantação de loteamentos e conjuntos habitacionais na zona sul da cidade. Uma legislação mais flexível para incentivar os proprietários de terrenos a loteá-los foi outra forma encontrada⁹⁴, que passou a ser adotada a partir dos anos 1990.

A remoção de uma ocupação chega a envolver a ação conjunta de várias divisões da administração municipal. Se, por exemplo, a Cohab remove famílias de uma invasão em beira de rio, a Secretaria de Obras faz a terraplenagem necessária e a Secretaria de Meio Ambiente implanta uma área de lazer que resguarda a área de novas ocupações.⁹⁵

Também na política habitacional, a prefeitura buscou soluções diferenciadas que dessem visibilidade às ações. As Vilas de Oficinas são um exemplo. Em sobrados geminados de apenas 43 m², foi previsto o uso do térreo para oficinas de trabalhos (como confeitiro, costureira ou artesão) e, do superior, como a residência da família. O projeto dos conjuntos, não obstante a simplicidade, é bastante incomum e urbanisticamente muito interessante porque cria conjuntos relativamente bem integrados à cidade. O programa foi bastante alardeado mas os pequenos negócios não foram adiante, salvo raras exceções (de pessoas obstinadas para manter vivos seus empreendimentos).



Vila de Oficinas na Vila Pinto

Piloto do programa entregue em 1995, na área central, junto ao Rio Belém. Das 21 casas, apenas duas têm, em 2004, oficinas em funcionamento. Nelas residem moradores da favela que havia no local e que não tiveram interesse em tocar os pequenos negócios.



A Vila de Oficinas no Bairro Novo.

Neste bairro da distante zona sul, o conjunto recebeu pessoas cadastradas e interessadas, que não residem no local. Apesar de serem poucas as oficinas em funcionamento há uma semelhança com os objetivos iniciais do programa. Em 2004, após 7 anos de funcionamento, o sapateiro firma a clientela e começa a ter algum lucro.



Vila Tecnológica.

Implantada no Bairro Novo em 1994 com o objetivo de criar um espaço de demonstração e avaliação de sistemas construtivos para habitação popular. Algumas casas foram destinadas à habitação e outras, dispostas ao longo da Rua das Tecnologias, abrigam serviços públicos.

A política de incentivo para a iniciativa privada também foi utilizada para fins de preservação ambiental. A partir de 1986, o proprietário de terras passa a ser considerado, para a administração municipal, o elemento-chave para a preservação: tanto de edifícios históricos quanto de áreas de interesse ambiental. Nestas situações,

os proprietários se sentiam financeiramente penalizados pela legislação e não agiam a favor do município. Para desonerá-los e tornar viável a preservação do patrimônio ou do bem ambiental, foi criado o mecanismo do solo criado, que consiste na concessão de potencial construtivo ou na permissão para a construção de pavimentos além do permitido pelo zoneamento (mesmo em outros bairros da cidade). Também foi prevista a concessão de condições especiais de aproveitamento dos terrenos. Estas medidas são uma exceção no país por uma absoluta falta de conexão entre a legislação, o objetivo que se pretende atingir e os agentes do processo.⁹⁶

O mecanismo de transferência de potencial construtivo viabilizou os parques Tingui e Tanguá e o Bosque da Fazendinha. A área do Parque Tingui, em fundo de vale, com restrições de fracionamento, estava destinada a ser um depósito de lixo industrial mas foi doada à Prefeitura de Curitiba que, em troca, permitiu a seus proprietários, construir condomínios privados no restante da área. Esta operação foi interessante para a cidade que recebeu uma área de preservação convertida em um novo parque para o lazer. Há o ônus da manutenção mas, neste caso, a apropriação da população o justifica. E foi vantajosa para os proprietários do terreno que viabilizaram um empreendimento imobiliário luxuoso, vizinho a uma área de (garantida) preservação permanente.

Cenografias de modo geral

O trabalho contínuo dos arquitetos em um instituto de grande prestígio na administração pública resultou na implantação de projetos de desenho urbano, arquitetura, paisagismo, comunicação visual, e cenografias de modo geral. No início dos anos 1970, o Ippuc havia assumido a responsabilidade de determinar padrões para uso do mobiliário e da comunicação visual na cidade. Este requinte deu visibilidade às ações. Pode-se considerar que não surgiu primeiro esta necessidade de visibilidade e, para isto, foram criadas as formas e as figuras arquitetônicas. Primeiro vieram os arquitetos e, com eles, a prática de tratar da figuração. Com o tempo, essa formalização se mostrou interessante para repercutir as ações e foi exacerbada.

Um exemplo do que seria uma sofisticação em termos de desenho urbano é a exigência feita aos postos de gasolina para que tenham guias normais ao invés de guias rebaixadas ao longo de toda a sua extensão. Segundo os técnicos do Ippuc, as guias rebaixadas davam a sensação de insegurança para o pedestre. Os postos de gasolina e seus fornecedores protestaram alegando que as guias rebaixadas

96 Em áreas de mais de 100m² com vegetação de porte, os proprietários podem também receber incentivos fiscais e permuta de potencial construtivo para a preservação, sem que seja feita a doação para o município. Em 2003, há perto de 2000 áreas com estas características, preservadas, mantidas por particulares.

são um padrão internacional e tiveram como resposta que este padrão não servia para Curitiba.

O cuidado com os pisos dos espaços urbanos tem sido muito grande. No Calçadão da Rua XV de Novembro foi utilizado o mosaico português (conhecido por *petit pavé*) e esta escolha foi reproduzida pelos demais calçadões urbanos de todo o país até os anos 1990. As ciclovia são de asfalto, considerado o piso mais seguro para andar a pé ou de bicicleta.

O mobiliário urbano foi considerado, desde o Calçadão da Rua XV de Novembro, como um elemento constituinte do planejamento na construção da identidade urbana. Nessa obra, foram executados bancos, luminárias, floreiras e outros equipamentos. Um módulo de estrutura tubular metálica com um par de domos de acrílico roxo podia ser combinado e se prestou como cobertura para cabine telefônica, quiosques de café, bancas de jornais ou de flores, cabines policiais e estações de ônibus. O desenho era o que havia de mais futurista. Com o tempo perdeu este caráter mas foi mantido, um sinal que havia adquirido significado.

A iluminação pública foi aproveitada desde os anos 1980 para reforçar o entendimento da hierarquização das vias: nas avenidas foram utilizadas lâmpadas diferentes daquelas das ruas. Nos anos 1990, algumas ruas e praças centrais receberam iluminação com postes "republicanos", com ar tradicional, que reforçam o caráter da área central e de bairros contíguos a esta como área mais importante da cidade.

Como em todos os lugares, inicialmente o mobiliário sofreu com o vandalismo mas, ao longo do tempo, tendo sido feita a manutenção adequada dos equipamentos, o vandalismo diminuiu. Neste processo, o mobiliário urbano pôde se tornar mais sofisticado. As lixeiras que existem atualmente em Curitiba não poderiam ser colocadas em outras cidades porque seriam rapidamente destruídas. Outras cidades precisam de modelos mais resistentes pois não passaram por um processo de educação da população através do convívio com mobiliários ao longo dos anos.

Nos anos 2000, foram desenhadas novas peças que conferem um ar futurista (em contraste com o "republicano") da mesma forma que os domos de acrílico fizeram nos anos 1970. A diferença é que as novas peças são acompanhadas por anúncios publicitários. Há novos itens como totens informativos e de identificação de bens culturais, relógios, bicicletários e placas de sinalização de ciclovia. Segundo a prefeitura, o custo total é arcado pela empresa que venceu a concorrência pública e em troca da comercialização do espaço publicitário.



Lixeira

Praça Souto Maior, em frente ao Cemitério Municipal

Foi criada uma cenografia à moda da arquitetura mexicana, (colorida e com paredes espessas), rica em elementos e, ao mesmo tempo, de custo baixo. Há mensagens sobre a existência, fontes e bancos para confortar as pessoas em luto – cenarização com significado.

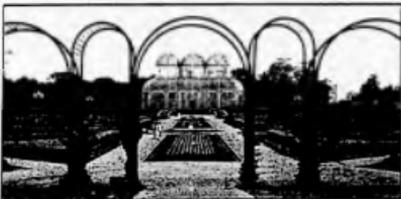


FOTOS: STANLEY TAMARA

Ruas da Cidadania

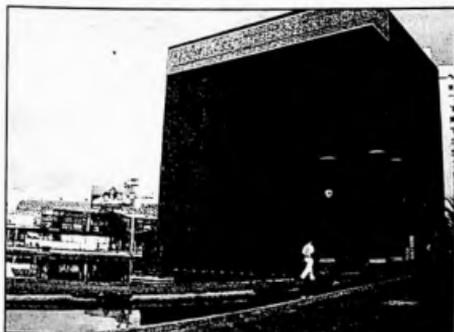
Em 2000, estavam prontas 8 Administrações Regionais, abrigadas nestas edificações públicas chamadas de Ruas da Cidadania. O formato do shopping center foi utilizado para facilitar a vida do cidadão

Jardim Botânico

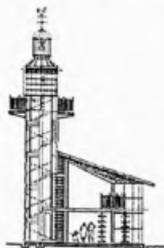


COMAR

Memorial Árabe



Portal Polonês



Faróis do Saber

Bibliotecas de bairro, construídas geralmente junto a escolas do município, com acesso também para a comunidade. Estes equipamentos, como os faróis de fato, são construídos como marcos referenciais para a comunidade.

A partir de 1990 a grande preocupação com a cenarização se torna clara. A Ópera de Arame foi desenhada tendo como referência as óperas europeias. Entretanto, ao invés de construir um edifício clássico, o que soaria falso, foi feito apenas o seu contorno, em estrutura tubular metálica. A Rua 24 Horas e o Jardim Botânico também utilizam a estrutura tubular, a primeira buscando remeter aos bulevares parisienses e, o segundo, aos palácios de cristal ingleses⁹⁷. No Jardim Botânico, que aliás é bastante cenográfico, a estufa abriga espécies tropicais que não precisariam ser mantidas em estufas pois estão em seu habitat natural – o domínio da Mata Atlântica.

A valorização das etnias que compõe a população – ucranianos, poloneses, alemães, italianos, japoneses, sírios e libaneses – se prestou maravilhosamente à cenarização. O primeiro projeto que homenageia um destes povos foi o Bosque do Papa, que tem como tema o imigrante polonês e esta tematização foi seguida em muitas outras ações. A visibilidade era garantida, agradava tanto ao turista como à população, em especial aos descendentes dos imigrantes homenageados em cada caso. Vários portais foram construídos para demarcar o início ou a proximidade de uma determinada região colonizada originalmente por uma destas etnias. Apesar de se tratarem apenas de uma passagem de veículos, os portais, cujos projetos foram objeto de concursos de arquitetura, envolveram a população, historiadores e arquitetos.

Em muitos projetos executados na gestão de Rafael Greca está presente a tematização e a ornamentação como formas de atrair a atenção da população e dos turistas para aquela ação. Uma ação de sua administração, de arquitetura exuberante mas que não visa à atração turística mas à população local, foi a construção das Ruas da Cidadania. Trata-se de um conglomerado de departamentos do poder público, como agências das companhias estaduais de água e luz, Vara da Infância e Adolescência, etc, para o atendimento à população nos bairros. Também possuem biblioteca, auditório, ginásio coberto, posto bancário, comércio, etc. e foram implantadas nos centros de bairro junto aos terminais de transporte coletivo. As Ruas da Cidadania têm visibilidade garantida por esta localização, por sua forma arquitetônica, por seu porte, pelos serviços que presta e pelos equipamentos culturais e de lazer acoplados.

Curitiba valeu-se destes marcos urbanos bem projetados para vender-se como uma cidade de primeiro mundo. Esta imagem de cidade de primeiro mundo ou de paraíso urbano é inconsistente e tem sido apontada entre os críticos. Não há como existir no Brasil uma cidade de primeiro mundo. O projeto de urbanismo e de arquitetura em Curitiba (auxiliado pela propaganda), ao resolver questões funcionais e estéticas, possibilitou que fossem preservados recursos naturais, incrementou os espaços para o uso e fez com que as pes-

97 Para Fernanda Garcia, a referência às matrizes europeias torna-se importante como recurso para a construção da nova imagem da "cidade de Primeiro Mundo". Mas é possível, do ponto de vista de uma arquiteta, também que fosse apenas uma questão de agradar ao gosto popular, muito afeito aos jardins floridos e edifícios clássicos, em especial no sul do país. Considerando-se que foi feita uma criação e não uma réplica, podemos considerar uma boa solução. GARCIA, Fernanda Ester Sanchez. *Cidade de espetáculo: política, planejamento e city marketing*. Curitiba: Palavras, 1997.

soas zelassem melhor pelo bem público. A cidade projetada não divide renda de fato mas democratiza o acesso a equipamentos de qualidade. Este equipamento pode até ser, por exemplo, uma boa e bem mantida calçada que, em muitas cidades, estão se tornando exclusividade de poucos.

O preço desta democratização através da ordenação do espaço foi uma certa centralização das decisões políticas. O planejamento urbano foi centralizado nas mãos dos arquitetos, por sua vez submetidos aos políticos (eventualmente também arquitetos). O poder público comumente utilizou a estratégia do fato consumado, fazendo as obras com rapidez para depois ver como a população reagia. Não houve muito espaço para a participação da população⁹⁸. A centralização tanto pode resultar em uma maior agilidade do poder público e na condução de medidas interessantes porém impopulares (como foi o caso do calçadão) como pode também resultar na recusa à participação política da sociedade. A descentralização tem a vantagem de viabilizar maior participação, transparência e debate que, se efetivos, podem prevenir desvios do poder público.

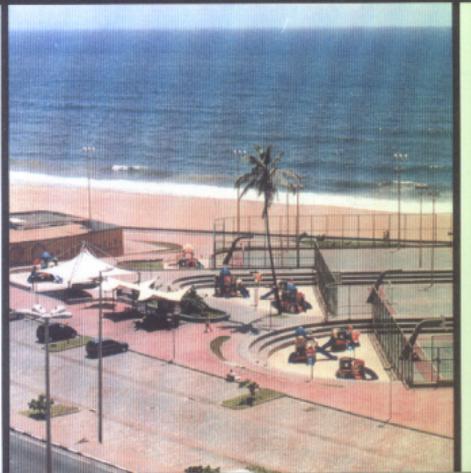
98 No caso da implantação da fábrica da Renault em São José dos Pinhais, mesmo tendo sido promovida toda a propaganda da cidade em cima da preservação e da ecologia, o governador do Estado assinou um decreto que alterou a delimitação da bacia do Alto Iguaçu para que a montadora não fosse coibida por constrangimentos legais. Fernanda Garcia vê este caso como um fruto da mitificação do planejamento tecnocrático. Os movimentos de resistência das Ongs ambientalistas foram ignorados e as manifestações foram associadas como resistência "do atraso".

GARCIA, Fernanda Ester Sanchez. *Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing*. Curitiba: Palavra, 1997.

04

Rio Cidade • Viva Bairro • Centros de Bairro •
Orla marítima de Salvador • Parques de Curitiba

Estudos de caso



Rio Cidade Ipanema

Viva Liberdade

Jardim dos Namorados

FOTOS FRANCINE SAVATA



Praça 8 de Maio,
Rio Cidade Rocha Miranda

RIO CIDADE

O Projeto Rio Cidade foi veículo da transformação de espaços da área central e dos subcentros dos bairros. O programa elegeu espaços onde há concentração de comércio e serviços e grande movimento. São usualmente os lugares onde ocorrem as trocas de meio de transporte ou de linhas. Buscou readequá-los para o conforto do pedestre e reorganizá-los visualmente. Seu objetivo era a reconstrução de espaços públicos através do disciplinamento dos usos, da melhoria dos padrões urbanísticos e do resgate da imagem da cidade. Foram introduzidos novos elementos formais e usos em espaços já intensamente utilizados.

Estes espaços, tradicionais, importantes para a dinâmica da cidade e de grande visibilidade, há muito tempo não recebiam os cuidados esperados da administração pública e se encontravam congestionados, caóticos. Os carros estacionavam em todos os lugares – era famoso o Rio de Janeiro pelos carros estacionados nas calçadas; os camelôs se colocavam no caminho dos pedestres; o mobiliário urbano e a fiação foram sendo sobrepostos ao longo do tempo e chegando a haver vários postes juntos – um para semáforo, um para iluminação, um para fiação. O poder público não vinha exercendo de forma perceptível seu papel de organizador destes espaços e a desordem, a sujeira e a insegurança se acentuavam mais e mais. A cidade perdia atratividade, aos olhos de seus próprios cidadãos.

A prefeitura toma a reorganização do espaço urbano, uma ação (parcialmente) ao seu alcance, como solução para a reversão do quadro de decadência social e econômica que debilitava o Rio de Janeiro, de difícil alcance. O Rio Cidade foi tomado como solução para todos os males, de acordo com César Maia¹: "Aprovamos e assumimos um compromisso público estratégico com o Programa Rio-Cidade, na justa medida de seu amplo alcance: criação de empregos, resgate da imagem pública carioca, elevação da auto-estima

¹ RIO DE JANEIRO, Prefeitura da Cidade.
Rio Cidade: Urbanismo de volta às ruas.
Rio de Janeiro: IPLAN, 1991, 4a. ed.

do cidadão e devolução dos espaços públicos a quem de direito. Sugerimos que daí adviriam novos investimentos privados, mais segurança, melhor educação cívica e, por que não dizer, mais beleza?"

O embelezamento da cidade foi acusado de supérfluo pela oposição mas tem valor junto à opinião pública. O fato das intervenções urbanísticas terem atraído a atenção dos cariocas mostra que se preocupam genuinamente com a beleza de sua cidade. César Maia havia afirmado que a essência do programa era o ordenamento do espaço mas, em resposta àqueles que acusavam o programa de supérfluo, vale-se das obras de infra-estrutura. Neste discurso, César Maia usa as ações no subterrâneo (de infra-estrutura) como metáfora de uma transformação subterrânea (indireta):

"A parte mais visível está na renovação do mobiliário urbano e do calçamento, mas o Rio Cidade se estende também por baixo da terra. E é no subterrâneo que o programa, visto por muitos como apenas urbanístico, multiplica sua abrangência em questões de saúde, meio ambiente e recuperação econômica – desdobramentos que garantem, de fato, melhoria na qualidade de vida das pessoas."²

O turismo e a atratividade da cidade são pontos importantes das políticas e discursos das administrações. O turista é fonte de renda, empregos, prestígio da cidade e orgulho para seus moradores. Mas, para a classe política, de nada vale agradar o turista se o morador não souber e não se sentir beneficiado. Antes se busca o apoio do morador-eleitor. O sentimento a ser alimentado é o orgulho da população.

O Rio Cidade foi um programa público pensado pelos arquitetos. Luiz Paulo Conde trouxe suas principais idéias, afinadas com preceitos da cultura urbanística contemporânea: descentralização, participação, desenho, imagem do lugar, sensação de pertencimento. No texto de Conde³: "Basicamente, sonhávamos democratizar as decisões sobre projetos e obras públicas, descentralizando-as e abrindo-as às participações da comunidade. De outro lado, propugnávamos por uma política urbanística informada pelos mais recentes avanços teóricos do setor que enfatizasse o local, o desenho, a imagem e a cultura urbana. Por fim, desejávamos restituir à disciplina Urbanismo a liderança que entendíamos lhe caber no âmbito das intervenções da cidade, muitas vezes obscurecida pelos aportes, importantes, mas parciais, da Economia, da Sociologia; da Ecologia, e das Engenharias de Tráfego e Transportes, entre outros."

Segundo a cultura urbanística contemporânea, o espaço do pedestre deveria ser bem desenhado, para o equilíbrio da vida social nas cidades, em contraposição ao automóvel, privilegiado pelo urbanismo modernista que, no Rio de Janeiro, tem a Barra da Tijuca



Aterro do Flamengo

Para os arquitetos, era a última obra "completa" que havia sido feita pelo poder público.

² No site de campanha. www.cesarmaia.com.br, em agosto de 2004.

Dos R\$ 250 milhões gastos, 75% foram custos de infraestrutura nas obras do Rio Cidade I.

³ RIO DE JANEIRO, Prefeitura da Cidade. *Rio Cidade: O urbanismo de volta às ruas*. Rio de Janeiro: PLAN, 1991, 4a. ed.

como expoente máximo. O Rio Cidade teria a reabilitação das ruas como foco principal do trabalho. "Seu objetivo preciso: as ruas, *latu sensu*. Meta genérica: restituir aos cidadãos o direito à cidade, integrando objetivos sociais, econômicos e culturais."⁴

Mas não são todas as ruas as eleitas, são as de maior significado para o bairro, pela história e pelo uso. Os trechos selecionados normalmente incluem uma ou mais praças importantes do bairro e as avenidas ou ruas em seu entorno.

As particularidades e os costumes de cada bairro deveriam ser contemplados nos projetos a fim de valorizá-los e de envolver a comunidade, de forçar uma identificação.

Localizações



Obra do Rio Cidade, no Grajaú
As obras simultâneas causam grandes transtornos mas aumentam as expectativas quanto aos resultados.

A primeira fase concentrou as intervenções nas ruas de maior movimento dos bairros famosos da zona sul como Leblon, Ipanema e Copacabana; de bairros centrais como Laranjeiras e São Clemente, bairros tradicionais da Zona Norte como Vila Isabel, Tijuca e Madureira e uns poucos bairros da periferia distante como Pavuna e Campo Grande.

Intervir no centro e na zona sul é garantir visibilidade para ação uma vez que, o que se faz nestas áreas, se torna notícia (a lógica da elite é a mesma da mídia). Como forma de potencializar a ação e torná-la perceptível ainda naquele mandato, o prefeito optou por realizar as obras simultaneamente o que causou um grande transtorno para a cidade.⁵

Em uma etapa posterior do Rio Cidade, as obras no bairro de Laranjeiras foram feitas por trechos. Assim que um trecho era concluído, se iniciava a obra no segundo e por fim no terceiro. Para a população, isto significou que o bairro não estaria inteiro obstruído a um só tempo. Se uma via estivesse congestionada por conta das obras, havia alternativas. Os moradores também conseguem perceber melhor as intervenções porque vêem um trecho pronto enquanto o outro está em obras. Esta seqüência lógica e produtiva, entretanto, pode não ser politicamente conveniente porque não atende à urgência das inaugurações com fins eleitorais.

Os projetos para cada bairro foram desenvolvidos por diferentes escritórios particulares de arquitetura, regidos pelo Instituto Pereira Passos - IPP, que dava diretrizes e aprovava soluções. A participação era tão intensa que todos os técnicos se sentiam incluídos nos projetos, como co-autores. O processo exigiu muito de todas as partes pois, sendo inédito, nem prefeitura, nem arquitetos, nem mesmo a população tinham experiência para lidar com os trabalhos.

4 RIO DE JANEIRO: Prefeitura da Cidade
Rio Cidade: O urbanismo de volta às ruas.
Rio de Janeiro: IPLAN, 1991, 4a. ed.

5 Como justificativa o prefeito utilizou a expressão "Não se pode fazer omelete sem quebrar ovos" Empregada também pela prefeita Marta Suplicy em 2004 por ocasião das obras simultâneas em importantes corredores de tráfego em São Paulo.

LINHA DO TEMPO - RIO CIDADE

1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
	<p>Criado o Programa Rio Cidade</p> <p>Feito concurso para seleção das equipes</p>		<p>Obras - transtorno e repercussão</p>		<p>Rio Cidade II</p> <p>Implanta Taquara, Laranjeiras (projetos desenvolvidos no Rio Cidade I)</p>		<p>Contratação obras do Rio Cidade III (anda pelo IPP)</p> <p>Itaja</p> <p>Realengo</p> <p>Rocha Miranda</p> <p>Haddock Lobo</p> <p>Itaja</p> <p>Ramos</p>		<p>RioUrbe executada</p> <p>Madureira (Rua Conselheiro Galvão)</p> <p>Grajáú</p> <p>Pavilhão de São Cristóvão</p> <p>Cacua-Cocotá (I. Governador)</p> <p>Grajáú</p> <p>Ramos</p> <p>Bangu</p> <p>Uruguaí</p> <p>Meier (2)</p> <p>Largo do Bicão e outros</p>			
	<p>São implantados:</p> <p>Tijuca</p> <p>Vila Isabel</p> <p>Meier</p> <p>Bonsucesso</p> <p>Penha</p> <p>Illa do Governador</p> <p>Madureira</p>	<p>Pavuna</p> <p>Catete</p> <p>Centro</p> <p>Copacabana</p> <p>Ipanema</p> <p>Leblon</p> <p>Campo Grande</p>			<p>Menos recursos para o programa Rio Cidade</p>				<p>Programa passa para a RioUrbe (que fazia as obras e passa também a coordenar os projetos)</p>			
	Prof. César Maia			Prof. Luiz Paulo Conde			Prof. César Maia					

Segundo os profissionais que participaram do processo, o Rio Cidade promoveu um aprendizado amplo e abriu canais de comunicação, então inexistentes, entre os diferentes órgãos e agentes. Este aprendizado e estes canais seriam aproveitados em ações futuras.

Entre as características marcantes da primeira fase estão:

- os projetos foram desenvolvidos por escritórios de arquitetura que montaram equipes multidisciplinares contendo urbanistas e designers;
- as equipes foram selecionadas por concurso que avaliou metodologias de enfrentamento da questão;
- os técnicos da prefeitura (IPP) e das concessionárias de água, esgoto, iluminação pública, telefonia etc faziam a avaliação dos projetos e relacionaram-se entre si e com os projetistas como não acontecia desde a obra do Aterro do Flamengo (1961) – considerado então o último projeto urbanístico completo;
- os projetos foram apresentados às comunidades e houve a participação, em especial dos comerciantes locais;
- o mobiliário urbano (postes, telefones, frades, semáforos, bancos, brinquedos, etc) tiveram grande destaque e foram em grande parte responsáveis pela fixação da imagem do programa;
- houve grande preocupação com a acessibilidade do pedestre, inclusive dos portadores de deficiências;

- houve a repercussão intensa na imprensa e na sociedade que passou a perceber e comentar as soluções para o espaço urbano – ora positiva, ora negativamente;
- houve certa dose de exagero na quantidade de soluções e de formas executadas, muitas de alto custo e difícil manutenção o que exigiu uma revisão das soluções.

O programa mobilizou grande número de arquitetos que, errando ou acertando, tiveram a oportunidade de experimentar. Este envolvimento e este aprendizado não teve paralelo no país.



Rio Cidade Laranjeiras

Frade nas calçadas e Praça Carlo Del Prete. A variação nos pisos nas calçadas sinalizaria as entradas de automóveis mas a variação é tão intensa que, no final, acaba não orientando o usuário.



Rio Cidade Catete (acima)

A essência deste projeto eram os seus nexos, as conexões dos fragmentos antigos e modernos. A rua havia se tornado apenas um espaço de circulação e de comércio, funcional, sem maiores significados. Foram então identificados e tratados os setores de contemplação, setores de circulação etc.



Rio Cidade Ipanema (à esquerda)

Os projetos da Zona Sul ficaram mais caracterizados como obras "de autor". O obelisco, criticado na mídia, demonstrou que lá estão os formadores de opinião.

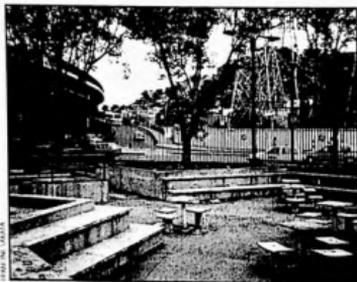
Avenida Princesa Isabel, Rio Cidade Copacabana (abaixo)

O tratamento impecável é acompanhado por cuidados com a iluminação.





**Praça das Mães,
Rio Cidade Madureira**
Os postes vermelhos
foram utilizados à
exaustão



**Praça Nossa Senhora das Dores,
Rio Cidade Pavuna**



Rio Cidade Taquara

**Praça Copérnico,
Rio Cidade Pavuna**

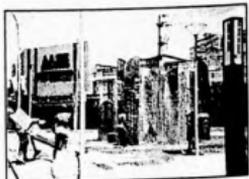


172

Rio Cidade Meier

As esculturas de Mário
Ferrer sobre um chafariz
(que não recebe a devida
manutenção) indicam o
início do bairro a partir da
estrada de ferro.

À direita, abaixo, a Praça
do Skate, ponto de reunião
para este coeso grupo
social, os skatistas.



Concebido e implementado em suas fases I e II pelo IPP, o Projeto Rio Cidade, especialmente por valorizar os corredores comerciais, deu retorno à prefeitura e teve garantida a sua continuidade. Comerciantes de bairros solicitam o programa para seus bairros e a perspectiva de sua realização é bem recebida por todos os moradores. As novas obras do Rio Cidade, em função do procedimento ter sido, de certa forma, padronizado, têm sido realizadas, desde a coordenação do projeto, pela RioUrbe - Empresa Municipal de Urbanização, braço da Secretaria Municipal de Obras.

Na segunda fase, que corresponde à gestão de Luiz Paulo Conde, foram executados projetos feitos na primeira fase mas que não haviam ainda sido executados, Taquara e Laranjeiras. Foi desenvolvido um segundo lote de projetos (terceira fase de execução, o Rio Cidade III) tendo sido revistas as soluções, buscando-se materiais mais duráveis, detalhes mais fáceis de executar e menor diversidade nos mobiliários. Seriam projetados e executados: Rocha Miranda, Haddock Lobo, Irajá, Realengo e Ramos, ainda coordenados pelo IPP. Praticamente simultaneamente à execução deste terceiro lote, foram executados Bangu e Santa Cruz.

Ao longo desta fase, a coordenação do programa foi transferida à RioUrbe, mais ligado à execução de obras. Rio Cidade passa a ser a designação não mais de um programa de governo mas de um tipo de projeto, fala-se em "intervenções do tipo Rio Cidade". O programa torna-se "cotidiano" mas diminuem o volume e a velocidade das intervenções.

O concurso

Os projetos da primeira fase foram desenvolvidos por 18 escritórios de arquitetura contratados pela prefeitura, coordenados pelo IPP, através de um concurso público de procedimentos em que se inscreveram 42 equipes que contaram com engenheiro de tráfego, paisagista e designer, lideradas por arquiteto-urbanista.

Ao invés do concurso de projetos, nos quais os projetos são apresentados prontos sem a participação dos outros agentes envolvidos, optou-se pelo concurso de metodologias. Poderiam ser entregues desenhos, textos e ações, sobre uma das áreas definidas ou não, que demonstrassem a idéia da equipe do que seria a requalificação.

Nas propostas, cinco aspectos relevantes deveriam ser obrigatoriamente abordados:

- vocações, usos e atividades locais;
- trânsito de pedestres e veículos, sinalização e pavimentações;
- iluminação pública/ segurança;

- revitalização de uso dos imóveis;
- horário do comércio formal/ localização dos ambulantes.⁶

Para a prefeitura, a contratação de equipes externas atendia a quatro objetivos:

- convocar a categoria dos arquitetos a participar do programa, através dos melhores profissionais em atividade;
- estimular os quadros técnicos da prefeitura com a renovação de conceitos gerenciais e projetuais arraigados;
- confrontar ideias diferenciadas;
- garantir soluções heterogêneas segundo a "personalidade" de cada bairro.⁷

A contratação de equipes de arquitetos diferentes garantiria soluções (ou imagens) diferentes para cada bairro e uma imagem única, de vanguarda, para o programa. Nas etapas seguintes, seria mantida a contratação de escritórios particulares, não mais por concursos mas por licitações.

Contratados os autores, os projetos foram desenvolvidos de forma completa, com o projeto-guia – desenho urbano – e seus complementares – engenharia de tráfego, hidráulica, elétrica, drenagem, paisagismo, sinalização etc. – devidamente detalhados e compatibilizados na medida do possível (a falta de cadastros da infra-estrutura existente tornou necessárias alterações nos projetos ao longo das obras). As obras seguiram à risca os projetos, caso fosse necessária alguma alteração, os autores eram chamados, como se faz nas obras das empresas privadas e nas residências mais sofisticadas. Como se faz nas obras "de autor".

O prefeito havia reunido seus secretários e caracterizado o Rio Cidade como um programa de governo. Cada secretário definiu coordenadores dentro de suas secretarias que formaram uma espécie de conselho, pronto a atender às demandas do programa. A Secretaria de Obras participaria, desde o início de cada projeto, visando a máxima adequação do projeto à obra.

Naquele momento, tudo era inédito. Os próprios arquitetos selecionados tinham dúvidas que os projetos seriam executados. Houve projetos formalmente extravagantes e outros mais contextualistas, isto é, que foram mais contidos nas formas e nos custos. Mas todos os projetos destoam da cidade existente.

Os bairros da zona sul são os mais valorizados e turísticos do Rio de Janeiro, também os mais presentes na mídia, e a prefeitura autorizou a utilização de materiais de custo mais alto em maior quantidade. No Méier, a pedra portuguesa foi reduzida ao mínimo e substituída pelo cimentado colorido. No Irajá, o granito serrado foi substituído pelo concreto. Já o Leblon foi feito inteiramente em granito e mosaico português.



Goia de árvore em Ipanema e calçada no Grajaú

O Rio Cidade investiu na eliminação de barreiras ao acesso para idosos, portadores de deficiências e pessoas com bagagens, compras, ou carrinhos de bebês. Com a desobstrução das calçadas muitos usuários tiveram a falsa impressão que as calçadas haviam sido ampliadas.

6 RIO DE JANEIRO. Prefeitura da Cidade. *Rio Cidade: O urbanismo de volta às ruas*. Rio de Janeiro: IPLAN, 1991, 4a. ed.

7 RIO DE JANEIRO. Prefeitura da Cidade. *Rio Cidade: O urbanismo de volta às ruas*. Rio de Janeiro: IPLAN, 1991, 4a. ed.

Para a população de modo geral, é justo que se invista mais na zona sul, por ser mais turística e utilizada por toda a cidade (o que ocorre de fato no Rio de Janeiro), porém, estes investimentos não poderiam ser feitos à custa de não se investir em outras áreas da cidade.⁸

A participação das pessoas foi inversamente proporcional ao custo dos mobiliários. Houve maior dificuldade em reunir as pessoas na zona sul em torno da ação ao contrário da zona norte, na qual muitos moradores moram e trabalham em seus bairros e o comércio vive em função dos trajetos e das paradas dos ônibus.

Fase I: imagens, símbolos e autores

Os arquitetos urbanistas utilizaram uma grande variedade de materiais, formas e cores, buscando os ares da contemporaneidade urbanística pelo mundo. O mobiliário urbano – bancos, postes, telefones públicos, pérgulas, relógios, totens informativos, fontes e esculturas – tiveram grande destaque para valorizar as ações. Deu-se ênfase ao desenho contemporâneo exclusivo e inusitado, às novas formas, materiais e cores.

Mas a intervenção principal era a de reorganização do espaço, que também foi inovadora, em suas prioridades e no seu modo de agir. Em todas as áreas, o conflito entre veículos e pedestres foi o ponto principal. Como os pedestres deveriam ter maior conforto, para atender a este objetivo foram propostos na totalidade dos casos as seguintes ações funcionais:

- racionalização dos pontos de ônibus;
- aumento do conforto nos pontos de ônibus com coberturas, assentos ou apoios e sinalização;
- tratamento diferenciado dos pontos de travessia de pedestres, revendo-se sua localização;
- instalação de rampas nas travessias e de mobiliário urbano – como telefones públicos – de desenho adequado para deficientes físicos e de pisos táteis para orientação de deficientes visuais;
- reordenação do trânsito de modo geral mesmo que necessário o redesenho de trechos das vias;
- ordenação dos estacionamentos de automóveis, com proibições, regulamentações, criação de áreas apropriadas, etc;
- colocação de frades e obstáculos para impedir a invasão dos automóveis nas calçadas;
- substituição dos pavimentos das calçadas;
- ampliação das calçadas, sempre que possível;
- racionalização do mobiliário urbano, através da utilização de postes-múltiplos (um único suporte para diversas funções), do

⁸ Entrevistas feitas sobre o mobiliário urbano utilizado. COLCHETE Filho, Antonio Ferreira. *Estudo sobre mobiliário urbano no Rio de Janeiro. A experiência do Rio Cidade Leblon e Vila Isabel*. Rio de Janeiro: 1997. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

agrupamento deles em conjuntos e da definição de faixas (uma livre para a passagem e outra ocupada pelos mobiliários):

- melhoria da iluminação para o espaço dos pedestres (muitas vezes são utilizados postes altos que iluminam bem a via para os automóveis mas cuja luz é obstruída pela copa das árvores);
- remoção de ambulantes e bancas que obstruíssem as calçadas;
- reforma das redes de drenagem de águas pluviais, frequentemente entupidas e colapsadas.

Os pisos táteis⁹ para deficientes visuais indicam duas informações: obstáculos (mobiliário urbano, travessia) e passagem livre. Eles não são necessários ao longo de todo percurso porque, junto às fachadas, os deficientes visuais caminham junto às paredes, que os orientam. Este tipo de cuidado, muito valioso, que se vê nas novas intervenções de importantes cidades americanas e europeias, nunca havia sido tomado no Brasil. Ainda mais nesta escala. É fruto de uma mudança de mentalidade que lentamente vem se estabelecendo e pode ser considerado um marco desta postura na ação urbanística no Brasil. Para o poder público, este cuidado denota sensibilidade e preocupação com todos os cidadãos.

Para valorização dos espaços tratados e com o duplo papel de dar visibilidade à intervenção, foram propostos:

- identificação e valorização de marcos e monumentos através do restauro, do desenho do entorno e da iluminação;
- bancos e mesas para jogos em recantos ou no alargamento das calçadas;
- eliminação do emaranhado de fios aéreos, que seriam embutidos, que dificultavam a poda das árvores e contribuíam para poluição visual;
- a revisão da arborização, organizando-se renques de árvores ou palmeiras;
- revisão das peças do mobiliário segundo os padrões mais atuais de design (as peças foram desenhadas ou foram utilizadas as peças convencionais da prefeitura, transformadas, como no Méier);
- utilização de mobiliário urbano mais ornamental como fontes, esculturas, relógios;
- utilização de desenhos, variando materiais e cores, nos pavimentos;
- reforço, no desenho dos pisos e no mobiliário, da "fama" do bairro.

Se a prefeitura queria dar visibilidade a obras de disciplina de usos, a utilização de escritórios de arquitetura "de mercado" neste processo foi perfeita. Estes arquitetos, mesmo que não tivessem tido a orientação de usar figuras diferentes, o teriam feito. Na cidade, o que primeiro identifica uma área tratada pelo programa são os postes de iluminação diferenciados e em maior



Rio Cidade Campo Grande

No Campo Grande há dois terminais rodoviários e muito comércio. O desafio da intervenção era equilibrar o tráfego de veículos e o de pedestres e desobstruir os passeios, tomados por camelôs.

Esculturas de fitas metálicas pintadas fazem referência à laranja, que já foi cultivada na região. É uma referência sutil, bonita. A comunidade, consultada, revelou como o símbolo do bairro, não a laranja, mas a rinha de galos. O arquiteto manteve as laranjas e criou ainda um desenho de galo para o pavimento em mosaico português.

⁹ Os pisos táteis foram desenvolvidos pelos técnicos da prefeitura em conjunto com o Instituto Benjamin Constant.

quantidade. Os postes além de serem mais visíveis por serem verticais são ainda os elementos mais altos. Também se destacam os mobiliários inusitados como relógios e esculturas diversas. Então se repara que a qualidade do material e da execução é outra. Há grades e defensas bem desenhados, as rampas e pisos táteis para deficientes, as golas e protetores para árvores, placas de sinalização. Por fim, notam-se os desenhos de piso.

Rio Cidade Ilha do Governador

Dois monumentos, feitos em tijolos de vidro e com efeitos especiais de luz e água. Um deles marca a entrada para o bairro e causa mais estranheza do que simpatia. O projeto foi de extrema necessidade para organizar os espaços e valorizar o bairro.



Rio Cidade Rocha Miranda

O obelisco e um novo Monumento aos Expedicionários. A obra incluiu o fechamento das vias laterais o que ampliou o espaço da praça.

As áreas de piso, ou áreas secas, em função da prioridade do espaço para circulação de pedestres em espaços urbanos já tão densos, foram preteridas em relação às áreas com vegetação. A vegetação foi utilizada com parcimônia. Em certos casos as árvores existentes foram podadas ou removidas. Suas funções, de ornamentar ou melhorar a condição de conforto ambiental, amenizando o calor, foram consideradas secundárias, especialmente nas vias. Nas obras, foram utilizadas plantas de porte pequeno, mais sujeitas ao vandalismo, o que pode ter agravado a impressão de que a vegetação havia sido preterida.

O principal conflito que se estabeleceu nos lugares foi, na primeira fase, entre os comerciantes e o programa. Eles estavam receosos de que as proibições de estacionar em locais onde então se estacionava lhes trouxesse prejuízos. Em Bonsucesso a comunidade de modo geral estava satisfeita com o projeto mas os comerciantes se opuseram, pouco antes da execução, à falta de vagas e o projeto foi refeito.

Foto: FRANCISCO SARAIA

A tabela a seguir apresenta os equipamentos ou as soluções de maior impacto em cada caso.

Bairro/ característica	Trecho da intervenção	Escritório contratado e urbanista responsável	Ações funcionais/ de organização mais destacadas	Ações/Recursos de desenho urbano	Alguns equipamentos novos	Recurso que confere destaque à ação
Copacabana Bairro de fama internacional - exotismo, desconexão e modernidade	Av. N. S. de Copacabana e Av. Princesa Isabel Praça Sara Kubitschek	LA Rangel&Cláudio Cavalcanti/ Ar- quitetos/ Cláudio Cavalcanti	<ul style="list-style-type: none"> • reabilitação do eixo principal • incentivo à recuperação do conjunto edificado • tratamento da Av. Princesa Isabel considerada portal de entrada do bairro • deslocamento do mobiliário maior: estações mentos e ambulantes 	<ul style="list-style-type: none"> • novos pisos e arborização ao longo de todo o quarteiro central da Av. N. S. de Copacabana • prolongamento da ciclovia da Av. Atlântica • fechamento das ruas transversais de menor movimento (cul-de-sac) incorporando-as ao passeio 	<ul style="list-style-type: none"> • Lixo/lixivi 	<ul style="list-style-type: none"> • Fontes luminosas e mastros de bandeiras • Pisos em materiais e cores variados • Postes exclusivos e iluminação no piso e nas muretas • Jardineiras e muretas modernas, em concreto aparente
Ipanema Vocação para lazer e cultura, moda e costumes	R. Visconde de Praça, Praça N. S. da Paz, Praça General Osório e Bar Vitto	Paulo Case& Luiz Aciofi Ar- quitetos/ Paulo Case	<ul style="list-style-type: none"> • Remodelação das calçadas • Assinalar os limites do bairro • Organização dos estacionamento rotativos 	<ul style="list-style-type: none"> • Setorização das calçadas em três faixas de serviço, circulação e passeio. Diferenciação nas esquinas 		<ul style="list-style-type: none"> • Grande obelisco e pórtico • Pintura no asfalto nos cruzamentos de ruas
Leblon Vocação para o lazer	Av. Ataulfo de Paiva, Praça Américo de Queiroz	Índio da Costa Arquiteto/ Luíz Eduardo Índio da Costa	<ul style="list-style-type: none"> • Reordenar o trânsito • Ampliar as áreas para pedestres 	<ul style="list-style-type: none"> • Chanfro na esquinas com Av. Afrânio de Melo Franco foram substituídos por ângulo reto, ampliando as calçadas • Meio-fio em dois lanços, elevando-se as calçadas 	<ul style="list-style-type: none"> • mesas • bancos-pórticos • pérgula • ponto para venda de plantas 	<ul style="list-style-type: none"> • Postes exclusivos • Pisos em granito • Sinalização vistosa
Catete Bairro histórico	Entre a Praça José de Alencar e o Largo do Ma- chado - Praça São Salvador	PAA Planeja- mento Arquitetônico e Ambiental/ Jorge Mario Jáuregui	<ul style="list-style-type: none"> • Recuperação de praças e largos e dos eixos visual da Rua do Catete 	<ul style="list-style-type: none"> • Diferenciação do trecho preservado da Rua do Catete do restante da área • Recuperação do traçado do início do século em rotula da Pç. José de Alencar c/ estátua no centro • criação de recantos para o estar 	<ul style="list-style-type: none"> • Bancos e mesas • brinquedos infantis 	<ul style="list-style-type: none"> • Paredes assimétricas • Postes exclusivos • Pisos em granito • Painéis e pérgula de ferro tubular e silhuetas de metal • iluminação cênica para fachadas dos edifícios
Centro Avenida-sim- bolo	Av. Rio Branco, Cinelandia, tre- chos de ruas per- pendiculares, Praças Estado da Guanabara, . Floriano, Mahatma Gandhi e saída da estação do metrô	Taulois & Taulois Arqui- tetos Associa- dos/ Cláudio Azevedo Taulois	<ul style="list-style-type: none"> • Desimpedir as calçadas 	<ul style="list-style-type: none"> • Localização do mobiliário urbano com racionalidade máxima • Alterações no traçado da Av. Marçal Floriano para valorizar monumento 	<ul style="list-style-type: none"> • Grades na Praça Mahatma Gandhi 	<ul style="list-style-type: none"> • Pisos em mosaico português com motivos antigos • Arborização com palmeiras na Cinelandia • Iluminação cênica/p/ fachadas e p/ a avenida • Pintura no asfalto nos cruzamentos de ruas • Postes exclusivos
Tijuca Centro de bair- ro tradicional	Praça Saens Peña e trecho da Rua Conde de Bonfim	Equipe técnica da IPLANRIO	<ul style="list-style-type: none"> • Otimização do fluxo de veículos e redução do tempo de espera e baldeação do usuários de ônibus 	<ul style="list-style-type: none"> • Redesenho da R. Conde de Bonfim em traçado sinuoso (reorganização dos estacionamentos, pontos de ônibus, etc) • organização dos espaços da praça: a parte periferica e destinada a circulação e o núcleo central, isolado, ao estar e à recreação infantil 	<ul style="list-style-type: none"> • lago e chanfariz reformados • Pérgula com área para venda de plantas • Brinquedos infantis • grade na Pç Saens Peña 	<ul style="list-style-type: none"> • Não tem especificidades, mas chama a atenção por ser uma praça bem tratada e muito frequentada

Bairro/ característica	Trecho da intervenção	Escritório contratado e urbanista responsável	Ações funcionais/ de organização mais destacadas	Ações/Recursos de desenho urbano	Alguns equipamentos novos	Recurso que confere destaque à ação
Vila Isabel Bairro com característica boêmia	Praça Barão de Drummond, Boulevard 28 de Setembro e Largo do Maracanã	Archi 5 Arquite- tos Associados/ Alder Catunda	• reconstrução da imagem de passeio arborizado do Boulevard • maior fluidez para o tráfego	• valorização das cons- truções existentes artDeco (Estação Elevatória e Castelo d'Água) • recomposição do ritmo visual do Boulevard com a arborização e postes • diminuição do cantei- ro central	• Bancos • jardineiras • pérgula • brinquedos infantis • pista de patinação • arena para espetáculos	• Escultura com o compositor Noel Rosa sentado em mesa de bar • Postes exclusivos • Obelisco na Pça Ba- rão de Drummond • desenhos de pautas musicais em mosaico português (restaura- ção)
Meier Função metro- politana; cen- tro do subúrbio	Área no entorno da ferrovia (a avenida Ladeira à via e a paralela); trecho inicial da Rua Dias da Cruz, Largo do Meier e Pça Agripina Grieco	M&T Mayerhofer & Toledo Arquite- tura Planeja- mento e Consultoria/ Luiz Carlos Menezes de Toledo	• atribuição à passarela de estruturação da imagem do bairro • incentivo à concen- tração de bares e res- taurantes no "Baixo Meier" • caracterização da en- trada do bairro	• Prolongamento do percurso da passarela por 100m onde foram construídas rampas de acesso • correções no alinh- mento dos meios-fios • execução de canteiro central	• Half para skate • Bancos e mesas • Brinquedos infantis • arquibanca- da • relógio	• cor laranja na cob- tura da passarela em fibra de vidro e no mobiliário • escultura em chapa de aço, com chafariz • Pisos com desenhos variados
Penha Centro de bair- ro do subúrbio no limite do município, jun- to à ferrovia	Quadrilátero for- mado pelo Largo da Penha e ruas Nicaragua, dos Romeiros e Plínio de Oliveira	Pedro Paulino Guimarães Planejamento Urbano e Ambiental/ Pedro Paulino Guimarães	• Manter o uso de lazer no Largo da Pe- nha • Tratar via como shopping a céu aberto	• Jardineiras de altura variável configuram ambientes para estar e jogos • alteração no traçado da via (favorecia aci- dentes)	• 2 sanitários • mesas e bancos • pequeno paleo • quiosques	• sequência de arcos metálicos pintados de vermelho ao longo da Rua dos Romeiros até o pé da Igreja N. S. da Penha • iluminação
Ilha do Governador Via comercial e acesso à ilha	Trecho de 1,2 km da Estrada do Galeão	Pontual Associa- dos Arquite- tura e Planejamento / Davino Pon- tual	• Estruturação do cor- redor através de inter- venção de grande impacto urbanístico	• Transferência do trânsito sentido Centra- lilha para uma via pa- ralela liberando o trecho para um grande pas- seio e estacionamentos • Localização cuidadosa das travessias	• Duas passa- relas metálicas para pedestres	• Monumentos em tri- jolos de vidro, um em cada ponta da inter- venção • Pisos com desenhos variados
Madureira Centro de bair- ro, ativo de co- mércio e serviços	Conj. de quadras entre duas vias ferreas incluindo Av. Min. Edgar Romero, Pç. das Mães, R. Caroli- na Machado, R. Maria de Freitas e travessas	CO Opera Ati- va/ Demetre Anastassakis	• integrar esse trecho central às áreas vizi- nhas, retificando cor- redores de tráfego e ampliando opções de acesso	• Conversão de trecho da Av. Min. Edgar Romero em rua de ser- viço • Instalação de equi- pamentos para o lazer na Praça das Mães	• Estacione- mento de dois níveis p/ 200 veículos sob o viaduto • Bancos e mesas	• Postes pintados de vermelho • Pintura no asfalto nos cruzamentos e alargamentos de ruas • Piso cimentado com "Tiro" em mosai- co português
Pavuna Centro de bair- ro do subúrbio junto à ferro- via	Conjunto de vias e espaços em torno do terminal incluindo Praça N. S. das Dores, Largo da Pavuna e Pç. Copernico	Serpen Servi- ços e Projetos de Engenharia/ José Carlos Borsari	• Organização do transporte coletivo, ambulantes, mobiliá- rio	• Concentração dos móveis • Instalação de rampas • baía de ônibus	• Brinquedos • Aparelhos de ginástica • mesinha para jogos • abrigo de ônibus	• Cilindros de con- creto configuraram uma colunata e fo- ram utilizados nos brinquedos e equi- pamentos de ginástica
Campo Grande Centro de bair- ro do subúrbio junto à ferro- via. Antiga zona rural	Eixo comercial entre a estação ferroviária e a Av. Cesário de Melo, calçada da R. Cel. Agostinho, Pça Riul Boaventura	Nilton Caval- cante Montarroyos & equipe/ Nilton Caval- cante Montarroyos	• Desobstrução do passeio pelos ambu- lantes • Transformação de rua próxima ao calça- do em rua de servi- ços	• Baias para ônibus • Ambientes de estar • Estreitamento da rua junto à praça para desaceleração dos ve- ículos	• Bancos e mesas	• Pisos em materiais e cores variados • Esculturas • Obelisco em frente à estação • Relógio no calça- do • Postes exclusivos

Bairro/ característica	Trecho da intervenção	Escritório contratado e urbanista responsável	Ações funcionais/ de organização mais destacadas	Ações/Recursos de desenho urbano	Alguns equipamentos novos	Recurso que confere destaque à ação
Botafogo Eixo viário	Voluntários da Pátria	Fábrica Arquitetura/ João Calafate	<ul style="list-style-type: none"> • Sistematização dos pontos de parada de ônibus • Transferência dos estacionamento para ruas transversais 	<ul style="list-style-type: none"> • Baías para ônibus • Ambientes de estar • Estreitamento da rua junto à grade para desaceleração dos veículos • Baías para ônibus • Ambientes de estar nas esquinas 	<ul style="list-style-type: none"> • Bancos e mesas 	<ul style="list-style-type: none"> • Pisos em materiais e cores variados • Postes exclusivos
Laranjeiras/ Bairro tradicional em processo de perda de valor a ser revertida	Rua das Laranjeiras, Praças Bem Gurigon, Professor Saul Carneiro e Del Pretre	GAP Grupo de Arquitetura e Planejamento/ Alfredo Brito	<ul style="list-style-type: none"> • desobstrução e revitalização dos espaços da Rua das Laranjeiras, principal artéria de tráfego 	<ul style="list-style-type: none"> • Eliminação da ilha sob o viaduto para a fluidez do tráfego 	<ul style="list-style-type: none"> • Estacionamentos sob o viaduto • ringue de patinação • Brinquedos infantis 	<ul style="list-style-type: none"> • Espelho d'água • Pergolado • Escultura de avião e estátua de aviador
Taquara Área de urbanização recente sem identidade consolidada	Eixo viário formado pela Estrada do Tindiba, Av. Nelson Cardoso e Estrada dos Bandeirantes, a partir do Largo da Taquara	Flávio Ferreira Arquitetura e Urbanismo/ Flávio Ferreira	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidação de identidade visual para o bairro (embelezamento), as construções ilegais, estacionamentos impróprios e calçadas mal dimensionadas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Substituição da ilha central no Largo da Taquara por um círculo de postes, abrindo-a ao tráfego • demolição dos cantos centrais • correções no alinhamento dos passeios • Espaços de estar nas esquinas • Baías para ônibus 	<ul style="list-style-type: none"> • Estacionamentos • Bancos e mesas • Sanitário público 	<ul style="list-style-type: none"> • Pigmentação no asfalto e nas calçadas predominantemente rosa-avermelhada • Relógio no centro do cruzamento • Poste
Rocha Miranda Bairro no subúrbio junto à Avenida Brasil	Reurbanização da Praça 8 de Maio e pequenos trechos das ruas Conselheiro Galvão e dos Diamantes	Ernani Freire Arquitetos Associados	<ul style="list-style-type: none"> • Organização do mobiliário, sinalização, estacionamento, ambulantes, drenagem e emaranhado de fios 	<ul style="list-style-type: none"> • Com o fechamento das ruas laterais da praça, esta teve seu espaço ampliado • Implantação de ponto de ônibus • tratamento diferenciado das travessias de pedestres • Reordenamento das calçadas e mobiliário 	<ul style="list-style-type: none"> • mesas de jogos sob pergula • playground, • ringue de patinação e/ou local para eventos • ar-quitetônicas • abrigo de ônibus 	<ul style="list-style-type: none"> • novo Monumento aos Expedicionários, na praça (obelisco); • pergula
Haddock Lobo Bairro da Zona Norte, próximo à área central (ao Teleporto)	Trechos das ruas Haddock Lobo e Conde de Bonfim incluindo o Largo da Segunda-Feira	Índio da Costa Arquitetura/ Luiz Eduardo Índio da Costa	<ul style="list-style-type: none"> • Organização do mobiliário, sinalização, estacionamento, ambulantes, drenagem e emaranhado de fios (fornado subterrâneo) 	<ul style="list-style-type: none"> • Tratamento diferenciado das travessias • Reordenamento das calçadas e mobiliário 	<ul style="list-style-type: none"> • abrigo de ônibus 	<ul style="list-style-type: none"> • palmiras • bancos e pisos de granito • balizadores iluminados
Bangu Bairro do subúrbio junto à ferrovia	Conjunto de 10 ruas, sendo duas avenidas principais (Conego de Vasconcelos e Ministro Ari Franco) incluindo Praça da Fé	Paulo Casé/ Luiz Aciole/ Arquitetos Associados/ Paulo Casé	<ul style="list-style-type: none"> • Ordenamento de modo geral (drenagem, estacionamento, calçadas, mobiliário, fios, ambulantes etc) 	<ul style="list-style-type: none"> • Reordenamento das calçadas, mobiliário, estacionamento • Cobertura de trechos pedestrianizados das avenidas 	<ul style="list-style-type: none"> • coberturas 	<ul style="list-style-type: none"> • sistema de climatização • chafarizes • postes

Bairro/ característica	Trecho da intervenção	Escritório contratado e urbanista responsável	Ações funcionais/ de organização mais destacadas	Ações/Recursos de desenho urbano	Alguns equipamentos novos	Recurso que confere destaque à ação
Iraja Bairro tradicionalmente residencial- resgatar suas qualidades para morar	Praça N. S. da Apresentação	M&T Mayerhofer & Toledo Arquitetura Planejamento e Consultoria/ Luiz Carlos Menezes de Toledo	<ul style="list-style-type: none"> • Aparthamento da praça • Ordenamento de modo geral (estacionamento, calçadas, mobiliário, fios, ambulantes etc) 	<ul style="list-style-type: none"> • Organização dos equipamentos da praça, a partir do campo de futebol tradicional e arqui-bancada • reordenamento do trânsito com a implantação de mão dupla e canteiro central arborizado 	<ul style="list-style-type: none"> • vestiário • brinquedos • abrigo de ônibus • pista de skate • pista de ciclismo • equipamento de ginástica • mesas para jogos 	<ul style="list-style-type: none"> • Catavento • iluminação
Cocotá Eixo que contorna a Ilha do Governador	Trecho da Estrada da Cacuia, incluindo Parque Manoel Bandeira e Praia da Bandeira		<ul style="list-style-type: none"> • Tratamento paisagístico da via • Ordenamento de modo geral (estacionamento, calçadas, mobiliário, ambulantes etc) • Aparthamento do parque e da praia 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria áreas de travessia • Criação de áreas de carga e descarga 	<ul style="list-style-type: none"> • mercado de praia • baía de ônibus • brinquedos • bancos, deck de madeira (praia) • pista de skate, quadras, campo de futebol e pérgula (parque) 	<ul style="list-style-type: none"> • mirante • relógio • iluminação
Grajaú	Trecho da Rua Barão de Mesquita da Rua Maxwell até o Largo do Verdun	Studio XV/ arqs. James Miyamoto e Maria Lucia Pely	<ul style="list-style-type: none"> • Contenção de enchentes com a substituição das galerias de drenagem • Organização de modo geral 	<ul style="list-style-type: none"> • Criadas baias de ônibus • áreas de carga e descarga • organização do mobiliário e pavimentos nas calçadas 		<ul style="list-style-type: none"> • pérgula • cöten • posto policial • iluminação

Bonsucesso, Ramos, Santa Cruz, Realengo e outros não foram incluídas por não terem sido visitados



Rio Cidade

O programa realizou obras por toda cidade, não apenas na Zona Sul.

(mapa com legenda na p. 62)



Praça Saens Peña, Rio Cidade Tijuca

O projeto, único desenvolvido por equipe do IPP, é visualmente mais contido mas tem alta qualidade. Não foi enfatizado o mobiliário urbano mas foi caracterizando melhor o uso na praça principal, a Saens Peña. Gradeou-se a praça, setORIZANDO as diferentes funções de lazer para idosos e crianças.



Rio Cidade Cocotá, na Estrada da Cacuia, Ilha do Governador



Rio Cidade Irajá (à direita)

No Irajá, o escritório responsável optou não pelas formas arrojadas mas pelas simples. O vestiário, por exemplo, tem jeito de uma casinha. Para os autores do projeto, o que havia de ser recuperado era a qualidade do lugar como bairro residencial.



Rio Cidade Bangu

A novidade foram os vaporizadores que armazenam o calor já que o bairro não recebe a brisa do mar.





Rio Cidade Uruguai
Projeto para Rua Uruguai, na Tijuca



Rio Cidade Uruguai

Os cubos na apresentação do projeto e executados



Projeto Rio Cidade Ramos



Projeto Rio Cidade Grajau

Mobiliário urbano

O mobiliário urbano foi o maior alvo da atenção da mídia e da população e é através dele que se reconhece a intervenção do tipo Rio Cidade. Além do altíssimo impacto estético, havia os altos custos das peças, divulgados com grande alarde na mídia. Porém, mobiliário urbano de bom desenho, com qualidade e resistente ao tempo e ao vandalismo é caro por natureza (antes de ser produzido em escala industrial). A imprensa usou dos custos para questionar os gastos da prefeitura e, com isso, o ponto que realmente deveria ser questionado não recebeu atenção: a durabilidade.



O custo das peças é menos importante que o significado para a comunidade e a durabilidade. Do ponto de vista dos arquitetos, a cidade merece o melhor possível em termos de desenho e de qualidade. O custo é um dado secundário, um eventual obstáculo a ser contornado. De tempos em tempos, o processo de projetar e executar peças diferenciadas para municípios como o Rio de Janeiro precisa ser arcado – peças funcionalmente adaptadas para as necessidades que surgem, de desenho elegante e que possam ser inseridas em processos industriais de produção¹¹.

As peças projetadas ao longo do Projeto Rio Cidade nem sempre atenderam estes outros requisitos. Houve falhas de desenho, de funcionalidade e de execução que, estas sim, tornaram as peças caras porque prejudicaram a sua *permanência*. As falhas decorreram principalmente da falta de experiência dos projetistas que praticamente nunca haviam trabalhado para o poder público resolvendo tais demandas e da própria prefeitura que, também inexperiente, não submeteu os projetos à realização de protótipos e testou-os antes de ir às ruas.

A necessidade de que o projeto fosse inédito e extravagante, e que se distinguisse do restante da cidade, parece ter sido fruto de uma ansiedade por projetar, que acometeu a classe dos arquitetos. O mobiliário excessivamente formal, quando sem manutenção e sujo, causa uma má impressão ao usuário, ao contrário do que acontece

Rio Cidade Vila Isabel

Pérgula com postes pintados na cor azul também utilizados em outros mobiliários. Jardineiras com a proteção em ferro galvanizado, chamadas de jardins estruturados, não recebem a manutenção que exigem.

¹¹ Nem todas as peças projetadas foram aprovadas. Contratualmente, todos os desenhos passaram a ser propriedade da prefeitura. As peças projetadas passaram a integrar o acervo de projetos.

com a peça mais discreta, mais comum. O poste de pintura vermelha, quando descascado, soa agressivo, ao contrário daquele sem pintura. Isto significa que o projeto deve adequar-se ao tipo de manutenção que será feita. Os arquitetos foram ingênuos imaginando que haveria uma manutenção mais sofisticada, compatível com as expectativas e as exigências que a prefeitura fazia.

A falta do trabalho com os protótipos, fundamental na disciplina do desenho industrial, prejudicou o desempenho dos mobiliários. Na execução dos modelos são resolvidas uma série de questões relativas ao processo de fabricação como por exemplo se é melhor soldar ou parafusar, qual a melhor espessura da chapa, a ordem em que devem ser montadas as peças. Feito o protótipo, sua funcionalidade e resistência podem então ser avaliadas. Descobre-se se a cabine telefônica tem bom isolamento acústico ou se o banco não "belisca" as pernas.

Colchete Filho¹² fez entrevistas com usuários e profissionais sobre o mobiliário urbano feito para o Rio Cidade e, dos usuários, obteve que a emotividade em relação às peças está muito ligada à funcionalidade das mesmas. As peças que a população não sabe muito bem para que servem são as mais sujeitas ao vandalismo. O vandalismo, que por sinal é maior nas praças do que nas ruas, estaria relacionado, entre outras razões, à falta de utilidade do mobiliário.

O desenho de peças específicas para cada lugar foi considerado bom pela população pois demonstraria a existência de um estudo mais profundo no qual o lugar foi levado em consideração. Mas esta singularização deveria, segundo este estudo, ser feita apenas nas peças que não são reproduzidas por toda a cidade, como fontes, esculturas e totens informativos. As ruas, principalmente, devem ser tratadas de forma mais homogênea. O desenho para mobiliário deve, ao lado do valor artístico, incorporar a idéia da racionalidade sob o ponto de vista construtivo (simplicificação da execução) e estrutural (suportes seguros e simples) além de um partido formal que renuncie às efemeridades dos personalismos e dos modismos.

Depois de instalado, o mobiliário sofreu com a falta de manutenção e o alto grau de vandalismo. A prefeitura não fazia manutenção preventiva nem tinha estoque de peças para reposição e, frequentemente, fazia a reposição com peças diferentes das originais, especialmente na cor. Bairros com muito trânsito de pessoas de toda a cidade, como o Leblon e o Méier, tiveram índices maiores de vandalismo. Luiz Carlos Menezes de Toledo relata que havia peças que não duravam uma semana. Os bancos tinham os assentos arrancados. Jorge Mauro Jauregui¹³ fala do roubo de placas de granito em plena luz do dia. Além do vandalismo houve também casos de má colocação do material como, por exemplo, pedras assentadas sem a devida aderência.

12 COLCHETE Filho, Antonio Ferreira. *Estudo sobre mobiliário urbano no Rio de Janeiro: A experiência do Rio Cidade Leblon e Vila Isabel*. Rio de Janeiro: 1997. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Para este autor, nem todas as soluções de projeto foram satisfatórias e entre as críticas estão: falta de visão industrial, com peças sem interligação e excesso de formas e cores; materiais sujeitos a corrosão ou plasticamente desfavoráveis.

13 Autor do projeto do Rio Cidade Catete. Jauregui presenciou o roubo de placas de granito de 1,20m x 50cm, durante o dia, sinal de falta de vigilância e de mobilização da população, para ele, fruto de décadas de abandono do espaço público que não pode ser restituído em uma administração. Em entrevista a Fabio Robba, em 2003.

O processo de revisão

Findas as polêmicas obras e baixados os holofotes da mídia, foi feita uma revisão de todo o processo e das soluções adotadas. Listou-se o que funcionava e o que não funcionava. A experiência acumulada pelos profissionais e pela prefeitura resultaria, no segundo lote de projetos, em soluções mais equilibradas e sóbrias, sem a perda do requinte no desenho e nos materiais.

Taquara e Laranjeiras tiveram os projetos concluídos na primeira fase e foram executados integralmente durante o Rio Cidade II. Os projetos que se seguiram tiveram partes cortadas, o que foi justificado pelo aumento do dólar na época. O volume de obras e o investimento seria bem menor e predominariam as ações em bairros da zona norte. No Irajá, foi executada a praça principal e um trecho pequeno da avenida. O tratamento da avenida toda foi cortado.

As obras de infraestrutura continuaram não sendo uma prioridade do programa mas a reorganização dos usos do espaço urbano. Entretanto, os gastos com infraestrutura na fase II foram até maiores proporcionalmente porque em vários lugares onde foram feitas as intervenções a infraestrutura sequer existia.

As novas obras seriam executadas por trechos iniciando-se pelo trecho principal do bairro. O programa foi incorporado pela Secretaria de Obras e aproximou-se das ações de rotina para a cidade. Os projetistas foram afastados do canteiro de obras. Os projetos continuaram a ser terceirizados (por licitações) mas os arquitetos não mais acompanhariam a execução, que, desta forma, estaria mais sujeita a erros.

Repercussão

Nas ruas, a organização, a sinalização e a limpeza são as qualidades reconhecidas pela população. Nas praças o destaque fica por conta das questões ligadas à segurança, como o policiamento e a iluminação¹⁴.

Há porém críticas¹⁵ pontuais, negativas e pertinentes, em relação ao projeto de certos mobiliários urbanos e à conservação dos mesmos. Mesmo sob a mesma gestão administrativa a manutenção não é compatível com a sofisticação das peças.

Em termos políticos, o Rio Cidade I, desenvolvido na primeira gestão do Prefeito César Maia, foi fonte de prestígio para o então prefeito e para seu secretário de obras, Luiz Paulo Conde, eleito prefeito no pleito seguinte. Quando César Maia reassume a prefei-

14 COLCHETE Filho, Antonio Ferreira. Estudo sobre mobilidade urbana no Rio de Janeiro: A experiência do Rio Cidade Leblon e Vila Isabel. Rio de Janeiro: 1997. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

15 As críticas foram agrupadas pela prefeitura em seis grupos temáticos:

- ligadas a questões político-partidárias, de apoio ou de oposição à administração;
- relativas às prioridades orçamentárias;
- associadas à questão pedestres x veículos;
- relativas às prioridades da Secretaria de Urbanismo;
- sobre os projetos em especial (como o obelisco de Ipanema e a renovação da arborização em Copacabana);
- transformos causados pelas obras (poeira, barulho, engarrafamentos e acidentes).

RIO DE JANEIRO, Prefeitura da Cidade. *Rio Cidade: Urbanismo de volta às ruas*. Rio de Janeiro: IPLAN, 1991. 4ª. ed.

tura, novos compromissos são assumidos em campanha e as intervenções "tipo Rio Cidade" saem do primeiro plano mas o programa tem sua continuidade assegurada.

Esta continuidade seria garantida, principalmente, pela demanda dos comerciantes, grandes interessados no disciplinamento dos corredores comerciais. Depois de renovada, cada área acabava recebendo uma lanchonete Mc Donald's¹⁶ ou Habib's que vinham à reboque com a melhoria da aparência dos trechos. O Rio Cidade, ao privilegiar o pedestre, estimulou o comércio e a formação de pontos de encontro em esquinas de bares e lanchonetes, ampliando inclusive os horários de funcionamento. A população, não apenas os comerciantes, aprovam estas transformações.

O Rio Cidade representou, no Rio de Janeiro, o retorno do projeto para o espaço público. A obra pública teve seu conceito requalificado. Entende-se atualmente na administração pública carioca que a obra precisa ser precedida pelo projeto detalhado, compatibilizada com os projetos complementares e estes precisam ser todos obedecidos. Este receituário eleva a qualidade final da obra pública.

16 Observação da arquiteta Vera Tanga, autora dos projetos paisagísticos das intervenções no Méier e em Irajá.



VIVA BAIRRO

Praça da Saudade,
em Madre Deus

FOTO FRANCINE SAKATA

O Viva Bairro foi um programa idealizado para a requalificação de espaços nos bairros, espaços que, mesmo quando precariamente qualificados, eram utilizados para os festejos populares. As manifestações culturais – artísticas e religiosas – tradicionais vinham sendo consideradas patrimônio urbano, capaz de render divisas para a cidade através do turismo. O tratamento dos espaços promoveria que estas manifestações desaparecessem, como era o caso do carnaval tradicional que vinha sendo ameaçado, e as valorizaria.

Em determinadas épocas do ano, as obras requalificadoras seriam usufruídas pelas multidões e, cotidianamente, estas ações incrementariam os espaços para o encontro, o estar, o lazer. Os bairros seriam valorizados. Normalmente pobres e desprestigiados, os bairros onde havia festas importantes careciam de elementos que dessem ao morador um sentimento de orgulho e de pertencimento ao invés do estigma da exclusão e do esquecimento.

A intervenção piloto se deu no bairro de Madre Deus, em 1996, e a partir daí foi realizada em outros bairros da cidade. Conhecida simplesmente como Viva, em cada bairro assumia o nome do bairro: Viva Vinhais, Viva Liberdade, Viva Fátima e outros mais. A seleção das áreas e a discussão com a comunidade era feita no âmbito da Secretaria Estadual de Cultura e aprovada pelo assessor da governadora Roseana Sarney, Jorge Murad. Os arquitetos participavam intensamente deste processo de relações bastante diretas entre todos os envolvidos: usuários, técnicos e políticos.

Os espaços nos bairros

Nos bairros selecionados para a intervenção, era escolhida uma ou mais áreas. Normalmente eram escolhidas praças, que tradicionalmente abrigavam as festas e os fluxos importantes do bairro. Mas não necessariamente seria uma praça. O pré-requisito da área era se prestar à realização dos festejos, ser significativa, preferencialmente ser ponto de parada dos ônibus que servem ao bairro. A maior parte das áreas, de grande afluxo de usuários e de grande visibilidade,

pode ser considerada centros de bairro. O programa Viva Bairro foi, portanto, uma intervenção em centros dos bairros.

Nem sempre a intervenção se dava apenas no espaço da praça, às vezes abrangia além da praça também outros pequenos espaços livres circundantes, esquinas e calçadas. Às vezes não havia a praça, era apenas um trecho de rua e suas calçadas. Ou um terreno desocupado. Em cada bairro a área livre tinha um formato e uma configuração diferente. Os usos que se fazem também não são estanques. As multidões têm uma natureza gasosa onde as pessoas seriam como as moléculas – mais ou menos próximas, mais ou menos agitadas, entrando ou saindo pelas frestas.

No bairro do Anjo da Guarda, onde é encenada a Paixão de Cristo, quatro espaços foram requalificados para dar suporte ao evento, o que incluiu uma cenarização. Cotidianamente alguns destes espaços – em especial os menores e mais variados – são utilizados para o encontro, para o futebol, etc.

Etapas e autores

O programa pode ser dividido em duas fases, sendo a primeira esta a que estamos nos referindo. O primeiro conjunto de projetos foi desenvolvido por uma mesma equipe e tiveram uma grande repercussão. A repercussão levava a criação de novos Vivas e assim por diante. Isso transformou o programa. Os espaços deixam de ser selecionados em função da valorização de uma manifestação cultural para serem selecionados pelos tradicionais critérios políticos. Tem-se um programa de requalificação de praças convencional, que pode ser considerado como a segunda fase do Viva Bairro.

190

O início do programa se deu a partir de Madre Deus. A comunidade solicitava através de seus representantes que o bairro recebesse a intervenção; o governo do Estado selecionava as áreas em função das potencialidades culturais e carências gerais; os projetos eram feitos pelo escritório de Geraldo Magela e Frederico Burnet e executados pela SINFRA – Secretaria de Infra-estrutura¹⁸.

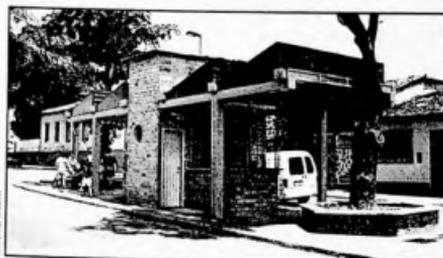
Estes arquitetos trabalhavam também para o Estado mas, dada a falta de estrutura do órgão público, desenvolveram os projetos em seu escritório. Os projetos precisavam de meios para serem desenvolvidos com qualidade (técnicos, computadores, etc) e o prazo era muito curto porque várias obras eram executadas simultaneamente. A terceirização atendia às necessidades.

Geraldo Magela e Fred Burnet foram escolhidos porque, além de serem os autores dos projetos que fizeram sucesso em Madre Deus, são, pessoalmente, profissionais de fácil diálogo e conciliadores.

18 A obra inicialmente era executada pela SINFRA – Secretaria de Infra-estrutura; depois houve uma divisão e foi criada a GDSTL – Gerência de Desenvolvimento Regional de São Luís, que ficou responsável pelos projetos na ilha de São Luís, e os projetos do interior ficaram a cargo da GEINFRA – Gerência de Infra-estrutura.

Não se opuseram ao desejo dos políticos de usar muitas cores, de preferência as cores da gestão vigente e de usar o piso de concreto estampado. Também souberam ouvir e interpretar as comunidades. Demonstraram grande competência.

Os projetos tinham o programa de atividades dado pelo documento que institucionalizou o Viva Bairro, pela comunidade e pelos próximos arquitetos, os maiores responsáveis por equacionar as demandas e incorporar ao projeto características dos bairros que reforçassem a identidade de cada comunidade.



Viva Madre Deus

O programa começou em Madre Deus e a partir deste, o Governo do Estado, através da Secretaria de Cultura, elegeu espaços que tinham muita riqueza cultural e procurou criar locais onde essas manifestações pudessem ser desenvolvidas e mostradas. No Viva Madre Deus, os quiosques fazem referência ao período têxtil-fabril de São Luís, no final do século XIX.

Os primeiros projetos não tinham uma limitação orçamentária precisa. O Viva Anjo da Guarda, por exemplo, custou quase um milhão de reais, até porque compreende quatro trechos¹⁹. No segundo mandato de Roseana Sarmey (1998-2002), quando a demanda havia crescido, cada obra passa a ter seu orçamento limitado a R\$ 150 mil.

A segunda fase dos Vivas, que começa por volta de 1999, é marcada pela ampliação do escopo do trabalho em função da repercussão política: passam então a ser feitas intervenções em praças não relacionadas às manifestações culturais. Perde-se o que aqui consideramos como a essência da intervenção. Amplia-se também a abrangência: passam a ser executados Vivas em outros municípios do estado, solicitados por seus prefeitos.

Os projetos passam a ser desenvolvidos também por outros profissionais, ligados ao IAB, que solicitavam participar do programa, e eram contratados por licitação. Geraldo Magela permaneceu como coordenador de alguns destes projetos. Calcula-se que tenham sido desenvolvidos cerca de 40 projetos para São Luís, mas menos de dez tenham sido executados. A participação da população foi prejudicada pela distância dos arquitetos. Ao invés da comunidade discutir o programa de usos, passou-se a utilizar um programa padrão. Houve casos em que os arquitetos não conheciam os locais.

¹⁹ Informações do arquiteto, em entrevista a Fabio Robba, em 2003.

LINHA DO TEMPO • PROGRAMA VIVA BAIRRO

1a. Fase dos Vivas (1986 até 2000)

- espaços de manifestações culturais;
- Arqs. Geraldo Magalhães e Fred Burnet;
- São Luís e municípios vizinhos

2a. Fase dos Vivas (2000-)

- praças de todos tipos;
- vários arquitetos;
- São Luís e interior

1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
		Primeira intervenção e modelo: Viva Madre Deus			Outros municípios da linha de São Luís: Viva Maioba, Viva Maracanã, Viva Raposa (parcialmente implantado)	Programa Viva Minha Cidade No interior como Viva Beira-Rio (Imperatriz) Viva Viana		
Antecedente: Praça em São José de Ribamar (arq. Bárbara Prado)		Seguem-se (nesta ordem): Viva Liberdade, Viva Fé em Deus, Viva Conceição (ou Viva Monte Castelo), Viva Fatima, Viva João Paulo, Viva Vinhais, Viva Angelim, Viva Anjo da Guarda, Viva Via Embraer, Viva Cidade Operária			Viva Renascença, Vila Palmeira e Vila Anil	Em São Luís muitos são projetados e poucos são executados como Viva Jacarati e Viva São José de Ribamar		Permanece o nome Viva para qualquer obra de qualificação urbanística pelo Estado

1a. gestão Gov. Roseana Sarney (1995-1998)

2a. gestão Gov. Roseana Sarney (1999-2002)

Os projetos

O elemento mais marcante nos projetos são as extensas áreas pavimentadas, em concreto estampado colorido. O piso é comumente segmentado em diferentes níveis, unidos por escadarias, arquivancadas ou rampas, também coloridas. O relevo é modelado, sobre o terreno existente, para criar as perspectivas que os autores desejavam. As escadarias são normalmente chanfradas. Arquivancadas, palcos e painéis são em geral semicirculares ou circulares e os canteiros, quando presentes, são curvos. Há, nas praças maiores, equipamentos esportivos mas, em geral, foram preferidas as áreas de piso multiuso que cumprem o papel de espaços para a recreação.

As extensas áreas pavimentadas e a falta de vegetação são soluções polêmicas. Além de impermeabilizarem o solo, o piso extenso deixa as praças abrasivas sob o sol forte, em especial as praças maiores. Nas praças menores o piso contínuo é uma solução funcionalmente adequada ao uso intenso e ambientalmente razoável. As praças pequenas e aqueles espaços livres entre as edificações são acolhedores pela natureza de sua escala. O piso incrementa o uso para o estar, o esporte e os jogos infantis, durante o dia e a noite.

O desconforto da exposição ao sol intenso ocorre nas praças maiores, que também reúnem as maiores multidões, como a do Anjo da Guarda e da Maioba. Esta segunda apesar de possuir canteiros com vegetação rasteira não transmite uma sensação de conforto superior à primeira. O projeto privilegiou, nestes espaços, o uso para a



Viva Maioba

Em Praça do Lumiar, apesar dos canteiros, o desconforto durante o dia, pela falta de sombra, é o mesmo.

grande festa. Acabou-se criando o equivalente a um campo oficial de futebol: presta-se maravilhosamente para o jogo mas não pode ser muito utilizado o restante do tempo.

Ao contrário do que acontece no campo de futebol, é provável que o plantio de árvores não atrapalhasse os festejos. Mas seria preciso que as árvores fossem plantadas adultas porque a multidão que ocorre às festas facilmente eliminaria as mudas frágeis. Entretanto, não há projeto de plantio, nem havia estrutura para sua execução e manutenção. Não havia viveiros preparados para atender tais obras.

Os arquitetos chegaram a especificar acácias e flamboyants em um ou outro caso e, avaliando os resultados, acreditam que seria interessante se tivesse havido um projeto específico para a vegetação.

Há críticas relacionadas à falta de recantos e de pequenos espaços. Este tipo de estrutura, contudo, não seria eficiente numa situação de festejo. Nem sempre os recantos são bem resolvidos e às vezes se perde o acesso visual dos espaços, o que é importante em áreas públicas. Neste caso, o "campo" de festa com diferentes níveis visualmente integrados é funcional.

O concreto estampado foi escolhido como pavimento oficial²⁰ da intervenção em função da rapidez com que pode ser executado. Prepara-se e compacta-se o terreno e joga-se uma camada de concreto que vai sendo pigmentada e moldada por placas de borracha. É mais rápido que o pré-moldado de concreto intertravado, que também chegou a ser empregado em menor escala.

Com o uso das cores, a intenção da administração estadual era deixar a sua marca nos projetos. Tanto que se pediu que fosse utilizado muito o vermelho, o azul e o branco – cores presentes na bandeira do Estado do Maranhão e apropriadas por aquela gestão administrativa. Os quiosques têm estas cores. No piso há também o amarelo que, ao mesmo tempo que ressalta as cores, neutraliza um pouco as cores 'oficiais'. A imposição de cores específicas e outros personalismos por vaidade política é uma forma de tratamento do bem público como se fosse privado.

A multidão e o canteiro

Neste caso, o festejo tem mais significado que a manutenção de eventual vegetação.



20 Exceção foi feita em Viana, uma cidade histórica na Baixada Maranhense (centro do Estado), foi utilizada, no projeto de Geraldo Magela e Frederico Burnet, uma pedra clara da região do Delta do Parnaíba, chamada Cariri, porque o piso multicolorido destoaria sobremaneira da igreja matriz e do casarão antigos.

Mobiliário

Os equipamentos são simples de executar e de manter. Os quiosques assemelham-se a pequenos vagões e são revestidos de cerâmica e acrescidos de um beiral que protege as aberturas. Reúne lanchonete, uma de cada lado e sanitários no meio, cuja limpeza fica a cargo de quem administra as lanchonetes. Há uma variação em que há, no meio do quiosque, uma pequena sala para cursos.

Esta apropriação privada do espaço público é questionada mas, bem administrada; o uso pelas lanchonetes só traz benefícios. Elas são o

lugar da cerveja, do camarão, do caranguejo e do peixe frito. A lanchonete-bar na praça é uma necessidade do uso noturno, do uso festivo, do costume. Elas existem mesmo que não sejam oficializadas só que, neste caso, são de zinco, sem instalações de água e esgoto. Construídas, prestam melhor seus serviços. Os bares distribuem mesas e cadeiras que dão suporte às atividades.



Viva Angelim

Com o tempo, houve problemas de depredação e pichações mas a população, em geral, toma conta e faz pressão para que seja feita a manutenção

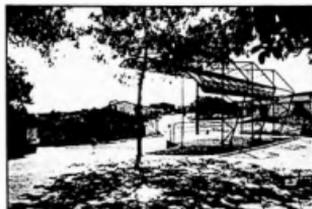


FOTO: SPINA/EPFL



FOTO: HANNOKE DE SÁBOTA

Viva Vila Embratel
As palmeiras já eram existentes na "Praça das Palmeiras".



Viva Fatima



Viva Fé em Deus (abaixo)



Viva Maracanã

O boi do Maracanã é tradicional mas o terreno onde foi feita a intervenção se assemelha a um clube.

Viva Jacarati

Uma grande praça, em um bairro carente. Feita na segunda fase do programa, não é palco de festas tradicionais.





- | | | |
|---|-----------------------------|------------------------|
| 1. Viva Madre Deus | 8. Viva João Paulo | 17. Viva Maioba |
| 2. Viva Madre Deus (Pç. da Saudade) | 9. Viva Vinhais | 18. Viva Maracanã |
| 3. Viva Liberdade | 10. Viva Angelim | 19. Viva Raposa |
| 4. Viva Fé em Deus | 11. Viva Anjo da Guarda I | 20. Viva Renascença |
| 5. Viva Monte Castelo | 12. Viva Anjo da Guarda II | 21. Viva Vila Palmeira |
| 6. Viva Monte Castelo (Av. Newton Belo) | 13. Viva Anjo da Guarda III | 22. Viva Anil |
| 7. Viva Fátima | 14. Viva Anjo da Guarda IV | |
| | 15. Viva Embratel | |
| | 16. Viva Cidade Operária | |

Bairro	Características do bairro/ local	Trechos da intervenção	Escritório contratado e urbanista responsável	Ações/Recursos de desenho urbano	Equipamentos novos	Recursos que dão destaque à ação
Viva Madre Deus	Bairro popular junto à área central/tradicionais manifestações populares (juninas e carnavalescas) e ponto de passagem obrigatória para foliões. Berço da escola "Turma do Quatro"	Largo do Carocudo	Arqs. Geraldo Magela e Fred Burnet (como funcionários do Estado)	<ul style="list-style-type: none"> • Alargamento das pistas em 50 cm • Quiosques e ambientes de estar entre as árvores existentes 	<ul style="list-style-type: none"> • quiosques • lanchonetes duplas e banheiros • mesas para jogos 	<ul style="list-style-type: none"> • quiosques em estrutura metálica, referência fabril • película colorida para desenhos sobre o asfalto • iluminação de vapor metálico
		Praça da Saúde - junto ao Cemitério do Gavião		<ul style="list-style-type: none"> • otimização do espaço de apresentação dos grupos • Criação de áreas sombreadas (transplante de árvores) em faixa junto ao cemitério 	<ul style="list-style-type: none"> • estrutura para comércio de flores • reservatório d'água • lanchonetes duplas e banheiros • bancos • ponto de táxi (reforço) 	<ul style="list-style-type: none"> • piso em concreto estampado multicolorido • iluminação de vapor metálico
Viva Liberdade	Bairro popular a leste da área central/ eventos populares apesar da precariedade (chão batido, sem iluminação)	Grande praça de Tinha com escola de 1º grau e Jardim de Infância	Arqs. Geraldo Magela e Fred Burnet (escritório)	O piso envolve e une os edifícios	<ul style="list-style-type: none"> • teatro com 70 lugares • lanchonetes duplas e banheiros • arena e palco para apresentações • bancos • ponto de táxi 	<ul style="list-style-type: none"> • piso em concreto estampado multicolorido • iluminação de vapor metálico
Viva Fé em Deus	Pequeno bairro contíguo a Liberdade	Área confinada entre moradias e o comércio, ocupada antes por uma quadra esportiva	Arqs. Geraldo Magela e Fred Burnet (escritório)	O piso envolve edifícios e penetra pela rua de casas	<ul style="list-style-type: none"> • Área para apresentação de grupos e palco • lanchonetes duplas e banheiros • bancos • rampas • área verde 	<ul style="list-style-type: none"> • piso em concreto estampado multicolorido • iluminação de vapor metálico
Viva Conceição ou Viva Monte Castelo	2ª maior festa do catolicismo na região	Praça Nossa Senhora da Conceição e Av. Newton Belo (220m de extensão)	Arqs. Geraldo Magela e Fred Burnet (escritório)	Trecho de rua integrado à praça com fileiras de acácias	<ul style="list-style-type: none"> • Estátua da santa • lanchonetes duplas e banheiros • bancos • ponto de táxi 	<ul style="list-style-type: none"> • piso em concreto estampado multicolorido • iluminação de vapor metálico • Estátua da santa executada pelo escultor baiano Sival
Viva Fátima	Antigo bairro do Cavaco, mais conhecido como Fátima, popular a sudeste do Centro de São Luís/ participação da Igreja	Área junto à encosta lateral da Igreja de Fátima, então utilizada como depósito de lixo	Arqs. Geraldo Magela e Fred Burnet (escritório)	<ul style="list-style-type: none"> • Aproveitou-se a área para construção de arena e a encosta foi transformada em arquibancada • Foi integrada uma praça em nível inferior onde existia antigo Mercado Municipal 	<ul style="list-style-type: none"> • lanchonetes e banheiros • bancos • ponto de táxi 	<ul style="list-style-type: none"> • piso em concreto estampado multicolorido • iluminação de vapor metálico
Viva João Paulo	Na estrada da Vitória, à leste do centro da cidade/ forte Carnaval - passarela do samba	Ao longo do trecho entre a Av. Expedicionários e a Rua Eduardo Ribeiro	Arqs. Geraldo Magela e Fred Burnet (escritório)	<ul style="list-style-type: none"> • Uma das pistas foi integrada à praça para criação de arena em frente à sede da Escola • Escadaria de ligação da Rue Vicente de Paula com o calçadão • arborização 	<ul style="list-style-type: none"> • lanchonetes duplas e banheiros • bancos • ponto de táxi 	<ul style="list-style-type: none"> • piso em concreto estampado multicolorido • iluminação de vapor metálico

Bairro	Características do bairro/ local	Trechos da intervenção	Escritório contratado e urbanista responsável	Ações/Recursos de desenho urbano	Equipamentos novos	Recursos que dão destaque à ação
Viva Vinhais	no Conjunto Habitacional Vinhais, a nordeste do centro	Praça das Artes	Arqs. Geraldo Magela e Fred Burnet (como funcionários do Estado)	<ul style="list-style-type: none"> • preservação da arborização existente • movimentação de terra para criação de teatro de arena 	<ul style="list-style-type: none"> • arena • palco • lanchonetes duplas e banheiros • bancos 	<ul style="list-style-type: none"> • cobertura de policarbonato para palco • piso em concreto estampado multicolorido • iluminação de vapor metálico
		Praça da Cultura			<ul style="list-style-type: none"> • arena • palco • lanchonetes duplas com atelier central para oficina de artes 	<ul style="list-style-type: none"> • piso em concreto estampado multicolorido • iluminação de vapor metálico
Viva Angelim	no Conjunto Habitacional Angelim, a leste do centro	Área livre, sem tratamento, que abriga Escola pública, Jardim de Infância, instituições religiosas e prática de esportes	Arqs. Geraldo Magela e Fred Burnet (escritório)	<ul style="list-style-type: none"> • drenagem e pavimentação das ruas e avenidas circundantes 	<ul style="list-style-type: none"> • arena • arquibancada • playground • quadra poliesportiva • estacionamento 	<ul style="list-style-type: none"> • detalhes arquitetônicos do Jardim de Infância (reformado) • piso em concreto estampado multicolorido • iluminação de vapor metálico
Viva Anjo da Guarda	Bairro popular surgido da retirada de moradores para a construção da Barragem do Bacanga, junto ao Porto. Alumar, Usinar e CRVD/ evento anual de caráter artístico-religioso, a representação da Paixão de Cristo	Diversos trechos no bairro. O trecho para a primeira parada da representação era antes um terreno baldio	Arqs. Geraldo Magela e Fred Burnet (escritório)	<ul style="list-style-type: none"> • criação de escadarias e rampas • elevação natural simboliza o Monte das Oliveiras 	<ul style="list-style-type: none"> • lanchonete 	<ul style="list-style-type: none"> • piso em concreto estampado multicolorido • iluminação de vapor metálico
		Esquina e calçadas – segunda parada		<ul style="list-style-type: none"> • cenário para a representação de tempo 	<ul style="list-style-type: none"> • palco • lanchonetes duplas e banheiros • bancos 	<ul style="list-style-type: none"> • colunatas e arquivlaves • piso em concreto estampado multicolorido • iluminação de vapor metálico
		Praça de formato irregular (em "L") – terceira parada		<ul style="list-style-type: none"> • alargamento da avenida lateral com arborização 	<ul style="list-style-type: none"> • palco • lanchonetes duplas e banheiros • bancos 	<ul style="list-style-type: none"> • piso em concreto estampado multicolorido • iluminação de vapor metálico
		Grande praça – quarta parada		<ul style="list-style-type: none"> • modelagem do terreno para criação do palco elevado, representando o Gólgota • ausência de áreas gramadas em função da multidão 	<ul style="list-style-type: none"> • palco no alto da "montanha" • escadarias que servem de arquibancadas • lanchonetes duplas com banheiros, depósito e camarins 	<ul style="list-style-type: none"> • painéis do artista plástico Mondrego • piso em concreto estampado multicolorido • iluminação de vapor metálico (ainda mais forte)
Viva Vila Embratel	Bairro de baixa renda	Praça das Palmeiras	Arqs. Geraldo Magela e Fred Burnet (escritório)	<ul style="list-style-type: none"> • ampliação da área de praça • área de jardim com espécies locais 	<ul style="list-style-type: none"> • quadra poliesportiva (reconstrução) • arena e palco • lanchonete dupla e banheiros • bancos 	<ul style="list-style-type: none"> • piso em concreto estampado multicolorido • iluminação de vapor metálico

Bairro	Características do bairro/ local	Trechos da intervenção	Escritório contratado e urbanista responsável	Ações de desenho urbano	Equipamentos novos	Recursos que dão destaque à ação
Viva Maioba	Em Paço do Lumiar, município vizinho/ famoso Boi da Maioba	Grande praça	Arqs. Geraldo Magela e Fred Burnet (como funcionários do Estado)	* tratamento da praça	* arena * arquibancada * igreja/jinha (reforma e ampliação) * lanchonete dupla e banheiros * bancos * estacionamento	* piso em concreto estampado multicolorido * iluminação de vapor metálico
Viva Maracanã	No extremo sudoeste, distante do centro/ famoso Boi do Maracanã	Em lote com uma frente apenas para a via; tornou-se o Centro de Cultura e Lazer do bairro e é fechado	Arqs. Geraldo Magela e Fred Burnet (escritório)		* arena * arquibancada * pavilhão restaurante e salão de eventos com sanitário, cozinha, bar e depósito * Museu do Boi * bancos * quiosques com mesinhas * caminhos pavimentados e postes de iluminação sob as árvores	* pórtico de entrada colorido
Viva Renascença	Bairro de classe média e alta	Única praça do bairro	Arqs. Geraldo Magela e Fred Burnet (escritório)	* tratamento da praça	* arquibancada * quiosques * bancos	* piso multicolorido * iluminação de vapor metálico
Viva Jacarati	Bairro popular	Praça	Arquiteto Milito	* tratamento da praça	* quiosques * mesas e bancos * arquibancada * brinquedos	* piso multicolorido * iluminação de vapor metálico

Fonte: Levantamentos de campo e FON-SECA, Geraldo de Magela. *Reintegração urbana de áreas públicas em São Luís com a participação de grupos comunitários*, uma experiência, o programa "Cidade Viva" do Governo Estadual do Maranhão. São Luís, 2000. Monografia apresentada ao CECI/MDU Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Estadual do Maranhão.

Uma das principais melhorias para as áreas foi a iluminação. Houve aumento drástico na iluminação que, em muitos casos, inexistia. Deu-se atenção à qualidade: a fiação foi embutida e, ao invés das lâmpadas de sódio utilizadas em São Luís, foram utilizadas as de vapor metálico que reproduzem melhor as cores.

A iluminação foi fator fundamental para garantir o uso noturno melhorando a percepção de segurança dos usuários. Com isso, as famílias se apropriam da praça e afastam os suspeitos. A repercussão é alta e positiva.

Obra

Houve correspondência entre o projeto e a obra. O projeto foi sempre respeitado, os arquitetos foram muito solicitados para resolver problemas durante as obras o que é comum quando a obra enquadra-se em um programa e há governadores ou secretários importantes envolvidos.

Participação da população

Havia reuniões, com representantes e mesmo assistentes sociais o que fez com que a população participasse da elaboração dos projetos. No Viva Conceição, assim como em Fátima, as reuniões dos moradores e dos técnicos para discussão do projeto aconteciam no salão paroquial, intermediadas pelo pároco. No Viva Liberdade, os representantes do bairro encaminharam aos arquitetos uma maquete, fora de escala, contendo o programa que desejavam. Pediam palco, salas para cursinho, área para crianças. O projeto no bairro da Liberdade, depois de concluído, melhorou a auto-estima dos moradores.

O processo tinha limitações decorrentes dos curtos prazos. O fato das obras terem sido feitas no âmbito da Secretaria da Cultura talvez tenha contribuído para os entendimentos. No decorrer do programa, com a ampliação do número de áreas, a consulta às comunidades deixou de ser feita.

Manutenção

A manutenção dos locais ficaria a cargo da prefeitura. Tarefa ingrata esta de não participar dos louros pela obra e arcar com os custos de mantê-la (ainda com as cores do grupo político rival).

Felizmente, a população valoriza os lugares e os frequenta. Este envolvimento faz com que os grupos locais pressionem a prefeitura para fazer a manutenção, ao menos uma vez por ano, antes do festejo mais tradicional do bairro. A manutenção é, portanto, inconstante e varia de bairro para bairro. No geral, os projetos têm se mantido íntegros e medianamente cuidados. Em 2004, o Viva em pior estado era o de Paço do Lumiar, município vizinho.

Repercussão

Geraldo Magela²¹ aponta como efeitos benéficos:

- a restituição da auto-estima do cidadão;
- a busca de uma imagem urbana que traduza uma melhor qualidade de vida;
- a revalorização da cultura popular; a ampliação do conhecimento popular da sua própria cultura e da sua gente;
- a convivência pacífica dos cidadãos em ambientes mais saudáveis e seguros;
- a criação de novos serviços públicos através de mobiliário e equipamento urbano;
- a valorização do ambiente natural em harmonia com o construído.

De fato, os Vivas são sinônimos de áreas qualificadas, são as atrações dos bairros em que foram implantados. A iluminação, os

21 FONSECA, Geraldo de Magela. *Reintegração urbana de áreas públicas em São Luís com a participação de grupos comunitários: uma experiência*, o programa "Cidade Viva" do Governo Estadual do Maranhão. São Luís, 2000. Monografia apresentada ao CECIV/MDU Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Estadual do Maranhão.

quiosques regulamentados (em lugar das barracas), os pisos (onde às vezes não existia pavimentação) valorizaram os lugares e as vizinhanças.

Mesmo no bairro de classe média e alta, o Renascença, em que a praça já era tratada, a intervenção foi bem recebida. O padrão não difere dos demais: mesmos materiais, mesmos custos. Já havia festejos juninos no local por iniciativa da comunidade do bairro. Muitos "bois" lá fazem a última apresentação da noite.

Os bairros e os moradores foram valorizados. Entretanto, não se pode afirmar que houve valorização imobiliária significativa pois os bairros eram, em sua maioria, pobres. É possível inclusive, que a consolidação da festa, incomode um ou outro morador.

Houve também valorização política, nem sempre possível de ser medida. Fato é que a governadora foi reeleita e elegeu o seu sucessor. O grupo de Sarney teve um aumento significativo de votação na ilha de São Luís, onde tradicionalmente perdia, fato que muitos atribuem ao programa.

A maior crítica feita ao programa tem cunho político: de que o governo mantém um clima permanentemente festivo, através da *estratégia de programação político-espetacular denominada "Viva"*, divulgada por publicidade institucional massificada. Os festejos públicos com artistas famosos, danças e farta venda de bebidas são inspirados na prática do *pão-e-circo*. *A anestesiante festividade encobre a real (mesmo que charmosa) miséria.*²²

Mesmo que esta crítica seja extremada, é realidade que toda ação de visibilidade acaba encobrendo de alguma forma outras ações. Considerando-se que sobre o grupo político que conduz estas ações pesam denúncias variadas, como tráfico de influência, falta de licitações e de transparência, peculato e desmandos administrativos, tudo que lhes dá prestígio naturalmente preocupa.

A prefeitura passou a se preocupar mais com suas novas intervenções, em especial com a qualidade dos projetos e dos materiais. O tratamento que está sendo dado às avenidas da cidade pela prefeitura são de muito melhor qualidade que os anteriormente executados. A "concorrência" entre o estado e a prefeitura está se manifestando através do incremento da qualidade dos projetos para áreas públicas. Assim, São Luís descobre que seus espaços públicos (visíveis) podem ser tratados. De uma cidade onde pouco se fazia em termos de obras paisagísticas, São Luís passa para uma das mais prolíficas e curiosas da produção nacional.

²² Termos do artigo do jornalista Mauro Chaves, publicado em O Estado de São Paulo 12.01.2002



CENTROS DE BAIRRO

O Programa Centros de Bairro foi criado para resgatar áreas públicas na periferia criando centros de convívio e lazer e alavancando a melhoria da qualidade de vida da população do entorno – solicitação feita diretamente pela prefeita à Emurb, segundo técnicos do programa. A referência em termos de ação política era a intervenção feita em áreas verdes de Santo André, município do ABC paulista, que foi percebida pela população e que estava contribuindo para melhorar a imagem que o cidadão tinha de sua cidade.

É provável que tenham havido duas motivações para alavancar o programa: a primeira, de alimentar a auto-estima dos moradores da periferia (ainda que o programa não tenha ficado apenas na periferia distante), tratando os espaços públicos principais do bairro como se faria em um bairro valorizado. A segunda teria sido a lição da administração de Luísa Erundina, também do PT, que quando se investe na periferia sem monumentalização e sem publicidade as ações não são reconhecidas pela população de modo geral. O gerente geral para o programa de intervenções na periferia foi trazido de Santo André, o arquiteto Sérgio Marin, que havia trabalhado no projeto para o Parque Duque de Caxias.

O nome do programa, 'Centralidades Urbanas nos Bairros', foi atribuído porque se visou aos pontos centrais dos bairros, espaços na periferia que têm grande visibilidade por reunirem grande número de pessoas. Centralidade tem um sentido de visibilidade e de valorização. Mas esta expressão é muito técnica, não tem apelo publicitário como 'Viva' ou mesmo 'Rio Cidade', e foi sintetizado como 'Centros de Bairro', ainda que no material de divulgação do programa não raro aparecessem ambos os nomes. Centros de Bairro também não é um nome de fácil uso pela propaganda e parece designar simplesmente um lugar, sem lhe atribuir valor.

O texto de divulgação do programa define que: "O Programa Centros de Bairro (Centralidades Urbanas nos Bairros) tem como objetivo criar ambiências urbanas de vizinhança em áreas públicas (requalificação dos espaços), nas regiões carentes da cidade de São Paulo, quer seja de equipamentos de cultura, lazer e esporte, quer seja como referência paisagística e ambiental, prioritariamente para

Praça Lourenço de Bellis,
na Vila Maria

FOTO: FRANCINE SAKATA

a comunidade moradora e frequentadora dessas áreas (apropriação do espaço pela população do entorno).”

O programa apostou em duas linhas de ação para a melhoria da qualidade dos espaços públicos: implantar equipamentos para o lazer e tratá-los paisagisticamente. Ainda que sejam os equipamentos e as calçadas os itens que levam a população à apropriação dos espaços, para o engenheiro agrônomo José Carlos Perdigão, também coordenador do programa, a recuperação das qualidades ambientais tem maior peso na melhoria da qualidade. Por esta linha de ação, buscou-se solucionar questões ambientais, de drenagem e de formação das chamadas “ilhas de calor” (a elevação da temperatura nas cidades e a frequência e a intensidade das tempestades estariam diretamente ligadas à impermeabilização do solo e a falta de vegetação) através, por exemplo, do aumento das áreas de jardins em detrimento das áreas piso – como se intervenções tão pontuais, em espaços com uso intenso, pudessem resolver questões tão abrangentes.

Organização dos trabalhos

O programa foi gerenciado pelo gabinete da prefeita e efetivado pela Emurb (projetos/ licitação e obras), sendo gerente geral responsável pelos projetos e pela implantação das obras o arquiteto Sérgio Marín, que montou uma equipe que contou também com a liderança de José Carlos Perdigão e com a participação de cinco arquitetos e cinco agrônomos. A equipe foi locada na Emurb como uma gerência autônoma ligada diretamente ao gabinete da prefeita.

Assim como aconteceu no caso do Programa Rio Cidade, outro programa político que era considerado prioritário, a prefeita solicitou aos secretários da administração municipal nomearem entre suas equipes funcionários para ficarem responsáveis pelo diálogo e atendimento à gerência do Centros de Bairro. Havia interlocutores na CET – Companhia de Engenharia de Tráfego (que cuida de todo sistema viário); na Ilume (responsável pela iluminação de vias públicas), etc.

A verba alocada foi de R\$ 36 milhões. Considerando-se que depois foram definidos para a intervenção áreas que totalizaram um milhão de m², temos que o programa, ao final das obras, custou R\$ 36,00/m², inclusive os equipamentos, o que é bastante razoável. Os custos para a implantação de projetos de requalificação urbana são infinitamente menores que os da implantação de complexos viários e (dependendo dos moldes como são feitos) de tão grande utilidade, demanda e visibilidade.

PROGRAMA CENTROS DE BAIRRO

2000	2001	2002	2003	2004	2005	
	set./2001 Seleção das áreas pela prefeita, pelos subprefeitos e equipe da Emurb	Contratação dos técnicos Projetos e licitações	mai./2002 Início das obras simultaneamente em todos os lotes Corte no orçamento de R\$ 36 para R\$ 30 milhões	out./2003 Final das obras Dispensa da equipe Tentativas para garantir manutenção Fim do programa	Coordenadores passam a trabalhar nos projetos para a área central	Eleito José Serra para prefeito
gestão Pref. Marta Suplicy (2001-2004)						

Distribuição pela cidade

Enquanto era montada a equipe para o trabalho, foi elaborado um caderno com as intenções do programa e encaminhado às subprefeituras. As subprefeituras deveriam recomendar áreas para receberem as intervenções que fossem de confluência de pessoas, pontos de grande visibilidade, não necessariamente os centros dos bairros. Seriam espaços públicos – em especial praças – na proximidade de escolas, de posto médico, de mercado, em torno de terminais de ônibus, pontos de convergência de trânsito, preferencialmente degradados e com problemas ambientais. Em conjunto, a Emurb, a prefeita e os subprefeitos (na época administradores regionais) estabeleceram um total de 57 áreas para receberem intervenções pelo programa – uma média de 2 ou 3 por Subprefeitura.

As ações do Programa Centros de Bairro se distribuíram pela periferia mas há, na periferia, subprefeituras mais distantes e muito carentes, como a Capela do Socorro e Guaianazes, e outras mais consolidadas e bastante tradicionais, como a Vila Prudente e a Penha. De modo geral, o impacto foi maior nas áreas mais carentes, onde o trabalho não foi de requalificação mas de qualificação, pela inexistência de qualquer tipo de tratamento anterior nos espaços.

Estas áreas foram distribuídas homoganeamente pela cidade porque era objetivo do programa (e daquela gestão) a intervenção por toda a cidade, em oposição às ações das gestões de Paulo Maluf e Celso Pitta, que priorizaram o setor valorizado da cidade, o quadrante sudoeste. Mas, mesmo homoganeamente distribuídas, não alcançaram toda a população da cidade. Tomemos como exemplo a Subprefeitura do Butantã, na Zona Oeste da cidade, com 255 mil habitantes²³, onde foram feitas intervenções em duas áreas, ambas praças: uma no Jardim João XXIII, um bairro pobre e considerado

23 São, segundo dados da Prefeitura de 2000, 52.649 habitantes no Distrito Butantã, 91.204 em Raposo Tavares e 111.756 no Rio Pequeno, totalizando 255.609.

perigoso, e outra no final da Avenida Rio Pequeno, uma via de comércio popular, junto a uma escola de ensino fundamental e ao ponto final de algumas das linhas de ônibus que servem o bairro. As praças receberam brinquedos, quadras, bancos e jardins. Se fossem hospitais ou shopping centers ou mesmo CEUs (as escolas-clubes construídas pela mesma administração), que são equipamentos mais abrangentes, que precisam atender a um grande número de pessoas para se justificarem, duas obras deste tipo no Butantã seriam suficientes ou bastante razoáveis. Como se tratam de praças, sua abrangência é menor. As praças em questão, como equipamentos urbanos, atendem à população do entorno próximo. Assim, a maior parte da população do Butantã não ficou sequer sabendo da intervenção e, mesmo se tivesse tomado conhecimento, não usufruiria dos benefícios que elas representam.



FOTO: GUSTAVO DE JAKARI



Praça no Rio Pequeno

A praça foi estendida por sobre a via até a porta da escola para que as crianças não precisassem atravessar a rua para ir à praça.

O fato de o programa não ter beneficiado toda a população da cidade mas uma pequena porcentagem não lhe tiraria o mérito porque, no caso de São Paulo, uma pequena porcentagem representa milhares de pessoas. Na maior parte dos casos, as intervenções eram necessárias e beneficiaram áreas carentes. Além disso, seus pontos positivos serviram como referência ou como modelo para intervenções conduzidas pelas próprias subprefeituras, normalmente feitas sem projeto algum.

As áreas selecionadas e os usos propostos

O tipo de espaço público mais comum entre as áreas que receberam a intervenção é o de praças como as do Butantã: pequenas praças de bairros residenciais (predominantemente de classe média baixa com alguma favela não muito distante) junto a uma rua comercial servida por ônibus e frequentemente junto a escolas públicas. Não possuíam senão calçadas, bancos e grama e, requalificadas, tornam-se o espaço de lazer dos moradores do entorno – em especial de crianças, adolescentes e idosos.

Outro tipo contemplado foi o de espaços na confluência de ruas comerciais congestionadas, onde os projetos são necessários para disciplinar os fluxos, a sinalização, o uso do espaço público por bancas diversas (de jornal, flores, jogo do bicho, posto policial, etc) e camelôs.

Entretanto, algumas áreas não tinham estas características ou o potencial para se tornarem áreas de lazer. Apesar de ter havido critérios técnicos para a escolha das áreas (como a confluência de pessoas), nem todas se mostraram adequadas à intervenção (ou a intervenção que não se mostrou adequada a todas as áreas). Isto ocorreu porque os subprefeitos não selecionaram as áreas segundo os critérios expostos mas segundo interesses seus, como atender à reivindicação de uma vizinhança, ocupar uma área vazia com risco de ser invadida, resolver algum problema de drenagem, etc. Parte destas áreas foi descartada na seleção mas parte foi aceita.

Todas as áreas precisavam de fato de alguma intervenção mas nem sempre do tipo proposto pelo programa. Cada projeto variava um pouco conforme as dimensões da área, recebendo mais ou menos equipamentos, mas praticamente não variava em relação ao programa de atividades (recreação infantil, atividades esportivas, estar e passagem) e sempre incluía os brinquedos infantis e os jardins. Estes usos não se efetivaram em todas as áreas, mesmo com os equipamentos, já que nem sempre havia necessidade ou demanda no local.

Pode-se dizer que os projetos foram flexíveis durante as obras, adequando-se às necessidades dos sítios, mas que os programas de uso não tiveram a mesma flexibilidade para os diferentes espaços. Durante as obras, se a área precisasse de rede de drenagem ou contenção de taludes, estas eram executadas. Se fosse necessário abrir uma passagem de pedestres, fechar uma rua ou alargar uma calçada, isto era feito. Mas se a área não tivesse vocação alguma para o uso de lazer ou se ficasse claro que nem a comunidade nem a Subprefeitura tinham interesse em manter equipamentos sofisticados naquele espaço, o projeto não deixaria de ter nem os jardins nem os equipamentos de lazer.



01. Largo de Araribá
02. Largo do Campo Limpo
03. Feltão de São Luis
04. Antiga Bañeário
05. Vila Remo - Pça Santos Dias de Silva
06. Praça do Encontro
07. Av. Armando Arruda Pereira
08. Praça do Trabalhador
09. Áreas Livres Conjunto Barotê
10. Várzea do Córrego São José
11. Avenida Ipanema x Av. Des Lages
12. Pça Av. Antonio Castro Lopes
13. Áreas Entorno do Mercado Municipal de Guaianeses
14. Alças do Viaduto/Pça Jesus
15. Pça Final Av. dos Metalúrgicos
16. Rua São Gonçalo do Rio das Pedras
17. Entrada de São Miguel
18. Av. Jacu Pêssego x Av. Dr. Odilon Duarte Braga
19. Largo do Rosário
20. Área do Entorno do Mercado Municipal da Penha
21. Pça. Sampaio Vidal
22. Jardim Vila Nova/Campo de Futebol
23. Av. Jacu Pêssego x R. Marcos Parente
24. Av. Jacu Pêssego x R. da Montanha
25. Largo de São Mateus
26. Pça. Rua Bassano Del Grappa
27. Pça. Silva Teles
28. Lgo. do Japoneis
29. Jardim Vista Alegre
30. Parque Vila Nova Cachoeirinha
31. Pça. City Jaraguá
32. Pça. João Boide
33. Pça Alexandre Akasakof
34. Av. Cupecê
35. Pça Poli Esportiva Tancredo Neves
36. Pça Lourenço de Belis
37. Pça. Gei Milton Favares de Sousa
38. Alças Ponte Vila Maria
39. Pça Wilson Moreira da Costa
40. Jardim João XXIII
41. Cingapura V. Nile
42. Jardim Coboguá
43. Jardim Grimaldi (Pça Torquato Plaza)
44. Parque Industrial Praça Luis Augusto Canteiro (praça do Samba), Praça Germânica e praça Vicente Sanchez Garrido
45. Pça Padre Damilão (Lgo Vila Prudente)
46. Pça Santíssima Trindade
47. Pça Ver. Antonio Sampaio
48. Pça Inêda Dias
49. Pça da EMEF Remo

Zona Norte	14
Zona Leste	19
Zona Oeste	2
Zona Sul	14
Total executado	49

Desconsiderada a ação na Avenida Rebouças, que pode ser considerada como um tratamento paisagístico de avenida da Zona Oeste

Eram raros estes casos mas aconteceram. Áreas junto a avenidas de trânsito rápido são exemplos de áreas onde os usos recreativos não eram compatíveis. O caso da comunidade rejeitar os equipamentos foi mais difícil de identificar durante a fase de projetos. Aconteceu em bairro da Capela do Socorro em que a população do bairro, de classe média e média alta, não usa a praça porque, além de suas casas e terrenos terem boas dimensões, há uma favela junto a ela.

As áreas onde foram feitas as intervenções poderiam ser agrupadas, segundo o entorno, em:

Entorno	casos	Usos predominantes
Praça em área predominantemente residencial	10	Lazer
Praça entre área residencial e via comercial	04	Lazer
Praça em área predominantemente residencial junto a escolas	6	Lazer, passagem
Espaços em centro de bairro (área de comércio e serviços)	15	Passagem, descanso
Praça junto à favela	03	Lazer
Espaços junto à via de trânsito rápido	06	-
Parque	01	Lazer

Antecedente projetual

O PEC – Programa de Embelezamento da Cidade de Santo André, referência para o Programa Centros de Bairro, foi concebido baseado na crença de que as cidades podem se tornar grandes jardins botânicos (ou cidades-botânicas) a medida que divulgam, através da presença em seus espaços de variadas espécies, o conhecimento sobre as plantas. O arquiteto Henrique Zanetta, que criou o programa, admirava particularmente as palmeiras, organizadas em grupos, funcionando como marcos urbanos. As palmeiras, de fato, têm grande presença; têm o porte das árvores, ou são ainda mais altas, sem a copa fechada daquelas, que pode obstruir a visualização de edifícios, semáforos e viadutos.

O programa consistia no plantio de espécies ornamentais, muitas nativas, relativamente pouco exigentes no que diz respeito à manutenção, criando jardins coloridos para o embelezamento da cidade (e incremento do repertório botânico e do carinho pela natureza). A prefeitura local objetivava o tratamento de um grande número de áreas verdes, sua prioridade era a quantidade. Para que isto fosse viável, o custo de cada área deveria ser baixo.

Ao invés de projetos detalhados, optou-se por formar as equipes executoras com os princípios de estruturação e composição dos jardins e, assim, os projetos eram concebidos no local, simultanea-

mente à execução. Os jardins eram sempre precedidos da modelagem dos terrenos. Pequenos morros eram criados para estruturarem o espaço ao mesmo tempo que criavam sutis represamentos para a água, que seria então absorvida lentamente pelo solo ao invés de correr para as vias. Eles aumentam a absorção de água pelo solo. Foram executados caminhos, em alguns casos, para o passeio e para a contemplação dos jardins. Muitas vezes os caminhos não eram feitos porque as áreas não seriam utilizadas pelas pessoas à pé, tratava-se de espaços residuais do sistema viário, como canteiros de avenidas ou espaços sob viadutos. Certos casos receberam bancos e mesinhas, mais como símbolos da preocupação com o eventual pedestre do que em função de uma demanda real.



Parque Prefeito Celso Daniel, em Santo André

Uma grande diferença entre o PEC, de Santo André, e o Centros de Bairro, de São Paulo, é a existência prévia de mão-de-obra capacitada para a manutenção dos espaços (no caso, o PEC). O mesmo órgão e a mesma mão-de-obra da Prefeitura que implantava as áreas, era responsável por sua manutenção. Isso não garantiu a manutenção das áreas quando assumiu um novo prefeito mas, a capacitação do funcionário da prefeitura para a implantação e a manutenção dos jardins, é um recurso que não se perde. O Centros de Bairro não encontrou formas de garantir a manutenção dos jardins, mesmo na vigência da gestão que os implantou, já que a manutenção era delegada às diversas subprefeituras, nem sempre capacitadas para tal.

Preocupações ambientais e paisagísticas

O programa atribuiu grande importância à criação dos jardins e das áreas permeáveis para a solução de grandes questões ambientais. Para este propósito, os jardins criados não farão diferença. O aspecto positivo dessa importância dada à vegetação será o desenvolvimento de um projeto específico de plantio e a execução deste projeto. O corriqueiro era nunca haver projeto de plantio.

Por outro lado, esta postura em relação aos jardins também levou à substituição de áreas de cimentado e asfalto por jardins ou pedriscos o que, em muitos casos, prejudicou aspectos funcionais dos espaços públicos.

Entre as posturas e as soluções estavam:

- as áreas permeáveis deveriam ser maximizadas, sendo considerada ideal um mínimo de 60 a 70% da área total;
- os canteiros funcionariam como bacias de captação de água aumentando a vida útil das árvores e prevenindo alagamentos;
- morrotes nos jardins reteriam a água para a absorção mais lenta pelo solo;

- a vegetação, em especial de porte arbóreo, teria papel fundamental na amenização da temperatura;
- o projeto de plantio deveria primar pelo uso predominante de espécies nativas e buscar a biodiversidade, ou seja, a utilização de espécies que não são comuns na cidade.

Foi principalmente em nome do aumento das áreas permeáveis que alguns aspectos funcionais foram relegados ao segundo plano:

- em muitos casos, os caminhos foram subdimensionados para os fluxos de pedestres que deveriam comportar, como por exemplo, crianças saindo da escola ou pessoas descendo dos ônibus;
- foram quebradas áreas de piso existentes, calçadas e partes de cruzamentos, para sua conversão em jardins. Estes pisos poderiam ter sido incorporados nos novos projetos. Chegou-se a substituir o piso asfáltico de um estacionamento por pedrisco;
- foram adotadas soluções de difícil manutenção como o piso de brita e serragem para pistas de cooper e os próprios canteiros com vegetação onde há pisoteio;
- canteiros com vegetação foram utilizados como meio (ineficiente) para disciplinar os pedestres.



Palmeiras como marcos visuais

Nos projetos em espaços áridos nas avenidas Jacu-Pessegue e São Mateus, na Zona Leste, e no Jardim Cabuçu, na Zona Norte – três situações em não havia usos consolidados nem de estar nem de lazer.

O que seria a qualidade do projeto – a preocupação com a qualificação ambiental – acabou em alguns casos por ser o ponto fraco. Em pontos de grande fluxo de pessoas, os canteiros acabam atrapalhando a circulação, a vegetação morre pisoteada e a necessidade de manutenção (quando há) aumenta.

Já a valorização da vegetação levou ao desenvolvimento de projetos de plantio e à implantação, com rigor, dos mesmos. A vegetação, mesmo tendo um papel na estruturação do espaço, era implantada sem critérios pela Prefeitura. O programa Centros de Bairro teve o requinte de transplantar árvores adultas que haviam sido plantadas aleatoriamente em nome da composição do conjunto.

Características funcionais e estéticas dos projetos

Entre os pontos, comuns a quase todas as intervenções, que proporcionaram ou alteraram formas de uso dos espaços pode-se destacar:

- foram usados equipamentos como bancos, mesas de jogos, brinquedos, quadras poliesportivas, quadras de areia, pistas de skate e, menos freqüentemente quadras para 21, pista para bicicross, palcos e relógios de sol;
- a iluminação, foi feita com postes padrão da concessionária de luz mas com 4 a 5 metros de altura, para iluminarem sob a copa das árvores, e pintados de marrom escuro para que se confundissem com a vegetação;

- os passeios foram afastados das guias como uma forma de proteger o pedestre, isto entretanto, pressupõe que as travessias de rua são feitas sempre em pontos certos;
- caso houvesse escola, buscou-se a integração da praça com a escola. Houve um caso em que a rua em frente a escola foi deslocada para o outro lado da praça que ficou integrada à saída das crianças;
- a sinalização viária foi sempre incrementada com destaque para a chamada sinalização horizontal, da qual fazem parte as faixas de travessia, pela segurança do pedestre;
- como pisos, foram utilizados, além do concreto, o paralelepípedo e o pré-moldado de concreto, de desempenho muito bom, outros que, apesar de terem baixo custo e de serem permeáveis, apresentam problemas para o uso e a manutenção como bolachas de argamassa, pedrisco e a própria grama, considerada como passível de pisoteio (o que só é factível quando o fluxo de pessoas é pequeno e intermitente).

Em termos formais/ visuais, as ações têm como características:

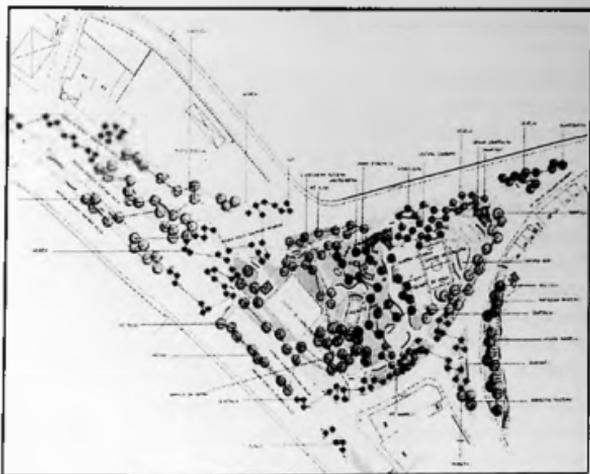
- os caminhos construídos são sempre sinuosos;
- bancos de concreto são invariavelmente desenhados também curvos, acompanhando os caminhos;
- os pavimentos diferenciam-se nas áreas de circulação e nas áreas de estar (o desenho de piso propriamente não foi a ênfase do projeto mas a alternância de materiais);
- como pavimentos são utilizados concreto vassourado, peças pré-moldadas de concreto, ladrilhos hidráulicos, paralelepípedos e pedriscos soltos.

Os recursos que deram destaque às ações, que identificavam as intervenções do programa foram:

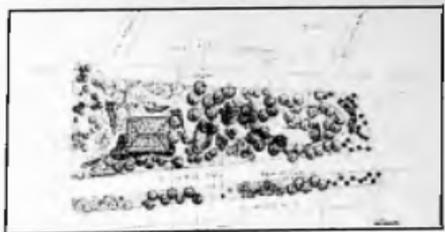
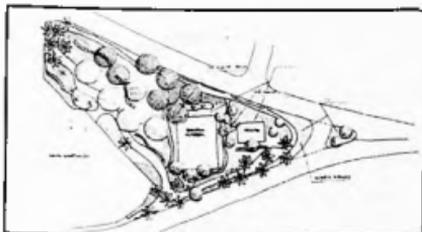
- presença de grupos de palmeiras, plantadas adultas;
- projetos de plantio sofisticados com espécies de folhagens coloridas e flores;
- brinquedos múltiplos exclusivos;
- o conjunto dos equipamentos, em especial as pistas de skate e as quadras esportivas envoltas com alambrado (de boa qualidade);
- a sinuosidade dos caminhos e bancos;
- lixeiras coloridas – que se mostraram de pouca capacidade, de pouca utilidade (não há coleta de lixo nas praças) e muito frágeis ao vandalismo (que também é decorrência da falta de utilidade da peça).

Praça do Trabalhador, na Capela do Socorro, Zona Sul

Rodeada por uma favela que abriga cerca de 60.000 moradores, espaços como este têm potencial para intenso uso noturno mas, para serem apropriados, precisam ser qualificados. A Praça do Trabalhador transformou-se em um ponto de atração do bairro.

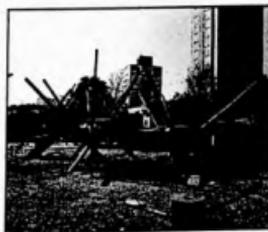


Praça Santíssima Trindade, na Freguesia do Ó, Zona Norte, e Praça na Avenida Tancredo Neves, na Zona Sul



Brinquedo em ferro, na Praça Bassano del Grappa, em São Mateus, e de eucalipto na Praça Poliesportiva Tancredo Neves, no Ipiranga

Jacaras e sapos com escorregadores largos, pontes, balanços, etc são como esculturas lúdicas e atendem várias crianças simultaneamente.



Pista de skate na Praça Antonio Carlos, em Ermelino Matarazzo

As pistas de skate, feitas de granilite e de cimento queimado para as modalidades half, street ou bowl eram uma solicitação específica da prefeitura. Em São Paulo, mais que no Rio de Janeiro, o skate funciona como um agregador de jovens da periferia.



Guaianazes, de fato um centro de bairro

A Subprefeitura de Guaianazes, na Zona Leste da cidade, corresponde a 554 mil habitantes²⁴. Foram feitas duas intervenções pelo Programa Centros de Bairro, sendo uma na Avenida dos Metalúrgicos (um conjunto de três pequenas praças e um canteiro central), e outra no entorno do Mercado Municipal de Guaianazes (subdividido em vários trechos). A Avenida dos Metalúrgicos, na Cidade Tiradentes, se situa na divisa com o município de Ferraz de Vasconcelos, que tem o aspecto de área rural, uma visão que os paulistanos não têm muito. A mancha urbanizada de São Paulo, de tão grande, parece não ter fim. Há casas e conjuntos habitacionais no entorno. Cada pequena praça ao longo da avenida tem ou um pequeno comércio, ou uma escola, ou um posto de saúde.

Agir neste local foi uma medida louvável. Os espaços precisavam ser qualificados, precisavam ser organizados pela primeira vez para consolidar como cidade aquela vizinhança. O programa implantou quadra esportiva, pista de skate, posto policial e, em cada uma delas, um playground, bancos e jardins, que atraíram crianças, idosos, pastores pregando, e até mães amamentando porque, uma vez que os apartamentos dos conjuntos habitacionais são pequenos e quentes, as pessoas usam a praça como extensão de suas casas.

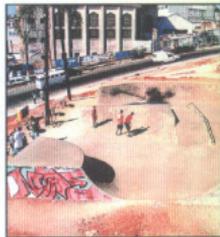
A outra área de Guaianazes, no entorno do Mercado, é um núcleo onde se cruzam meios de transporte e que concentra atividades. Há viaduto, linhas de ônibus, o Mercado, comércio, escolas, igreja, bar com música ao vivo, crianças, escola de samba, tudo. Para que se tenha uma dimensão do movimento de pessoas existe o dado que a área abriga 600 camelôs registrados e outros tantos em registro. Nesta área, o programa removeu um estacionamento e a escola de samba da área pública, executou a estabilização de taludes junto a um córrego, liberou (com negociações) um corredor ao lado do mercado que era fechado, disciplinou passagens de pedestres, além de ter implantado equipamentos como brinquedos, mini-palco, bancos e jardins.

Neste caso, a intervenção foi responsável por várias medidas muito diferentes que resolvem funcionalmente uma área frequentada cotidianamente por centenas de milhares de pessoas. Foi um tipo de ação fundamental e imprescindível. Esta área é centro do bairro mas poderia ser um centro de cidade, de uma cidade como Mauá, por exemplo, na Grande São Paulo, que tem uma prefeitura inteira para si. Estes centros precisam receber continuamente (ou pelo menos periodicamente) ações coordenadas que contemplem várias questões simultaneamente e resolvam as ligações entre os diversos elementos destes espaços, como foi a intervenção do programa Centros de Bairro.

24 Segundo dados da Prefeitura de 2000, 98.546 habitantes, em Guaianazes, 107.082 em José Bonifácio, 157.773 em Lajeado e 190.657 na Cidade Tiradentes, totalizando 554.058.



Espaços em torno do Mercado Municipal de Guaianazes, na Zona Leste



215



Espaços tratados ao longo da Avenida dos Metalúrgicos, também em Guaianazes

FOTO: FERRAZ/ARQUITETOS

Bairro/local	Ruas	Características do local	Entorno	Ações funcionais/ de organização	Equipamentos novos	Observações sobre o uso
Largo do Araribá	Av. Silvio Ribeiro Aragão x Rua Eurico de Azevedo Marques x Rua Francisco Pio de Mello x Rua Adolfo Campos de Araújo	Praça e espaços em torno de um cruzamento viário e ao longo de um córrego	Comércio Saída de escola Residências	Trabalho junto com a CET para melhorar o cruzamento e sinalização.	Quadra poliesportiva Quadra de areia Pista de skate Playground Mesas e bancos	
Largo do Campo Limpo		Centro de bairro	Teatro escola Comércio Vizinho a Subprefeitura do Campo Limpo	Viário foi modificado para integração das áreas	Bancos envolvendo arbores Área com palco para shows Quadra poliesportiva Quadra de areia Palco elevado Pista de skate Playground Mesas e bancos	
Fairão do São Luis	Rua Geraldo Fraga de Oliveira x Rua Arraial dos Couros	Praça		Frades para impedir a entrada de veículos.	Quadra poliesportiva Quadra de areia Playground Mesas e bancos Palco coberto Pista de skate	
Antigo Balneario	Rua Nicolino Leo x Rua Colônia Nova	Terreno com água	Residências	Mina d'água drenada para formar um lago	Quadra poliesportiva Quadra de areia Pista de skate Playground Bicross Mesas e bancos Lago Equipamentos de ginástica	
Vila Remo - Pça Santos Dias da Silva	Rua João Campelo de Moraes x Rua Cláudio Milano	Praça em frente a igreja Terreno com grande inclinação	Igreja Residências	Foi fechada uma via de acesso feita ilegalmente por moradores. Muros de contenção Aproveitam a inclinação do terreno para fazer um anfiteatro com arquibancada	Quadra poliesportiva Quadra de areia Palco com cobertura lateral Pista de skate Playground Relógio de sol Mesas e bancos	
Praça do Encontro	Av. Armando Arruda Pereira x Rua Cel. Luis de Faria e Souza	Praça	Residências Av. de grande movimento		Playground Pista de skate Quadra de 21 Estar com pergolados	Uso intenso de bancos, pista, quadra.
Av. Armando Arruda Pereira	Av. Armando Arruda Pereira	Área em frente ao Conjunto Habitacional	Conjunto habitacional Supermercado	Bolsões de estacionamento ilegais removidos (eram áreas de praça) Ampliação da avenida (1 faixa) Criação do canteiro central A rua interna do conjunto que era fechada foi aberta	Estar com pergolados Pista de cooper	Alguns moradores do conjunto habitacional estavam preferindo que não fosse feita a intervenção

Bairro/local	Ruas	Características do local	Entorno	Ações funcionais/ de organização	Equipamentos novos	Observações sobre o uso
Praça do Trabalhador	Avenida Teotônio Vilela x Av. Paulo Guilguer Reimberg	Grande rotatória		Drenagem e implantação de equipamentos	Quadra poliesportiva Quadra de areia Pico Pista de skate Playgrounds Deck Mesas e bancos Pergolados	A área atrai multidões nos finais de semana. A regional solicitou o aumento do número de ônibus que serve a área de sábado e domingo.
Áreas Livres Conjunto Bororé	Av. Belmira Marin x R. São Gaetano do Sul Ruas no Conjunto Habitacional Faria Lima	Conjunto de pequenas 12 áreas em meio ao conjunto habitacional	Conjunto Habitacional Faria Lima Proximidade com a represa Billings Escolas e creches	Maioria delas não tinham nenhum uso específico e eram ocupadas como estacionamento.	Quadra poliesportiva Quadra de areia Pico com cobertura tênis Pista de skate Playgrounds Deck Mesas e bancos	Espaço vivo, população vem no final de semana
Várzea do Corrego São José	Av. Frederico Rene Jaegher x Rua José Solana x Av. da Praia	Conjunto de 3 áreas	Bairro residencial classe média Existe favela num trecho beirando o corrego São José. Grupo escoteiro	Trabalhos de contenção das bordas do corrego A EMURB construiu um centro comunitário. Pontes com estrutura metálica	Quadra de areia Playground Mesas e bancos	Mecânico que atende seus clientes na praça e utiliza às vezes para fusos dos brinquedos.
Avenida Ipanema x Av. dos Lagos	Avenida Ipanema x Av. dos Lagos					
12. Pça Av. Antonio Castro Lopes	Av. Antonio de Castro Lopes x Rua Guilherme de Oliveira Sa x Rua Esmeraldina de Souza x Rua Augusto Muniz Ribeiro	Praça com trecho ao longo de um corrego que possuía apenas muretas e bancos	Predominantemente residencial	Remoção de muro em volta da quadra Há de um lado uma avenida de pouco tráfego que teve o leito reduzido em 1,5m (a CET permitiu) para alargamento da calçada para acomodar a saída dos alunos da escola	Bancos Playground Reformada a quadra existente Mantido o campo de malha Quadra de areia Pista de skate Mesas e bancos	A praça lota nos fins de semana. Pessoas vem de carro.
Área Entorno do Mercado Municipal de Guaianazes	Rua Getuliana x Av. Belmiro Valverde	São (4) trechos, sendo o mais marcante a área sob o viaduto, em frente ao mercado. Os demais são espaços nas alças do viaduto	Centro do bairro Comércio Serviços Escolas Igreja universal	Restaurante popular funciona onde era a estação do trem que foi desativada. Em todo trecho abaixo do viaduto funcionava estacionamento com 160 vagas O asfalto foi quebrado e colocado brita (para ser permeável) Abertura de passagem lateral ao mercado Foi feita estabilização de talude	Pico Playground Jardim seco de pedras Mesas e bancos Pista de skate Quadra poliesportiva	Na área havia 1000 ambulantes. Escola de Sarmoa ocupava área pública, mas apesar da simpatia da comunidade foi deslocada. No local foi feita quadra de areia e será feita base comunitária da PM. Viaduto e arqui-bancada urbana. A praça lota sábado à noite em frente ao bar que tem música ao vivo
Alças do Viaduto/Pça Jesus Teixeira	Salvador Guanetti x Hipólito de Camargo					
Pça Final Av. dos Metalúrgicos	Av. dos Metalúrgicos x Av. Leandro x R. Primo Arcani x Av. Fernando Frejreiro	São 3 praças e canteiro central	Limite com zona rural (município Ferraz de Vasconcelos) Área residencial e conjuntos habitacionais Pequeno comércio Escola Municipal Posto de atendimento ao trabalhador Posto de saúde Terminal de ônibus	O canteiro central – de piso de mosaico – é terminal de ônibus foi prolongado (com jardim) e foram reacterizadas ilhas e cruzamento (em "X" passando os veículos da mão normal para a mão inglesa por causa das portas dos ônibus)	Playground para as 3 áreas Posto policial Quadra poliesportiva Pista de skate	Mecânico que atende seus clientes na praça e utiliza às vezes para fusos dos brinquedos.

Bairro/local	Ruas	Características do local	Entorno	Ações funcionais/ de organização	Equipamentos novos	Observações sobre o uso
Rua São Gonçalo do Rio das Pedras	Av. Valle x Rua Conceição de Almeida x Rua São Gonçalo do Rio das Pedras	O espaço era dividido em um campo de futebol (que foi cercado) e uma chácara "particular" cercada e uma casa invadida	Barro residencial, população de baixa renda. Vizinho há uma EMEI e ao Doretão (um galpão com lojas e cinema)	Remoção do uso particular no espaço público Remoção dos eucaliptos Alargamento da calçada		Pessoal do futebol briga pelo futebol e só. Não vê o lado das crianças
Entrada de São Miguel	Av. dos Guris x Av. São Miguel x Av. Jacu Pesteiro x Nova Trabalhadores	2 trechos: ao longo de via de tráfego rápido (faixa da Petrobrás) e sob o viaduto	No entorno próximo há grandes supermercados, serviços	Foi colocado o entulho coberto de terra na parte mais baixa do viaduto evitando-se assim o custo do bota-fora e que houvesse ali moradias. Parte dos caminhos reaproveita cacos de pedra	Brinquedo múltiplo de eucalipto Quadra poliesportiva Mesas e bancos Pista de skate Parede de escalada	Acesso difícil (há que se cruzar a avenida) Há passagem de pedestres no sentido da avenida São Miguel
Largo do Rosário	Av. Penha de França x Rua Padre Antonio Benedito x Rua Dr. João Ribeiro x Rua Major Angelo Zanete x Rua Dr. Almeida Moqueira	Centro do bairro. Compõem-se de quatro áreas: o Largo do Rosário propriamente dito, a Praça 8 de Setembro, a praça de acesso ao Teatro e o espaço livre atrás do teatro	Comércio Serviços Escolas	Entrada do teatro era separada do nível da calçada (um desnível de 1,20m). Para integrar o espaço foram feitos degraus e morninhos. A fachada do teatro foi restaurada e sua sinalização reorganizada. Estacionamento do pessoal do teatro foi transformado em espaço livre atrás do teatro. Os canteiros de árvores de 1 x 1m que foram agrupados em novos formatos. Foi feita boa poda e o espaço, mais aberto, deixou de ser evitado pelos pedestres.	Mesinhas Playground Palcó refeito	Na praça de acesso ao teatro a vegetação que era de arbustos formava esconderijos e "banheiros", foi substituída por forrações.
Área do Entorno Mercado Municipal da Penha	av. Penha de França x Rua Rondonópolis x Rua Alberto Colombo x Av. Gabriela Mistral	Praça sem tratamento	Mercado Barro predominantemente residencial. Há um ponto de ônibus na parte de baixo da praça e o acesso dos trólebus do terminal na parte de cima.		Playground Pista de skate	Skatistas contrataram no mercado tornador de conta da pista.
Pça. Sampaio Vidal	Av. Dr. Eduardo Cotching x Rua Filhas do Sagrado Coração	Praça	Em núcleo comercial de bairro residencial	Morninhos Estacionamento na periferia da praça Houve transplante de árvores para criar agrupamentos	Playground Posto policial Fizeram base de táxi Estor com mesinhas, inclusive mesinhas de truço (com 3 e 6 banquinhos).	Idosos usam muito e reclamam também. Ginástica matinal. Está sendo intensamente utilizado.

Bairro/local	Ruas	Características do local	Entorno	Ações funcionais/ de organização	Equipamentos novos	Observações sobre o uso
Jardim Vila Nova/Campo de Futebol	Av. Jacu Pêssego x Rua das Boas Noites x Rua Adelino Montanhas	Espaços residuais do sistema viário	Residências Avenida movimentada Favela	Reapropriação de trecho invadido	Quadra poliesportiva Quadra de areia Mesas e bancos Playground	Escoras das palmeiras foram roubadas diversas vezes.
Av. Jacu Pêssego x R. Marcos Parente	Av. Jacu Pêssego x Rua Marcos Parente					
Av. Jacu Pêssego x R. da Montanha	Av. Jacu Pêssego x Rua da Montanha					
Largo de São Mateus	Av. Sapopemba x Av. Adelia Guelfi x Av. Matteo Berti x Av. Ragueb Choffi	Grande rotatória no Centro de São Mateus	Ha uma rua comercial, o bairro é predominantemente residencial. Há Mc Donald's, Compre Bem	Trabalho com taludes A praça é isolada pelas vias (há três pontos de travessia) Havia arvores grandes e agrupadas que foram valorizadas pela eliminação dos arbustos grandes.	Playground Corito existente reformado - as colunas eram quadradas foram arredondadas pista de cooper	Nos pontos onde a travessia não é desejada, moinhos não detem os pedestres
Pça. Rua Bassano Del Grappa	Av. Mariana de Souza Guerra x Av. Bassano Del Grappa	Praça junto a cöörego	Conjuntos habitacionais, residências e escolas		Quadra poliesportiva Quadra de areia Playground Mesas e bancos Pista de skate	
Lgo. do Japonês	Av. Parada Pinto x Av. Itiram	Praça entre Vias	Comércio Tráfego confuso	Resinalização da área foram organizadas as quantas A guarita da policia recebeu pintura verde para minimizar presença O piso foi quebrado e implantados canteiros Criado espaço de estar elevado	Mesinhas e piso de paralelepípedo Pergolado de madeira com pilares arredondos de concreto.	
Jardim Vista Alegre	R. Firminópolis x R. Ibraiarias	Praça de entrada para a EMEI Min. Bilac Pinto, a creche da prefeitura, a EMEF João Amos Comenius (ensino fundamental) e o Teletcentro	Bairro de classe média baixa e favela no entorno	Drenagem	Quadra Estacionamento para professores Piso formado de amebo para roda de capoeira e outros usos Playground	Uso do brinquedo simultaneamente com a obra, arrepiou mas deu credibilidade à obra
Parque Vila Nova Cachoeirinha	Rua Dep. Emilio Carlos	Área com dimensões de parque em torno do muro branco do cemitério com aproximadamente 35 m de largura	No trecho do parque, do outro lado da avenida o uso é misto comercial/ serviços/residências. Pelas aberturas no muro e por causa dos desníveis do terreno, o cemitério pode ser entevisto em muitos pontos	Foi quebrada a calçada junto à rua e novo caminho, sinuoso, construído afastado da via. Há estares com bancos e com mesinhas.	Playground (não havia sido considerado, mas gramada, a área revelou demanda) Pista de cooper de 600m com piso de pedrisco. Equipamentos de ginástica em eucalipto	Ha grande afluxo de usuários em especial no fim-de-semana
Pça. City Jaraguá	Rua Camilo Zanotti x Estrada de Taipas	Era aterro sanitário	Conjuntos habitacionais e favela junto ao cöörego	Playground	Pista de bicicletas Playground 6 quadras (sendo 1 grande de areia, 2 pqs. de areia, 1 poliesportiva e 2 mini basquete)	No começo havia 60 barracos, hoje são 250. O espaço de intervenção foi diminuído pela invasão dos barracos.

Bairro/local	Ruas	Características do local	Entorno	Ações funcionais/ de organização	Equipamentos novos	Observações sobre o uso
Pça. João Boido	Av. Comendador Feiz Zarzur x Rua Silvino de Godoi	Compreende 3 trechos (uma com palmeiras, outro equipado e talude ajardinado e bancos sob o arvoredor)	Escolas Residências EMEF tem entrada pela praça e as praças são vizinhas a creche e a EMEF		Pista de skate (half) embutida no terreno Quadra poliesportiva Playground Mesas e bancos	
Pça Poli Esportiva Tancredo Neves	Av. Pres. Tancredo Neves x Rua Abagiba	Espaço em torno de centro comunitário da prefeitura, ao lado de via rápida	Bairro residencial Comércio na av. Tancredo Neves		Brinquedos de esmalto Pavão com cobertura tensil Quadra poliesportiva Quadra de areia Pista de bicicletas	
Pça Lourenço de Belis	Av. Milton da Rocha x Av. João Simão de Castro	Rotatória de rua comercial	Predominantemente residencial, classe média e classe média baixa	Foi feita alteração no viário e retorno e outros trechos de asfalto foram quebrados	Caminhos, Banquinhos e Mesas	
Pça. Gel Milton Tavares de Souza	Av. Sargento Miguel de Souza P x saída da Rod. Presidente Dutra x Rua Soldado Abel Antonio Medanha	Praça de 18.000m ² arborizada	Bairro pouco denso, há residências, galpões e a Via Dutra no entorno	Lago foi criado para drenar a área com fundo feito de pedras (para evitar barro) Projeto com pedras da artista plástica Amélia Toledo Pedras dispostas como bichos entrando no lago	Lago Pista de skate (middle street) Quadra grande de areia 2 quadras pequenas de areia Quadra poliesportiva Playground	
Alças Ponte Vila Maria	Alças Ponte Vila Maria	Canteiros junto a Marginal Tietê	Via Marginal	Foram feitos caminhos, escadas. Em um dos canteiros foram quebradas as calçadas junto a pista e foi criado caminho de desenho sinuoso no meio. Mas claramente surgem trilhas, feitas pelos pedestres e, em algumas, colocou-se pedriscos.		As pessoas descem no ponto de ônibus na Marginal do Tietê e se distribuem cruzando as alças de acesso da marginal, passando sob a ponte. No projeto, não puderam ser rebaixadas as guias pois não podiam existir faixas de pedestres. Há um comércio de bares em barracas sem água encanada
Pça Wilson Moreira da Costa	Rua Milton Soares x Rua Dr. Paulo Carvalho Ferreira	Praça	Comércio Escola Residências Favela	Fecharam uma rua unindo a praça a escola existente. Alargamento da avenida onde passam ônibus	Quadra de areia Pista de skate Mesas e bancos Quadra Poliesportiva Bebedouro	
Jardim João XXIII	Rua Nazir Miguel/ Rua Frei Claude D'Alenville x Rua Pe. Jorge Benci	Área muito grande da prefeitura sem tratamento onde havia um galpão abandonado	A doutora da Sabesp Terminal de ônibus Residências (população de baixa renda)	O galpão abandonado será um centro de convivência. Drenagem	Campo de futebol Pista de skate Playground Centro comunitário Mesas e bancos Quadra Poliesportiva	A vizinhança deu apoio, pois se tratava de uma área abandonada

Bairro/local	Ruas	Características do local	Entorno	Ações funcionais/ de organização	Equipamentos novos	Observações sobre o uso
Cingapura V. Nião	Km 86 Fernão Dias x R. Manoel Fernandes Silva	Praça junto a Cingapura	Junto à Rodovia Fernão Dias Trecho escolhido pela pressão de invasão e para prover espaço de lazer para moradores da área (conjunto Cingapura e favela em urbanização).		Estacionamento (do Cingapura) Playground Pista de skate Bancos e mesinhas	
Jardim Cabucu	Rua Miguel Arrajoado Lisboa x Rua Dr. Azevedo Lima	A área é plana, de várzea, utilizada como bota-fora.	A área de um fado faz limite com o Rio Cabucu (faz divisa com Guarulhos), uma EMEI e a rua. Residências de classe baixa, galpões e conjunto construído por mutirão	Foi preciso colocar uma camada de terra por se tratar de área de várzea. Seria feita ponte para acesso à praça do conjunto	2 quadras de areia Quadra poliesportiva Pista de skate Playground Bancos e mesinhas Pista de cooper Telecentro	A preocupação da subprefeitura na escolha da área era evitar a invasão da favela.
Jardim Grimaldi (Pça Torquato Plaza)	Av. Sapopemba x Rua Leandro Bispo de Oliveira	Conjunto de 2 praças (corredor comercial)	Uma em bairro residencial (há favela próxima). No entorno, biblioteca, escola, creche. Outra se junta ao quarteirão do comércio	Muro e degrau foram substituídos por rampa. Morrinhos para inibir automóveis. Mesas funcionam como bloqueio para carros que estacionavam na calçada. Há na praça o edifício do conselho tutelar da Subprefeitura, que foi reduzido para o alargamento de uma passagem. Camêlons foram agrupados (o resultado foi uma "Terintha") estacionamento existente foi arborizado	Quadra de 21 Quadra de areia Posto da guarda civil Pista de skate	Espaço vivo, população vem no final de semana. Não tem mais medo. Subprefeitura solicitou trecho para camêlons junto à Av. Sapopemba. Muitas funções urbanas, passagem. Usos intensos - pipa e skate
Parque Industrial - Pça Luis Augusto Canteiro (Pça do Samba), Pça Germânica e Pça Vicente Sanches Garrido	Av. Maestro João Evangelista x R. Antonio Alves Santos	Conjunto de 3 praças	Bairro consolidado. Tem comércio de bairro em torno e uma favela. Escolas EMEI e EMEF.	Feitos caminhos e espaços de estar bem dimensionados	Quadra poliesportiva Pista de skate Playground Coreto na praça do samba	
Pça Padre Damião (Lgo Vila Prudente)	R. capitão Pacheco Chaves x R. Ingal x R. do Orfanato x R. Ibitirama	Praça arborizada com ponto de ônibus e taxi	Igreja Comércio	O piso foi elevado	Ponto de ônibus Ponto de taxi Bancos	Intensa passagem de pedestres
Pça Santíssima Trindade	R. Abura x R. Zezé Leoni	Praça	Área residencial de classe média	Foi feito um retorno para os automóveis na ponta da praça e eliminada esta via. Ganhou-se a área da rua para a praça.	Quadra poliesportiva Pista de skate Playground Mesas e bancos	

Bairro/local	Ruas	Características do local	Entorno	Ações funcionais/ de organização	Equipamentos novos	Observações sobre o uso
Pça Ver. Antonio Sampaio	Av. Ultramarino x Av. Direitos Humanos	Compreende a Pça. Alberto Pereira de Castro Jr. (trecho com o posto policial) e Pça Vereador Antonio Sampaio (trecho com a quadra)	Bairro de classe média muito tranquilo com muitos edifícios de apartamentos novos	Projetado uma baía para o ponto de ônibus e mudada a entrada da via que fazia o acesso unicamente para a mecânica. Árvore foi transplantada do ponto de ônibus	Quadra de areia Pequenos estares Mesas de jogos Brinquedo de madeira Bacias plásticas foram usadas como forma das bolachinhas de concreto	
Pça da EMEF Remo	R. Alberto Gentili x R. Dronizio Bellarte	Active acentuado	Bairro de classe média baixa	Tratamento da praça como forma de prevenir invasão	Pista para bicicross Playground Quadra poliesportiva Mesas e bancos Pista de skate	



FOTO: FERNANDO ZAPPALÀ



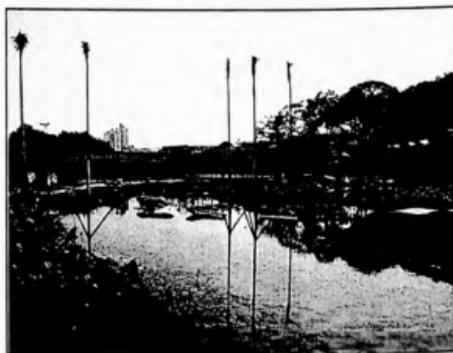
Praça Torquato Plaza no Jardim Grimaldi; Espaço de lazer Antigo Balneario, no Campo Limpo e espaço na Avenida Armando Arruda Pereira, no Jabaquara (acima)

Praça junto ao conjunto Cingapura, na Vila Niló (à esquerda)

Parque Vila Nova Cachoeirinha (acima)

Praça Gal. Tavares de Lima, na Vila Maria (à direita)

Praças na Penha (abaixo)





Alças da Vila Maria (acima)

O espaço junto às alças de acesso à Ponte da Vila Maria na Marginal Iiete não pode receber semáforo por se tratar de uma via de trânsito rápido. Mas existem os pontos de ônibus, os pedestres e o grande risco de atropelamentos.

Praças na Vila Remo, Vila Prudente, Campo Limpo e Rio Pequeno
(em sentido horário)



As obras

Optou-se por não desenvolver os projetos executivos, mas detalhes genéricos para guiar a execução e a obra seria acompanhada por um dos projetistas que resolveria, no canteiro, os ajustes do anteprojecto. Não haveria projeto executivo formal, feito em gabinete. Os desenhos só seriam feitos após a conclusão de cada praça – um projeto-guia para uma desejada manutenção. Nas licitações, a maior inovação foi a inclusão dos projetos de plantio. A Prefeitura não possuía modelos e planilhas de referências de preços que permitissem a contratação das obras e isto foi criado.

Optou-se por agrupar os espaços em cinco 'lotes' (ou cinco licitações diferentes) para que não despendessem de apenas uma construtora. Entretanto, três dos cinco lotes ficaram a cargo de uma mesma empresa, que venceu mais de uma licitação. Houve problemas de falta de continuidade em algumas obras principalmente porque nem sempre as construtoras coordenam adequadamente as empresas que subcontratam. Mas, de modo geral, os projetos foram executados conforme a orientação dos projetistas, arquitetos ou agrônomos.

A presença dos projetistas no canteiro de obras se revelou uma solução ágil uma vez que não havia bases cadastrais, levantamentos topográficos e dos fluxos e usos existentes nos locais e não havia tempo para desenvolver os projetos executivos porque, como programa político, havia a cobrança de resultados imediatos. Tendo sido suprimidas etapas de projeto, os profissionais em obra não significaram custos mais altos. A equipe de jovens arquitetos e agrônomos que conduziu as obras se reportava aos coordenadores em caso de dúvidas mas cada um fazia as marcações e os ajustes que considerasse necessários, o que fez com que cada lote apresentasse sutis diferenças entre si. Alguns profissionais, mais sensíveis, saíram-se um pouco melhor ao resolver os fluxos existentes, o dimensionamento dos caminhos, os detalhes construtivos e outras providências que não estavam previstas pelo programa mas que significavam melhoria da qualidade ambiental. Por exemplo, em uma praça em Ermelino Matarazzo, o arquiteto residente fez a substituição da lâmpada de um poste existente que iluminava mal a pista de skate por outra mais adequada. Na Penha, os letreiros de um teatro da prefeitura que se configuravam com poluição visual, foram reorganizados. São problemas e soluções que surgem, muitas vezes, apenas nas obras e que foram resolvidos pelos arquitetos.

Repercussão política

Politicamente, a ação teve resultado difuso. Nos bairros mais consolidados parecem não ter sido revertidas em votos. Entretanto, a prefeita-candidata venceu o seu concorrente em bairros mais carentes, como o Campo Limpo (onde teve grande visibilidade a obra no Feirão de São Luís), a Capela do Socorro (onde foi feita a Praça do Trabalhador que se converteu em centro de bairro) e Guaianases (onde a obra na área no entorno do mercado beneficiou um grande número de pessoas e mesmo tendo sido removida a escola de samba, uma medida impopular). Não se pode dimensionar qual foi o papel do Programa Centros de Bairro neste resultado mas é possível insinuar que tenham reforçado uma imagem positiva da administração.

De fato, o programa não foi aproveitado pela propaganda política, que se valeu dos CEUs, construídos também como equipamentos de lazer. Sequer era mencionado o programa. No rol das realizações, falou-se genericamente da criação de 16 novos parques (5,4 milhões de m² de área verde) e de 35 novas praças (265 mil m²), como ação ambiental. Infere-se que o Programa Centros de Bairro tenha sido o responsável por estas novas praças e mesmo alguns dos novos parques (como a área no entorno do cemitério da Vila Nova Cahoeirinha)²⁵.

25 Em uma outra página do site da prefeitura (<http://portal.prefeitura.sp.gov.br>), em outubro de 2004, onde se fala da criação de novos parques, foi mencionada a inauguração, em setembro de 2002, do 32º parque municipal de São Paulo – o Chácara das Flores, em Guaianazes, na Zona Leste. O Parque beneficiava diretamente cerca de 500 mil pessoas e havia custado R\$ 330.000,00. Foi construído graças à parceria da SVMMA e da Comgás. Ainda segundo o mesmo texto, até o final de 2004, seriam criados mais três parques: Vila do Rodeio – em Cidade Tiradentes, Parque da Vila Prudente e Parque Jacinto Alberto, em Piratuba. Ou seja, quatro novos parques. A página que faz menção aos 16 parques só pode estar se referindo a áreas verdes de maior dimensão, consideradas como parques, no máximo, excepcionalmente.

Apropriação e manutenção

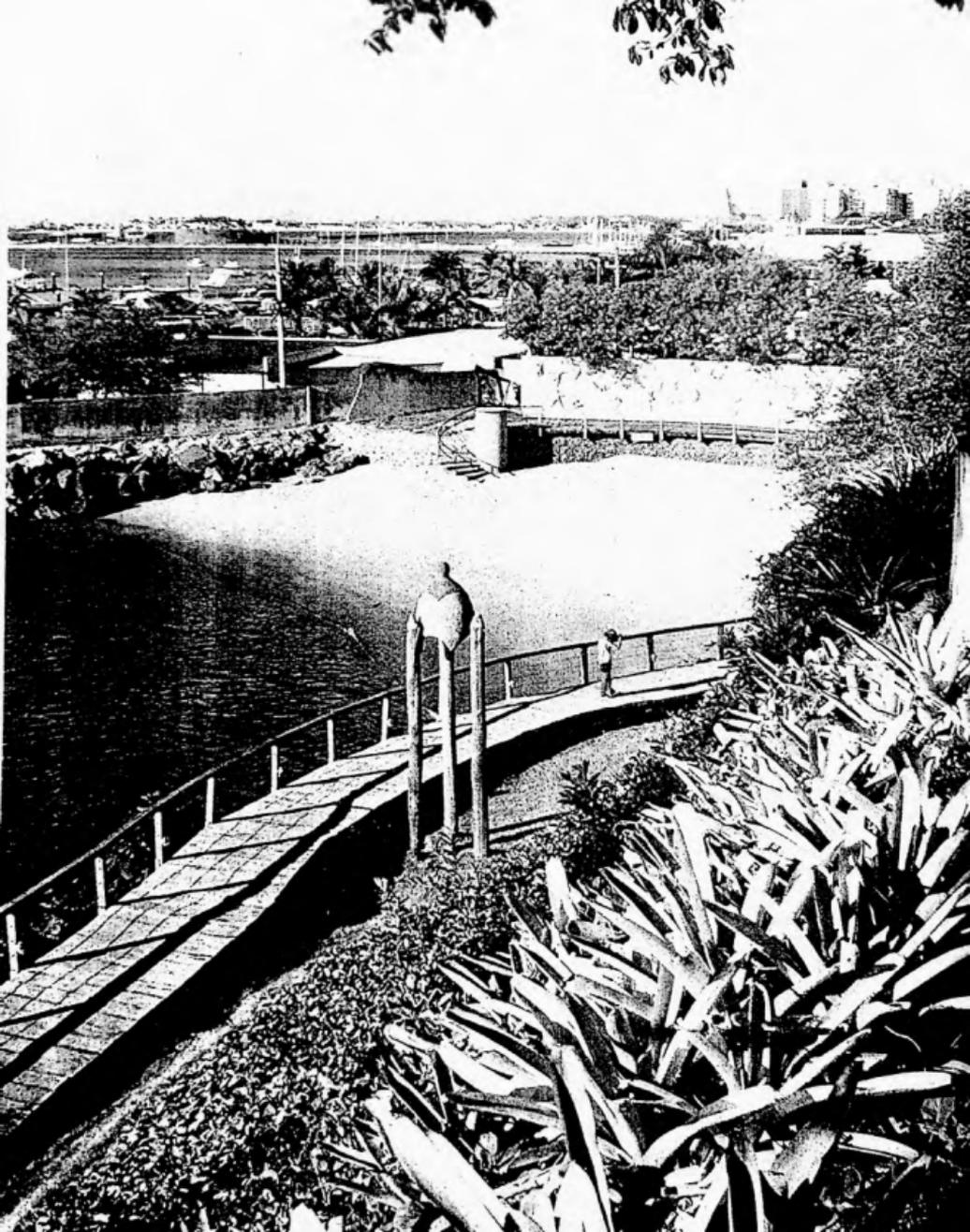
O grande fluxo de público na maioria dos logradouros tratados evidenciou o quanto a demanda estava reprimida. Casos de pontos que eram controlados por traficantes de drogas passaram a ser apropriados pela população, entre outros. Mas os usuários são bastante sensíveis em relação à manutenção e à segurança e, se a manutenção não é contínua, a ação corre sempre o risco de ser perdida.

Nos bairros da periferia mais carente, o impacto foi muito grande. A Praça do Trabalhador, na Zona Sul, uma vizinhança muito pobre que não contava com um espaço urbano agregador, pode ser considerado o caso de maior transformação para o entorno, a ponto de linhas de ônibus precisaram ser alteradas para passarem pela praça.

Nos bairros mais consolidados, a apropriação pela população foi também intensa, principalmente por crianças, jovens e idosos. Mas, de modo geral, pode-se dizer que a população destes bairros é mais heterogênea e há vários interesses divergentes sobre o uso dos espaços livres. Há comerciantes que se sentem donos das praças e moradores que temem que a praça passe a ser frequentada por jovens. Se, por um lado estes segmentos nem sempre se satisfazem com as intervenções, por outro lado, tendem a exigir das subprefeituras a limpeza e a conservação dos espaços públicos (o que nem sempre conseguem) e a assumir, algumas vezes, estas tarefas.

A manutenção, após 120 dias da entrega das obras, ficou a cargo das subprefeituras. Todos os espaços apresentaram problemas de manutenção que se manifestavam tão logo as obras eram concluídas, em especial no que dizia respeito aos jardins. Muitos espaços não chegaram sequer a ser oficialmente inaugurados.

A presença dos equipamentos e do projeto paisagístico (s sofisticados) pôs em xeque a estrutura para a manutenção e a limpeza dos espaços públicos (precária) e, assim, muitas obras vêm se perdendo. A Emurb ainda se empenhou em formar grupos dentro das subprefeituras mas eram muitas adequações a se fazer – inclusive contratos com as empresas que prestam o serviço de limpeza de vias – e a questão da manutenção das praças de bairro do programa continua, em 2004, sem solução.



ORLA MARÍTIMA DE SALVADOR

As intervenções feitas ao longo dos anos 1990 e 2000 na orla marítima de Salvador são pontuais e não são articuladas entre si. Elas não constam de nenhum projeto de requalificação para a orla como um todo que, aliás, nunca foi apresentado. Consideraremos que formam um conjunto – um conjunto de partes desconexas, fruto de uma mesma lógica ou estratégia implícita.

Os projetos implantados são frutos de idéias de planejamento urbano que têm o turismo como objetivo principal mas que ao longo dos anos incorporam conceitos novos, como 'recuperação ambiental' e 'qualidade de vida', e que encontraram terreno político fértil²⁶. Alguns projetos, rebuscados e vistosos, destoam tanto do entorno e exigem manutenção tão elevada que parecem até ser temporários, construídos pela necessidade de espetáculo.

O conjunto de intervenções a que nos referimos compõe-se de:

- dois pequenos parques extravagantes, multicoloridos e próximos que, de tão extremos no contexto da produção paisagística brasileira, chamaram nossa atenção para o conjunto das intervenções – o Parque Costa Azul e o Jardim dos Namorados;
- um parque vazio e sem uso, fruto da tentativa de se fazer um parque público através de uma parceria privada, que envolve um shopping center ambientado à moda dos parques temáticos – o Parque do Aeroclube;
- uma praça de ornamentação e plantio rebuscados, entre um bairro movimentado e Avenida Litorânea – a Praça Nossa Senhora da Luz;
- um parque-museu sofisticado que emoldura um museu-galeria, o Solar do Ferrão, já na orla da Baía de Todos os Santos, junto à área central – o Parque das Esculturas;
- dois grandes parques com projetos da alta qualidade que prestam-se à preservação de recursos naturais e ao uso para o lazer – os Parques Metropolitanos de Pituauçu (uma exceção aqui pois data dos anos 1970) e do Abaeté;
- uma praça – a Praça Bahia Sol – onde as barracas foram cobertas com lona tensionada branca, material adotado como sinônimo de modernidade e que, mesmo de alto custo, foi imaginado para

Parque das Esculturas

FOTO FRANCINE SAKATA

26 O trabalho de Liliane Silva apresenta uma análise dos discursos dos planos e da leitura da paisagem atual da orla, na qual todo o potencial paisagístico e ambiental é aproveitado de forma restrita, como cenário. Os discursos foram se transformando e se sofisticando ao longo dos anos mas são mais fuchada do que bases para uma prática efetiva, particularmente quando intervêm em interesses particulares. SILVA, Liliane de Araujo. *De paisagem a cenário: a construção da atual orla marítima de Salvador Salvador, 2002. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia.*

toda a orla em substituição à clássica e tropical barraca de madeira e sapé.

Na orla, há outros equipamentos públicos tradicionais para o lazer, que atraem público e têm grande visibilidade – como calçadas, quadras, equipamentos de ginástica e barracas – mas que não receberam intervenções. Estas barracas dão grande suporte ao uso das praias uma vez que mantêm as cadeiras e os guarda-sóis.

Caracterização da paisagem

A orla moderna começa no Porto no sentido do Farol da Barra (ainda na Baía de Todos os Santos) e segue até Stella Maris. É ela que estamos tratando por 'orla marítima'. É a orla visível, dos serviços e do turismo. Entretanto, apesar de seu papel como vitrine da cidade, é uma orla desvalorizada se compararmos com as de Maceió ou de Fortaleza. A vista para o mar é valorizada mas a via à beira-mar vem sendo desprezada pelos empreendimentos de alto padrão. A Avenida Litorânea alterna construções em bom estado com edifícios decadentes, terrenos baldios, casas velhas, borracharias, oficinas mecânicas e boites. Na Pituba, por exemplo, é a Avenida Manoel Dias, interna, que tem os maiores preços por metro quadrado²⁷.

O primeiro trecho desta orla moderna é mais urbanizado e recortado. Há falésias e pequenas enseadas e não se têm, da avenida, visão contínua para o mar. O trecho seguinte é de praia contínua, com o mar sempre visível a partir da Avenida Litorânea. O Jardim de Alah, com seus gramados, coqueiros e barracas de praia pode ser considerado o marco inicial deste trecho de praia contínua. A urbanização vai se diluindo na direção do município de Lauro de Freitas.

A parte de praia contínua, que tem maior presença de vegetação e dunas, vai até o Município de Lauro de Freitas que, com seus condomínios, representa um prolongamento da orla elitizada.

A parte mais recortada que abriga o fluxo mais dinâmico da economia, são bairros que se tornaram subcentros de comércio e serviços (inclusive turísticos) das camadas de renda mais alta. Ela está melhor conectada ao centro tradicional e ao novo centro administrativo.

É na parte mais urbanizada que as construções e a urbanização precárias afetam a imagem da orla. Então, segundo a lógica em vigor, as obras de embelezamento passam a ser interessantes ou para compensar e equilibrar o conjunto ou para desviar o olhar de quem por ali passa. Na parte de urbanização mais esparsa, de Patamares a Stella Maris, a vegetação, as dunas e a praia dominam a paisagem e as construções precárias tornam-se menos relevantes para a imagem do todo.



Praça Nossa Senhora da Luz, na Pituba.

Para Fabio Robba²⁸, apesar das referências novas, a estrutura geral é a clássica das praças brasileiras: caminhos em cruz, ponto focal e passeio perimetral.

²⁷ De Amaralina a Pituacu, surpreende a ininterrupta variação entre o luxo e o lixo. Para uma área tecnicamente supervalorizada, é um contraste único. Há profusão de imóveis à venda. Outros, segundo os corretores, estão sem utilização porque os donos esperam a oportunidade de um bom negócio. "Os proprietários de terrenos e casas velhas pedem preços acima do que os imóveis valem e muitos ficam abandonados por falta de interessados" diz o corretor Arlindo Guedes, 29 anos no mercado. (...) É contradição. De frente para o mar, o preço do metro quadrado é R\$ 800,00. Na Manoel Dias, área interna, o preço é de R\$ 1 mil." Artigo de A Tarde, 4/6/2003

²⁸ ROBBA, Fabio. *A Praça Contemporânea nas Grandes Capitais Brasileiras: do Programa a Forma Projetual*. São Paulo: 2004. Tese (Doutorado) apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo.



- 01. Parque Topográfico
- 02. Parque da Cidade Ivo Cabrita Costa
- 03. Parque Metropolitan de Pituba
- 04. Parque da Lagoa e Dunas do Abaeté
- 05. Parque dos Tororés
- 06. Parque Jardim dos Namerados
- 07. Parque Costa Alah
- 08. Muro do Cristo

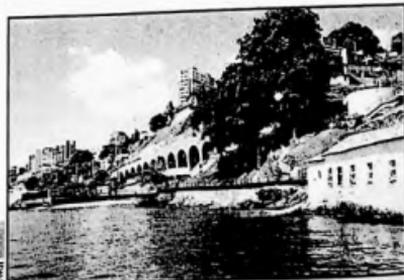
A parte mais recortada e urbanizada da orla "moderna" se inicia próximo ao porto, na Avenida do Contorno, onde está o Parque das Esculturas, segue pelo Corredor da Vitória, onde o mar foi reservado aos edifícios exclusivos de apartamentos (que têm teleféricos e pieres particulares), passa pelo Farol da Barra (que divide a orla atlântica), envolve alguns morros como o Escravo Miguel, em Ondina, e o do Conselho, no Rio Vermelho. Entre Amaralina até a Foz do Rio das Pedras, a orla não é tanto recortada pela geografia mas por ocupações como o Clube Português, na Pituba, e o Esporte Clube Bahia. O Jardim de Alah marca o final deste trecho e o início da orla típica onde há, paralelas, a avenida à beira-mar e a faixa contínua de areia.



Capitanía dos Portos



Avenida Contorno



Parque das Esculturas
na Avenida Contorno, o parque permite que se usufrua a vista da Baía de Todos os Santos de um lugar com tratamento sofisticado.



Vista para a Barra

Pescador na Pituba



Praia em Amaralina



As barracas de madeira são acusadas de não ter as condições de higiene exigíveis, como se higiene fosse função do material que é feita a barraca. Graças ao alto custo que têm as lonas tensionadas (e que logo sujam) com que se pretendia substituir as barracas elas não foram substituídas²⁹.

230

Jardim de Alah e seu vizinho, o Parque do Piata

Parques de desenho informal indefinido, com quiosques e espaços para exercícios esportivos em meio a gramados e ao coqueiral que faz um sombreamento leve e agradável.



Vista aérea de Itapuá

Uma sequência de condomínios residenciais se estende das cercanias do aeroporto até o Município de Lauro de Freitas.

²⁹ SILVA, Liliene de Araujo. *De paisagem a cenário: a construção da atual orla marítima de Salvador*. Salvador, 2002. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia.

Planos para a orla

Entre 1973 e 1988 foram elaborados diversos planos para a orla marítima de Salvador – a nova vitrine da cidade. As praias na orla da Baía de Todos os Santos, a orla invisível, foram ou tratadas de forma abstrata ou completamente ignoradas. Os planos tendem a se referir mais ao trecho contínuo e menos urbanizado da orla marítima³⁰.

Mesmo não tendo sido jamais implementados na íntegra (muitas vezes sequer em parte), os planos serviram mais como um conjunto de idéias que, de uma gestão para o outra, foram se consolidando e se transformando em novas concepções de planos e algumas ações.

O Plano Diretor da Orla Marítima, elaborado pelo governo estadual em 1973, teve como objetivo a transformação de Salvador em um dos grandes pólos turísticos do continente. Dez anos depois, o Plano Valorização da Orla Marítima de Salvador/ Etapa Estudo Preliminar, desenvolvido pela Prefeitura, identifica os fatores que promovem a vinda de turistas: atrações culturais e paisagísticas e se pronuncia a favor do binômio turismo e entretenimento.

O trabalho “Áreas verdes e espaços abertos”, de 1978, não era exclusivo da orla e trata as praias da mesma forma que as margens dos cursos d’água, como uma área de preservação. Sua intenção era fazer um levantamento das áreas verdes e dos espaços abertos urbanos para definir um sistema de parques de recreação articulado com a política de proteção de áreas verdes. Elaborado por uma equipe local com a consultoria de Rosa Kliass (guarda semelhanças com outro trabalho seu mencionado neste texto, o Plano da Paisagem Urbana de São Luís, de 2003), mesmo não tendo sido continuado, influenciou planos posteriores.

O plano Projeto Orla – Projeto de Valorização da Orla Marítima de Salvador, de 1984, feito pelo governo do Estado para o Banco Mundial, reforça o papel dos parques urbanos na orla e a importância dos equipamentos de apoio à praia como postos salva-vidas, abrigos para ônibus, barracas de praia, etc.

O Plano de Estruturação da Orla Marítima de Salvador, de 1998, elaborado pela Prefeitura, apresenta um discurso mais abrangente e democrático que inclui idéias em voga como a participação popular, a flexibilidade do plano e a preservação da paisagem. A natureza é encarada pela ótica ambiental. No entanto, mais uma vez, o desenvolvimento turístico aparece como o principal objetivo e não o seu uso pela coletividade.

Mesmo não havendo a articulação entre os poderes municipal e estadual, há uma coincidência entre os discursos. Todos eles partem da idéia da cidade para o turismo e o entretenimento, preconizada desde a década de 1960.

30 Para este trabalho foram consultados os planos:

Bahia, Governo da. Plano Diretor da Orla Marítima. Salvador: 1973.

Salvador, Prefeitura Municipal de. Projeto de Valorização da orla marítima de Salvador. Etapa Estudo Preliminar. Salvador: 1983.

Salvador, Prefeitura Municipal de/ OCÉPLAN. Orla: de Barra a Armadilha.

Proposta de diretrizes urbanísticas de ocupação. Salvador: 1981.

Sabíamos que não haviam sido de fato implantados mas que significados tiveram? A que interesses contemplavam? O trabalho de Liliâne Silva, ao analisar estes e outros planos de 1973 a 1988, avança na compreensão deste assunto.

SILVA, Liliâne de Araújo. De paisagem a cenário: a construção da atual orla marítima de Salvador. Salvador, 2002. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia.

As intervenções

Obra	Área total	Projeto	Executor	Características	Equipamentos principais	Recursos que dão destaque à ação
Parque das Esculturas		Arqs. Rosa Klüss e Luciano Fiaschi	Estado	Há um caminho de madeira, junto à encosta ajardinada, entre as esculturas. Uma construção com arcos foi construída acompanhando as curvas de nível do terreno.	O parque é integrado ao Museu de Arte Moderna da Bahia (que funciona no Solar do Unhão)	Gradiil de ferro e painéis de concreto de Carybe e 21 esculturas
Parque Metropolitano de Pituvaçu	425 hectares	Arquiteto Wilson Andrade da Conder	Estado	Parque de grandes dimensões para preservação e usufruto de um recurso natural. Equipamentos junto às entradas	Mirante, estacionamento, restaurante, vestiários, playground, aluguel de bicicletas e pedalinhos, ciclovia de 17km, quiosques para policiais	O edifício-pórtico, as esculturas e a ciclovia em meio à vegetação
Parque Metropolitano do Abaeté	400 hectares	Arqs. Rosa Klüss e Luciano Fiaschi	Estado	Parque para a conservação do ecossistema de dunas, lagoas e mata de restinga. Atividades concentram-se no núcleo de entrada	Centro de Atividades, Casa das Lavadeiras, Casa de Música da Bahia, campo de futebol, playground, equipamentos de ginástica, quiosques, restaurantes, mirante, sanitários, portico, pergola, palco	As formas dos degraus, ora retas, ora sinuosas. Pórtico-mirante em concreto; o mosaico português em grande quantidade
Parque Costa Azul	9 hectares	Arq. José Tabacow	Estado	Primeiro dos novos parques com porte menor. O lugar estava degradado pela presença das ruínas de um clube. A ciclovia e a pista de Cooper são paralelas ao canal	Dois Playgrounds, Campo de futebol, Ciclovias e pistas de cooper, pistas de patinação, restaurantes, anfiteatro; equipamentos de ginástica; fonte, esculturas, viveiro de plantas, estacionamento passarela	Paredes de mosaico e outros elementos coloridos, restaurantes avarandados
Jardim dos Namorados	11 hectares	Arq. Silvo Ramos (arquitetura), Arq. Luis Simas (paisagismo), Eng. Arivaldo Barbosa Cerqueira (coordenação do projeto) da TECNOSOLO SA	Estado	Integrado e aberto, até pela falta da vegetação, mas há ambientes: a pista de patinação rodeada pela arquibancada e pelo pórtico, as quadras, o playground. Paralelos à avenida estão o estacionamento (lugar dos namorados) e uma calçada. É maior a relação com a via do que com a praia.	Ciclovia, quiosques, anfiteatro, arquibancada, quadra esportiva, pista de cooper, pista de patinação, ciclovias, esculturas, chafariz, duchas, equipamento de ginástica, guarita, quiosques, sanitários	Portico, lonas brancas tensionadas, esculturas, tudo muito colorido
Parque do Aeroclube	24 hectares	O projeto do Aeroclube Plaza Shopping é do Arquiteto André Sá e equipe	Prefeitura	O shopping center é o ponto focal do conjunto, e quem acolhe o visitante. Há uma calçada paralela à praia dividida (por cerca) dos pisos dos parques. Faltam elementos para estruturar o espaço.	Playground	Pórtico



Parque Metropolitano do Abaeté

O portico-pergolado Castelinho emoldura a paisagem e faz referência a uma construção existente.

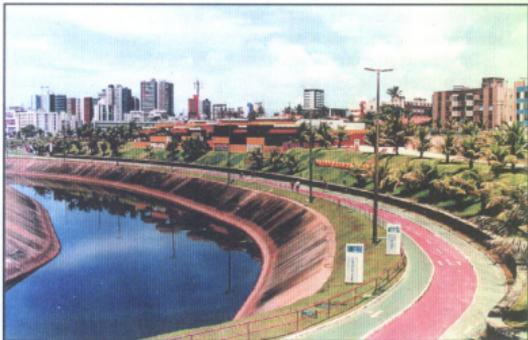


Parque de Pituvaçu (acima)

No interior do edifício-pórtico estão expostas as obras do artista baiano Mario Cravo. Há ainda várias esculturas grandes dispostas pelo gramado. Em 2004, foi inaugurada uma nova entrada para o parque pela Avenida Paralela e, deste ponto, não é mais necessário contorná-lo para entrar. Este espaço possui um mirante para a lagoa, restaurante, painéis e uma rampa que permite o acesso à ciclovia.

Jardim dos Namorados

A variedade de figuras e cores sugere um parque de diversões temático tropical.



Parque Costa Azul

A obra do Parque Costa Azul coincidiu com uma ação do programa Bahia Azul e havia a expectativa que o rio fosse despoluído mas o Rio Camurujipe tem mau cheiro na época das chuvas. As varandas dos restaurantes do Parque Costa Azul foram envidraçadas e instalaram-se aparelhos de ar condicionado.

terem sido usadas mudas de pequeno porte. Ainda que os parques sejam bonitos, para o turista eles acabam sendo menos agradáveis que o Jardim de Alah, por exemplo, que é basicamente um coqueiral sobre um gramado, integrado à praia (e que muito pouco custou ao poder público).

Outra característica destes dois espaços é a falta de relação funcional com a praia. Existe o acesso, por poucos pontos, mas não existe o fluxo de pessoas; o uso de ambos não está associado. O mar está presente como uma cena atrás, em movimento.

Os materiais utilizados são caros, ou porque têm qualidade e não exigem alta manutenção, ou porque são inadequados e geram manutenção, – sendo preferível a primeira situação. Expostas à maresia, as peças de ferro enferrujam em pouquíssimo tempo. A maresia ataca também as lonas metálicas e as pinturas coloridas, elementos que só têm o efeito desejado quando novos. Quando desgastados, o efeito é contrário. Os equipamentos de ginástica, para durarem mais, foram feitos em inox e a escultura do Parque Costa Azul, em fibra de vidro.

A área supertratada paisagisticamente acaba sendo prazerosa para aqueles que nela passeiam e praticam exercícios físicos. O espaço público com boa manutenção (e projeto sem grandes falhas) sempre conforta e dá segurança aos seus usuários. A questão que se coloca é que, face ao alto custo que estes parques tiveram para o poder público, deveriam servir a muito mais usuários.

O outro ponto a discutir é o fato de serem pequenas ilhas visualmente superelaboradas em meio a uma orla inteira com calçamento irregular, saídas de águas pluviais (suspeitas), falta de chuveiros e sanitários e um descuido geral também do outro lado da avenida. Como se não bastasse o contraste com a orla, o Parque Costa Azul contrasta ainda mais com a Boca do Rio, uma área vizinha, bastante pobre. A impressão que fica é que o Parque Costa Azul funciona ou como um obstáculo visual para a Boca do Rio ou como um cordão a marcar os seus limites.

Parque Metropolitano do Abaeté

No projeto deste parque, ao contrário do que ocorreu com o Parque do Aeroclube, foram acatadas (ou reafirmadas) todas as recomendações feitas pelos técnicos para a ocupação do sítio pelo parque público. A exceção fica por conta da criação de um centro para pesquisa ecológica que havia sido recomendado e não se concretizou.

Por ser um patrimônio ambiental e cultural conhecido e visitado, quando se percebeu que as ocupações e loteamentos que estavam se instalando na região e a retirada da areia para construções (feita

até pela própria prefeitura) estavam devastando este patrimônio, se resolveu intervir.

Conceituou-se, desde o início do planejamento paisagístico³¹, que a gleba do parque é um patrimônio do público em geral, definindo-se a idéia de um parque combinado de reserva ecológica, centro de lazer e recreação. O conjunto das dunas altas, para fins da ação de preservação, é que foi tomado como a relíquia natural a ser preservada, apesar de terem sido as lagoas os elementos cênicos que conduziram à idéia da intervenção.

Como um empreendimento público, a obra de recuperação e preservação:

- não deveria ser objeto de privilégios de uma minoria mas um acervo popular com participação generalizada;
- deveria haver uma área tratada como praça de uso coletivo, integrada ao parque, para facilitar a identificação e o encontro do público com a natureza;
- deveria evitar equipamentos de lazer e recreação que selecionam os usuários, como quadra de esportes, de patinação, etc.
- deveria se destinar também às lavadeiras por sua importância econômica, social e cultural (são unidades produtivas, cuidam de seus filhos e trocam informações fazendo do Abaeté, antes de qualquer intervenção, um parque comunitário natural);
- o paisagismo devia buscar a reconstituição da mata de restinga.

No núcleo central, os arquitetos paulistas Rosa Kliass e Luciano Fiaschi implantaram a praça de uso coletivo, com pisos para o estar e para o passeio contemplativo, a Casa das Lavadeiras, o Centro de Atividades e a Casa de Música da Bahia.

O uso das águas da lagoa para lavar roupas não era compatível com a ação de despoluição e preservação. A solução encontrada foi a criação da Casa das Lavadeiras, basicamente um agrupamento de tanques 'públicos'. Mas não é a mesma coisa: elas não mais transformam "as areias em quaradouros de roupas, embelezando-as com sua variedade de cores"³². A manutenção da cultura das lavadeiras não foi compatível com a nova configuração.

Mas o parque tem outros significados sociais. Além de ter preservado o sítio, o lugar é popular e valoriza as pessoas que vivem em seu entorno. Os turistas que visitam o Abaeté não são importunados pelos caçadores-de-turistas da mesma forma que no Pelourinho. A intervenção no Abaeté conseguiu transformá-lo em um verdadeiro parque público onde a igualdade entre as pessoas é ressaltada, não a diferença.

31 PREFEITURA DA CIDADE DE SALVADOR. Órgão Central de Planejamento OCEPLAN. Plandurb/Parque Metropolitano do Abaeté. Planejamento Paisagístico. Salvador, 1978.

32 Idem

Parque Metropolitano de Pituçu

O parque foi criado para a preservação de uma paisagem que contém uma lagoa cheia de braços, colinas e remanescentes da Mata Atlântica. A área se encontrava ocupada por residências de alto padrão, barracos e chácaras e estava muito ameaçada pelo desmatamento, pela poluição das águas e pelo assoreamento. Localizado entre a orla marítima e o Centro Administrativo da Bahia, foi criado em 1973, no primeiro governo de Antonio Carlos Magalhães, que se empenhou na desapropriação da ocupação existente.

O parque tem um projeto de alta qualidade. O conjunto é simples e integrado à natureza exuberante, e isto o torna sofisticado. A entrada principal fica na Avenida Litorânea e é marcada por uma edificação metálica com um grande vão livre que se configura um verdadeiro pórtico que emoldura a lagoa. Esta edificação e as esculturas ao ar livre são os elementos 'arrojados' do conjunto.

Os equipamentos do parque estão organizados em torno da lagoa, com exceção daqueles dispostos na nova entrada pela Avenida Paralela e da ciclovia. Com 17 km de extensão em meio à mata, a ciclovia é um equipamento único porque permite uma experiência quase rural.

Por ser adequado ao lazer esportivo, o parque é bastante utilizado pela população. Mas as grande dimensões do parque e a trilha-ciclovia trazem uma dificuldade: como garantir a segurança dos usuários? Há riscos. O parque não tem cercamentos e há invasões nas suas bordas.

Uma vez que a segurança pública é também da competência do Estado, a associação deste serviço com o parque foi mais fácil. Uma unidade da polícia foi locada no parque, em todos os trechos foram dispostos quiosques para vigilância e são mantidas viaturas fazendo ronda. Se este serviço descontinua, há problemas para o pleno uso do parque e perde-se trechos dele para as ocupações.

Parque do Aeroclub

O Parque do Aeroclub, que também foi chamado de Parque Atlântico, implantado em 1999, não poderia ser mais oposto ao que a administração municipal idealizava. Houve um grande esforço da prefeitura entre 1993 a 1996 para dar uma destinação nobre a este terreno - a maior área desocupada nas mãos de Prefeitura e de grande visibilidade. Era uma de suas prioridades.

As intenções eram as melhores possíveis. Técnicos da Prefeitura chegaram a fantasiar³³ quarteirões-parques ligados aos bairros do entorno, com vias e edificações isoladas, mobiliário urbano e es-

33 PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR - Centro de Planejamento Municipal - CPM Parque do antigo Aeroclub - ações imediatas. Salvador, 1994.

culturas, mesas de piquenique, quadras esportivas, ciclovia e trilha para equitação (!) em meio ao verde variado e com vista permanente para o mar – a cidade ideal de muitos urbanistas. Condenava-se as barracas de praia, justo elas que dão suporte ao lazer.

A área foi objeto em 1992 de Concurso Nacional de Idéias cujo edital incluía não apenas o projeto do parque mas formas para implantá-lo e geri-lo. Induzia, assim, a proposição de parcerias com a iniciativa privada. O estudo vencedor – dos arquitetos Wilson Andrade, André Sá e Francisco Mota – previa parque infantil, quadras, galerias, salas de espetáculo, centro cultural, restaurantes, bares, shopping aberto, centro cultural e de lazer, aquário, observatório, hortos, postos médicos, ciclovia, pista de aeromodelismo e autorama, praça para shows entre outros equipamentos.

Houve críticas à proposta e muita polêmica. Havia os que defendiam a implantação de um parque inteiramente verde e condenavam: a cessão de áreas a particulares; a impermeabilização dos pisos por praças, vias e calçadas; os espaços para grandes shows; as barracas de praia “de sempre” e o mimetismo pela recriação de dunas, da vegetação original, de um mercado e de um casario. Justo elementos que têm sido recorrentes nas novas propostas dos profissionais de projetos e que, bem orquestrados, contribuem para o maior uso.

Após entendimentos entre vários órgãos da prefeitura, Câmara dos Vereadores, representantes do bairro e a equipe vencedora do concurso, uma nova concepção foi sistematizada, eliminando-se os equipamentos e tudo mais. O projeto que foi implantado (ou a versão) não é reconhecível. Foram construídos pisos, alguns bancos, postes de iluminação e pórticos de uma forma que o lugar não tem legibilidade como parque. Seu aspecto é o de um estacionamento precário.

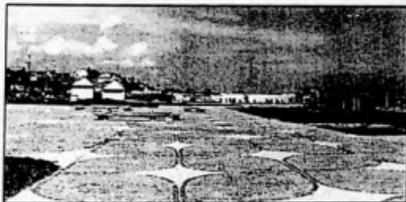
Como a prefeitura não tinha os recursos necessários para a implantação do parque foi feita parceria com o Consórcio Parques Urbanos que, em troca, construiu no local o Aeroclub Plaza Show, um shopping center. Enquanto se construía o shopping – vistoso, colorido, ornamentado – o terreno ficou abandonado, servindo como depósito de material e de entulho. Quando o parque finalmente foi implantado, a impressão que se tem é de que continuou abandonado.

Para a população, Parque do Aeroclub é o shopping center. Este reúne todos aqueles usos que foram imaginados, no concurso, espalhados pela área: lojas, restaurantes, cafés, sorveterias, cinemas, boliche e local para shows que, todas às sextas-feiras, reúnem por volta de 4 mil jovens. O contraste com o Aeroclub Plaza Show, ricamente ornamentado e bastante frequentado, acentua ainda mais a falta de atratividade do parque. Não há relação com o entorno,



Parque do Aeroclube

O contraste entre o Aeroclube-shopping center e o Aeroclube-parque público. Postos lado-a-lado, o espaço público ficou com feições de um grande estacionamento.



nem com os bairros e nem com a praia. Não há vegetação, nem outro elemento que sombreie ou que barre o forte vento. Os usuários são escassos. O shopping center, apesar de dar algum suporte ao uso da praia neste trecho, é uma barreira que esconde para a cidade o grande atrativo natural do lugar – o mar – cuja vista tanto se falara em preservar.

O sítio foi incrementado para o turismo. De grande beleza natural, recebeu caminhos que aproveitam as vistas e, ao longo destes, uma série de esculturas.

Apropriação e uso

Os parques tendem a ser democráticos. O Parque da Cidade é um bonito exemplo em Salvador: há gente de todas as classes, como iguais. Para o convívio seletivo existem muitos clubes e shopping centers. As praias são grandes parques públicos lineares: são gratuitas, próprias para os esportes, para a recreação com as crianças, têm o mar para banho, e as barracas para ouvir música, tomar cerveja e comer peixe.

As praias de Salvador, entretanto, ao contrário dos parques, têm uso segregado. Tal qual os shopping centers e as cordas dos trios elétricos. Isto acontece também em outros litorais mas não em tal grau. No Rio de Janeiro, muitos moradores dos bairros junto à orla evitam a praia nos finais de semana porque elas ficam mais populares mas principalmente porque ficam muito cheias. Em Salvador, a segregação está no costume da cidade.

Quando vão à praia, os habitantes mais privilegiados e os turistas buscam a orla longe da urbanização. A imagem da praia mais urbana de Salvador parece não ter evoluído muito desde os tempos coloniais quando a praia era um lugar de despejo de lixo, frequentado pela classe mais pobre e evitado pela elite³⁴. A elite de hoje alega medo, nem sempre justificado, de poluição e de sujeira. A imagem difundida é que são praias impróprias. A sujeira, segundo Liliane Silva, seria reflexo do mau uso, denotando a falta de vínculo das pessoas. A falta de sintonia entre a população que reside nos bairros do entorno e a orla resulta em não apropriação e não participação, o que perpetua e potencializa problemas de ordem ambiental.

240 Turismo, discurso e imagem

A orla marítima é citada pelos habitantes de Salvador como elemento significativo para a imagem da cidade, juntamente com o Centro Histórico. Valorizar a orla, no caso da capital baiana, atende tanto aos objetivos de promoção turística quanto ao de agradar a população. Em todos os discursos públicos, os moradores da cidade são apresentados como o público alvo das propostas, que *ganham* os novos equipamentos de lazer juntamente com os turistas. Foi o que aconteceu com as praças requalificadas no centro e na Orla (Bahia Sol e Nossa Senhora da Luz).

As reformas de praças centrais, a menos que se dêem sobre espaços em boas condições de manutenção e uso (o que não era bem o caso de Salvador), são sempre boas, ainda que sejam escancaradamente

34 SILVA, Liliane de Araújo. De paisagem a cenário: a construção da atual orla marítima de Salvador. Salvador, 2002. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia.

eleitoreiras. As praças centrais são intensamente utilizadas, pessoas de variadas idades e estratos sociais, de todos os pontos da cidade, se reconhecem nestas praças o que justifica a ação. Já as praças da orla são como núcleos de um grande parque. Sua requalificação nestes moldes não era prioritária no contexto da cidade e mesmo da própria orla.

Intervenções recentes, o Parque Costa Azul e Jardim dos Namorados são partes do discurso de se reverter áreas degradadas. A degradação em questão era uma ocupação indesejada de um terreno valorizado. Requalificados, a maioria da população os usufrui apenas visualmente, como cenários, ou nem isso, no plano imaginário da cidade mais bonita.

A criação dos parques de Pituvaçu e do Abaeté tiveram como objetivo a promoção turística e política mas foram fundados sobre a missão de recuperar um patrimônio paisagístico cuja destruição não poderia jamais ser revertida. Aliam o uso pela população à preservação. É uma combinação legítima para um benefício duradouro e que faz promoção turística verdadeira (porque não convida a visitar uma fachada somente).

Já a promoção turística pretendida pelos parques Costa Azul e Jardim dos Namorados com o embelezamento de fragmentos da orla é discutível. São parques que atraem o olhar mas que são desconectados do entorno e do restante da orla e não têm relação funcional com a praia. Ao invés de valorizar o entorno, eles o tornam ainda menos atraente. Eles não fazem o turista gostar mais da cidade de Salvador.

A reforma do Pelourinho, por mais cenográfica que tenha sido, cumpre este papel. O Pelourinho, mesmo hoje sem todas as ligações com a cidade, é fruto de relações sociais que aconteceram no passado. É um patrimônio cultural rico que desperta emoções no visitante.

O Parque das Esculturas não é nem um nem outro caso. Em termos funcionais ele se aproxima das ações de embelezamento. Destina-se à promoção turística e a um uso elitizado que é o de museu-galeria (nos moldes que tem). Em termos formais ele se assemelha aos parques modernos – até porque Rosa Klüss, a autora do Parque das Esculturas, é também autora do Abaeté. Ele é equilibrado, limpo e, em grande parte por isso, se integra à paisagem e a valoriza.



PARQUES DE CURITIBA

Os parques e bosques da cidade, alinhavados por uma rede de cicloviás, foram alardeados pelo *city marketing* como um recurso fora do comum que faz de Curitiba uma cidade privilegiada. De fato, é um recurso específico de Curitiba e de grande valor em muitos sentidos. A maior qualidade é o fato de formarem um sistema de áreas verdes para o lazer da população ao longo dos cursos d'água, protegendo-os – algo que os paisagistas preconizam e que nunca vai à prática. Em Curitiba, isto ocorreu porque foi produto de uma estratégia implícita, gestada no final dos anos 1960. Fosse para prevenir enchentes, fosse para o uso da população ou para o consumo turístico, os parques se tornaram um consenso na cidade e cada administração que se seguiu na prefeitura trabalhava para ampliar este sistema.

Com o tempo, uma curiosa tematização que foi sendo atribuída a cada novo parque que servia como uma atração para que fossem visitados pela população e pelos turistas, para incluí-los no calendário de festas da cidade. Enfim, prestava-se a chamar a atenção de todos.

O primeiro foi o Bosque João Paulo II, também conhecido por Parque Polonês, que faz uma homenagem a este povo. No parque foram remontadas sete pequenas casas de madeira construídas pelos imigrantes em colônias na região por volta de 1880. Algumas delas corriam o risco de desaparecer onde estavam. O local também foi aproveitado como marco da passagem do Papa João Paulo II, o papa polonês, pela cidade em 1980. Mesmo que a pitoresca aldeia configurada tenha o caráter de produto turístico, o parque adquiriu tanto significado para a cidade e, em especial, para a colônia polonesa, que não poderia ser qualificado como um lugar simplesmente turístico ou 'disneylandiano'.

Os novos parques são concebidos como atrações turísticas, além de espaços de lazer. Os mais novos integrantes deste sistema são o Parque Nascente do Belém e o Parque Atuba. Este parque foi oferecido, em 2004, como uma opção de lazer aos moradores da região que ao mesmo tempo preserva um banhado em fundo de vale, existente a nordeste, na divisa com o município de Colombo. A obra foi feita em parceria com uma instituição bancária e, no parque, foi

Memorial Ucrâniano, no
Parque Tingüi

FOTO FRANCINE SAKATA

315
de
11
15

243

249

criada a Vila da Madeira Milna Leole (homenagem à arquiteta do Ippuc que participou de sua concepção), que retoma a idéia do Bosque João Paulo II de conservar elementos de arquitetura de madeira típicos da região, transferindo-os para esse local.

Mas os parques não são considerados o equipamento básico e primordial de lazer. Os parques são a forma de preservar os cursos d'água e os bosques e são utilizados como cenários para o lazer. Segundo os técnicos do Ippuc, o equipamento primeiro de lazer é a ciclovia. As ciclovias se prestam tanto para o passeio de bicicleta como para as caminhadas, as corridas, os carrinhos de bebês, as atividades promovidas para a terceira idade, etc. Para o poder público local, a bicicleta é também um meio de transporte individual que deve ser incentivado mas que, como meio de transporte, é menos importante que os ônibus, que são coletivos. Assim, nas avenidas da cidade, os ônibus têm preferência sobre as bicicletas.

Estas calçadas-ciclovias têm custos de implantação e de manutenção muito baixos face aos usos que são dados pela população e foram incorporadas a todos os novos projetos de espaços públicos, mesmo nos eixos comerciais. Segundo esta lógica, as ciclovias precisam ser distribuídas pela cidade inteira mas os parques não necessariamente, apenas onde houver o recurso natural que lhes dê suporte. Desta forma a municipalidade justifica porque os parques se concentram na parte norte da cidade, a mais bonita, a de relevo mais 'dobrado' e, por tudo, a mais valorizada.



Bosque João Paulo II

As casas de madeira de colônias polonesas foram destinadas à capela, museu e loja de artesanato típico polonês, constituindo todas um museu ao ar livre. Na visita do papa ao Brasil foi celebrada missa na capela que abriga a imagem de Nossa Senhora de Czestochowa, padroeira da Polônia.



Ciclovias

Parte da ciclovia foi feita por desapropriações e parte por doação dos proprietários que foram convencidos de que o lote com duas frentes (uma para o rio e outra para a rua) se valorizaria, o que de fato aconteceu.

Processo de produção

Tanto o parque linear do Rio Iguaçu, na década de 1970, quanto o do Rio Passaúna, na década de 1990, foram justificados com os objetivos de assegurar a proteção de seus mananciais e dos respectivos entornos – o primeiro, como uma forma de prevenir enchentes (o problema da época) e, o segundo, como abastecedor de água do município (o problema atual, um papel que ambos os rios cumprem). Um objetivo comum era conter a favelização ao longo dos cursos d'água.

O Rio Iguaçu recebe as águas de seus afluentes, que cortam o perímetro urbano da cidade (Rio Atuba, Rio Belém e Rio Barigüi). Em períodos sazonais de chuva, o encontro desses rios com o Rio Iguaçu causa seu espraçamento por vastas áreas e periódicas inundações.

O represamento das águas nos parques era uma solução possível para Curitiba e uma opção barata em relação às custosas obras de engenharia necessárias quando se opta pelas canalizações³⁵. Nos parques, as lagoas funcionam como represas e as contenções de concreto armado tornam-se necessárias apenas em travessias e alguns outros pontos específicos.

Para obter a posse das áreas de preservação são utilizados vários recursos. O da desapropriação é o mais custoso e o menos utilizado. Há mecanismos previstos pela legislação, desde 1990, para incentivar os proprietários a doarem terreno em troca de potencial construtivo em outras áreas da cidade ou de condições especiais para a construção. Para proprietários com terrenos no fundo de vale e em áreas vizinhas que podem ser loteadas, o argumento de que o parque público valoriza o empreendimento privado é utilizado pela prefeitura para que os proprietários doem as terras para o uso público. O mesmo argumento não pode ser utilizado junto aos proprietários com terrenos totalmente localizados no fundo de vale. Para estes proprietários há outros recursos que são as permutas por potencial construtivo em outras áreas da cidade.

As intervenções nos parques, pela visibilidade que têm, valorizam a administração pública. O Parque Passaúna foi reinaugurado para a comemoração dos 300 anos da cidade. Havia 30 dias para implantar o parque porque haveria uma mudança política e havia o risco de não se executar a obra. O projeto foi feito no local e a obra executada em 28 dias. Não apenas o tratamento do parque mas também a agilidade em sua implantação foram utilizados como emblemas de eficiência da gestão municipal.

Linhão do Turismo

O Linhão do Turismo, no final dos anos 1990, complementa o Linhão do Emprego: o do turismo cruza os bairros mais ricos e o do emprego, os bairros mais pobres. Imaginou-se que esta figura abstrata, o linhão, pudesse significar um fluxo de mão-de-obra dos bairros mais pobres para os mais ricos.

Foi criada uma linha de ônibus, a Linha Verde, que percorria estes cerca de 50 km, mas o Linhão do Turismo era, de fato, mais um conjunto de pequenas obras viárias, de paisagismo, de implantação de mobiliário urbano e de sinalização turística específica e a promoção de atividades em geral ligadas ao turismo.

35 Para obtenção de recursos federais, os primeiros parques foram justificados como obra de saneamento e foram beneficiados por um programa de drenagem do extinto Banco Nacional de Habitação.

MENEZES, Claudino Luiz. *Desenvolvimento urbano e meio ambiente: A experiência de Curitiba*. Campinas, SP: Papirus, 1996.

Este eixo está localizado na área norte de Curitiba, região privilegiada onde estão implantados grandes parques urbanos e onde se situam bairros tradicionais como o bairro italiano de Santa Felicidade. O eixo proposto interliga 9 parques (inclusive o mais novo, o Atuba), que são as grandes atrações do roteiro turístico. Eles conjugam natureza com lojinhas, museus, jardins e edificações vistosas que funcionam como monumentos arquitetônicos.

PARQUES DE CURITIBA

1972	1979	1980	1988	1989	1990	1991	1992	1994	1995	1996	2004
Parque Barigui Parque São Lourenço Parque Barreirinha	Parque do Iguape	Bosque João Paulo II*	Parque Bacacheri (Parque Gal. Ibero de Mattos)	Bosque Gutierrez Bosque Reinhardt Maack	Parque Municipal do Passaúna Jardim Botânico de Curitiba*	Universidade Livre do Meio Ambiente* Parque das Pedreiras*	Parque dos Tropeiros* Bosque de Portugal* Parque Tingui*	Bosque Zaninelli*	Bosque da Fazendinha	Bosque Alemão* Parque Tanguá*	Parque Atuba*

1978
Início da implantação da rede de Ciclovias. O primeiro trecho de 34km, ligou o Pq. Barreirinha com a Cidade Industrial

* SEGUNDA GERAÇÃO DE PARQUES

Primeira geração: parques modernos (anos 1970 e 1980)

A maior parte dos parques têm estrutura linear porque acompanham o curso d'água e aproveitam os lagos formados pelos rios e bosques existentes. Os primeiros parques não tinham o caráter de atrações turísticas e a intervenção era sempre discreta: caminhos, trilhas, pontes e gramados emoldurando os lagos e os bosques. O plantio de novas espécies era praticamente nulo, o projeto paisagístico buscava valorizar os recursos existentes.

Delimitando os parques, eram feitas vias (previstas por lei) para o acesso aos parques e para a fiscalização. A via que cruza o Parque Tingui, por exemplo, pode ser percorrida de carro e, assim, tem-se a impressão que o parque se abre à cidade ou como que a via é uma via-parque, ladeada por lagos e gramados. Esta possibilidade pôde ser aproveitada, mais tarde, no percurso turístico, feito em geral de ônibus. A atração é a forma como o parque emoldura a paisagem neste trecho do percurso.

Os parques são tão frequentados que alguns funcionários da Secretaria Municipal de Meio Ambiente acham que a construção de ciclovias em outros bairros da cidade seja uma forma de desafogá-

Parque Barigüi

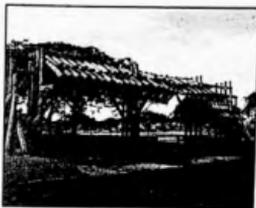


FOTO: THOMAS DE SAZDA



Parque São Lourenço

los aos domingos. Muitos caminhos largos, que funcionavam como ciclovias e pistas de cooper, precisaram ser "duplicados" em muitos parques que eram considerados "concluídos" para atenderem à demanda.

Já nesta primeira geração de parques estava presente a idéia de converter "feridas" em equipamentos para o uso público. Para Jaime Lerner³⁶, nada agrada mais a uma comunidade que a transformação de algo que lhe é caro em algo que possa ser utilizado. No Parque São Lourenço, as instalações de um antigo curtume foram convertidas no Centro de Criatividade.

247

Segunda geração (1990 em diante): atrações turísticas

Os parques e bosques tratados a partir dos anos 1990, seguindo a linha inaugurada pelo Bosque João Paulo II (que, de fato é de 1980) incorporaram a função de símbolos da cidade e pontos turísticos e acrescentaram atrações e temas a seus projetos. Muitos deles, valeram-se, como recurso para maior visibilidade, da transformação de áreas degradadas, como pedreiras, caso do Parque das Pedreiras e do Tanguá. O Parque das Pedreiras, que contém a Ópera de Arame, era utilizado como usina de asfalto da prefeitura. Os equipamentos da usina foram usados em outra obra, os Faróis do Saber. O teatro "transparente" (a Ópera de Arame) permite a visualização da pe-

36 LERNER, Jaime. *Acupuntura Urbana*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

dreira ao fundo. O Parque Tanguá usa duas pedreiras interligadas por um túnel com trecho de rio navegável.

A estrutura destes mais novos parques apresenta, em geral, um núcleo bastante processado com construções temáticas vistosas e todo o seu entorno com ambientes naturais preservados ou com poucas intervenções. O Parque Tingui tem uma exuberante edificação de arquitetura típica ucraniana, emoldurada por jardins elaborados, como ponto focal e, o restante do parque recebeu apenas discretas trilhas, gramados e bancos.

Com isto, mesmo contendo os núcleos temáticos superprocessados, os custos de implantação dos parques, de modo geral, são contidos. O custo do núcleo superprocessado se dilui pela metragem total do parque. O Parque Tingui tem 380 mil m² e teve o custo de implantação das vias, pontes e construções de R\$ 1,5 milhão, ou seja, R\$ 4,00/m². Sendo a média para o tratamento de áreas livres de aproximadamente R\$ 15,00/m², o custo pôde ser considerado bastante baixo.³⁷

37 Reynaldo Pilloto, diretor do Departamento de Parques e Praças da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em entrevista a Fábio Robba



Parques

Os parques se concentram na parte norte da cidade, que possui um maior número de nascentes e de olhos d'água e relevo mais movimentado. Foram uma forma de prevenir não apenas as enchentes mas a favelização ao longo dos cursos d'água.

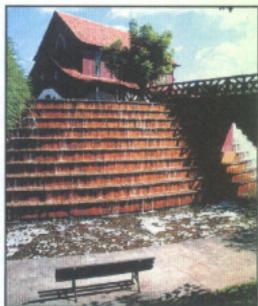
01. Parque Tanguá
02. Bosque do Pilarzinho
03. Bosque Zaninelli
04. Parque São Lourenço
05. Bosque da Vista Alegre
06. Bosque Gutierrez
07. Bosque da Boa Vista
08. Passeio Público
09. Jardim Botânico Francisca Maria Ganukel Nischbieter
10. Bosque do Capão da Imbuia
11. Parque Tingui
12. Parque Barugul
13. Bosque Italiano
14. Bosque da Fazendinha
15. Parque dos Tropeiros
16. Parque Municipal de Passauna
17. Parque Calua
18. Bosque São Nicolau
19. Parque Náutico
20. Parque Iguaçu
21. Bosque Reinhard Maak
22. Parque Barreleirinha
23. Parque Municipal Ibero de Mattos
24. Bosque de Portugal
25. Bosque João Pezaly II
26. Parque das Pedrinhas

Ano Inaug.	Parques	Área	projeto	Justificativa utilizada na criação	características	Equipamentos principais	Tema / Recursos de visibilidade
1972	Parque Barigoi	140 ha	Arq. Lubomir Fcinsky	Conter inundações Lazer Preservação	Extensos gramados, trilhas e caminhos sinuosos interligam diversos núcleos de atividades esportivas, culturais e de recreação	Museu do Automóvel, centro de exposição, estação de maria-fumaça, campo de futebol, quadras esportivas, pista de bicicletas, pista de aeromodelismo, pedalinhos, churrasqueiras, lanchonete, playground	Genero inédito no país
1972	Parque São Lourenço	20,39 ha	Arq. Roberto Gandolfi	Conter inundações Lazer Preservação	Núcleo junto a entrada com o Centro de Criatividade e percurso contornando o rio represado	campo de futebol, quadras esportivas, churrasqueiras, biblioteca, playground	Genero inédito no país Centro de Criatividade no galpão de uma antiga fábrica Ponte e roda d'água
1972	Parque Barreirinha	27,5 ha	Arq. Domingos Bongestabs	Conter inundações Lazer Preservação	Equipamentos distribuídos junto ao lago no centro do parque	churrasqueiras, biblioteca infantil, lanchonete, playground	Genero inédito no país
1979	Parque do Iguape	826,43 ha		Conter inundações Conter ocupação clandestina Preservação	Dividido em quatro áreas. Zoológico, Parque Náutico, Pomares Públicos e Parque Petadeiro.	zoológico, raas de remo, setor pesqueiro e estação de piscicultura, praia fluvial, pomares públicos, quadras esportivas, estádio de beisebol, churrasqueiras, quiosques, lanchonete, Casa do Acantonamento, playground	Porte
1980 2º ger	Bosque João Paulo II	4,8 ha	Arqs Sérgio Pires e Lauro Tomizawa	Homenagem à etnia Marco da visita do papa Preservação Lazer	As casas formam uma pequena aldeia, o restante do parque é o bosque existente	Capela, Memorial da Imigração Polonesa, pátio de carros, palco, loja de artesanato, estátua do papa, playground	primeiro parque temático (com casas de imigrantes poloneses); missa do papa em visita ao Brasil
1988	Parque Bacacheri (Parque General Ibery de Mattos)	15 ha	Arq. Regina Nagashima	Preservação Conter encharcamentos do Rio Atuba Lazer	Grande lago na área central, cercado por caminhos que levam às demais áreas	Pórtico de entrada, quadras esportivas, campo de futebol, churrasqueiras, lanchonete, playground	
1989	Bosque Gutierrez	1,8 ha	Arq. Domingos Bongestabs	Preservação Lazer	Bosque e equipamentos junto às extremidades da área	Quadras esportivas, campo de futebol, ponte, espaço para exposições, mirante, playground	Centro de criatividade e memorial em homenagem ao líder ambientalista Chico Mendes
1989	Bosque Reinhardt Maack	7,8 ha		Preservação Lazer		Pórtico de entrada, mirante, campo de futebol, passarela, heliponto, loja	Brinquedos infantis em eucalipto
1990 2º ger	Parque das Pedreiras	10,35 ha	Arqs. Domingos Bongestabs, Jari Couston, Maria Lucia Rodrigues, Regina Nagashima, Mano Kuster	Reciclagem de área degradada (pedreira) Equipamento cultural Turismo	De um lado, a pedreira pode abrigar grandes shows, de outro, a Ópera de Arame para apresentações teatrais e musicais	trilha de aventuras para recreação infantil, com 16 brinquedos em eucalipto, portal, casa de educação ambiental	Espaço cultural Paulo Leminski (para grandes shows)
1991	Parque Municipal do Passaúna	650 ha		Preservação do curso d'água para abastecimento da cidade Lazer	Metade de sua área é ocupada pela represa	Estação Biológica, ancoradouro de barcos, recantos pesqueiros, playground, lanchonete e um mirante de 60m de altura, mirante	Não tem

Ano inaug.	Parques	área	projeto	Justificativa utilizada na criação	características	Equipamentos principais	Tema / Recursos de visibilidade
1991 2ª ger.	Jardim Botânico de Curitiba	27,8 ha	Arqs. Domingos Bongestabs, Colab.: Jair Coustou, Maria Lucia Rodrigues, Regina Nagashima, Mario Kuster	Sede do Museu Botânico Preservação Lazer Turismo	Os jardins floridos emolduram a estufa, um conjunto bastante cenográfico. Na área posterior o bosque existente e em outra extremidade, ponte e o Museu Botânico	Portico, velódromo, quadras esportivas, campo de futebol, totem, chafariz, cascata estufa, ponte, área para exposições	A perspectiva do jardim conduz a estufa
1992 2ª ger	Bosque Zaninelli	3,7 ha	Arqs. Domingos Bongestabs, Colab.: Jair Coustou, Maria Lucia Rodrigues, Regina Nagashima, Mario Kuster	Sede da Universidade Livre do Meio Ambiente Reciclagem de área degradada (pedreira)	Na entrada há edifícios administrativos, uma passarela de madeira sobre a água e em um túnel de vegetação conduz ao edifício da Universidade Livre do Meio Ambiente junto ao lago na base de uma pedra	anfiteatro, passarela, portico, ponte, mirante	Universidade Livre do Meio Ambiente, edifício com estrutura de eucalipto e uma rampa-mirante; pedra
1994 2ª ger.	Parque dos Tropeiros	17,34 ha	Arqs. Denise Murata e Tereza Castor	Lazer Preservação	A cancha de rodeios é o equipamento central, muitos espaços assemelham-se aos das fazendas	Cencha de rodeios, capril, sala de danças, auditório, refectório, churrasqueiras, museu, área para acampamento	Homenagem ao tropeirismo (preferência a vida no campo)
1994 2ª ger	Bosque de Portugal	2,08 ha	Arq. Fernando Popp	Preservação Lazer	Linear com uma trilha de pedra ao longo do córrego em meio ao bosque e espaços de estar abrid-se no meio da trilha	Trilha da poesia, totems, ponte, painéis decorativos	Homenagem aos países de língua portuguesa: em cada totem há trechos de poemas pintados em azulejos
1994 2ª ger	Parque Tingüi	38 ha		Lazer Preservação Turismo	Grande lago com pontes e passeio no entorno, aberto para a avenida, um pouco à frente está a beira da avenida o Memorial Ucrâniano	pontes de madeira cobertas, palco, porta, casa típica ucraniana, estatua do cacique Tindiquera (tribo Tingüi)	Memorial Ucrâniano (réplica da igreja de São Miguel Arcanjo); para festas da colônia ucraniana
1995	Bosque da Fazendinha	7,2 ha	Arq. Regina Nagashima	Preservação Lazer	Antiga propriedade particular com residência de 1896, reciclada, de um lado da entrada, do outro as quadras e a frente o bosque com trilhas	Palco, mirante, galpão para artes, quadras esportivas, campo de futebol, playground	Não tem
1996 2ª ger.	Bosque Alemão	3,8 ha	Arqs. Fernando Popp, Mauro Magnabosco, Fernando Canali, Reginaldo Reinhart	Preservação Lazer Cultura Turismo	Terreno íngreme; no topo um ambiente com uma réplica de uma igreja presbiteriana, com cascata, espelho d'água e mirante; no meio da trilha a Casa da Bruxa (biblioteca infantil) e abaixo, ambiente com portico e jardins floridos	Portico de entrada, mirante, campo de futebol, passarela, heliponto, loja	Brinquedos infantis em eucalipto
1996 2ª ger	Parque Tanguá	23,5 ha		Preservação Reciclagem de área degradada (pedreira) Lazer Turismo	A entrada se localiza num platô elevado onde foi disposta a edificação-mirante	Jardim que conduz à edificação mirante de arquitetura chamativa	Jardim que conduz à edificação mirante de arquitetura chamativa
2004 2ª ger	Atuba	17,3 ha		Lazer Preservação			Vila da Madeira



FOTO: REJANE PEREIRA



Parque Alemão, no Jardim Schaffer

Para coroar a trilha "encantada", há, no meio do parque, a casa da bruxa, uma biblioteca infantil onde se contam histórias para as crianças. O lugar recebe grande visitação de escolas e turistas.

Universidade Livre do Meio Ambiente

No final dos anos 1970 e nos anos 1980 foram usados muito brinquedos feitos com troncos de eucalipto que tinham custo muito baixo pois eram provenientes dos postes que estavam sendo substituídos em todo o estado. Nos anos 1990 foram utilizados em exóticas edificações.



O Bosque Italiano, onde desde 1993 são realizadas festas típicas italianas, pertence à Paróquia de Santa Felicidade e, portanto, não é público. Há outros como o Bosque Capão da Imbuia, o Bosque Boa Vista, o Bosque Capão da Imbuia, o Parque Diadema e o Parque Caiuá. O Parque Vista Alegre está previsto mas não havia sido inaugurado até 2004.

Foram criados, por troca de potencial construtivo, o Bosque Uberaba, o Bosque Solitude, o Parque Barigui Sul e o Parque das Nascentes do Rio Belém, não aparelhados.

Parque Tanguá

O mesmo efeito utilizado no Jardim Botânico foi utilizado no Parque Tanguá em que a perspectiva do jardim conduz à edificação. Melhor que no caso do Jardim Botânico em que a edificação é uma pobre estufa, neste caso a edificação é um mirante do qual se tem uma deslumbrante paisagem para o rio muitos metros abaixo.

Projeto e Manutenção

Em comum, os parques da primeira e da segunda geração têm a mesma equipe de arquitetos como autores. Embora haja uma variação nos nomes, estes profissionais são todos ou diretamente provenientes do grupo de acompanhamento do Plano Diretor de 1966 ou foram agregados a este grupo ao longo do tempo. Com isso, alguns recursos visuais se repetem, em especial nas edificações, como as estruturas metálicas tubulares ou as estruturas de eucalipto roliço.

Os projetos, sem exceção, têm alta qualidade mas, para o arquiteto Orlando Bussarelo, o permanente recurso à busca de projetos executados pelos mesmos arquitetos e urbanistas para qualificar cada nova intervenção acaba se tornando um redundante artifício, que impede toda a gama de possibilidades para novas linguagens. Para ele, em Curitiba, "persiste a concepção de que a imagem da cidade será reconhecida pela repetição ou repaginação de códigos visuais"³⁸.

Como processo de invenção dos espaços da cidade, os portais étnicos, fruto de concursos de arquitetura, permitiram a participação maior da classe dos arquitetos. Nas edificações construídas, de fato, há uma repetição de elementos visuais. A mesma treliça metálica que caracterizou a Rua 24 Horas e a Ópera de Arame, está também presente no Shopping Center Estação. Nos parques, a tematização, pelo lado dos elementos construídos, e a particularidade de cada sítio (relevo, massas de vegetação, formato do espelho d'água, etc) criaram uma tal variedade que não se percebe a repetição dos autores.

Para os equipamentos, nos parques, optou-se pela simplicidade, sem que isto significasse dispensar o projeto. Buscava-se a manutenção fácil. Com o tempo, o design foi sendo aperfeiçoado em função do uso, da segurança que o equipamento oferece para o usuário e da facilidade de execução e de manutenção.

A manutenção é beneficiada pela pouca diversidade de equipamentos, pelo uso de materiais de qualidade e execução correta (aço inoxidável para escorregadores, telas galvanizadas como amarração adequada, etc). A pouca diversificação, por facilitar a manutenção, representa uma economia de recursos para o município. Os brinquedos, por exemplo, que são muito visados pelo vandalismo, são tradicionais, de fabricação própria. Quando se verifica que é preciso consertar uma gangorra, por exemplo, o funcionário encarregado já sabe, por conta de existir um único modelo de gangorra, qual é a chapa, qual é o diâmetro do tubo e qual equipamento deve ser levado ao local. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, encarregada da manutenção, tem equipes e ofiOs

38. Notícias da ABAP, ano 3 nº33 Julho de 2002.

cinas próprias para manutenção da iluminação, das bombas e dos chafarizes. Os parques contam com equipes fixas de manutenção para a vegetação e os outros elementos construídos, sediadas nos próprios parques, e, desde 1999, contam também com equipes terceirizada de suporte a estes serviços. Já a manutenção das praças é (com exceção das luminárias, bombas e chafarizes) toda terceirizada. A verba para a manutenção é constante mas, dado o padrão dos serviços, é considerada aquém do que seria ideal.

A depredação é considerada baixa. Os responsáveis pela manutenção³⁹ afirmam que a depredação é inversamente proporcional ao uso. A uso intenso, graças à função de lazer das áreas, leva a população a prezar pelas áreas e garante o suporte a outras ações de preservação.

Apropriação e validade

O uso do espaço público para o lazer é entendido pela administração municipal como uma forma das pessoas se recuperarem do dia-a-dia. Parques e praças são refúgios onde não pode haver publicidade, onde as pessoas não podem ser abordadas por religiosos, por campanhas políticas, por qualquer tipo de atividade que perturbe seu sossego. O ambiente que se pretende é oposto ao meio urbano, um lugar onde se possa ouvir os pássaros, o barulho da água, sentir o vento.

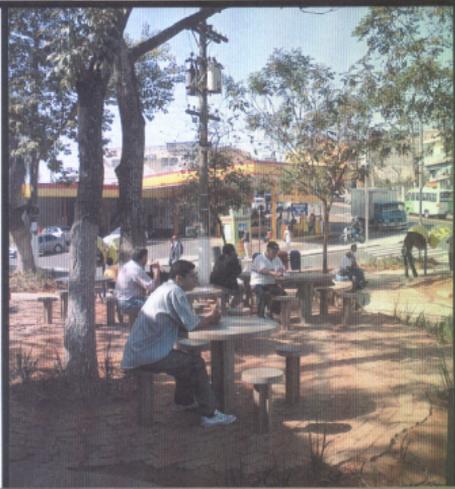
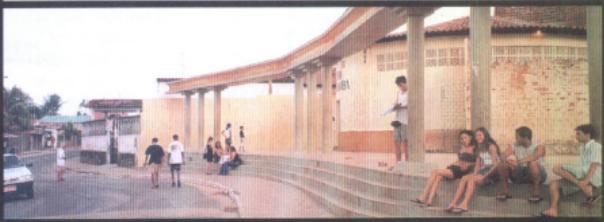
O uso é intenso, tanto dos parques como das ciclovias. Em datas especiais, cada parque serve como palco para uma festa diferente, animando a cidade e justificando sua existência. No caso do Parque Tingui, a área do parque foi doada por um loteador que aproveitou-se da vizinhança com o parque como marketing para seu empreendimento. A prefeitura poderia ser acusada de ter implantado o parque para valorizar (ou para manter valorizadas) as terras deste setor da cidade, beneficiando empreendedores como o do Parque Tingui. Como saber se foi o empreendedor que pediu a prefeitura para fazer o parque (e foi atendido) ou se foi a prefeitura que pediu ao empreendedor para fazer o seu empreendimento e viabilizar a preservação desta área e o espaço de lazer para a comunidade? Não se pode saber, apenas se pode avallar os resultados e, neste caso, a cidade saiu beneficiada, mesmo arcando com os custos pela manutenção do parque.

Este tipo de operação casada, que beneficia também os investidores privados, é uma tendência seguida por administrações públicas em todo o mundo, visto que se tornam cada vez mais escassos os recursos das municipalidades (frente a suas responsabilidades) e que esta é uma forma de viabilizar as obras de qualificação paisagística.

39 No verão prioriza-se limpeza e roçada dos gramados. No inverno aproveitam para outras manutenções e melhorias (calçadas, brinquedos, lixeiras, etc.). Reynaldo Pilloto, diretor do Departamento de Parques e Praças da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em entrevista a Fabio Robba

05

Discursos e Práticas



Parque Tanguá, Curitiba

Largo do Teatro, Viva Anjo da Guarda, São Luis

Lago do Japonês, Freguesia do Ó, São Paulo

FOTO FRANCINE SAKATA

Conforme iam sendo apresentados os estudos de caso, foram também comentadas algumas questões que cada caso envolvia. Propõe-se agora que o assunto seja visto, de modo geral e comparativo, da perspectiva do discurso do poder público (as justificativas e as intenções) contraposto à prática (o que foi feito de fato).

Entre os participantes do processo de implantação de projetos no espaço público estiveram a administração pública, escritórios de arquitetura ou consultores contratados, construtoras, concessionárias de infra-estrutura e a sociedade civil organizada (nem sempre consultada) através de ONGs, associações comerciais, empreendedores imobiliários ou associações de moradores. Na produção de um espaço público cada um dos agentes apresentou um discurso diferente, relacionado aos interesses daquela categoria. Duas delas serão aqui consideradas: a dos administradores e a dos arquitetos paisagistas.

Arquitetos paisagistas

A corrente sobreposição entre os termos *projeto paisagístico* e *desenho urbano* pode ter derivado do fato dos profissionais que desempenham ambas as especialidades terem todos a mesma formação. Via de regra, todos passaram pelo curso de arquitetura e urbanismo e não tiveram formações específicas na graduação de *urban designers*, *planners* ou arquitetos paisagistas, como ocorre nos Estados Unidos e na Europa.

Quando os profissionais se reúnem sob uma mesma categoria, há menos sentido em se distinguir os trabalhos. A inexistência de cursos de nível superior especializados¹, por sua vez, reflete a prática profissional. No dia-a-dia, os arquitetos-de-formação precisam responder por todas as especializações e outras mais. Isto acontece mesmo nos maiores mercados, São Paulo e Rio de Janeiro. Alguns cursos, com currículos amplos, estão sendo idealizados o que demonstra que há a direção de uma especialização.

¹ Há, em 2004, somente um curso superior de paisagismo, no Rio de Janeiro.

A arquiteta paisagista Rosa Klüss, que se formou em arquitetura e urbanismo, tem se empenhado na formalização da categoria. Uma de suas ações foi a criação da Associação Brasileira dos Arquitetos Paisagistas – ABAP, em 1976. Rosa Klüss foi, neste conjunto de projetos estudados, a profissional mais mencionada, com trabalhos de grande porte em Curitiba (Plano Diretor do Município, de 1966, como parceira de Jorge Wilhelm), Salvador (Parque do Abaeté, de 1992, e Parque das Esculturas, de 1998), São Luís (Plano da Paisagem Urbana, de 2003) e São Paulo (Parque da Juventude, 2003-2004) entre muitos outros projetos de desenho da paisagem que desenvolveu por todo o país..

Outros arquitetos citados têm se dedicado exclusivamente à arquitetura paisagística. Outros ao urbanismo. Manoel Ribeiro, autor do projeto Favela-Bairro da Serrinha, havia trabalhado em projetos de planejamento integrado no Serviço Federal e de planejamento regional no Banco Nacional de Habitação – BNH. Porém, pouco depois de ter desenvolvido o projeto para a Serrinha, onde atuou também como agitador cultural, foi a Portugal para criar um cenário para um dos grupos teatrais importantes daquele país.

Em São Luís, os arquitetos Geraldo Magela e Frederico Burnet, autores dos projetos do Programa Viva Bairro, dividiram-se entre o escritório de arquitetura, o serviço público e o trabalho como docentes na Universidade Estadual do Maranhão. Ao mesmo tempo em que desenharam espaços livres, criaram também igrejas e edifícios de apartamentos. Por tudo isto, serão denominados genericamente arquitetos tanto os arquitetos paisagistas como os urbanistas por profissão.

Administradores x arquitetos

Para ambos, políticos e arquitetos envolvidos no projeto dos espaços públicos, a grande recompensa é o reconhecimento da sociedade. Mas eles trabalham segundo uma lógica administrativa comum e segundo lógicas profissionais próprias. Arquitetos, principalmente quando em órgãos do governo, também são formadores de políticas públicas. E, encarregados ou contratados para desenvolver os projetos, seu trabalho se integra ao discurso político.

Os políticos, quando na posição de contratantes dos projetos de arquitetura, definem programas de uso, selecionam profissionais, estabelecem custos e processos de trabalho e criam a demanda pelos signos visuais que representarão o seu discurso. Para o público, eles se colocam na posição dos grandes criadores.

A administração pública, na realidade, não depende apenas do administrador uma vez que envolve muitos órgãos e mecanismos. As características dos programas para espaços públicos têm relação com a forma como estão articuladas as esferas governamentais de âmbito municipal, estadual e federal e o arcabouço institucional e os recursos que existem para respaldar os programas. Em São Luís e em Curitiba, o governo estadual conduziu as ações de maior porte; em Curitiba, São Paulo e no Rio de Janeiro foram as municipalidades. A primeira justificativa apontada é ligada à arrecadação – no Rio de Janeiro, o Estado é “pobre” e o município é “rico”; no Maranhão, o Estado é “rico” e o município é “pobre”, e assim por diante, mas há também questões fundiárias, jurisdições e outras articulações.

Entre as esferas administrativas há desde a cooperação, no caso de gestões aliadas comandando o Estado e o município, até uma absurda concorrência, no caso dos partidos rivais. Nestas disputas, interessa menos se o cidadão está sendo bem atendido mas quem o está atendendo. Como que se os serviços de competência da outra esfera estiverem ruins, tanto melhor. O Programa Viva Bairro, o Plano da Paisagem Urbana de São Luís, a reforma do Pelourinho, boa parte dos parques de Salvador e mesmo o Centros de Bairro, foram feitos no âmbito de abertas disputas entre as administrações estaduais e municipais. Nestes casos, os programas foram claros instrumentos de propaganda política da esfera de governo que os conduziu. O Viva Bairro qualificou praças nos bairros, ação que dá prestígio e que, por todo o país, é em geral conduzida pelo município. O Plano da Paisagem Urbana, foi encomendado pela esposa do prefeito e podemos inferir que seja uma reação ao programa estadual. O Pelourinho foi objeto do desejo de prefeitos, governadores e até do Serviço do Patrimônio Histórico, órgão ligado à Presidência da República. Os parques da orla de Salvador foram executados pelo Estado mas a prefeitura, quando pôde (na realidade, não pôde, repassando a tarefa à iniciativa privada) implantou também um parque, no único terreno que dispunha, o Aeroclub. O Programa Centros de Bairro não pode ser considerados uma provocação ao governo estadual mas é parte de uma política de instalação de equipamentos de recreação e de esportes na periferia, em praças muitas vezes ligadas a escolas, que foi utilizada para formar uma imagem daquela gestão municipal que disputaria as eleições seguintes com o candidato do governador. Este candidato usou, em sua campanha, as palmeiras plantadas pelo Programa Centros de Bairro para insinuar mau uso das verbas públicas.²

2 O então candidato José Serra (PSDB) fez da saúde sua plataforma política e tinha um gíngle que dizia que “coqueiro e belezaira podiam esperar” para comunicar que o embelezamento não é prioridade, mas a saúde.

A administração pública, além do chefe do poder executivo – prefeito ou governador (ou ambos), tem vereadores; secretarias e seus departamentos; empresas públicas, empresas privadas de serviços públicos, associações não governamentais, etc que são também

estruturados e articulados de formas diversas. Nos programas apresentados, os prefeitos ou governadores participaram diretamente das ações. Graças a sua presença, diferentes órgãos da administração pública dialogaram e cooperaram entre si para que as obras saíssem a contento, o que é menos comum do que deveria nas grandes capitais.

Duas etapas de projeto se distinguem nos programas: na primeira é idealizada a ação, o que envolve a determinação das áreas e a definição das características gerais dos projetos. A segunda etapa é projeto propriamente dito, realizado pelos arquitetos. A primeira pode ter intenso ou até nenhum envolvimento de arquitetos. Nos programas apresentados, nos quais os espaços públicos ocuparam posição central, os arquitetos tiveram grande participação também na definição do que viria a ser a ação. O Rio Cidade foi concebido pelos arquitetos, tanto do corpo técnico do Instituto Pereira Passos como na figura do Secretário de Urbanismo, Luiz Paulo Conde, que depois se tornaria prefeito. O Programa Viva Bairro, de São Luís, foi concebido por uma equipe muito pequena, formada também pelos arquitetos, pelos políticos e pelas comunidades, que se relacionavam de forma muito direta e pessoal. Em São Paulo, o arquiteto Sérgio Marin foi o responsável pelo modelo adotado no Centros de Bairro, a pedido da prefeita.

Nos sistemas de parques e nas intervenções no Centro Histórico de São Luís e no Centro do Rio de Janeiro, que não são de fato programas mas que podem ser considerados programas implícitos porque são frutos de consensos que deram objetivos e coerência para as ações, a participação dos arquitetos no suporte teórico que cria o consenso e na definição do modelo da ação também foi muito grande. A primeira proposta para a revitalização do Centro Histórico de São Luís foi de um arquiteto, John Gisiger, e o projeto pode quase ser considerado voluntário, espontâneo. Esta proposta foi absorvida pelo poder público e ganhou vida institucional.

Em Curitiba, os arquitetos foram excepcionalmente considerados os protagonistas da implantação dos parques ao longo dos cursos d'água, não os políticos. Divulgou-se até uma imagem dos urbanistas como os inovadores e criativos responsáveis pelos feitos que deram a Curitiba posição de destaque no mundo. Este fato é resultado da institucionalização do planejamento urbano que, por sua vez, se deu da estreita relação entre os urbanistas e os prefeitos, a começar pelo prefeito-arquiteto Jaime Lerner, que teve três gestões à frente do poder municipal e duas do estadual.

Em Salvador, a influência dos arquitetos nas decisões sobre o que fazer e como, tanto no Pelourinho quanto nos parques ao longo da orla, ficou obscurecida pelos desmandos de administrações fortemente centralizadas e personalizadas. Em compensação, se o papel



dos arquitetos foi reduzido na definição do modelo das intervenções, seu papel foi fundamental na criação de formas. Uma marca dos projetos de Salvador é justamente a visualidade que têm.

Mas, mesmo em Salvador houve arquitetos que se encarregaram da tarefa de oferecer projetos aos políticos. Arquitetos que trabalham como técnicos em órgãos ou empresas públicas muitas vezes assumem a primeira campanha de todas pelas quais passa um projeto, a de vender a idéia para o governador ou o prefeito. Para convencê-los de que o programa ou o projeto gerará a repercussão que interessa aos políticos, o arquiteto tem que identificar e criar as imagens que a obra passará.

A condição ideal para um projeto ser levado adiante é quando agrada a um grande número de classes e pessoas. Para tal, é interessante que se encaixe em variados discursos, que possa ser visto por muitos ângulos diferentes. Por exemplo, agrada aos ambientalistas porque protege um bosque, agrada à vizinhança e aos empreendedores imobiliários porque valoriza os terrenos do entorno, agrada às mães porque vai ter espaços para as crianças, os desempregados porque pode significar novos investimentos e novos empregos, e assim por diante.

Em Salvador, o arquiteto Mario Bestetti, da Conder – Companhia de Desenvolvimento do Estado da Bahia, abraçou o projeto de recuperação do Parque São Lourenço, próximo à avenida suburbana, no setor pobre da cidade, que recebeu já uma ação do poder público que foi a relocação de moradores de Alagados, uma favela sobre palafitas. O Parque São Lourenço possui cachoeiras e árvores sagradas para o candomblé e o arquiteto incorporou uma expressão para valorizar o fato (e a intervenção) que cria uma imagem para as pessoas – de que o Parque São Lourenço está para o candomblé assim como o Vaticano está para o catolicismo.

Reverter o estado de abandono deste parque é uma demanda antiga da população. Uma ONG reuniu material sobre o parque e envolveu o arquiteto. O Banco Mundial sinalizou que poderia financiar a obra de requalificação do parque e o arquiteto então preparou, com base no material recolhido pela ONG, um documento contendo as justificativas, as diretrizes e um projeto para o parque. O financiamento foi apresentado pela Conder mas não foi concedido, na ocasião. Mario Bestetti insiste neste trabalho certo de que ele se viabiliza, se houver interesse político.

O projeto do Parque Metropolitanando de Pituacu foi desenvolvido pela Conder através de um processo semelhante. O arquiteto Wilson Andrade é considerado pelos funcionários da empresa como o “pai” do parque. Naturalmente, para a população, esta paternidade é do governador Antonio Carlos Magalhães, a figura política mais

poderosa de Salvador. Foi o arquiteto que elaborou estudos para o parque e levou o governador e sua esposa até a área para um passeio de barco na lagoa de Pituvaçu. Diz-se que, naquele dia, o governador se decidiu por implantar o parque e que não houve mais empecilhos. Foi feita a legislação, foram feitas as desapropriações, começando-se pela residência do vice-governador, e foi implantado o projeto do parque.

Numa primeira relação, distante da opinião pública, os arquitetos podem ser considerados os autores e os políticos seus clientes, representando não exatamente os futuros usuários mas os interesses que precisa atender, as imagens que precisa enfatizar. Os arquitetos intermediam os usuários e o poder público, interpretando o desejo e as necessidades de ambos.

A relação que se segue e que é divulgada para a população, é a do político assumindo o papel de autor da idéia e do projeto. O político vende o projeto na câmara, na imprensa e para a população, que assume a condição de cliente (uns mais como beneficiários, outros como patrocinadores que de fato são). Nesta divulgação, o político usará os argumentos que lhe foram fornecidos pelos arquitetos, o discurso é muitas vezes o discurso dos arquitetos.

A "saúável prática urbanística" depende de uma relação de fato entre arquitetos/ instituições de planejamento urbano propositivas, que fornecem material para os prefeitos, e prefeitos que recebem e que demandam novas soluções para toda a cidade de seus profissionais, levando-as adiante. Nos casos estudados, em Curitiba e no Rio de Janeiro isto foi visto com regularidade.

O que querem os administradores

O grande interesse dos políticos é ver sua imagem fortalecida pela obra. Títulos como ousado, inteligente, preocupado com o bem-estar da população e bom administrador são seus objetivos. As imagens que os administradores visam consolidar para si poderiam ser sintetizadas:

- que desenvolvem obras sociais;
- são promotores do bem-estar e da qualidade de vida;
- têm compromisso com as atividades econômicas e a criação de empregos;
- incentivam a participação da população;
- conduzem ao progresso e à modernidade porque enxergam à frente;
- dão suporte à preservação ambiental;

- são mais eficientes e têm mais energia para as mudanças que os adversários;
- são austeros e gastadores na medida, enfim, bons administradores.

Mas, em nome da projeção de si e de seus partidos políticos, os administradores cometem um dos maiores crimes ao espaço público que é descontinuidade de programas e da manutenção dos espaços. Desmontam-se estruturas criadas para o enfrentamento de problemas importantes. Seja na mudança de gestões, seja na concorrência com outra esfera administrativa, a orientação de praxe é que toda a obra identificada com o governo do partido rival seja descontinuada e seus benefícios sejam, se possível, escamoteados.

Nos anos 1990 e 2000, prefeitos e governadores também têm se esforçado como verdadeiros "corretores imobiliários", em vender suas cidades e seus estados para montadoras de automóveis, fábricas variadas, shoppings centers, cadeias de supermercados, nacionais ou multinacionais, a fim de atrair investimentos e empregos. A chamada globalização fez com que se passasse a acreditar que as qualidades dos lugares devem ser oferecidas para os investidores como vantagens para seus investimentos. Estas qualidades são expressas principalmente através de imagens, slogans e índices.

City Marketing

As cidades, das mais pequenas aos grandes centros metropolitanos, e os estados passaram a ser descritas e oferecidas por seus administradores nos anos 1990 como produtos a serem comprados.³ Nestas descrições, as cidades são frequentemente comparadas as suas concorrentes – Curitiba ofereceria mais qualidade de vida para o empresário e sua família do que São Paulo e o Rio de Janeiro. Salvador seria o berço das mais autênticas tradições, o Rio teria charme insuperável e o povo mais gentil, etc. Além de atrair empresas, os administradores visam promover o turismo (tanto o convencional quanto o chamado turismo de negócios, das feiras e dos congressos), atividade vista como uma saída para gerar renda e empregos. Nesta exibição, a criação de imagens tem um papel importante. O projeto urbano fornece material para o marketing e para a publicidade.

Em Curitiba, o aparelhamento da cidade com teatros e outros equipamentos para a promoção de eventos culturais foi justificado como instrumento para atrair os trabalhadores qualificados, os empresários e altos funcionários de multinacionais. Foi desenvolvida uma campanha de marketing junto a este público nos anos 1990 que defendeu e realimentou a positividade mantida pelo poder público:

3 Segundo Fabricio Leat de Oliveira, o marco deste tipo de pensamento no Brasil é o seminário "Estratégias Urbanas – Rio/ Barcelona", realizado no Rio de Janeiro, em 1993, pelos catalães Jordi Borja e Manuel de Forn a convite do prefeito da cidade.
OLIVEIRA, Fabricio Leat. Sustentabilidade e competitividade e a agenda hegemônica para as cidades do século XXI. In: Acsebrad, Henri (org). *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 179

a representação da vida urbana construída com base na imagem de uma ordem urbana harmoniosa e sem conflito⁴. Veiculou-se enfaticamente imagens-síntese da cidade.

A promoção da cidade, com vistas a atrair investidores e turistas, pode ser utilizada para justificar investimentos do poder público apenas em bairros valorizados e nos cartões postais da cidade. Este é um alerta que tem sido feito pelos urbanistas sobre estes novos discursos da globalização. O resultado seriam fragmentos de cidades de primeiro mundo "ilhadas" em tecidos urbanos por cidades de terceiro mundo ou apenas pontos luminosos aqui e acolá. Projetos urbanos feitos com este fim podem transformar a cidade em uma vitrine de imagens publicitárias⁵.

Para compor imagens de cartão postal elegem-se praças e parques que receberem cores, brilhos e formas extravagantes. As obras acabam sendo lançadas sequencialmente, como novidades de verão, sob o risco de se tornarem obsoletas. A velocidade no lançamento de novas obras denota a energia, a rapidez e a eficiência do administrador. As novas formas denotam a ousadia e a capacidade de inovar. Em Salvador, a obra no Pelourinho foi conduzida de forma veloz, radical, avassaladora para comunicar o poder e a força de transformar qualquer coisa. Os parques ao longo da orla não tiveram o mesmo impacto do Pelourinho mas transmitiram a mesma mensagem. A imposição destas imagens é tão violenta que soa mesmo antipática para uma boa parcela da população que se vê impotente para interferir no rumo das decisões.

A orla de Salvador teve determinados pontos requalificados, não foi considerada como um todo. Preferiu-se uma intervenção concentrada, de grande visibilidade, a incrementar de forma mais simples trechos maiores da orla. Da mesma forma como foram escolhidos certos pontos da orla, a orla foi escolhida como um certo ponto da cidade. A imagem de ilimitado poder que se pretendeu transmitir revela uma capacidade muito parcial de transformar os espaços da cidade.

Em São Luís, a mesma mensagem de eficiência e poder recebeu uma roupagem mais democrática, mais aberta à participação das comunidades – por conta da organização que já existia. Nesta cidade, a grande qualidade do Programa Viva Bairro foi não inventar espaços para o turista ver e a população se apropriar (ou não) mas apenas tratar formalmente espaços que já eram apropriados pelas festas populares como uma forma de incrementá-las. Assim, o espaço foi considerado como suporte para o espetáculo e não o espetáculo em si.

A busca de projeção e competitividade é um dos argumentos que justificou no Rio de Janeiro, a implantação das sucessivas fases do

4 GARCIA, Fernanda Ester Sánchez. *Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing*. Curitiba: Palavra, 1997.

5 "Dentre os construtores da invisibilidade e visibilidade da cidade estão os marketeiros. Eles trafegam na linha fina que separa os legítimos interesses de um bairrismo baseado na cultura e na cidadania dos interesses demagógicos que ocultam propositalmente os males da cidade, tornando-os invisíveis aos olhos de visitantes e turistas."

CÂMARA, Marcos Paraguassu de Arruda. Os construtores do discurso sobre a cidade invisível. In: LUIZ, Ana Maria de Carvalho (org). *Quem faz Salvador?* Salvador: UFBA 2002. p.19

Programa Rio Cidade e do Favela-Bairro e a revitalização da área portuária (ainda em projeto em 2004). A Prefeitura do Rio de Janeiro visa, com os programas, que o incremento da imagem da cidade impulse os negócios – mantendo na cidade as empresas que nela estão sediadas e atraindo outras – e coloque o Rio no rol das metrópoles mundiais.

Entretanto, apesar de terem sido justificados como veículos para a projeção da cidade, os programas não foram desenhados para comprar imagens externas mas para a população da cidade, para que se aproprie de fato e use plenamente os espaços tratados e para que tenha incrementada sua auto-estima. Os espaços do Rio Cidade na zona sul são uma exceção e receberam projetos que também compõem uma imagem da cidade para os turistas. Os demais têm toda grande visibilidade, mas não turística.

Qualidade de vida e bem-estar

Se as imagens a criar para os turistas e investidores são as de uma cidade que sugere qualidade de vida, no plano interno não é diferente. O citymarketing vende a cidade também para seus cidadãos-consumidores. As áreas verdes e os espaços para lazer e cultura são os grandes pilares desta imagem, até porque segurança, de fato, é praticamente impossível nas atuais condições para os governantes oferecerem.

Mas a presença dos policiais é, por vezes, oferecida e ostentada. No folheto impresso pelo Governo do Estado da Bahia para divulgar o Parque Metropolitano de Pituacu era enfatizada a presença de “um posto policial com 15.000 homens” (!). As administrações públicas tendem a utilizar recursos da propaganda e enfatizam facilidades de acesso, inovações das formas, a possibilidade de novos usos, em especial usos relacionados ao lazer e à cultura.

No Programa Favela-Bairro, os equipamentos de lazer foram utilizados como símbolos de status, de inclusão e de melhoria da qualidade de vida e justificaram o programa no imaginário da população. Na prática, muitos equipamentos não foram construídos mas foram importantes para o discurso que deu impulso à ação.

Preservação ambiental e sustentabilidade

A relação do poder público com a questão ambiental está muito mais ligada ao discurso do que à prática. No âmbito da propaganda e da criação de imagens, pouco se faz pela preservação ambiental pelo desenvolvimento sustentável.

Sustentabilidade poderia ser definida como o controle dos impactos da urbanização sobre os recursos ambientais – maiores cuidados

com poluição da água, do ar e de outros tipos, redução de desigualdades sociais com valorização dos indivíduos, participação popular nas decisões políticas, equilíbrio de situações de conflito.⁶ Este tipo de sustentabilidade implica em posturas contrárias às propostas pelo *citymarketing* de apresentar cidades (praticamente) perfeitas e tem sido utilizado como uma expressão sem significado nos discursos políticos.

Os documentos oficiais de cunho ambiental enfatizam a importância de alcançar padrões de desenvolvimento social compatíveis com a preservação do meio ambiental. Entidades internacionais fazem pressão para a inclusão de políticas ambientais nos programas estratégicos dos governos criando-se diretrizes norteadoras do processo de desenvolvimento sustentado a ser promovido localmente.

Curitiba, durante os anos 1990 divulgou a imagem de cidade ecológica, promovida sobre seus parques (que preservam bosques e cursos d'água), ciclovias, legislação ambiental moderna e programas de coleta de lixo. Mesmo para Curitiba, o título se tornou pesado em função da existência de bolsões de pobreza, onde falta saneamento básico e coleta de lixo, e da necessidade de oferecer benefícios para atrair empresas a qualquer custo. Em Salvador, a implantação dos novos parques foi apresentada como uma forma de reverter espaços degradados. Os parques de Pituçu e do Abaeté têm função como áreas de preservação que o Parque Costa Azul não têm, mas o discurso ambiental se presta a justificar outros.

Mesmo programas para áreas de grande movimento nos bairros, como o Centros de Bairro, o Viva Bairro e o Rio Cidade, mencionam que os projetos respeitam o meio ambiente e possibilitam o desenvolvimento sustentável, como se fosse um discurso obrigatório para qualquer programa, indistintamente. No Programa Centros de Bairro deu-se grande importância às áreas de jardim, usando-se a vegetação como elemento estruturador do espaço e buscando-se ampliar as áreas permeáveis. Estas medidas foram, no discurso, tomadas como de grande importância ambiental a ponto de as realizações do programa figurarem entre as realizações de meio ambiente daquela gestão. Propositalmente ou até por falta de informação real, os políticos fazem uma confusão entre a criação de jardins e ação de preservação ambiental.

Projeto participativo

Outro discurso em voga é o da participação da população. A partir de 1985, quando voltam a ser feitas eleições para capitais brasileiras, os líderes políticos, além das promessas de campanha, vêm buscando formas de legitimar seus planos de governo junto aos

6 MENEZES, Claudino Luiz. *Desenvolvimento urbano e meio ambiente: A experiência de Curitiba*. Campinas, SP: Papirus, 1996.

eleitores. O projeto participativo implica em informar democraticamente ao cidadão as características e a finalidade dos projetos urbanos, através de consultas à população, da convocação de assembléias e conselhos de bairro.

Aqueles que ainda defendem o planejamento centralizado alegam que este novo modelo de gestão pública, com foco em resultados imediatos, sempre "atrás do prejuízo", levaria ao planejamento apenas de medidas emergenciais de prestígio junto à opinião pública. Com razão, é um problema deste sistema eleitoral: os políticos buscam agradar seus eleitores e podem fazê-lo com demagogia. Cabe à opinião pública avaliar quais seriam seus reais interesses e exigí-los.

De modo geral, a participação é mais um discurso para legitimar o programa do que participação efetiva mas em alguns dos programas estudados houve avanços neste sentido. Os programas do Rio de Janeiro foram os que mais se direcionaram neste sentido, mesmo porque se interveio em áreas de grande conflito entre moradores, comerciantes, pedestres, automóveis, ambulantes, etc. O Rio Cidade era um programa para resolver estes conflitos e o Favela-Bairro para criar espaços públicos em espaços controlados, pode-se dizer privados. Houve assembléias cheias e vazias, houve participação de fato e encenação. O processo foi desgastante para os arquitetos até porque nenhuma das partes tinha experiência suficiente em processos decisórios participativos. Os autores dos projetos envolvidos no Favela-Bairro queixaram-se da falta de interlocutores para intermediar os diálogos com as comunidades, uma vez que não havia lideranças representativas, nem mobilização dos moradores. No Rio Cidade, os comerciantes se mostraram participantes ativos e interessados e foi a sua participação que deu suporte para que o programa tivesse continuidade. Nos dois casos, abriram-se caminhos para a evolução da participação da população.

Em São Paulo, o Programa Centros de Bairro não encontrou canais abertos do poder público com a população. As subprefeituras revelaram uma relação mais de atendimento a pedidos das comunidades que de discussões e decisões conjuntas. Estabelecer estes canais sem tempo e estrutura para tal não foi viável no contexto do programa. De modo geral, as ações que estavam sendo propostas (instalação de equipamentos de lazer em praças) não envolviam polêmicas e grandes conflitos mas é provável que se as comunidades tivessem tido um envolvimento maior, o programa teria sido mais preciso no atendimento das necessidades e teria gerado a repercussão esperada, como aconteceu com o Programa Viva Bairro. Em São Luís do Maranhão, as comunidades organizadas pré-existiam e motivaram a ação no espaço público.

A criação dos parques em Salvador e em Curitiba não contou com a participação da população. O primeiro, por conta do poder político local ser altamente centralizado, e o segundo, em função de ter origens no planejamento urbanístico dos anos 1960, feito em gabinete. Os discursos oficiais operaram no sentido de legitimá-los perante a opinião pública enfatizando a importância para o meio ambiente, a qualidade de vida e o dinamismo da atividade turística.

O que querem os arquitetos

Em vários projetos apresentados, os arquitetos foram contratados pelo poder público, fora de seus quadros, justamente porque o que se esperava era notoriedade, impacto, inovação. Nestes casos, o projeto é normalmente respeitado na sua implementação e, em qualquer alteração que porventura venha a ser necessária, o autor é consultado. Nos programas desenvolvidos no Rio de Janeiro, Rio Cidade e Favela-Bairro, as equipes foram selecionadas através de concurso de procedimentos e métodos que transmitem a idéia de uma administração moderna, generosa, ética e descentralizada.

Os arquitetos procuram corresponder aos anseios da população e do poder público e emprestam a linguagem e o discurso arquitetônico para a elaboração das novas imagens.

Visão utópica da sociedade

Até os anos 1990, os urbanistas brasileiros viveram uma dubiedade de princípios. Seus ideais eram modernos, sua escola era o planejamento global mas enxergavam a necessidade de humanizar o planejamento modernista, que significava decisões de gabinete, zoneamento, controles numéricos, enfim, uma certa distância da realidade. Os arquitetos também estavam frustrados com a falta de aplicação dos planos diretores, a teoria acabava tendo pouca influência na realidade.

As primeiras críticas ao planejamento global modernista surgiram na Europa, já no final dos anos 1940, e relacionavam-se à sua descondição com as cidades pré-existentes, com os monumentos, com as necessidades emocionais das pessoas. Os movimentos reativos conduziram a um novo patamar de pluralidade. Passou-se a valorizar as ruas tradicionais, a diversidade de usos, a dinâmica urbana, os significados simbólicos, o ornamento lúdico.

A cultura urbanística européia e norte-americana influencia os urbanistas no Brasil. Passa-se a valorizar as ruas, os centros históricos,

a diversidade de usos, o desenho dos espaços da cidade. As referências vêm de todos os lugares: para mobiliário urbano será Barcelona; para intervenção em área portuária, Puerto Madero na Argentina; para a vegetação, os jardins tropicais de Burt Marx ou de Fernando Chacel na Barra da Tijuca, com suas palmeiras e bromélias. Para espaços comerciais (e mesmo parques públicos) serão utilizados como referências os shopping centers e os parques temáticos.

Para os espaços urbanos, arquitetos sugeriram ou escolheram, nos programas pelo país, pisos multi-uso, espaços de estar com bancos e mesinhas, playgrounds, anfiteatros, palcos, entre outras figuras. Para as edificações cafés, teatros e centros culturais. Fernanda Garcia relaciona a "humanização" proposta pelos arquitetos como um modo de impor um falso interesse geral que, na realidade, é o interesse do homem médio (que não existe), ou da classe média. O planejamento seria uma difusão de valores e modos de vida próprios das camadas médias: "... teatros e centros culturais definem acessibilidades restringidas que correspondem a fluxos urbanos de socialização e espacialização dos novos segmentos de classe. Estes fluxos, estabelecem e reforçam novos afastamentos sociais. A lógica destes fluxos baseia-se na elevação do padrão de consumo das faixas sociais correspondentes ao topo do mercado."⁷ De fato, os arquitetos tendem a especificar usos e equipamentos culturais e de lazer que talvez derivem de uma visão utópica da sociedade. Entretanto, o que se observa não é o desejo de atender unicamente à classe média, mas de levar possibilidades a que apenas as classes de renda mais alta teriam acesso a todos. Nos programas apresentados, os arquitetos sempre sinalizaram o desejo de fazer com que o espaço livre público tenha o efeito compensatório. Na prática, há grupos que estão fora dos circuitos mínimos de consumo e que têm dificuldade de participar daqueles espaços das formas como os arquitetos propõem, o que não invalida as propostas.

Em Curitiba, equipamentos urbanos, como a Ópera de Arame, os novos museus e os parques-atrações turísticas fizeram parte da estratégia de atrair empresários e trabalhadores superqualificados. Mas existe um esforço do poder público para que sejam apropriados, por todos, seja como sede de festivais de teatro seja como palco de festas populares seja para o uso cotidiano. Os parques, principalmente, mesmo tendendo a se localizar na parte norte da cidade, são intensamente frequentados por toda a população. Os afastamentos sociais estão presentes em obras como nos complexos viários e nas operações urbanas (Barra Funda, Faria Lima, Água Espraiada) – a Prefeitura de São Paulo colocou toda sua estrutura e seus recursos, durante doze anos (dos últimos vinte), a serviço de negociações e obras de avenidas que sequer são trafegadas pelo transporte público.

⁷ GARCIA, Fernanda Ester Sánchez. *Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing*. Curitiba: Palavra, 1997.

O Programa Centros de Bairro, em São Paulo, procurou compensar anos de políticas viaristas mas encontrou uma cidade sem estrutura para gerir espaços e mobiliários um pouco mais sofisticados e sem canais com a sociedade que pudessem alimentar as propostas. O resultado é que os arquitetos acertaram em muitos casos, mas não em todos. O Viva Bairros, de São Luís, que se baseou em usos existentes, alcançou maior repercussão.

No centro do Rio de Janeiro, os arquitetos quiseram criar condições para a revitalização das atividades culturais e recreativas e se propuseram a manter os suportes físicos de menor porte (sobrados) para pequeno comércio varejista, livrarias, casas de chá, bares e restaurantes, imaginando a cultura, o turismo, o comércio e a boemia como vertentes de apoio desta revitalização. Mais tarde, se deram conta que o uso residencial seria muito interessante e o acrescentaram. Esta intervenção do poder público a favor da humanização,

teoria urbanística (Europa/ Estados Unidos)	Para a reconstrução no pós-guerra, foi largamente aplicado urbanismo moderno (ou racionalista) mas a percepção dos primeiros resultados adversos levaram à revisão:	EUA/ São lançados consórcios público-privados para a reabilitação de cidades da costa leste (Boston, Nova York, Baltimore, Pittsburg e Filadélfia).	EUA/ Difusão de conceitos ecológicos - surgem, entre outras estruturas, as <i>Green ways</i>	
	<ul style="list-style-type: none"> • do funcionalismo • da necessidade dos monumentos • da falta da disciplina urbanística Os ideais modernos se mantêm	Textos de G.C. Argon e E. Rogers - a defesa da cidade como patrimônio cultural	Piano de Bolonha - busca do planejamento participativo 1960	Kevin Lynch em <i>Imagens da Cidade</i> faz incursões na psicologia e antropologia para analisar a forma urbana
teoria urbanística e seus marcos no Brasil	Nos países nórdicos, se desenvolvia o novo-empirismo (espontaneidade e adaptabilidade dos edifícios aos materiais locais)	Team X propõe método mais pragmático e empírico	1961	Venturi publica <i>Complexity and Contradiction in Architecture</i> . Projetos revivalistas e com imagens ligadas ao consumo dão as bases da cenarização pós-modernista
	dos planos globais...	1953	Jane Jacobs enfatiza os valores da rua tradicional	1966
final anos 1940	1950	1953	1960	1968
Difusão dos princípios arquitetônicos e urbanísticos modernos	São Paulo e Rio de Janeiro firmam-se como as grandes metrópoles brasileiras	Programas habitacionais de massa, conjuntos com áreas livre generosa (que viria a ser tomada, em muitos casos, para usos privados)	1957	1969
			Inaugurada Brasília, materialização da Carta de Atenas	São Paulo: apresentação do PUG - Plano Urbanístico Básico com ênfase na circulação e transporte
			Lucio Costa vence o concurso para elaboração do Plano Piloto de Brasília	Lucio Costa inicia o Plano da Barra, projeto modernista, com cuidados para preservação ambiental
				A partir de 1964, governo militar recomenda a elaboração de PDDIs - planos diretores para o controle do crescimento das cidades
			Fortelece-se a indústria automobilística. Disseminação do automóvel.	

No Brasil: Desenvolvimento das posturas urbanísticas x Práticas políticas clientelistas e corruptas

compensando movimentos contrários do mercado imobiliário, têm apresentado bons resultados.

Valorização dos centros históricos e das identidades

Já em um dos últimos congressos de arquitetura moderna – os CIAMs, em 1947, foram defendidos os centros históricos e, a partir de então, também os monumentos, os ornamentos e as necessidades emocionais e culturais das pessoas. Os centros históricos organizam a vida coletiva e criam identidades. No Plano de Bolonha, do início dos anos 1960, o centro histórico da cidade foi entendido como a própria identidade do bolonhês, irradiador de diretrizes para as outras partes do tecido urbano. A revalorização da cidade tradicional a partir de suas formas, tipologias e monumentos e a identificação das especificidades da cultura de um povo

Em Paris, o arco de La Defense (1983), o Parc de La Villette (1982) e Parc de Bercy (1987) junto a Biblioteca Nacional são marcos urbanos que visam o desenvolvimento imobiliário das zonas onde estão implantados

Manuel Castells relaciona os problemas urbanos aos conflitos de classe

1973

Trienal de Milão apresentação das ideias do grupo Tendêza (Rossi, Aymonino, Gregotti, Tafuri e outros)

1975

Piazza d'Italia, de Charles Moore e Les Haïles, de Ricardo Bofill

1981

Criado o London Docklands Corporation para revitalização das docas e afirmação de Londres como capital financeira mundial, (as ações urbanísticas seguem princípios neoliberalistas – eram fragmentadas e flexibilizadas em função de oportunidades, vantagens competitivas e respostas do mercado imobiliário)

1985

Plano para a Vila Icària, em Barcelona, de Oriol Bohigas

1991

Puerto Madero, Argentina

1992

Plano estratégico de Barcelona

às intervenções setoriais

271 79

1970

1972

Calçadão do centro de Curitiba (R. XV de novembro)
Primeiros parques

1971

Em São Paulo, PDDI estabelece o zoneamento da cidade
Criada a EMURB

No Rio de Janeiro, projeto para o Calçadão de Copacabana torna-se referência projetual para cidades litorâneas

1980

Onda ecológica: a preservação ambiental passa para a pauta do dia

1979

Lançado o Corredor Cultural no Rio de Janeiro para revitalização da área central

Com projetos como a Ópera de Avime e o Jardim Botânico (1991), Curitiba faz fama como "capital ecológica"

Convalidação das teorias contextualistas e das centralizações pós-modernas em intervenções pontuais, de desenho urbano.

Os planos diretores ainda apresentarão os vícios anteriores (zoneamento, ênfase nos sistemas viários, etc)

1990

1992

Inicia-se o restauro do Pelourinho, em Salvador

Aprovada a Operação Urbana Faria Lima (SP)

Processo participativo para a gestão das verbas municipais em Porto Alegre
Desenvolvimento (embrionário) de processos participativos nas intervenções urbanas pelo país

Os municípios buscam parcerias com a iniciativa privada

2000

Desenvolvimento de projeto para revitalização da área portuária do Rio de Janeiro
Lançado o Favela-Bairro
Publicação do plano estratégico do Rio de Janeiro

são aspectos de teorias urbanísticas contextualistas, sustentadas sobre a questão da memória e do lugar.

A valorização dos centros históricos se tornou um consenso em toda a sociedade. Entretanto, foi ao longo dos anos que a arquitetura eclética, de origem européia, teria seu valor histórico considerado. Lucio Costa, o mais eminente urbanista modernista brasileiro, colaborou juntamente com Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Afonso Arinos e Carlos Drummond de Andrade na tarefa de implantação do Serviço do Patrimônio. Criado em 1937, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan redigiu uma legislação específica, preparou técnicos, realizou tombamentos e restaurações que asseguraram a permanência de obras do acervo arquitetônico e urbanístico brasileiro⁸. As obras que este grupo recomendava para a preservação eram unicamente as de arquitetura colonial, considerada nacional. Ao contrário da arquitetura eclética era importada da Europa e, portanto, pastiche.

A revitalização dos centros históricos de São Luís, de Salvador e do Rio de Janeiro tem origem no Iphan e em seus princípios. Graças ao Iphan foram tomadas as primeiras providências e graças ao consenso que se criou na sociedade, as obras foram levadas adiante. O fato de o Pelourinho e, em muito menor grau, o Centro Histórico de São Luís terem valorizado a arquitetura colonial em detrimento da arquitetura do ecletismo também advém de características deste movimento de valorização da identidade. Em termos de espaços livres, nas obras em centros históricos os pequenos largos e praças foram valorizados como espaços privilegiados para o estabelecimento dos novos usos culturais e de entretenimento.

Programas de revitalização dos centros tradicionais (não apenas dos históricos) partem, muitas vezes, do tratamento dos espaços livres (através de projetos de desenho urbano e de cuidados com a limpeza pública e a manutenção) esperando que ela alavanque a dinamização das atividades e atraia novos usos, foi o caso de São Paulo onde apenas a partir do ano 2000 passaram a ser tomadas medidas efetivas para atrair novos usos, em especial, o uso residencial. Mas os programas que têm mais sucesso têm agido em duas frentes: tratando os espaços livres com incentivo ao uso e através de legislações ajustadas à realidade.

A valorização das identidades locais tem sido freqüentemente colocada como discurso pelos arquitetos e programas públicos, e pode tanto valorizar os lugares e as comunidades como pode pausteurizar e falsear a realidade em nome da espetacularização. Que identidade é a verdadeira? Existe uma só, hegemônica? Em Salvador, a valorização da identidade local foi posta escancaradamente a serviço do consumo turístico mas, ao que parece, não chegou a ser suficiente

para tirar-lhe a essência de fato até porque o consumo mais alto da produção cultural e artística é mesmo feito pela população local. No caso dos espaços livres, o problema de Salvador foi o tratamento exagerado, com formas e alegorias quase carnavalescas, apenas de fragmentos da cidade (os pontos visíveis) e, mesmo assim, parcialmente, como no caso da orla, em que foram tratados apenas alguns pontos.

Em Curitiba, os novos parques homenageiam as etnias. No Rio Cidade, os projetos procuraram valorizar o passado de cada bairro, como por exemplo, na Vila Isabel, a figura de Noel Rosa. O Viva Bairro, de São Luís, procurou enfatizar as festas, com destaque para as de bumba-meu-boi. São todos frutos desta busca pela valorização de identidades. Foram movidos pelo desejo de distinção e de criação de imagens para o consumo daquele cenário mas, como fantasias, estes casos foram eficientes para estimular as pessoas e mudar a forma como percebem aqueles espaços e a cidade de modo geral. Estes programas, na maior parte dos projetos, fizeram um uso positivo da cenarização e da fantasia.

Figuração pós moderna

Uma vasta diversidade de matizes da arquitetura foram integradas sob o movimento que se convencionou chamar pós modernismo. A matiz mais característica, por ser a mais visual, é a que transforma a arquitetura em espetáculo e as formas em símbolos. A exacerbação e sobrevalorização de registros do passado sustentou exercícios projetuais formalistas e revivalistas, colagens de formas clássicas simplificadas. Nestes projetos, a cultura e história interessam menos que a liberdade, que o lúdico.

As relações espaciais são feitas mais de símbolos que de formas segundo a obra de Robert Venturi. Esta visão deu ensejo a projetos carregados de citações ligadas ao imaginário do consumo, à cenarização. A arquitetura do espetáculo coloca a arquitetura e o urbanismo em uma posição inferior daquela almejada pelo movimento moderno, de uma ciência comprometida com as transformações sociais. A arquitetura ficaria mais isenta de maiores responsabilidades, de promover o bem-estar das pessoas. Uma das críticas à roupagem pós-modernista é esta: a fantasia ao invés de requalificar o que existe, esconde e, desta forma, evita que sejam enfrentados os problemas reais.

Estas maquiagens alegóricas prestam-se ao desenho de espaços comerciais, de shoppings centers, de ruas comerciais e outros espaços de consumo, onde o impacto é importante e ser descartável é uma qualidade. Espaços turísticos aproveitam-se também da cenarização já que são postos a serviço do consumo. O tratamento

9 "A postura de Mies van der Rohe (less is more) seria uma atitude rigorosamente seletiva. Seria uma característica dos arquitetos do século XX que determinam quais problemas eles querem resolver. Os magníficos edifícios de Mies resultariam do fato de ele ignorar muitos aspectos de uma edificação. Se mais problemas fossem resolvidos o resultado seria menos expressivo."

OBA, Leonardo Tossaki. *Curitiba e seus marcos referenciais urbanos*. São Paulo: 1998. Tese (doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, p. 100



estético muito expressivo cenicamente (seja moderno⁹ ou pós moderno) implica em serem ignorados alguns aspectos do espaço urbano e a participação das pessoas comuns na construção daquele espaço.

Em busca das novas imagens, os projetos do Rio Cidade, do Viva Bairro e dos parques de Curitiba e Salvador utilizaram uma linguagem formalmente liberal que dispõe de novos elementos de maior apelo visual. Foram ornamentos, desenhos de pisos, grafismos, cores, um cuidado adicional com calçadas, com passagens, conexões e com o mobiliário urbano, uma roupagem contemporânea, com adaptações, colagens e recriações com paralelo àquelas desenvolvidas na Europa, no Japão ou nos Estados Unidos. O Programa Centros de Bairro foi mais contido e utilizou as formas lúdicas apenas nos brinquedos infantis, um equipamento onde o lúdico é essencial; mas deu grande valor à composição da vegetação.

Para os arquitetos, a utilização de imagens, alegorias etc foi uma forma de viabilizar e atrair para novos usos, entretanto, muitas vezes, quando aplicadas aos espaços urbanos, as alegorias desgastam-se muito rapidamente e, se abandonadas e sujas, esvaíam-se do significado que têm que é a surpresa e a ludicidade. Os espaços urbanos que recebem pouca ou nenhuma manutenção ficam sempre melhor quando as peças que os compõem não revelam a falta de cuidado. Mesmo que recebam manutenção, se ela for além do comum, algo está errado porque o poder público não pode ter as mesmas prioridades das administrações de shopping centers.

Instrumento de Requalificação Urbana

Cada um dos programas e projetos apresentou tanto qualidades quanto problemas. O que se observa é que, passados os anos, às vezes poucos meses, o que se mantém íntegro dos projetos é, em muitos casos, o que eles tinham de melhor para a sociedade.

Se a vegetação plantada junto aos cruzamentos pelo Programa Centros de Bairro não sobrevive é porque as pessoas precisam daquele espaço para outras funções. Se um espaço tratado não foi apropriado pelas pessoas então nem precisaria ter recebido os equipamentos que recebeu. Por outro lado, se há cinquenta crianças utilizando simultaneamente um mesmo brinquedo e pessoas vindo de longe para frequentar uma outra praça, aquela intervenção, naquele lugar, não se perde facilmente. São lições que devem guiar as novas intervenções. Até porque existem distorções que precisam ser corrigidas: se os espaços da Marginal Tietê não são tratados para pedestres, não é porque as pessoas não precisam deles, é porque

Calçada da Rua São Bento, São Paulo

Nos anos 1970, face ao trânsito que se apresentava nestas vias, impedir a circulação de automóveis foi uma forma de aumentar o conforto dos pedestres e reforçar o comércio local que sofria com o impacto da concorrência do comércio dos bairros e dos novíssimos shoppings centers.

estão sendo priorizados os automóveis. Ao Estado cabe tomar medidas que minimizem as distorções.

Se, no Rio Cidade, os mobiliários estão quebrados porque o poder público não consegue mantê-los adequadamente, é porque eram descartáveis, feitos apenas para uma requalificação política. Por outro lado, se há outros inteiros e cumprindo suas funções, se os automóveis não mais estacionam sobre as calçadas e se a população continuou a solicitar intervenções do tipo Rio Cidade é porque melhoram a vida das pessoas. Ao longo de sua evolução, os arquitetos passaram a adotar materiais e formas mais adequadas ao espaço urbano. As intervenções devem ser atentas e integradas à cidade e devem oferecer a toda sociedade o direito de utilização plena e irrestrita.

Ao Estado cabe a contratação de projetos para o espaço público, a introdução do arquiteto no espaço urbano como agenciador não de formas mas de possibilidades para o uso. Deve executar obras importantes para a sociedade, com capricho e com manutenção. Para tal, será importante continuar projetos de administrações alheias e colocar o cidadão em primeiro lugar, não a vaidade política. Para Rosa Kliass, o poder público deveria ser o melhor contratante dos arquitetos. Para Mário Jáuregui, ou se investe no espaço público ou será preciso nos defendermos de agressões à vida cívica porque o espaço público é a base do estabelecimento de confiança na vida comunitária, associativa.

Os arquitetos devem buscar a facilidade de manutenção também nos projetos especiais, quando são contratados para criar imagens, não apenas no dia-a-dia dos projetos desenvolvidos pelos órgãos públicos. A facilidade de manutenção deveria ser qualidade de ambas as ações, em um compromisso com o usuário e com o contribuinte. No afã pelo reconhecimento, arquitetos tanto quanto políticos, tendem a eleger a novidade, a maior variedade de formas, materiais e cores e os cuidados como a facilidade de manutenção deixam de ser prioritários.

A simplicidade é um valor mas o estímulo à fantasia também. Cabe então ao projetista estabelecer este equilíbrio em nome da apropriação plena, propor soluções discretas o suficiente para que as pessoas se sintam à vontade mas que tenham visibilidade para atrair a atenção. Soluções de programa, desenho e materiais que tenham boa qualidade mas baixo custo de manutenção. Buscar tratar a maior extensão possível mas, se for possível tratar apenas uma parte, fazê-lo de forma que sirva de modelo para o tratamento futuro das demais partes.

O arquiteto deve propor soluções novas e criativas mas que busquem ser permanentes. O uso é a grande recompensa e a maior

10 "Afinal, a arquitetura perdeu mesmo o rumo?" Alain de Botton, publicado em O Estado de São Paulo, em 18 de junho de 2004.

garantia desta permanência. As ações de embelezamento devem estar ligadas ao uso, aos espaços que têm significado por conta do seu uso para uma comunidade. Quanto maior for a participação popular, menores serão os problemas futuros de gestão.

O projeto pode prestar-se a fins eleitoreiros, porque é legítimo administradores buscarem contentar os cidadãos, mas os projetos de requalificação urbana precisam também significar melhores condições para o cotidiano destes cidadãos. Se o projeto trouxer vantagens políticas ou econômicas, ao lado das sociais, não deve ser condenado. A prática mostrou que as boas intenções (isto é, projetos que visam serem apropriados) se realizam e se perpetuam muito mais facilmente quando correspondem a benefícios políticos ou econômicos.

Talvez não haja nada de errado quando os projetos para espaços públicos se tornam instrumentos de propaganda, desde que o resultado em termos de custos e de usos atenda aos desejos e necessidades da sociedade. Se o propósito for para melhorar a percepção sobre a cidade, suscitar o entusiasmo das pessoas e implicar em novas apropriações dos espaços, o projeto terá cumprido uma das mais sérias e tradicionais funções da arquitetura. Podemos concluir com o escritor Alain de Botton¹⁰, vivemos numa época prática, tendemos a acreditar que as obras de arte devem evitar idealizar qualquer coisa, mas em vez disso, devem refletir e acomodar a realidade como é, e não como se espera que seja. Mas cada objeto criado está tentando nos dizer alguma coisa e talvez não exista nada errado numa tentativa de orientar nosso comportamento ou espírito, desde que o rumo valha a pena.

Bibliografia

- ACSEBRAD, Henri (org.). *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- ANDRADE, Antonio Luiz Moraes de. *Fragmentos de Uma Leitura da Cidade*. Salvador, 1992. Dissertação de Mestrado FAU-UFBA.
- ANDRADE, Sandra Neves. *Três momentos cariocas de atuação em projeto para favelas*. Rio de Janeiro: 2000. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- ANDRÉS, Luiz Philippe de Carvalho Castro (org.). *Centro Histórico de São Luís – Maranhão*: patrimônio mundial. São Paulo: Audichromo Editora, 1998.
- ARANTES, Otília. *Urbanismo em Fim de Linha*. São Paulo: Edusp, 1998.
- BAHIA, Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador - CONDER. *Proposta de valorização do centro histórico de Salvador*. Salvador: 1975. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- BARTALINI, Vladimir. *Praças do Metrô: enredo, produção, cenário, atores*. São Paulo: 1998. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- BRASILEIRO, Alice de Barros Horizonte. *Espaços de uso comunitário em programas habitacionais no Rio de Janeiro: Entre o discurso e a prática*. Rio de Janeiro: 2000. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- BONFIM, Juarez Duarte. *Políticas públicas para o Centro Histórico de Salvador: o caso do Parque Histórico do Pelourinho* – investigação de originalidade numa ação de governo local. Salvador: 1994. Dissertação (mestrado em administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia.
- CANOVA, Kátia. *Turismo e Hotéis: Centro de São Paulo a partir dos anos 80*. São Paulo: 2004. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- CAMPOS FILHO, Cândido Malta. *Cidades brasileiras: seu controle ou o caos*. Rio de Janeiro: Sextante, 1998.
- CASTRO, Luiz Guilherme Riviera. *São Paulo e sua área central: planos, políticas e programas recentes*. In: POS – Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP. No. 13 – junho 2003. São Paulo: FAUUSP, 2003.
- CHIAVARI, Maria Pace. *Rio de Janeiro: Preservação e Modernidade*. Rio de Janeiro: Sextante, 1998.
- COLCHETE Filho, Antonio Ferreira. *Estudo sobre mobiliário urbano no Rio de Janeiro: A experiência do Rio Cidade Leblon e Vila Isabel*. Rio de Janeiro: 1997. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- COTTON-WINSLOW, Margaret. *International landscape design: architecture of gardens, parks, playgrounds and open spaces*. New York: PBC, 1991.

- COUTO, Edgar Tadeu Dias do. *Estratégias urbanísticas aplicadas à cidade de São Paulo em um quadro de gestão urbana redemocratizada*. São Paulo: 1999. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- CURITIBA. Prefeitura Municipal de. *Curitiba na prática*: IPPUC, 2002.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- DEAK, Csaba e SCHIFFER, Sueli Ramos (org.). *O Processo de Urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999.
- DOURADO, Guilherme Mazza (org.). *Visões da Paisagem*: um panorama do paisagismo contemporâneo no Brasil. São Paulo: ABAP, 1997.
- DUARTE, Cristiane; SILVA, Osvaldo; BRASILEIRO, Alice (orgs.). *Favela, um bairro*: propostas metodológicas para intervenção pública em favelas do Rio de Janeiro. São Paulo: Pro editores, 1996.
- DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- ELEB-HARLE, Nicole. *Conception et coordination des projets urbains*. Paris: Editions Recherches, 2000.
- FAHRAH, Flavio. *Habituação e Encostas*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas, 2003.
- FERREIRA, João Sette Whitaker. *O mito da cidade global*. São Paulo, 2003. Tese (doutorado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- FONSECA, Geraldo de Magela. *Reintegração urbana de áreas públicas em São Luis com a participação de grupos comunitários*: uma experiência, o programa "Cidade Viva" do Governo Estadual do Maranhão. São Luis, 2000. Monografia apresentada ao CECI/ MDU Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Estadual do Maranhão.
- FREITAS, Nailde Carvalho Brito. *Dique do Tororó*: evolução histórica e atual intervenção. Salvador: 1998. Trabalho final do curso de Administração Pública da Escola de Serviço Público – FUNDESP, da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS.
- FRÜGOLI Jr., Heitor. *Centralidade em São Paulo*: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Edusp/ Cortez, 2000.
- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- _____. *O capitalismo global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- GARCIA, Fernanda Éster Sánchez. *Cidade espetáculo*: política, planejamento e city marketing. Curitiba: Palavra, 1997.
- HOLDEN, Robert. *Diseño del espacio público internacional*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1996.
- OBA, Leonardo Tossiaki. *Curitiba e seus marcos referenciais urbanos*. São Paulo: 1998. Tese (doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- LEITE, Maria Ângela Faggin Pereira. *Uso do território e investimento público*. Texto de aula - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- _____. *Os circuitos superior marginal e inferior e o meio construído urbano no período da globalização*. Texto de aula - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- LERNER, Jaime. *Acupuntura Urbana*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- LUZ, Ana Maria de Carvalho (org.). *Quem faz Salvador?* Salvador: UFBA 2002.
- LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997
- MACEDO, Sílvio Soares. *Quadro do Paisagismo no Brasil*. São Paulo, 1999.
- _____. *Paisagem e habitação verticalizada - os espaços livres como elementos de desenho urbano*. São Paulo. 1987. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

- _____. (org.). *Paisagem e Ambiente - Ensaios*. São Paulo: 1995-1999, v.1- v. 10.
- _____. e SAKATA, Francine. *Parques Urbanos no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2001.
- MAGALHÃES, Roberto Anderson de Miranda. *A requalificação do centro do Rio de Janeiro na década de 1990*. Rio de Janeiro: 2001. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MAGALHÃES, Sérgio. *Sobre a cidade: habitação e democracia no Rio de Janeiro*. São Paulo: Pro Editores, 2002.
- MAIA, Cesar. *César Maia*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2004
- MARANHÃO, Estado do. *Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luis*. São Luis, 1997.
- _____. *Proposta do Governo do Estado do Maranhão para Inclusão do Centro Histórico de São Luis na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO*. 2ª. versão. São Luis, 1997.
- MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- MARX, Murilo. *Cidade Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1980.
- MENEZES, Claudino Luiz. *Desenvolvimento urbano e meio ambiente: A experiência de Curitiba*. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- MONTANER, Josep Maria. *Después del movimiento moderno*. Barcelona: Gustavo Gili, 1993.
- NAMIKI, Fabio. *Manutenção de praças públicas*. Dissertação (mestrado) – Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo. (texto preliminar)
- OLIVEIRA, Marcio de. *A trajetória do discurso ambiental em Curitiba (1960-2000)*. In: Revista de Sociologia e Política, Curitiba, nº 16: 97-106 jun. 2001
- PIQUET, Roselia e RIBEIRO, Ana Clara Torres (orgs.). *Brasil, território da desigualdade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- PRADO, Barbara Irene Wasinski. *A Ponta d Areia na São Luis do Maranhão: as formas e os arranjos da paisagem em transformação*. Recife: 2002. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco.
- PULS, Mauricio. *O Malufismo*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- RIO DE JANEIRO, Prefeitura da Cidade. *Cidade inteira: a política habitacional da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Habitação, 1999.
- _____. *Guia das unidades de conservação*. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, PCRJ/SMAC, 1998.
- _____. *Porto do Rio*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo, 2001. Catálogo da exposição.
- _____. *Rio Cidade: O urbanismo de volta às ruas*. Rio de Janeiro: IPLAN, 1991. 4a. ed.
- _____. *Rio Cidade: ruas livres para pedestres - linhas gerais projeto urbanístico*. Rio de Janeiro: IPLAN, s/d.
- ROBBA, Fabio. *A Praça Contemporânea nas Grandes Capitais Brasileiras: do Programa à Forma Projetual*. São Paulo: 2004. Tese (doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- ROBBA, Fabio e MACEDO, Silvio Soares. *Praças Brasileiras*. São Paulo: Edusp, 2001.
- SALVADOR, Prefeitura da Cidade de. Órgão Central de Planejamento OCEPLAN. *Plandurb/Parque Metropolitano de Abaeté: Planejamento Paisagístico*. Salvador, 1997.
- SAMPAIO, Antonio Heliodório Lima. *Formas Urbanas, Cidade Real & Cidade Ideal: Contribuição ao estudo urbanístico de Salvador*. Salvador: Quarteto, 1999.

- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: EDUSP, 2002.
- SALVADOR, Prefeitura Municipal de. *Centro de Planejamento Municipal – CPM*. Parque do antigo Aeroclube – ações imediatas. Salvador, 1994.
- SÃO LUIS, Prefeitura de. *Plano da Paisagem Urbana do Município de São Luis*. São Luis: 2003.
- SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal do Planejamento. *Globalização e desenvolvimento urbano*. São Paulo: PMSP/ SEMPLA, 2000.
- _____. *Operação Urbana Faria Lima*. São Paulo: PMSP/ SEMPLA, 2000.
- _____. *Perfil socioeconômico do município de São Paulo*. São Paulo: PMSP/ SEMPLA, 2000.
- _____. *São Paulo em números*. São Paulo: PMSP/ SEMPLA, 2000.
- SILVA, Ana Amélia (org.). *Urbanização de favelas: duas experiências em construção*. São Paulo: PÓLIS, 1994.
- SILVA, Liliane de Araújo. *De Paisagem a Cenário: A construção da atual orla marítima de Salvador*. Salvador, 2002. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia.
- SILVA, Maria da Glória Lanci. *Os Cenários do Lazer: turismo e transformação da Paisagem Urbana*. São Paulo, 2003. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- SOUZA, Ângela Maria Gordilho. *Invasões e intervenções públicas: Uma política de atribuição espacial em Salvador 1946-1989*. Rio de Janeiro: 1990.
- TÂNGARI, Vera Regina. *Um Outro Lado do Rio*. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- TAYLOR, Lisa. *Urban Open Spaces*. New York: Rizzoli International Publications, 1981.
- TURNER, Tom. *City as Landscape - A post-postmodern view of design and planning*. Londres: Capman Hall, 1996.
- VILLAÇA, Flávio. *Espaço Intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

Agradeço a todos que colaboraram comigo e com o trabalho do Quapá, ao longo destes anos. Para este trabalho, agradeço em especial:

Salvador

Teina Virgínia Pereira Brito, arquiteta, FMLF/ PMS
Antonio Marmor, arquiteto, FMLF/ PMS
Mauro Besteti, arquiteto, Conder
Dimitri Ganzalevich, Associação Salvador Viva
Paolo Misi, arquiteto
Eduardo Neves, Conder
Antonio Linheiro, Conder
Luiz Alberto Almeida Lopes, Conder
Marcela Sá

São Luis

Geraldo Magela, arquiteto
Frederico Burnet, arquiteto
Luiz Felipe Andrés, engenheiro, DPH
Luiz Henrique Bulcão
Bárbara Prado, arquiteta
Rosa Klüss, arquiteta (São Paulo)
Gláucia Dias Pinheiro, arquiteta (São Paulo)
Isadora Herrmann
Paulo Salata, Grupo 'Os Feras'

Rio de Janeiro

Sérgio Bello Franco, arquiteto, IPP
Antonio Luiz Corrae, arquiteto IPP
Sylvia Coelho, arquiteta, IPP
Manoel Ribeiro, arquiteto
Vera Tangari, arquiteta e professora da UFRJ
Jonathas M. P. Silva, arquiteto
Olga Campista, arquiteta, IPP*
Luiz Carlos Menezes de Toledo, arquiteto*
Jorge Mauro Jáuregui, arquiteto*
Jeanne Trindade, arquiteta, FPJ*
Arquitetos da Fundação Parque e Jardins
Eng. Paulo, Construtora Ferreira Guedes

São Paulo

Sérgio Marin, arquiteto, Emurb
José Carlos Perdigão, eng. agrônomo, Emurb
Karla Lopez, arquiteta
Daniel Meirelles, arquiteto
Paulo Barreiros, arquiteto
Henrique Zanetta, arquiteto
José Eduardo Lefevre, arquiteto, professor FAUUSP
José Luiz Brenna, arquiteto

Curitiba

Luiz Hayakawa, arquiteto, Ippuc
Alexandre Gramacho
Reynaldo Pilloto, arquiteto*
Mauro Magnabosco, arquiteto*

Aos professores da banca de qualificação

Catarina Lima Pinheiro
Antonio Carlos Robert de Moraes

Aos amigos do Quapá (de sempre)

Fábio, Yolanda Barozzi, Edlayne Aquino, Ana Castro, Cláudia Borges, Clarisse Ohtsuki, Marcelo Kussunoki, Mauro Font, Guilherme Toledo, Roberto, Clarissa, Sérgio, Leo Loyola, Luciana, Kiki, Gustavo, Monica, Louis, Cinthia, Carlos, César, Lucio, Demétrius, Bruna, os novos e Jo

Aos companheiros

Fábio Namiki
Fábio Robba
Antonio Gramacho (revisão I)
Maria Etelvina Sakata (revisão de texto II)
Marcela Miserochi (mapas e tabelas)
Cintia Miura (abstract)
Kátia Canova (centro de São Paulo)
pela disposição de Marici Sakata, Alessandro Sbampato, Beto, Paulo Cassio Gonçalves, Ale Maestro, Pat Akinaga, Vini, Gil e Amílcar e pela paciência dos outros todos

Aos professores e funcionários da FAU

Algumas informações apresentadas foram passadas em entrevistas e não têm registro. Omissões, imprecisões e pontos de vista diferentes são possíveis.

* Entrevistas feitas e gravadas por Fábio Robba